

Indústria
Setor de alumínio vai investir R\$ 30 bi no Brasil até 2025, diz Janaina Donas, presidente da Abal **B3**



Crédito
Medida Provisória deve ser publicada nesta semana, com microcrédito no Bolsa Família e Desenrola para MPes **C4**



Finanças
Brasil segue atrativo para o capital externo, mas faltam gatilhos para a entrada de recursos, diz Renato Ejnisman **C6**

Quarta-feira, 10 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5977 | R\$ 6,00
www.valor.com.br

ValorECONÔMICO

Varejistas repassam aumentos de impostos para o consumidor

Conjuntura Movimento se deve a mudanças em regras por parte da União e do STF e à elevação do ICMS em 11 Estados

Adriana Mattos
De São Paulo

Com mudanças em regras tributárias por parte da União e do Supremo Tribunal Federal (STF) e a elevação do ICMS em 11 Estados, redes de varejo têm repassado parcial ou totalmente o custo dessa conta ao consumidor. Houve duas alterações centrais, ambas complexas em termos jurídicos, aprovadas no fim de 2023: o novo entendimento sobre o Difal, o diferencial de alíquota de ICMS, e a lei das subvenções, que limitou o benefício a investimentos, excluindo despesas de custeio. Isso afeta em especial o comércio, mais exposto às medidas. A conta do Difal começou a bater nas varejistas on-line ainda em 2023. Já o aumento do ICMS pelos governos esta-

duais ocorreu a partir de janeiro.

A União e os Estados precisam de recursos para conter perdas de receita e reduzir o rombo fiscal. As empresas repassam a fatura, ou parte dela, para tentar preservar as margens de lucro.

No caso das subvenções, serão adicionados R\$ 35 bilhões ao cofre do governo federal em 2024, segundo o Ministério da Fazenda. Com o Difal, a conta para os grupos varia de R\$ 9,5 bilhões a R\$ 10 bilhões, e se referem a 2022, o ano com o valor em aberto por causa de uma discussão jurídica. Isso já vem sendo pago aos Estados. Já a elevação da alíquota do ICMS transfere outros R\$ 9,2 bilhões anuais a 11 Estados.

Empresas como Magazine Luiza, Casas Bahia, Arezzo, Mateus e Assaí informaram nas últimas semanas que já sentiram ou re-

passaram aos consumidores os efeitos de uma dessas três mudanças. No Magalu, com o aumento dos impostos, principalmente com o Difal, foram adicionados R\$ 3 bilhões aos custos da companhia em 2023. Na Casas Bahia, a empresa contabilizou o efeito do Difal relativo a 2022 nos resultados e fez o repasse integral aos preços.

Segundo o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Felipe Tavares, pode não ser possível identificar com clareza a pressão nos índices de inflação, porque os efeitos se espalham nas categorias de bens duráveis e semiduráveis. Mas há um aumento nos preços dos eletrodomésticos em cinco dos últimos seis meses, segundo o IPCA, e em quatro dos últimos seis meses no grupo de roupas, os dois mais afetados pelo Difal. **Página A4**

Moraes nega pedido e exige que X Brasil cumpra ordens judiciais

Isadora Peron, Renan Truffi, Mariana Assis, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, rejeitou argumento da X Brasil de que questões operacionais, como o bloqueio de contas por ordem judicial, só podem ser tratadas com a matriz da companhia, nos EUA. Em despacho, ele disse que “as consequências de eventual obstrução da Justiça, ou desobediência à ordem judicial, serão suportadas pelos administradores” da empresa no país. Segundo Moraes, a

posição da companhia “beira a má-fé”. No lançamento de um programa para o combate ao desmatamento, o presidente Lula fez referência a Elon Musk, dono da X. Sem citá-lo explicitamente, Lula disse que “tem até bilionário tentando fazer foguete para ver se encontra espaço lá, mas ele vai ter que aprender a viver aqui, usar o dinheiro que tem para ajudar a preservar aqui, e melhorar a vida das pessoas”. O presidente da Câmara, Arthur Lira, decidiu reiniciar do zero a discussão do projeto que regula-menta as redes sociais. Um novo grupo de trabalho será criado. **Páginas A10 e A11**

Energias renováveis



A gestora canadense Brookfield levanta US\$ 22 bilhões em dois fundos para investimentos em transição energética, e busca projetos no Brasil, diz o CEO, Connor Teskey. **Página B1**

O importante equilíbrio entre cautela e disposição para assumir riscos

Flávia Camanho B2

Ibitu vai vender ativos de geração de energia

Robson Rodrigues e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A Ibitu Energia, empresa de renováveis controlada pela gestora americana Castlelake, colocou seus ativos de geração à venda, apurou o **Valor**. A operação pode movimentar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões. A Ibitu tem usinas eólicas e hidrelétricas no Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso e Minas Gerais. Não é a primeira vez que a empresa tenta vender seus ativos. Em 2021, as negociações fracassaram devido a questões operacionais dos projetos oferecidos. Procurada, a Ibitu não quis se manifestar. **Página B1**

Indicadores

Ibovespa	9/abr/24	0,80 %	R\$ 20.2 bi
Selic (meta)	9/abr/24	10,75% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	9/abr/24	10,65% ao ano	
Dólar comercial (BC)	9/abr/24	5,0064/5,0080	
Dólar comercial (mercado)	9/abr/24	5,0064/5,0070	
Dólar turismo (mercado)	9/abr/24	5,0384/5,2184	
Euro comercial (BC)	9/abr/24	5,4350/5,4367	
Euro comercial (mercado)	9/abr/24	5,4348/5,4354	
Euro turismo (mercado)	9/abr/24	5,5033/5,6833	



Justiça do PR mantém Moro no Senado

Lilian Venturini e Julia Lindner
De São Paulo e Brasília

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) encerrou ontem o julgamento do senador Sergio Moro (União-PR) e decidiu manter o mandato do ex-juiz da Lava-Jato, por 5 votos a 2. Ele respondia a duas ações, movidas por PT e PL, por abuso de poder econômico e uso de caixa dois durante a pré-campanha eleitoral de 2022. A decisão da Justiça paranaense, no entanto, deverá ser questionada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso Moro venha a ser cassado, ficará inelegível até 2030. Nessa hipótese, será realizada uma nova eleição no Estado para preencher a vaga. **Página A12**

Juro pode cair menos com previsões piores de inflação

Gabriel Roca, Victor Rezende e Anaís Fernandes
De São Paulo

Uma parcela crescente do mercado vê o quadro inflacionário com maior preocupação, o que já se reflete nos preços dos ativos e nas expectativas para a política monetária. Com isso, a Selic pode cair menos que o esperado. O mercado tem dado alguns sinais de alerta quanto ao cenário para a inflação, como a alta das expectativas no mais recente Boletim Focus para o IPCA de 2025, de 3,51% para 3,53%. Além disso, entre os economistas que mudaram projeções nos últimos cinco dias, o consenso subiu de 3,54% para 3,6% — a meta do ano que vem é de 3%. Há ainda quem veja o IPCA de 2025 em 5%, como a Apex Capital.

Nos preços dos ativos, após um ano de redução relevante da inflação “implícita”, embutida em contratos futuros, as taxas passaram a indicar um indicador de 4,02% neste ano (ante 3,87% uma semana antes) e de 4,97% em 2025 (ante 4,83%), segundo a Warren Investimentos. Na semana passada, casas como Santander, Bradesco Asset Management e ASA Investments, que tinham visão mais otimista, passaram a adotar posições um pouco mais conservadoras, diante de um ambiente com atividade resiliente, mercado de trabalho apertado, alta de commodities e incerteza quanto ao início dos cortes das taxas nos EUA. Elas passaram a projetar que a Selic cairá não mais para 8,5% no fim do ciclo, mas para 9%. A Kinea projeta 9,5%. Hoje, a taxa está em 10,75%. **Páginas A6 e C1**

Obrador gasta como nunca para eleger sucessora

Maya Averbuch
Bloomberg

Antes frugal, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, aumentou os gastos públicos a ponto de levar o país ao maior déficit orçamentário desde os anos 80, o que pode deixar sua sucessora em uma cilada financeira.

É uma grande reviravolta para López Obrador, que manteve as contas sob controle durante toda a pandemia, enquanto líderes de outros países gastavam livremente. Agora, ele aumentou os benefícios pagos a estudantes e aposentados, inundou a petroleira estatal com recursos e redobrou os esforços para concluir grandes obras. Essa agenda deve ajudar seu partido, o Morena, a manter o poder. Sua candidata, Claudia Sheinbaum, ex-prefeita da Cidade do México, tem ampla vantagem nas pesquisas, em especial nos Estados mais pobres do sul do país, como Oaxaca, onde o dinheiro público tem estimulado uma onda de expansão econômica. **Página A16**

SUSTAINABLE FINANCE AWARDS 2024
GLOBAL FINANCE

Bradesco BBI. A escolha mais eficiente para negócios sustentáveis.

Eleito o melhor banco em operações financeiras de transição e com metas de sustentabilidade pela Global Finance.

bradesco bbi

bbi.bradesco | info@bbi.com.br | Fone: Ffcll Bradesco: 4002 0022 / 0800 722 093, SAC - Rio Bradesco: 0400 704 6363, SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 099, Ovidualia: 0800 721 995.

Brasil

O peso do passado na política industrial



Lu Aiko Otta

Como parte da nova política industrial, o governo federal aceitará pagar até 10% mais caro em suas compras de produtos e serviços, se forem nacionais. O adicional poderá chegar a 20% se, além disso, houver desenvolvimento tecnológico local.

Parece bom, se o objetivo é fortalecer empresas nacionais e, melhor ainda, a pesquisa e a inovação. No entanto, a recente experiência brasileira envolvendo o uso do poder do Estado para fortalecer a economia recomenda cautela.

Na administração federal direta (que não envolve estatais), a definição de quais produtos e serviços poderão ser comprados com a margem de preferência de 10% a 20% ficará a cargo de uma comissão interministerial instalada há duas semanas.

“Com a instituição da comissão, busca-se melhorar a governança e dar maior transparência às políticas públicas desenhadas para potencializar o uso do poder de compra do Estado para a promoção do desenvolvimento sustentável”, disse à coluna o presidente do colegiado, Emílio

Chernavsky. “Deve-se pontuar que tais políticas têm sido largamente utilizadas ao redor do mundo, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento.”

Os estudos que darão base às decisões da comissão serão tornados públicos. É uma opção mais transparente do que deixar a cargo de cada ministério a aplicação das margens, explicou um técnico.

Nos bastidores, é citada a frase atribuída a Louis Brandeis, que integrou a Suprema Corte dos EUA de 1916 a 1939. Disse ele que a publicidade é o melhor remédio para doenças sociais e industriais, a luz do sol é tida como o melhor dos desinfetantes e a luz elétrica é o melhor dos policiais.

Prevista em leis de 2010 e 2021, a margem de preferência é criticada por especialistas por admitir que o setor público pague mais caro em suas compras.

Os técnicos do governo relativizam essa avaliação. Sustentam que os produtos e serviços nacionais recolhem impostos aqui, o que também tem impacto fiscal.

Além disso, a margem de 10% seria uma forma de dar isonomia competitiva às

empresas brasileiras, por juros e tributos mais altos aqui do que os cobrados no exterior.

Um estudo elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda em 2015 comprovou que a aplicação de margens de preferência ajudou a elevar a concorrência nas licitações, o que reduz preços. É algo que se observa em outros países que adotaram a ferramenta, disse um técnico. Outro efeito detectado em estudos é trazer mais micro e pequenas empresas para a disputa.

Uma dificuldade que se viu no passado, conta um integrante do governo, era determinar se o produto era mesmo fabricado no Brasil. A ideia agora é recorrer às bases de dados já existentes no governo para fazer a checagem. Por exemplo: o Credenciamento de Fornecedores Informalizado (CIF), do BNDES, ou cadastros da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Samuel Pessôa, chefe de pesquisa da Julius Baer Brasil e associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), comentou que, se as compras

com margem de preferência envolvem um custo adicional, devem trazer retorno para a sociedade. No entanto, observou, o interesse público foi pouco defendido no passado.

As falhas ocorridas aqui são, possivelmente, referências mais relevantes do que o Inflation Reduction Act (IRA) dos Estados Unidos, lembrado pelo governo como uma prova de que não estão sendo criadas novas jabuticabas por aqui.

Mas é preciso ver no que vai dar o IRA, disse Pessôa. É algo novo, que se assemelha à política de formação de grandes empresas, na qual foram injetados 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no BNDES. Aqui, os resultados não foram bons, avaliou.

Um ponto que diferencia atual política industrial de suas antecessoras é seu pequeno impacto fiscal, destacou o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso. Enquanto o IRA despeja US\$ 1 trilhão anualmente, aqui os empréstimos com subsídios somam R\$ 25 bilhões ao ano.

No global, a atual versão contém outras características que Velloso considera

necessárias a uma boa política: mira o topo da tecnologia, privilegia a inovação, foca no bem-estar da sociedade.

“Mas estamos aplainando o terreno, apenas”, comparou. “E a casa vai demorar a ficar pronta.” O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse há duas semanas em entrevista à CNN que o poder público passa por um processo de reeducação.

“Nós perdemos, lá atrás, a mão. Tínhamos uma construção que foi feita a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique — não do primeiro, mas a partir do segundo mandato — que perdurou até 2013. A partir desse momento, eu acredito que foi-se ... testando hipóteses que não promoviam o desenvolvimento e que depois eram difíceis de abandonar.”

Com um pouco de boa vontade, é possível ver sinais de que ajustes estão sendo feitos para não repetir desta vez o desastre econômico que se viu no segundo mandato de Dilma Rousseff. É cedo, porém, para saber se os cuidados serão suficientes.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Conjuntura Estudo da LCA mostra que total investido em relação ao PIB, de 17,8% em 2022, é menor que as médias globais em diferentes critérios de comparação

Taxa de investimento no Brasil é menor que média internacional em 6 recortes

Lucianne Carneiro Do Rio

A taxa de investimento do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) era, em 2022, inferior a nada menos que a de seis diferentes medidas de comparação internacional. O percentual de 17,8% do Brasil era menor que os 26,2% da média mundial, 22,8% do mundo sem China, 22,5% das nações de renda alta e dos 21,5% da média da América Latina sem Brasil. E a taxa de investimentos caiu ainda mais em 2023, para 16,5% do PIB.

O retrato da situação dos investimentos no Brasil frente ao contexto mundial é de estudo do economista sênior da LCA Consultores Francisco Pessoa Faria, publicado no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Se a distância entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no Brasil e em outros países é mais debatida, o trabalho traz um recorte adicional, que pouco é tratado nas comparações internacionais da taxa de investimentos: o dos grupos de ativos fixos (construção; máquinas e equipamentos e outros).

A taxa de investimento em construção no Brasil, na média entre 2010 e 2021, era de 8,9% do PIB no Brasil, abaixo dos 9,9% nos países de renda per capita alta e dos 13,9% nos países de renda per capita média alta.

Quando se considera a rubrica de máquinas e equipamentos, no entanto, a taxa no Brasil era de 6,8%, acima dos 6,3% dos países de renda alta e abaixo dos 8,6% dos de renda média alta.

No grupo outros — em que aparecem produtos de propriedade intelectual, como pesquisa

e desenvolvimento de softwares —, o investimento no Brasil corresponde a 2,3% do PIB, menos da metade dos 4,9% dos países de renda alta.

Na análise desses números detalhados, é preciso levar em consideração também, defende o economista, que a trajetória e o nível dos investimentos são influenciados pelo estágio de desenvolvimento das economias. Economias mais desenvolvidas possuem um parque produtivo e infraestrutura já estabelecidos e por isso tendem a demandar menos investimentos.

“De fato, a taxa de investimentos no Brasil é mais baixa que em outros países e isso é uma realidade para diferentes tipos de comparação. Mesmo quando fazemos ajustes nas medidas, como desconsiderar a China, por exemplo, é uma diferença de cerca de 5% do PIB. E isso é muito dinheiro, representa cerca de R\$ 500 bilhões por ano”, afirma Faria. O economista reforça a necessidade de uma estratégia de longo prazo para atacar o problema.

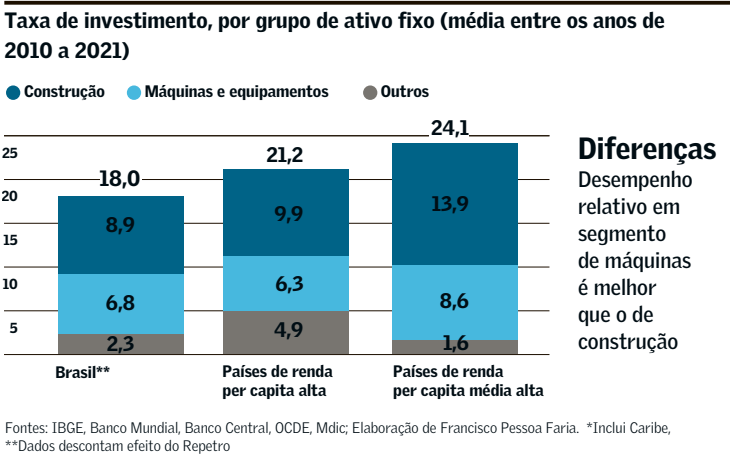
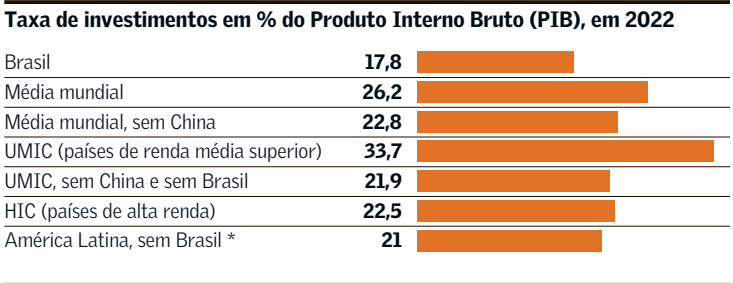
Para dimensionar o tamanho da questão, o economista dá exemplos do que significaria esse valor: multiplicar por 2,5 o orçamento anual do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] ou investir em apenas um ano o equivalente a 85 túneis Guarujá-Santos, a 37 ferrovias São Paulo-Campinas ou a cinco expansões da refinaria de Abreu e Lima.

Faria defende que os melhores parâmetros de comparação são os

“Temos uma economia meio de fundo de quintal, de puxadinho” Eduardo Correia

Comparação internacional

Investimentos no Brasil e no mundo



que excluem a China, por três diferentes razões: a forma de elaboração das estatísticas no país asiático, o fato de os resultados serem fora da curva — o que distorce os dados globais — e as dúvidas sobre um crescimento sustentável chinês após os elevados investimentos das últimas décadas.

Outro destaque na metodologia usada no trabalho foi o ajuste nos dados de investimentos para excluir o efeito do Repetro (regime aduaneiro especial que facilitou a importação de bens destinados à exploração de petróleo).

Para Simão Davi Silber, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e pesquisador da Fipec, a realidade observada hoje reflete a perda de capacidade de investimentos do Estado brasileiro desde os

anos 80, em contraponto ao que existiu em décadas anteriores.

“A grande mudança foi o comportamento do Estado, que até os anos 1980 tinha superávit orçamentário. E não se pode descolar o comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo do crescimento econômico. O crescimento médio caiu e a queda do investimento é a razão para isso. [...] O governo trocou crescimento por controle da inflação”, diz.

Uma das principais soluções para isso, argumenta, é um “programa de concessões e privatizações ambicioso”. “Como o governo perdeu capacidade de investimento, com gastos com Previdência e folha pesada de pagamento do funcionalismo, que se aposenta cedo, tem que fazer um programa de concessões e privatizações ambicioso.

E nenhum governo se meteu a fazer isso”, nota.

Na avaliação de Francisco Pessoa Faria, há um diagnóstico claro de que o investimento no Brasil cresce pouco comparativamente a outros países, por razões que passam, por exemplo, por taxas altas de juros e custo de energia elevado. Para um planejamento mais estratégico de medidas para estimular investimentos, no entanto, é preciso identificar onde as defasagens são maiores.

Máquinas e equipamentos

“O desempenho relativo dos investimentos em máquinas e investimentos do Brasil é melhor do que o desempenho em obras de construção. Além disso, como seria de se esperar, os baixos investimentos em ciência e tecnologia têm papel relevante no nosso fraco desempenho em relação aos mais desenvolvidos. É preciso saber onde estamos relativamente pior para priorizar as ações”, afirma o economista da LCA Consultores.

O professor do Insper Eduardo Correia diz que o detalhamento dos dados dá um “diagnóstico sobre a qualidade do investimento no Brasil”. “Temos uma economia meio de fundo de quintal, de puxadinho. Pequenas empresas, de fundo de quintal, com tecnologia simples, conseguem comprar máquinas. Mas temos uma infraestrutura que está ficando muito atrasada, não se consegue duplicar ou abrir uma nova rodovia, por exemplo”, afirma o economista.

Problemas de marco regulatório e do mercado de crédito, segundo Correia, estão por trás desse movimento, além das questões já tradicionalmente citadas de instabilidade política, por causa da polarização, e de horizonte econômico incerto.

Desmate é alvo de ajuda para cidades da Amazônia

Renan Truffi e Mariana Assis De Brasília

O governo lançou nesta terça-feira o programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento, que prevê aporte financeiro de R\$ 730 milhões em investimentos para combater o desmatamento e incêndios florestais na Amazônia.

O programa receberá R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia e R\$ 130 milhões do Floresta+. Dos 70 municípios prioritários na região, 53 já aderiram ao projeto. Segundo o governo federal, eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os municípios que ainda não firmaram o termo de adesão podem fazê-lo até o dia 30 deste mês.

Os municípios que participarem do programa terão incentivos, como a priorização em ações de apoio à regularização ambiental e fundiária. Serão beneficiados exclusivamente imóveis rurais inscritos e regularizados no Cadastro Ambiental Rural.

Até 2026, o programa tem como meta a implementação de escritórios de governança, ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas, além de criar ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

A expectativa do governo é que pelo menos 30 mil famílias sejam beneficiadas com pagamentos por serviços ambientais e ações de assistência técnica. Os pagamentos de serviços ambientais para assentamentos, por meio do Projeto Floresta+, beneficiarão 22 mil famílias ainda em 2024.

Ao lançar a medida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a parceria com municípios. “Quem conhece o fazendeiro que está desmatando é o prefeito. O prefeito precisa ter um ganho econômico para manter a floresta em pé”, defendeu o presidente.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Águila Capital C6 Alcoa B6 AliExpress A4 Alphabet B5 Amazon A4 AMD B5 Anthropic B5 Apex Capital A6 Apollo Global Management B6 Arezzo A4 ARM B5 Assaí A4	Ativa Investimentos A6 Banco do Brasil C6 Banco Safra C2 Bank of America C2 Barclays C2 Barzel Properties C6 Berkana Patrimônio A6 Bertin A6 BlackRock C1 BNDES A2, A6 BNDESPar A6 BNP Paribas A6 Bocater Advogados A6	Bradesco C2, C6 BRF B8 Casas Bahia A4 Citigroup C2 CME Group C2 Cohere B5 Confidere C4 Credit Suisse C6 Czarnikow B8 Deloitte B6 Diagro B8 Empiricus A4 Enel A8	FictorAgro B8 Genial Investimentos A4 Genoa Capital A1, C1 Goés e Goés B8 Goldman Sachs C2 Google B5 Grupo Fictor B8 Hewlett Packard Enterprise B5 Huawei B5 Hughes A11 ICP Ventures C6 IDC B5	Insper A2 Intel B5 Itaú Asset Management A1, A6, C1 Itaú Unibanco A6, C2 J&F A6 J.P. Morgan C2 JBS B8 JGP A1, C1 Julius Baer Brasil A2 Kantar Ibope Media B5 Kinea Investimentos A1, C1 LCA Consultores A2, A4	Lite-On A13 Lombard Odier C1 Magazine Luiza A4 Mateus A4 Meta B5 Morgan Stanley C2 Neoenergia C6 Nvidia B5 OpenAI B5 Oppenheimer C2 Paramount Global B6 Parcitas Investimentos C2 PDVSA A13	PepsiCo B6 Petrobras C2, C6 Pilgrim's A6 Pinheiro Neto Advogados A4 Piper Sandler C2 PSR A8 Qisda A13 RJI C6 Samsung B5 Santander C6 Shopee A4 Skydance Media B6 SPTrans A8	Starlink A11 StoneCo A4 Supermicro B5 Swift A6 Transwoff A8 TSMC B5 UBS C1, C2 Ultragaz B6 UPBus A8 Vale B6, C2, C6 Vale Metais Básicos B6 Vanguish C6 Veritas C6	Vibra C4 Warren Investimentos A1, A6, C1, C2 Wells Fargo C2 XP A4 XP Asset A6
---	---	--	---	---	--	--	--	--

Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	27980	23538	27016	28786	27886	29682	28713	31101	28300	29600
Importações	20498	18091	20490	19463	19097	20501	19532	21468	20121	19524
Saldo	7483	5447	6527	9323	8789	9181	9182	9633	8179	10077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R\$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US\$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)	Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 1.412,00	7,50	Até 2.259,20	0,0	0,00
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00	De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00	De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Empregador doméstico	8,00	Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data
*Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R\$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	164,9	148,2	11,33	56,5	48,1	17,37
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	66,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	0,2	0,0	-	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	467,2	410,7	13,74	186,5	159,0	17,31
	fev/24		jan/24		fev/23	
Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	
ICMS - Brasil	49,2	-18,56	60,4	-7,24	50,7	-9,74
	jan/24		dez/23		jan/23	
Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	
INSS	51,7	-32,82	77,0	58,48	46,2	-33,50

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. ** preliminar

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	Em %				Em R\$			
	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243
dez/23	0,0890	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4319	0,3158
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4351	0,3343
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492
2024	0,23	2,25	2,25	3,19	3,53	2,16	1,80	1,22
Em 12 meses*	1,37	7,63	7,63	11,26	12,32	6,91	5,46	4,41
2023	1,76	8,04	8,04	12,01	13,04	7,15	5,65	4,81

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	6.693,6	60,91	6.565,1	60,06	5.706,7	55,70
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(+) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	7.465,0	67,93	7.351,1	67,26	6.449,8	62,95
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7340,8	66,80	7219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5749,5	52,32	5619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	535	4,89	540	4,99	36,3	0,35
Empresas Estatais	494	4,45	496	4,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público						
Fluxos acumulados em 12 meses						
	fev/24	jan/24	fev/23	fev/23		
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	1.015,1	9,24	991,9	9,07	565,9	5,52
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	268,2	2,44	246,0	2,25	-93,2	-0,91
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2023	2022	%	2024	2023	%
Receita total	470,7	431,7	9,05	189,4	160,4	18,05
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadação Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	98,5	91,6	7,52	56,9	53,0	7,29
Receita líquida total	372,2	340,1	9,45	132,5	107,4	23,36
Despesa Total	350,6	299,4	17,12	190,9	149,8	27,42
Benefícios Previdenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Result. Primário do Gov. Central (1)	21,6	40,7	-46,94	-58,4	-42,4	37,71
Discriminação		fev/24		jan/24		fev/23
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-

Brasil

Conjuntura Aumento do ICMS, revisão do Difal e corte em subvenções pegam lojas de surpresa e repasse avança; até tributo em sites pode subir

Pressão de imposto leva varejo a repassar alta ao consumidor

Adriana Mattos
De São Paulo

Um combo de medidas jurídicas negativas para as redes de comércio começou a bater no bolso do consumidor, e criou uma nova pressão de preços no mercado.

Alterações inesperadas em regras tributárias, por parte do governo e do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovadas no fim de 2023, além do aumento do ICMS em 11 Estados a partir de janeiro, levaram as companhias a repassar parte ou a totalidade dessa conta aos clientes — e esse movimento se estende também para 2024.

Governos estaduais e federal precisam de recursos para conter perdas de receita de 2023 e reduzir rombo das contas públicas, repassando parte dessa fatura às companhias — que por sua vez, transferem parcela disso aos consumidores para defender as margens.

Com base em pesquisa da CNC, confederação nacional do comércio e turismo, o consumidor já vê o momento atual como ruim para compra de bens duráveis, como TVs e refrigeradores, devido ao preço maior e ao crédito caro. Março teve o mais baixo nível de confiança nesse setor desde outubro.

Houve duas mudanças centrais nessa discussão, ambas complexas em termos jurídicos, e aprovadas no ano: o apag das luzes de 2023: o novo entendimento sobre o pagamento do “Difal”, o diferencial de alíquota de ICMS, e a lei das subvenções de investimentos.

Isso acaba virando uma dor de cabeça especialmente para o comércio, mais exposto às medidas. A conta do Difal, especificamente, começou a bater nas varejistas online já no ano passado.

Na visão de Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, “o problema é que o varejo está na linha de frente e, se ele sofre, a ponta final, que é o cliente, vai sofrer na mesma medida” se não há espaço nos negócios para absorver o aumento dos custos tributários.

“Costumo dizer que imposto da empresa, quando aumenta, quem paga é o cliente”, diz Carla Hamada, coordenadora do Comitê Tributário da Abaas, a associação dos

atacados de autosserviço.

No caso das subvenções, serão adicionados R\$ 35 bilhões ao cofre do governo federal em 2024, segundo o ministério da Fazenda. Com o Difal, a conta para os grupos varia de R\$ 9,5 bilhões a R\$ 10 bilhões, e se referem a 2022, o ano com o valor em aberto por causa de uma discussão jurídica. Isso já vem sendo pago aos Estados.

Já a elevação da alíquota do ICMS transfere outros R\$ 9,2 bilhões anuais a mais aos caixas de 11 estados. A mudança na taxa passa a valer de janeiro a abril, a depender da região do país.

Empresas como Magazine Luiza, Casas Bahia, Arezzo, Mateus e Assaí informaram a analistas, em teleconferências de resultados nas últimas semanas, que já sentiram ou repassaram aos consumidores os efeitos de uma dessas três mudanças nos últimos meses (alta do ICMS, revisão do Difal ou a limitação das subvenções).

Sobre as subvenções, trata-se de uma espécie de subsídio do governo. É um benefício tributário que reduz ou isenta as companhias de pagamento de tributo como contrapartida a investimentos. Pode ser a abertura ou expansão de fábricas, de centros de distribuição ou compras de maquinários, por exemplo.

Até 2023, as empresas abatiam esses incentivos do pagamento de imposto de renda, melhorando o lucro líquido. Mas a nova lei, sancionada em 29 de dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exclui benefícios vinculados a gastos de custeio, focando em incentivos que efetivamente promovam investimentos produtivos.

É uma forma de reduzir distorções praticadas, o que por fim, acaba engordado o caixa da União, mas afeta o resultado dos grupos. Em relatório em dezembro, analistas da XP projetaram necessidade de alta de até 3% nos preços das varejistas que o banco cobre, em média, para compensar recuo de 8% a 15% no lucro líquido pela nova lei de subvenções. Isso ocorreria ao se considerar uma queda de 50% a 100% no benefício fiscal.

A respeito do Difal, ele é usado para dividir a arrecadação do

ICMS entre o Estado de origem da empresa e o do consumidor.

Exemplo: um produto é vendido a partir de um Estado com 15% de ICMS, e vai para outro, com 18%. O crédito relativo aos três pontos percentuais são repartidos entre os Estados. Isso é mais comum nas operações de redes on-line.

Ocorre que havia um questionamento na Justiça se as empresas deveriam arcar com o Difal desde abril de 2022 ou após 2023, como as empresas defendiam junto ao STF. No fim de novembro, o Supremo, numa virada de votos surpreendente, decidiu que valeria após 2022, pegando o setor de surpresa.

Segundo Marcelo Roncaglia, sócio da área tributária do escritório Pinheiro Neto Advogados, antes do julgamento do STF, pelo grau de incerteza jurídica, varejistas menores acabaram se adequando

“Se o varejo sofre, a ponta final, que é o cliente, vai sofrer na mesma medida”
Felipe Tavares

e recolhendo o imposto, mas as grandes entraram com liminares e depositaram em juízo. Com a decisão final, passam a ter que pagar o imposto relativo a 2022.

“O triste é que a população mais pobre acabam sendo penalizada, porque o imposto sobre consumo tem participação maior no orçamento dessas classes do que entre os mais ricos”, diz ele.

Parte das grandes empresas não havia provisionado a soma, o que exige a baixa após a decisão no STF. Renner e Magazine Luiza estão nesse grupo. Os repasses aos produtos ganharam força após a segunda metade de 2023.

Num varejo com ambiente competitivo forte, esses ajustes em preços perdem fôlego. O Brasil é um país de comércio pulverizado e alta concorrência, o que ajuda a acomodar requises de preços. Ocorre que crises constantes (como de 2015 a 2016 e após 2020)

enfraquecem os negócios de forma generalizada e a capacidade de absorções das altas pelos grupos. E é esse o caso neste momento.

“Essas mudanças sem qualquer previsão geram uma confusão tributária num caos já instalado pelo manicômio jurídico que as empresas enfrentam no país. Isso só gera incerteza e custo maior”, diz Tavares, da CNC.

No Magalu, com o aumento dos impostos, principalmente com o Difal, foram adicionados R\$ 3 bilhões para os custos da companhia em 2023. E cerca de R\$ 1,2 bilhão disso foi o Difal. “Se a gente dividir por trimestre, são R\$ 300 milhões que não tínhamos recolhido em 2022, que passamos a ter que recolher em 2023. Então, teve um aumento muito significativo dos preços, para defendermos rentabilidade”, disse a analistas Frederico Trajano, CEO da rede, em março.

Foram três trimestres para repassar tudo, numa soma total de repasse para preços de cerca de R\$ 1 bilhão em 2023. Sobre as subvenções, não houve efeito na rede.

Na Casas Bahia, a empresa contabilizou o efeito do Difal relativo a 2022 nos resultados e fez o repasse integral aos preços.

De acordo com Tavares, da CNC, pode não ser possível identificar agora essa pressão nos indicadores de inflação. Isso porque são efeitos que se espalham dentro de categorias de duráveis e semiduráveis, com peso menor no índice.

Nas redes, existe um aumento nos preços dos eletrodomésticos em cinco dos últimos seis meses, segundo IPCA do IBGE, e em quatro dos últimos seis meses na categorias de roupas. Ambos foram segmentos afetados pelo Difal.

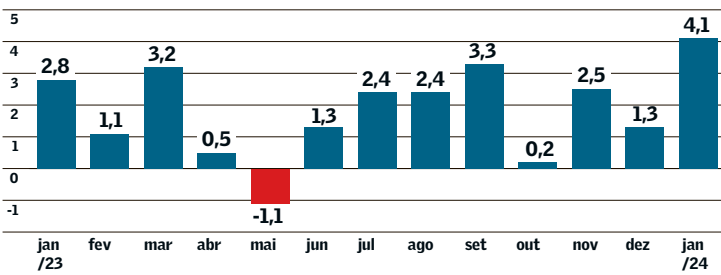
Já as subvenções impactam o setor de atacado de alimentos, que fizeram investimentos robustos de três anos para cá. Em janeiro, a Genial Investimentos mencionou em relatório os efeitos na rede de atacarejo Assaí. Disse que o reconhecimento das subvenções reduziu o pagamento de imposto e contribuição social (CSLL) em R\$ 248 milhões em 2022, e esse ganho acaba.

Para a Empiricus, o fim desse efeito pode ser compensado por

Altos e baixos do consumo no país

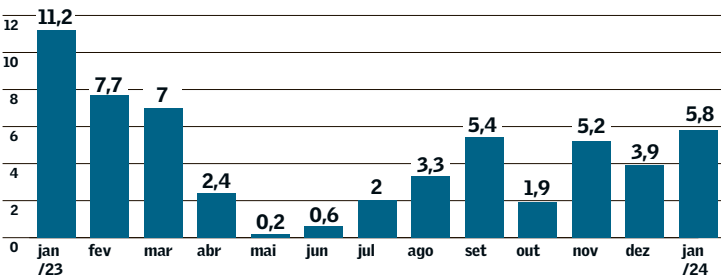
Quantidade vendida ainda sofre oscilações

Vendas em volume do varejo no mês, em relação ao mesmo período do ano anterior



Receita sobe pelo efeito da inflação

Vendas em valor do varejo no mês, em relação ao mesmo período do ano anterior



Fonte: IBGE/PMC

alta de preços em 2024, porém menor que o de seus competidores.

No setor de moda, o diretor financeiro da Arezzo&Co, Rafael Sachete, disse em evento, na semana passada, que as redes em geral sentiram, ao mesmo tempo, a nova regra do Difal e a lei das subvenções.

No caso da Arezzo, que se uniu ao grupo Soma, com as alterações nas regras, o grupo segurou aquisições, enxugou estrutura para melhorar margem. E em 2024 isso continua, para “tentar não levar tanto para aumento de preço”.

Ele afirma que houve aumento de preços para cobrir parte do Difal, e a ideia é não ter maiores reajustes para nos se manterem competitivo, e ganhar eficiência em despesas vendendo mais.

“Agora, esses ganhos sobre despesas não são permanentes. Então o ganho tem que vir de duas formas, por aumento de receita ou se começa a subir preço”, disse. “A cabeca para 2024 ainda é elevar a receita, mas podemos ter um limite nisso em algum momento”.

Ainda há outras medidas tomadas que já chegaram às tabelas neste ano, como a elevação da alíquota de ICMS dos estados.

Segundo a LCA Consultores, o IPCA deve ser impactado em 0,10 ponto com a alta do imposto, passando de 4,10% para 4,20% no ano.

Estudo feito pela Fecomércio de Pernambuco aponta que alimentos, bebidas, vestuário e calçados serão os mais afetados pela elevação — ICMS passa de 17% a 22%, a depender do Estado. Em farmácias, a alta nos preços foi automática após janeiro, segundo a Abrafarma, que representa as lojas, porque os estoques estão enxutos.

Ao se olhar um pouco mais à frente, há outras surpresas que podem aparecer e tornar essa conta mais cara ao consumidor.

Há um debate em andamento nos Estados para aumento da alíquota de ICMS nas compras internacionais dos brasileiros, nos envios de até US\$ 50 feitos em sites e “apps” estrangeiros. O imposto pode subir de 17% para 25% sobre a venda, pelas conversas iniciais.

Atualmente, é o consumidor, na figura de importador do produtos nos marketplaces, que arca com esse ICMS em sites como AliExpress, Amazon e Shopee, pagando direto no cartão, pix ou boleto.

Essa taxa de 17% é cobrada desde agosto pelas empresas que fazem parte do programa Remessa Conforme, que só inclui sites internacionais, e era zerada antes disso. Agora, a alta menos de um ano depois de criada a alíquota, deve ser tema de debate nas Assembleias Legislativas neste semestre.

Aumentos do ICMS são uma forma de os Estados tentarem recompor seus orçamentos, afetados desde a pandemia.

Procuradas, as redes Casas Bahia, Magazine Luiza e Arezzo/Soma não se manifestaram, para além das informações já públicas. O Assaí diz que faz um controle rígido de despesas, citando o balanço de outubro a dezembro, e busca constantemente oportunidades de melhorias em eficiência. Afirma que repasse de alta de ICMS reflete diretamente no preço para o consumidor, uma vez que a indústria já contempla a alteração do imposto na venda a varejista.

Mais inflação na página A6

São Paulo lidera queda da indústria nacional em fevereiro, afirma IBGE

Paula Martini
Do Rio

Com queda de 0,5% em fevereiro, a indústria de São Paulo foi a principal influência negativa para a atividade no mês. A indústria nacional registrou queda de 0,3% em fevereiro, com recuo concentrado em cinco dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As maiores perdas foram registradas em Mato Grosso (-3,3%), Goiás (-2,4%) e Pará (-2,2%). Santa Catarina (-0,6%) e São Paulo (-0,5%) completaram o conjunto de locais com resultados negativos.

Apesar de não ter registrado a maior perda mensal, São Paulo exerceu a maior influência negativa sobre a média nacional no mês. O Estado concentra o principal parque industrial do país, com participação de 33% na ati-

vidade nacional.

“O setor de derivados do petróleo foi o que mais influenciou negativamente no comportamento da indústria paulista, seguido pelo setor de alimentos e de produtos químicos”, afirmou Bernardo Almeida, analista do IBGE.

São Paulo teve alta de 4,6% da produção em fevereiro de 2024 ante igual mês de 2023, abaixo do ritmo da média brasileira no período (5%). No resultado acumulado em 12 meses, a indústria paulista caiu 0,5%, enquanto a produção brasileira teve alta de 1%.

A ainda elevada taxa de básica de juros do país contribuiu para a queda de 0,3% na atividade em fevereiro, na visão do IBGE. Segundo Almeida, os juros permanecem altos, o que impacta diretamente o nível de investimentos nos primeiros meses do ano.

“Observamos dentro da conjuntura que, mesmo com a polí-

tica monetária mais expansionista, com cortes seguidos na taxa de juros, ela ainda está em patamares elevados. Isso recai diretamente na cadeia produtiva quando analisamos o nível de investimento ainda aquém do que seria implementado dentro da indústria”, disse o analista.

No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial avançou 1%, com taxas positivas em 12 dos 18 locais pesquisados. Já no acumulado de 2024, a indústria cresceu 4,3%, em relação a igual período do ano anterior.

Pelo lado das altas, Rio Grande do Sul (9,4%), Amazonas (7,3%) e Espírito Santo (5,9%) registraram os maiores crescimentos em fevereiro. Ceará (5,2%), Pernambuco (5,2%), Rio de Janeiro (2%), Bahia (1,8%), região Nordeste (1,6%), Minas Gerais (0,9%) e Paraná (0,6%) tiveram os demais resultados positivos no mês.

Comércio mostra recuperação em março, aponta indicador

Rafael Rosas
Do Rio

O comércio varejista brasileiro fechou março com queda de 2,5% no volume de vendas frente a igual mês do ano passado. Os dados do Índice Stone Varejo, divulgado nesta quarta-feira (10), apontam ainda para uma alta de 0,2% na comparação com fevereiro.

O resultado de março, antecipado ao **Valor**, foi acompanhado por um ajuste acima do normal nos dados de fevereiro. Esse ajuste foi causado porque um percentual de vendas por PIX em fevereiro não havia sido processado.

Calculado pela Stone em conjunto com o Instituto Propague, o índice tem como base dados públicos da Receita Federal e dados transacionais de cartão dos clientes do grupo StoneCo.

O pesquisador econômico Matheus Calvelli, responsável pelo

índice, ressaltou que o cenário para o índice mostra vendas no varejo mais fracas que no ano passado, mas na ponta o setor já mostra recuperação.

Em termos anuais, o índice, no varejo ampliado, recuou 1,7% em janeiro, teve uma leve alta de 0,1% em fevereiro depois dos ajustes — anteriormente o dado era de queda de 4,1% — e agora caiu 2,5%. Na mesma comparação, no varejo restrito, que exclui material de construção; combustíveis; veículos e peças; e atacarejo, houve reprocessos de 2,7%, 0,7% e 1,5% nos três primeiros meses do ano.

A variação mensal, que considera o volume de vendas frente ao mês imediatamente anterior, houve queda, no varejo ampliado, de 0,6% em janeiro e altas de 1,4% e de 0,2% em fevereiro e março, respectivamente. No varejo restrito, o volume de vendas subiu 0,3%, 1,3% e 1,1% nos três

primeiros meses do ano.

“O início do ano passado foi melhor, mas o comparativo melhor mostra que as vendas estão subindo”, disse Calvelli.

Em termos setoriais, na comparação anual, livros, jornais, revistas e papelaria caiu 13,2%, enquanto material de construção recuou 12%. Calvelli detalhou que o resultado do setor de livros, revistas e papelerias mostra uma tendência do segmento. Já no material de construção, ele cita a base de comparação alta e lembra que em 2023 o setor foi “muito resiliente”. “A construção foi constante o ano todo, foi uma surpresa positiva. A partir do fim do ano vimos uma inversão de tendência”, diz.

O único setor que subiu na comparação anual foi o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que avançou 0,7% frente a março do ano passado.

Curtas

Orçamento do IBGE

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, afirmou que o instituto teve R\$ 9 milhões de seu orçamento para 2024 bloqueado pelo governo federal. O valor faz parte de um montante total de R\$ 2,9 bilhões de bloqueio anunciado pelos ministérios da

Fazenda e do Planejamento e Orçamento no fim de março. Pochmann disse que vai mais uma vez a Brasília amanhã para negociar a retomada desse montante, além de liberação de bloqueio financeiro de valores que fazem parte do orçamento do IBGE. O orçamento previsto para o IBGE em 2024 é de R\$ 2,632 bilhões.

Haddad nos EUA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarca para Washington (EUA) na próxima segunda-feira (15) para apresentar a agenda de reformas econômicas do Brasil, bem como detalhar os planos do país na presidência do G20, com foco na tri-lha de finanças. Durante quatro

dias na capital americana, Haddad também participará de uma série de eventos e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e se reunirá com autoridades econômicas internacionais. Na terça-feira (16), o ministro participa de um evento sobre finanças sustentáveis no instituto de estudos brasileiros.

CadÚnico e Desenrola

Está na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deve ser assinada nesta semana uma medida provisória para impulsionar o crédito. A proposta está sendo elaborada pelo Ministério da Fazenda há algum tempo e inclui medidas como microcrédito para inscritos no CadÚnico, De-

senrola para pequenas empresas e securitização de crédito imobiliário. Segundo assessores do Palácio do Planalto, a previsão é que a MP seja assinada nesta quinta-feira. O Desenrola para Pequenas Empresas, por exemplo, é desenvolvido pela Fazenda em parceria com o Ministério do Empreendedorismo.

RICHARD SAIGH INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174

Relatório da Administração

Aos Senhores acionistas: 1. A Richard Saigh Indústria e Comércio S/A (“Companhia” ou “Richard Saigh”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2023. 2. A Companhia chega ao final do exercício de 2023 com 96 anos e com o **resultado líquido de R\$ 17.856.940,23 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta reais e vinte e três centavos)**. O ano de 2023 trouxe desafios para a Companhia, considerando cenários nacionais e internacionais. Mesmo assim, a Richard Saigh obteve robusto resultado, fruto das acertadas medidas e políticas adotadas pela Administração da Companhia nos exercícios anteriores. 3. O ano de 2023 apresentou dificuldades para o mercado, diante de fatores como: (i) condições climáticas desfavoráveis, em razão do fenômeno El Niño; (ii) competitividade do setor, que ampliou suas operações na região do sudeste brasileiro; (iii) primeiro semestre com taxa básica de juros anual (SELIC) em níveis elevados, tendo atingido o maior nível de juros desde janeiro de 2017; e (iv) eleição Presidencial da República em 2022, fazendo de 2023 um ano de dúvidas e ajustes. Merece destaque o rombo contábil de

empresas varejistas, que impactou diretamente na concessão de créditos pelas Instituições Financeiras ao mercado; além da continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, e o início do conflito entre Israel e Palestina (Hamas). 4. Apesar de uma melhoria nos índices inflacionários e do cenário de otimismo em relação ao exercício anterior, o Brasil iniciou o ano de 2023 com a taxa SELIC de 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano - mantendo-se a taxa em níveis elevados e com a economia ainda se recuperando dos efeitos devastadores decorrentes da COVID-19. Frente a um cenário de tantos desafios, a Companhia manteve as medidas para redução de custos, de forma à manter-se competitiva. Como se sabe, a manutenção do capital de giro permite - como se verificou nesses últimos anos - que a Richard Saigh enfrente momentos de crise, não dependa de capital de terceiros e, ainda assim, obtenha resultados positivos. As diligentes providências adotadas pela Administração da Companhia foram determinantes para a obtenção do resultado positivo e expressivo, em meio às adversidades. 6. Para o exercício de 2024, que iniciou com a taxa básica de juros de 11,75% (onze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a Richard Saigh seguirá atenta aos

hábitos de consumo, reflexos da crise política, econômica e oscilações de mercado, mantendo-se prudente e cautelosa. Vale destacar que 2024 merece atenção e prudência, dada a falta de expectativa de trêgua nos conflitos internacionais, previsão de condições climáticas desfavoráveis ainda sob efeito do El Niño e a eleição Presidencial da Argentina ocorrida em 2023, que poderá afetar o comércio de grãos. **Auditoria Independente:** 7. Desde o final do exercício de 2009 a Companhia conta com um importante pilar na execução de boas práticas de governança corporativa, representado pela regular atuação da empresa de auditoria externa BDO RCS (“BDO RCS”), que desempenha as atividades de auditores independentes da Richard Saigh. Além da diligente e contínua fiscalização dos atos de gestão pelo Conselho Fiscal da Companhia durante todo o exercício social, que acompanha os trabalhos da Diretoria da Richard Saigh, em estrita observância às determinações contidas na Lei das Sociedades por Ações, soma-se às boas práticas de governança corporativa o trabalho desempenhado pela BDO RCS, que realiza diagnóstico periódico das práticas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, cujas conclusões estão presentes no parecer emitido

anualmente. **Discussões Judiciais:** 8. A Richard Saigh, há muitos anos, enfrenta disputas judiciais com o acionista minoritário. Dentre as diversas frentes de discussões nos Tribunais, consideramos que as medidas judiciais propostas pelo acionista Bens de Raiz possuem o intuito de levar ao crivo do judiciário matérias que são de competência e delegração dos acionistas em assembleia geral. Essa reiterada conduta do acionista Bens de Raiz vem prejudicando o bom resultado da Companhia, que se vê obrigada a arcar com despesas significativas para se defender das infundadas disputas judiciais, acarretando a diminuição de lucro e consequente redução na distribuição de dividendos a todos os acionistas. **Conclusão:** 9. Por fim, renovamos (a) nosso agradecimento a todos que contribuíram e participaram das atividades e resultados da Companhia durante o exercício de 2023, em especial aos nossos dedicados colaboradores que tiveram destacada atuação; e (b) nossa inability vê no desenvolvimento deste grande País, que, generosamente, recebeu os fundadores da Richard Saigh há mais de 90 anos.

São Caetano do Sul, 05 de março de 2024.

A Administração - Richard Saigh Indústria e Comércio S/A

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)				
Ativo	Nota	2023	2022	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.561.525	56.047.213	
Contas a receber de clientes	5	32.188.543	35.589.433	
Estoque	6	18.576.743	21.394.678	
Impostos a compensar	7	866.009	707.951	
Adiantamentos	8	692.809	734.781	
Despesas do exercício seguinte	–	204.289	98.242	
		124.089.918	114.572.298	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	13	215.129	240.677	
Investimentos	–	1.714	–	
Imobilizado	9	36.779.245	38.592.813	
Intangível	9	102.424	103.041	
		37.098.512	38.938.245	
Total do ativo		161.188.430	153.510.543	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)							
explicativa	Nota	Capital social	Reservas		Lucros	Total	
			Para pesquisa e desenvolvimento	Para investimentos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		75.736.187	6.635.770	3.735.720	20.630.538	–	106.738.215
Aumento do capital social		2.023.234	–	(389.860)	(1.633.374)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	20.053.193	20.053.193
Proposta para destinação do lucro líquido							
Reserva legal		–	1.002.660	–	(1.002.660)	–	–
Dividendos		–	–	–	(5.013.298)	(5.013.298)	–
Participação da diretoria		–	–	–	(2.005.319)	(2.005.319)	–
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento		–	–	1.002.660	(1.002.660)	–	–
Constituição de reserva de investimento		–	–	–	11.029.256	(11.029.256)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		77.759.421	7.638.430	4.348.520	30.026.420	–	119.772.790
Aumento do capital social	16.1	4.452.630	–	(482.319)	(3.970.310)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	17.856.940	17.856.940
Proposta para destinação do lucro líquido							
Reserva legal		–	892.847	–	(892.847)	–	–
Dividendos	14.1	–	–	–	(4.464.235)	(4.464.235)	–
Participação da diretoria	14.2	–	–	–	(1.785.694)	(1.785.694)	–
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	16.3	–	–	892.847	(892.847)	–	–
Constituição de reserva de investimento	16.2	–	–	–	9.821.317	(9.821.317)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		82.212.050	8.531.277	4.759.048	35.877.427	–	131.379.801

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Caetano do Sul - SP e que tem por objeto social, basicamente, a moagem de trigo e a comercialização de seus derivados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. **Aprovação das demonstrações contábeis:** Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 01 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes até esta data. 2.2. **Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.3. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. 2.3.1. **Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** A Companhia não adotou, de maneira antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. 2.3. **Descrição das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: 3.1. **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas com “Outras receitas e despesas operacionais”. Reconhecimento de receita - A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. 3.2. **Estimativas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste ao valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As áreas nas quais julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a: • Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº 5); • Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 15); • Vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9); • Impostos sobre a renda (Nota Explicativa nº 13). 3.3. **Ativos circulante e não circulante:** 3.3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período. 3.3.2. **Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vendidos a mais de 90 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. 3.3.3. **Estoques:** Valorizados ao custo médio de aquisição ou produção que não excede o valor de mercado. 3.3.4. **Investimentos:** Cotas es- critais do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzidos de provisão para desvalorização. 3.3.5. **Imobilizado e intangível:** Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício. **Revisão da vida útil:** No exercício 2015, a Companhia efetuou a revisão da vida útil econômica de seus bens atendendo às orientações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado) levando em consideração os valores residuais estimados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado foram revisadas em 2023 e não sofreram alterações, mantendo-se:

	2023	2022
Edifícios e construções	2,7%	2,7%
Máquinas e equipamentos	7,7%	7,7%
Móveis e utensílios	33,3%	33,3%

Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço

	2023	2022
Edifícios e Construções	22.938.325,95	(11.777.159)
Instalações e benfeitorias	8.322.854,73	(4.767.670)
Máquinas e equipamentos	57.288.311,45	(36.589.974)
Ferramentas	48.995.08	(35.344)
Móveis e utensílios	722.142,60	(552.221)
Veículos	165.877,67	(165.878)
Equipamentos de informática	2.920.316,36	(2.404.024)
Terenos	84.622,78	–
Lei nº 82001 PC 90	709.959,59	(709.960)
Adiantamento de bens	580.067,17	–
Registros e marcas Software	93.781.473	(57.002.229)
	6.146	–
	1.109.628	(1.013.351)
	1.115.774	(1.013.351)

	2023	2022
Saldo Líquido	11.643.770	11.643.770
Adições	124.435	–
Baixas	–	–
Transferências	–	–
Depreciação	482.603	482.603
Saldo 2023	11.643.770	11.643.770

	2023	2022
Matéria-prima	7.755.752	10.118.029
Outros fornecedores	5.663.773	5.515.741
	13.419.525	15.633.769

	2023	2022
Adiantamento de clientes	72.774,01	19.966,05
Seguros a pagar	4.103,37	3.972,07
Comissões s/ vendas	3.419,29	775,81
Outras contas a pagar	257.502,20	–
	337.798,87	24.713,93

	2023	2022
Salários e encargos	428.642	353.407
Provisão e encargos	929.533	963.923
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	4.014.387	2.731.736
ICMS a recolher	95.593	108.086
Outros	392.617	254.826
	5.863.772	4.451.978

	2023	2022
Resultado antes da tributação	27.338.318	30.828.186
Adições	3.907.593	4.113.307
Exclusões	(3.966.098)	(3.944.327)
Base de cálculo de Imposto de Renda e Contrib. Social	27.879.304	30.997.166
Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R\$ 240)	27.639.304	30.757.166

Diretoria	
Antonio Carlos Lopes - CRC 1SP104823/O-3	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	
Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Deliberações da AGO/E em 12 de abril de 2016: Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 16.4. As demonstrações contábeis, a qual descreve a existência de uma ação anulatória realizada por Acionista com o objetivo de obter a declaração de nulidade das propostas que foram discutidas, votadas e aprovadas na AGO/E, realizada no dia 12 de abril de 2016, que tratam especificamente sobre: (i) A destinação e retenção do lucro auferido no exercício de 2015; (ii) A destinação de parcela desse lucro à Diretoria da Companhia; (iii) O aumento de capital. Decisões futuras do poder judiciário relacionadas a esta	

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			
	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	313.526.937	355.131.244
Custo dos produtos vendidos	18	(248.724.588)	(284.106.224)
Lucro bruto		64.802.349	71.025.020
(Despesas)/receitas operacionais			
Com vendas	18	(27.485.426)	(28.341.713)
Administrativas e gerais	18	(17.450.569)	(16.069.628)
Resultado financeiro líquido	19	7.393.000	3.933.726
Outras receitas operacionais		78.964	280.780
Lucro antes do imposto de Renda e da Contribuição Social		27.338.318	30.828.186
Imposto de Renda	13.1	(6.945.826)	(7.725.291)
Contribuição Social	13.1	(2.509.137)	(2.789.745)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(26.415)	(259.957)
Lucro líquido do exercício		17.856.940	20.053.193
Lucro líquido por lote de mil ações do capital final		811,68	911,51

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	17.856.940	20.053.193	
Outros resultados abrangentes	–	–	
Total do resultado abrangente do exercício	17.856.940	20.053.193	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			
	2023	2022	
Caixas e bancos	2.968.611	1.284.808	
Aplicações financeiras (a)	68.592.914	54.762.406	
	71.561.525	56.074.213	

(a) Estão substancialmente compostas por aplicações em fundo de renda fixa de curto prazo, atualizadas pela variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI). 5. Contas a receber de clientes:	2023	2022
Duplicatas a receber	33.840.697	37.241.588
(-) Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.652.154)	(1.652.154)
	32.188.543	35.589.433

a) Aging list:	2023	2022
Duplicatas a Vencer	30.318.700	34.624.129
Vencidas		
De 1 a 30 dias	1.450.795	897.647
De 31 a 60 dias	180.343	14.482
De 61 a 90 dias	34.368	14.970
Acima de 90 dias	1.856.490	1.690.70
Duvidosa (PECLD)	(1.652.154)	(1.652.154)
	32.188.543	35.589.433

6. Estoques:	2023	2022
Produtos acabados	1.272.649	3.715.557
Matérias-primas	5.488.552	11.872.317
Matérias-primas em poder de terceiros	9.935.984	4.828.248
Materiais de embalagens	1.367.425	517.443
Almoxarifado	11.633	461.113
	18.576.743	21.394.678

7. Impostos a compensar:	2023	2022
PIS e COFINS	730.630	572.641
IRPJ saldo negativo - 2021	4.893	4.823
IRPJ saldo negativo - 2020	46.667	46.667
IRPJ saldo negativo - 2019	83.820	83.820
	866.009	707.951

8. Adiantamentos:	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores (a)	666.569	671.434
Antecipação de férias	26.240	63.347
	692.809	734.781

(a) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de matéria-prima. Mensalmente adiantamentos são realizados e compensados após o recebimento das mercadorias. Foram realizados adiantamentos para recebimento subseq- uente ao encerramento do exercício.	2023	2022
Imposto de Renda	6.945.826	7.725.291
Contribuição Social	2.509.137	2.789.745
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.454.963	10.515.036
Taxa Efetiva	34%	34%

		2023
Base - Diferenças temporárias (revisão da vida útil do ativo imobilizado)		
PRPJ		7.530.207
CSLL		1.892.552
		677.718
Total dos impostos diferidos		2.560.270
14. Dividendos e participação a pagar: 14.1. Dividendos:		
	2023	2022
Dividendos propostos (a)	4.464.235	5.013.297
Dividendos referentes a 2016 (b)	106.436	106.436

★ continuação		Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.	
em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:		demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
São Paulo, 01 de março de 2024		IBDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1	
		André Silva Moura Contador - CRC 1 SP 300564/O-7	

Brasil

Conjuntura IPCA de até 5% em 2025 já preocupa um grupo de economistas, sobretudo pelos efeitos do emprego no setor de serviços

Inflação mais forte no ano que vem entra no radar de analistas

Anais Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

Embora a expectativa mediana do mercado para a inflação em 2025 esteja rondando 3,5% há meses, alguns economistas esperam aceleração da inflação na passagem deste ano para o próximo, sobretudo por causa da dinâmica dos preços de serviços. “O que mais me preocupa é o grau de aperto do mercado de trabalho”, diz o economista-chefe da Apex Capital, Alexandre Bassoli, ao prever que a inflação encerrará 2024 em 4,2% e irá a 5% em 2025. “As condições em que o ciclo de afrouxamento monetário teve início são peculiares, com um crescimento econômico que surpreendeu para cima de forma substancial e uma taxa de desemprego que tem caído de forma persistente e que está nos menores níveis desde 2015. O grau de ociosidade da economia parece ser baixo”, afirma. Segundo ele, já tem sido possível observar o grau de aperto do mercado de trabalho se traduzir em alta dos salários, o que produz pressões sobre a inflação de serviços, sobretudo aqueles mais intensivos em mão de obra. “E, olhando à frente, não acho que esse grau de aperto vai diminuir, pelo contrário. A economia, aparentemente, está começando o ano mais forte do que se imaginava e acho que vamos observar por um tempo os efeitos do ajus-

te nos juros que está sendo implementado”, diz Bassoli. Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, destaca a dispersão das projeções para a inflação de 2025. A mediana das estimativas no Focus está em 3,53%, mas a mínima é de 3%, e a máxima, de 5,1%. A Ativa espera um IPCA de 3,8% em 2024, acelerando para 4,2% em 2025. A inflação para o próximo ano deve ser pressionada, segundo Sanchez, pelos serviços. “Vivemos um processo de alívio na política monetária mesmo diante da resiliência da inflação de serviços. Então, ela não deve ceder, até porque também não contamos com um enfraquecimento do mercado de trabalho”, afirma. Sanchez espera ainda uma compensação em preços administrados (determinados por contrato ou órgão público), como de transporte urbano. “Houve represamento em 2024, ano de eleição municipal. Isso só acaba postergando um pouco a inflação. No ano que vem, tem devolução”, diz. Além disso, Sanchez também espera oscilação menos benigna nos preços dos alimentos para 2025. “Há um ciclo de curto prazo. Em um ano o produtor tem uma remuneração maior, o que incentiva o aumento da produtividade e da área plantada. No ano seguinte, cai, depois sobe. É natural ter volatilidade no ano contra ano”, diz. Assim, na avaliação de Sanchez,

sobra apenas para os preços de bens industriais trazerem boas notícias à inflação em 2025. “A indústria tem ligação com o internacional, cuja perspectiva é de alívio inflacionário. A indústria tem refletido, em grande parte, essa importação de desinflação, algo que eu espero que continue no ano que vem, mas que não vai ter força para que a gente assista a uma desaceleração da inflação em 2025 como um todo”, diz Sanchez. Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do BNP Paribas, tem dúvidas até sobre essa contribuição benigna de bens industriais. “A gente compra a ideia de que ainda tem uma desinflação de bens industriais vindo da desaceleração global, da China, de algum efeito defasado após o choque da pandemia. Isso ajudou no ano passado, ainda contribui neste ano, mas parece que, para 2025, essa conta fica para trás”, afirma. Além da pressão dos serviços no IPCA de 2025, Arruda menciona a perspectiva de que a política fiscal vai continuar expansionista, alimentando a demanda, en-

“Não imagino fiscal expansionista, mas também não muito contracionista”
Gustavo Arruda



Alexandre Bassoli: aperto do mercado de trabalho preocupa e BC pode ter de voltar a subir os juros em 2025

quanto a política monetária deve caminhar para um território neutro. “Não imagino que estará expansionista, mas também não vai estar contracionista, ou então estará pouco contracionista.” O BNP Paribas projeta inflação de 3,5% em 2024 e 4% em 2025. Se o Banco Central não levar os juros a 9%, como o banco projeta, ou um pouco abaixo disso ao fim do ciclo de cortes, mas parar antes, a estimativa do banco para o IPCA em 2025 terá de ser revista para baixo, reconhece Arruda. Sanchez, da Ativa, diz que o que eles projetam que será a postura do BC “destoa um pouco” do que eles acham que deveria ser a condução dos juros hoje. A Ativa espera estabilidade da Selic em 10% até, pelo menos, março de 2025, a partir de quando o BC já olha para 2026. “Ele busca uma convergência da inflação, mas sem obter grande êxito nesse processo”, diz. As projeções de inflação para 2025 são importantes não só porque o ano já domina o “horizonte relevante” que guia a atuação do Copom, mas também porque a vi-

são de que há pouco espaço para redução das expectativas de inflação à frente impacta a indexação da economia e a própria dinâmica de preços, conforme aponta o Itaú Unibanco em um relatório. O banco calcula que um choque de 0,50 ponto percentual nas projeções de inflação por um trimestre resulta em aumento de 0,36 ponto percentual na inflação nos seis trimestres seguintes. “Dada a dinâmica e o balanço de riscos do cenário atual, que, entre outros fatores, envolve um cenário externo mais desafiador e uma atividade econômica e mercado de trabalho doméstico resilientes, vemos pouco espaço para redução das expectativas de inflação à frente”, escrevem as economistas Julia Gottlieb, Natalia Cotarelli e Julia Passabom no relatório. Um risco, para alguns desses economistas mais cautelosos com a inflação de 2025, é o BC ter de voltar a subir juros no ano que vem, o que, por sua vez, também enfrenta incertezas diante da perspectiva de mudança na composição do órgão. Até o fim de

2024, o governo federal deverá ter indicado o novo presidente e dois outros diretores do BC. “Vemos como cenário mais provável uma elevação da Selic no segundo semestre de 2025 por causa desse quadro inflacionário. O BC provavelmente será levado a aumentar os juros em um quadro de estreita ociosidade na economia e pressões sobre a inflação de serviços”, afirma Bassoli, da Apex, ao projetar o juro básico em 9,25% no fim deste ano e em 10,5% em dezembro de 2025. As dúvidas a respeito da nova composição do Copom afetam as expectativas de inflação para 2025. Mas Arruda, do BNP Paribas, diz não “comprar a tese” de que, com a mudança, o Comitê será necessariamente “dovish” (mais leniente com a inflação) a ponto de isso ser um impeditivo para um cenário de retorno das altas de juros, caso necessário. “Cada BC é um BC. Eu tenho a impressão de que, sim, ele pode vir a ser mais ‘dovish’ do que no passado, mas isso não implica, necessariamente, que estamos indo para extremos”, afirma.

Incômodo aumenta no ano com serviços e monitorados

De São Paulo

Ainda que a maior parte do mercado continue vendo a convergência da inflação para o redor da meta em 2024, o clima de confiança arrefeceu entre alguns economistas, sobretudo considerando os cenários dos preços de serviços e administrados. A mediana das projeções para o IPCA em 2024 no boletim Focus, pesquisa do Banco Central com o mercado, voltou a acelerar ligeiramente nesta semana, para 3,76%, de 3,75%. A Itaú Asset, por exemplo, elevou sua projeção de 3,7% para 3,8%.

Mesmo com diversos fatores favoráveis e boas surpresas, Fernando Genta, economista-chefe da XP Asset, lembra que a inflação fechou 2023 em 4,6% — o centro da meta era 3,25%. Para 2024, cuja meta é 3%, Genta projeta 3,6%, mas “muito graças” à medida provisória do setor elétrico, que deve reduzir o preço médio da energia ao longo do ano e tirar cerca de 0,14 ponto percentual da inflação, diz ele. Sem isso, observa, o número estaria mais próximo de 4%, ainda abaixo, mas mais perto do teto da meta para o ano, de 4,5%. O mercado de trabalho está

apertado, a inflação de serviços roda entre 5% e 5,5%, em termos anualizados e dessazonalizados, e a inflação de alimentos vem surpreendendo pelo lado altista, lista Genta em apresentação a clientes. “Em algum momento, temeu-se o El Niño, mas, quando olho o que está acontecendo lá fora com os preços de commodities, ele não deve ser duradouro”, diz Genta. “Por outro lado, vale lembrar que inflação de alimentos não é só custo. Quando a gente olha para os dados do varejo, de vendas de alimentos e supermercados bombando, tem também um componente de de-

manda”, afirma o economista. Lucas Souza, economista-chefe da Berkana Patrimônio, levanta dúvidas a respeito dos preços administrados — aqueles determinados por contrato ou órgão público, como a própria energia ou combustíveis. Desde dezembro de 2023, as projeções do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para esses preços monitorados vinham sendo revistas para baixo: de 5% em novembro para 4,5% em dezembro e 4,2% em janeiro. Em março, até voltaram para 4,4%, mas a mediana do Focus, pesquisa do BC

com o mercado, está em 4,1%. Os preços dos combustíveis, no entanto, estão há mais de 150 dias sem reajustes, observa Souza. A defasagem da gasolina comercializada pela Petrobras, em relação aos preços no exterior, é de algo como 19%, estima o economista. A Warren Investimentos, que tem uma estimativa similar, calcula que cada 10% de alta do preço da gasolina na refinaria impactaria a projeção do IPCA de abril em 0,18 ponto percentual. Além da alta do petróleo, a depreciação do real tem contribuído para ampliar essa defasagem, diz Andréa Angelo, estrate-

gista de inflação da Warren. Ela projeta alta de 3,97% do IPCA em 2024 e elevou, recentemente, sua previsão de 3,5% para 3,75% em 2025, entre outros motivos, por causa de uma inflação maior de serviços neste ano e os reflexos que ficam para 2025. Mesmo assim, essa estimativa para o próximo ano ainda contém um viés para ser maior, segundo Angelo. “Os preços dos alimentos não devem ser tão bons no próximo ano, mas não é esse o motor, são os serviços”, diz Souza, da Berkana, projetando IPCA de 4,2% em 2024 e 4% em 2025. *(AF e VR)*

Operação de BNDESPar e J&F foi legal, vê TCU

Murillo Camarotto De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) descartou, nessa terça-feira (9), irregularidades em operações do BNDESPar com o grupo J&F para a aquisição de empresas no exterior. A decisão contrariou a posição do relator, o ministro-substituto Augusto Sherman, que defendeu punição e multas para o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho e para membros da antiga diretoria do banco. Os três processos analisados, que tramitam no TCU desde 2017, tratam de operações do braço de participações do BNDES para aqui-

sições das empresas Swift, Bertin e Pilgrim’s, realizadas anos antes pela J&F. De acordo com o relator, as operações foram feitas de forma irregular e não apresentaram os resultados esperados em termos de geração de empregos ou de fomento à indústria nacional. Antes de defender as punições, o relator retirou do rol de responsáveis pelas supostas irregularidades os empresários Joesley Batista e Wesley Batista, além do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e dezenas de outras pessoas. Ainda assim, Sherman reiterou a sua convicção sobre a ilegalidade das operações. O único que se posicionou a favor de Sherman foi o decano do

TCU, ministro Walton Alencar. Todos os demais acompanharam o voto divergente apresentado pelo ministro Jorge Oliveira. O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, comemorou a decisão e destacou o lucro de R\$ 16,5 bilhões (em valores nominais) com as operações. Representando a antiga diretoria do BNDES, o advogado Thiago Cardoso Araújo, sócio da área de direito público do Boca-ter Advogados, disse que as operações foram altamente lucrativas para o BNDES e “contribuíram para melhorar a governança do setor, melhorando a segurança alimentar e aumentando os empregos formais”.

Remessa Conforme deve ter ICMS maior

Jéssica Sant’Ana e Guilherme Pimenta De Brasília

Os Estados discutem nesta semana o aumento de 17% para 25% na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre as compras feitas nos sites que aderiram ao programa Remessa Conforme, da Receita Federal. A mudança, se aprovada, entrará em vigor a partir de 2025. O tema estará na pauta das reuniões ordinárias do Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que aconte-

cem na quinta-feira (11) e sexta-feira (12), em Fortaleza. Segundo apurou o **Valor**, já há um consenso entre os Estados para subir a alíquota para 25%. Uma fonte explica que, como não se trata de benefício fiscal, não é preciso votação por unanimidade, mas a ideia é conseguir o apoio de todos os secretários, porque os Correios precisam de uma alíquota unificada entre os entes federados para conseguir fazer o recolhimento do tributo. Após o acordo federativo no Comsefaz e a aprovação no Confaz (que conta com a presidência do Ministério da Fazenda), a maioria dos Estados precisará homologar a nova alíquota nas As-

sembleias estaduais. Alguns governadores já aprovaram antes, por isso essa etapa estará dispensada. Em outros Estados, bastará a edição de decreto executivo. Por isso, a expectativa é que, uma vez aprovado o novo percentual, não haja dificuldade para implementação. A nova alíquota, contudo, só poderá ser cobrada pelos Estados a partir de 2025, porque está sujeita ao princípio da anterioridade. O governo federal, segundo apurou o **Valor**, já foi informado e não vê problemas em os Estados fixarem a alíquota em 25%, porque essa já era a intenção dos entes federados desde o início do programa.

Desenvolvimento País é o quinto com menor índice de cobertura de conclusão de ensino médio, diz IBGE

No G20, só Índia tem fatia maior de pobres que Brasil



Lucianne Carneiro
Do Rio

O Brasil é o segundo país do G20 — grupo de grandes economias mundiais mais os blocos União Europeia e União Africana — com maior parcela da população abaixo da linha de pobreza extrema, a quinta nação com menor índice de cobertura de conclusão de ensino médio e o sexto país com maior taxa de informalidade entre homens e a sétima entre as mulheres. Além disso, é o penúltimo colocado quando se trata de representatividade feminina na política — atrás apenas do Japão —, mas figura na terceira posição com maior proporção de mulheres em cargos gerenciais.

Os dados são parte de um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísti-

ca (IBGE) chamado "Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20: caderno desigualdades - primeiras análises", que busca traçar um mapa das desigualdades presentes no G20, tendo como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

"Quando se trata de G20, parece que é um conjunto de países com situação relativamente homogênea. Mas os dados revelam uma profunda heterogeneidade. O papel do IBGE é trazer a público o quanto o mundo se encontra

ainda profundamente desigual", afirmou o presidente do IBGE, Marcio Pochmann, no lançamento oficial do estudo, em cerimônia realizada na Casa G20 - Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio.

O IBGE reuniu dados correspondentes aos países do G20 de alguns dos indicadores usados para o monitoramento dos ODSs, mas a maioria das estatísticas traz informações para todos os países do grupo nem estão incluídas a União Europeia e a União Africana.

O mais importante indicador

do estudo é o de pobreza: o primeiro ODS é "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares". A Índia é o país com a maior proporção de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, com 12,9% em 2021. O Brasil, por sua vez, é o segundo no ranking, com 5,8% dos habitantes que vivem com menos de US\$ 2,15 por dia. A Indonésia ocupava a terceira posição no ranking, com 3,5%. Para este indicador, o IBGE encontrou informações para nove dos países do G20.

No caso de Brasil, há informa-

ções também para o ano de 2022, que mostram que a parcela da população que vive abaixo da linha da pobreza caiu para 3,9%. Pelos dados de 2021, 0,9% da população da Argentina se enquadrava no critério de pobreza extrema do indicador, embora estatísticas mais recentes mostrem aumento desse percentual.

A pesquisa também traz informações sobre a taxa de conclusão do ensino médio para 13 dos países do G20. A pior situação é a do México, com taxa de 59,53% em 2021, seguido por África do Sul (63,21%), Argentina (64,84%) e Indonésia (68,53%). O Brasil, por sua vez, detém a quinta menor parcela da população com ensino médio concluído, de 73,37%.

Outra informação apresenta-

da no estudo é a da taxa de informalidade: a Índia lidera o ranking da informalidade, com taxas de 88,18% entre homens e 91,32% entre mulheres, seguida por Indonésia (79,06% e 81,88%, respectivamente), México (56,91% e 56,24%) e Argentina (51,11% e 50,77%). O Brasil, por sua vez, ocupa a sétima posição no ranking do G20 por taxa de informalidade: 40,26% para homens e 36,08% para mulheres.

No indicador de violência, o Brasil é o terceiro país com mais vítimas de homicídios intencionais por 100 mil habitantes, são 38,55 entre homens e 3,53 entre mulheres. A África do Sul lidera o ranking, com 72,04 vítimas homens/100 mil habitantes.

Nos indicadores selecionados para retratar a situação da mulher na sociedade, se o Brasil é o segundo pior país em termos de representatividade no Parlamento nacional (14,81% dos assentos), tem o terceiro melhor índice de participação das mulheres em cargos de gerência (38,8% das mulheres), atrás apenas de Rússia (46,2%) e Estados Unidos (41,4%).

País tem terceiro melhor índice de participação das mulheres em cargos de gerência



FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
CNPJ/MF nº 23.274.194/0001-19 - NIRE 33.300.0.9092-4
Editais de Adiantamento e Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Furnas - Centrais Elétricas S.A.

Ficam informados os senhores titulares das debêntures da segunda série em circulação ("Debenturistas") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Emissão", "Debentures da Segunda Série" e "Emissão", respectivamente, operações, nos termos do *"Instrumento Particular de Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da - Furnas - Centrais Elétricas S.A."*, originalmente celebrado em 15 de novembro de 2019, entre a Emissora, a Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Fiadora"), conforme aditado ("Escritura de Emissão"), sobre o adiantamento da assembleia geral de Debenturistas, originalmente convocada para 10 de abril de 2024, às 16:00 horas, ficando os senhores Debenturistas convocados para se reunirem, em segunda convocação, no dia 17 de abril de 2024, às 16:00 horas em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do artigo 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para analisar e deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia**: (1) autorização para que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029, os efeitos do disposto nos itens (h) e (i) da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que eventual alteração do controle acionário, direto ou indireto, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme definido na Escritura de Emissão), de quaisquer das Subsidiárias Relevantes (conforme definido na Escritura de Emissão) não seja considerado um Evento de Inadimplemento - Vencimento Antecipado Automático (conforme definido na Escritura de Emissão); (2) autorização prévia para que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029, as seguintes operações possam ser realizadas e não configurem Evento de Inadimplemento - Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item (j) da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período); (i) quaisquer operações de criação, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo quaisquer das Subsidiárias Relevantes da Emissora; (ii) operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária ocorridas entre sociedades do grupo econômico da Fiadora, o qual inclui a Fiadora, as Controladas (conforme definição de controle previsto no artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada) diretas e indiretas da Fiadora e todas e quaisquer sociedades nas quais a Fiadora possua participação societária, direta ou indiretamente, independente de deter Controle ("Grupo Econômico"), incluindo incorporação pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer Subsidiária Relevante da Emissora ou outras controladas ou investidas da Emissora e da Fiadora; (iii) operações fora do Grupo Econômico da Fiadora: (1) que tenham o seguinte resultado (x) a sociedade decorrente da referida reorganização societária, ou envolvida na referida reorganização societária, seja ou venha a ser controlada ou investida direta ou indiretamente pela Fiadora, ou a companhia resultante da referida operação venha a ser a própria Fiadora, sendo, inclusive, permitido o investimento via aporte de ativos pela Fiadora no âmbito da constituição de uma joint venture; e, cumulativamente, (y) as demais partes envolvidas na referida operação não sejam Pessoas Sancionadas (conforme definido na Escritura de Emissão); ou (2) que sejam operações de incorporação, fusão, cisão ou outra forma de reorganização societária que não resultem na perda pela Emissora ou pela Fiadora de participações societárias ou ativos que representem um valor individual ou agregado, em montante superior a 20%(vinte por cento) do ativo total consolidado da Fiadora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas pela Fiadora à época da respectiva operação (observado que as operações celebradas nos termos do item (1) acima, ou outras que venham a ser autorizadas previamente pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas, não serão computados para fins de verificação do montante autorizado neste item (2)); (3) Autorização, nos termos da Cláusula 5.2, alínea (f), item (iii) da Escritura de Emissão, para que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029, as seguintes operações de venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, detidos pela Fiadora (e/ou, após ocorrência da incorporação da Emissora (abaixo definido), por Subsidiárias Relevantes da Fiadora (abaixo definido), possam ser realizadas e não configurem Evento de Inadimplemento - Vencimento Antecipado Automático (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período); (i) operações em que o referido bem e/ou ativo (inclusive participações societárias) seja vendido, cedido, locado ou alienado para uma sociedade controlada ou investida direta ou indiretamente pela Fiadora (inclusive aportes de ativos no âmbito de constituição de uma joint venture pela Fiadora ou por Subsidiárias Relevantes da Fiadora); (ii) operações com as seguintes características: (i) que 75% (setenta e cinco por cento) ou mais dos recursos líquidos originários da referida operação forem empregados na amortização e/ou quitação (incluindo por meio de dação em pagamento) de dívidas da Fiadora e/ou das subsidiárias relevantes da Fiadora, assim entendidas as subsidiárias ou controladas diretas ou indiretas que representem mais de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Fiadora, conforme última demonstração financeira consolidada da Fiadora ("Subsidiárias Relevantes da Fiadora"), desde que o pagamento antecipado já seja autorizado pelos respectivos instrumentos das dívidas, ou de outros passivos em aberto, inclusive aqueles decorrentes de decisões administrativas, arbitrais ou judiciais (ou acordos ou transações), ou depositados em conta vinculada destinada ao pagamento de tais obrigações, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do efetivo recebimento dos recursos financeiros pela respectiva entidade, ou no reembolso ou ressarcimento de dívidas que tenham sido pagas com recursos próprios da Fiadora e/ou das Subsidiárias Relevantes da Fiadora, ou, (ii) que a referida operação resulte em desoneração de garantias prestadas pela Fiadora e/ou por Subsidiárias Relevantes da Fiadora, no âmbito de obrigações contradas pelas sociedades objeto da venda, cessão, locação ou alienação, em valor equivalente a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos líquidos originários da referida operação; (iii) operações nas quais os recursos da venda forem destinados para aquisição de, ou investimento em, novos ativos que tenham, no mínimo, a mesma representatividade dos ativos vendidos, cedidos, locados ou alienados no momento da compra; (iv) operações em que o referido bem e/ou ativo (inclusive participações societárias) seja locado ou arrendado para terceiros sob condições ordinárias de negócios da Fiadora e/ou das Subsidiárias Relevantes da Fiadora, incluindo operações de arrendamento de plantas; (v) nas demais hipóteses que não aquelas previstas em qualquer dos itens "(i)" a "(iv)" retro, desde que, em conjunto ou isoladamente, tais operações representem um valor, individual ou agregado, em montante equivalente ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total consolidado da Fiadora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas pela Fiadora à época da respectiva operação. (4) autorização para que, após a conclusão da incorporação da Emissora pela Fiadora ("Incorporação da Emissora") e, exclusivamente durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029 para as Debêntures da Segunda Série, os efeitos do disposto (a) no item (m) da Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que tais operações estejam doravante sujeitas às condições previstas no item 3 acima, passando a se aplicar a operações envolvendo bens e ativos detidos pela Fiadora, na qualidade de sucessora da Emissora, e pelas Subsidiárias Relevantes da Fiadora (conforme definido acima), não se aplicando, portanto, a operações envolvendo bens e ativos detidos por Subsidiárias Relevantes da Emissora que representem menos de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Fiadora, conforme última demonstração financeira consolidada da Fiadora; e (b) no item (o) da Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que doravante se aplicará apenas o índice financeiro previsto no item 7 abaixo; (5) autorização para que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029, os efeitos do disposto no item (q) da Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que a Emissora e a Fiadora possam honrar quaisquer garantias fidejussórias prestadas e aportar capital em subsidiárias, sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas) e/ou sociedades sob controle comum pela Emissora no contexto de solicitações de aporte de capital exigidas por credores das referidas sociedades, nas circunstâncias descritas na referida cláusula, sem que tais hipóteses sejam consideradas Eventos de Inadimplemento; (6) autorização, nos termos da Cláusula 5.3, alínea (e) da Escritura de Emissão, para que, exclusivamente com relação às Debêntures da Segunda Série durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029, as seguintes garantias possam ser prestadas e/ou constituídas, e não configurem Evento de Inadimplemento (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período): (i) constituição, pelas Subsidiárias Relevantes da Emissora, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, ainda que sob condição suspensiva e independente do valor; (ii) outorga, pela Emissora, inclusive após a assunção das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão, pela Fiadora, após a conclusão da Incorporação da Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias fidejussórias em favor de terceiros sobre quaisquer ativos em valor, individual ou agregado, inferior a 10% (dez por cento) do EBITDA Ajustado da Fiadora tomando como base as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e disponibilizadas pela Fiadora, ou seu equivalente em outras moedas, bem como: (A) as garantias atualmente existentes e suas eventuais renovações e/ou prorrogações; (B) garantias constituídas no âmbito de processos judiciais ou administrativos; (C) as garantias prestadas pela Emissora em favor (1) de suas controladas ou outras investidas ou (2) da Eletrobras Termoeletrônica S.A. - ELETRONUCLEAR ("Eletronuclear") (em ambos os casos deste item "c"), na proporção do capital votante detido pela Emissora na referida controlada ou investida ou na Eletronuclear, conforme o caso; (iii) constituição, pela Emissora, inclusive após a assunção das obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão, pela Fiadora, após a conclusão da Incorporação da Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias reais ou ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos em valor, individual ou agregado, inferior a 10% (dez por cento) do EBITDA Ajustado da Fiadora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e disponibilizadas pela Fiadora, ou seu equivalente em outras moedas, bem como: (A) as garantias atualmente existentes e suas eventuais renovações e/ou prorrogações ou as garantias reais existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade quando tal sociedade se tornar uma controlada ou investida, direta ou indireta, da Emissora; (B) ônus ou gravames constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos ou em decorrência da exigência da Emissora durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029, as seguintes garantias possam ser prestadas pela Emissora (1) em favor de suas controladas ou outras investidas; ou (2) em favor da Eletronuclear (em ambos os casos deste item "c"), na proporção do capital votante detido pela Emissora na referida controlada ou investida ou na Eletronuclear, conforme o caso; ou (3) aquelas constituídas pela Emissora para financiar todo ou parte do preço (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação) de aquisição, construção ou reforma, pela Emissora, direta ou indiretamente, de

qualquer ativo (incluindo capital social de sociedades), e constituídas exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; ou (4) em garantia de dívidas financeiras com recursos provenientes, direta ou indiretamente, de entidades multilaterais de crédito ou bancos de desenvolvimento, locais ou internacionais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, FINAME, FINEM, SUADAM, SUDENE, ou entidades semelhantes), ou de bancos comerciais privados atuando como credores, em conjunto com, ou como agentes de repasse de entidades multilaterais de crédito ou bancos de desenvolvimento, no âmbito de tais dívidas financeiras, ou dívidas financeiras com bancos cujo capital seja detido pelo governo (tais como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil); ou (5) no âmbito de contratos de derivativos sem propósito especulativos; ou (6) sobre ativos vinculados a projetos de geração e/ou transmissão de energia elétrica da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas ou investidas diretas e/ou indiretas, para fins de garantir financiamentos tomados para implantação e desenvolvimento dos respectivos projetos, inclusive a aquisição de equipamentos em substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade ou eliminação de ativos operacionais obsoletos; ou (7) sobre recebíveis da Emissora, em garantia de obrigações financeiras incorridas pela Emissora e/ou por suas investidas diretas ou indiretas, no curso ordinário de negócios; (7) autorização para que, após a conclusão da Incorporação da Emissora, exclusivamente durante o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de maio de 2029 para as Debêntures da Segunda Série, os efeitos do disposto nos itens (b), (e) e (k) da cláusula 5.2, e nos itens (a), (f), (g), (h) e (m) da Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão sejam suspensos exclusivamente no que se refere a eventos relacionados a Subsidiárias Relevantes da Emissora, de modo que não configurem Evento de Inadimplemento - Vencimento Antecipado Automático ou Eventos de Inadimplemento, conforme o caso, aos eventos envolvendo subsidiárias ou controladas diretas ou indiretas que representem menos de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Fiadora, conforme últimas demonstrações financeiras consolidadas das Fiadora; e (8) caso sejam aprovadas as matérias dos itens (1) a (7) acima, aprovar a prática pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunidade dos Debenturistas, em conjunto com a Emissora, de todos os demais atos eventualmente necessários para refletir o disposto nas referidas deliberações, desde que os referidos atos sejam atrelados, exclusivamente, às deliberações ora tomadas. Em contrapartida aos consentimentos prévios solicitados, a administração da Companhia propõe que seja pago aos Debenturistas uma remuneração extraordinária a ser aprovada em conjunto pelos Debenturistas reunidos nas Assembleias e pela Companhia da seguinte forma: para as Debêntures da Segunda Série percentual *flat* equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o saldo devedor das respectivas Debêntures da Segunda Série na data da respectiva assembleia geral de debenturistas que aprovou a integralidade das deliberações ("Montante do Waiver"). O Montante do Waiver será pago em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da última assembleia geral de debenturistas que ocorra dentre aquelas objeto dos seguintes editais de convocação (incluindo eventuais suspensões, reaberturas, adiamentos e novas convocações de assembleia que tenham a mesma ordem do dia como objeto) • Edital de convocação da assembleia geral de debenturistas da 3ª (terceira) e 4ª (quarta) séries da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, datado de 4 de março de 2024. • Edital de convocação da assembleia geral de debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, datado de 4 de março de 2024. • Edital de convocação da assembleia geral de debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Furnas - Centrais Elétricas S.A., datado de 4 de março de 2024. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.alagre@eletrobras.com, com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico fiduciario@trusteedtm.com.br, impetritivamente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o *link* de acesso ao sistema "Cadastro". A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da plataforma "Microsoft Teams", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora no seu website (ri.eletrobras.com) e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.alagre@eletrobras.com, fiduciario@trusteedtm.com.br, impetritivamente, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da AGD. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e/ou de representação, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista e as demais partes da operação ou as matérias da Ordem do Dia. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário (i) quando pessoa física: cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) ou, caso seja representado por procurador nos termos do item (ii) abaixo, declaração emitida por instituição financeira de primeira linha que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista; e (ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital; e (c) se instituição financeira de primeira linha, declaração que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista. Com relação aos fundos de investimento, a representação destes na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais Debenturistas da Emissora somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Emissora, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Emissora poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Emissora, acionista ou advogado. Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGD via sistema eletrônico de votação a distância. Válida a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 1 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Microsoft Teams". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 1 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.alagre@eletrobras.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.alagre@eletrobras.com, ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail fiduciario@trusteedtm.com.br. A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Microsoft Teams" estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma "Microsoft Teams" para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o *link* para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, § 4º, II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário www.fiduciario.com.br/debenturistas, da Emissora (ri.eletrobras.com) e da CVM na rede mundial de computadores (<https://www.gov.br/cvm/pl-br>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2024. **FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**

Operação mira empresas de ônibus suspeitas de elo com PCC

De São Paulo

O Ministério Público de São Paulo (MPSP), a Polícia Militar, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Receita Federal deflagaram ontem a operação Fim da Linha, que tem como alvo duas empresas de ônibus da capital paulista acusadas de serem criadas com dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Segundo as investigações, as empresas UPBus e da Transwolff, responsáveis pelo transporte de quase 700 mil passageiros diariamente em São Paulo, seriam res-

ponsáveis por lavar recursos ilícitos do PCC provenientes de tráfico de drogas, roubos e outros delitos. Em 2023, elas receberam mais de R\$ 800 milhões de remuneração da prefeitura.

Na operação desta terça-feira, os agentes cumpriram quatro mandados de prisão e 52 de busca e apreensão. Além disso, a Justiça determinou o bloqueio de mais de R\$ 600 milhões em patrimônio para garantir o pagamento a título de dano moral coletivo.

Foram presos nesta terça Luiz Carlos Efigênio Pacheco, dono da Transwolff, e Robson Flares Lopes Pontes, dirigente da Transwolff.

Hélio Rodrigues dos Santos, secretário da empresa, foi preso em flagrante por porte ilegal de arma durante as buscas. O dono de um escritório de contabilidade também foi detido.

A Justiça de São Paulo determinou que a SPTrans, estatal de transporte coletivo da capital, assumiria imediatamente a operação das linhas administradas pelas empresas. Os dirigentes das empresas devem se afastar dos cargos e cinco deles, ligados à UPBus, terão de cumprir medidas cautelares — entre elas, a proibição de frequentar a empresa e de se apresentar da cidade sem comunica-

ção prévia à Justiça.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) anunciou ontem que dois funcionários da SPTrans serão nomeados interventores nas duas empresas de ônibus suspeitas de ligação com o PCC. Em um decreto publicado nesta terça, Nunes nomeou Valdemar Gomes de Melo como interventor da Trasnwolff e Wagner Chagas Alves para a UPBus. Além disso, haverá representantes da Controladoria-Geral do município e da Procuradoria-Geral.

“O objetivo é continuar contribuindo com o Ministério Público nas ações, dar agilidade nessa

mudança de gestão e fazer com que nenhuma alteração da operação seja sentida pelos usuários”, acrescentou o prefeito.

Segundo Nunes, a decisão atende a pedido do Ministério Público para que a prefeitura de São Paulo intervenha nas duas empresas investigadas para evitar que a circulação de linhas de ônibus seja interrompida.

“A prefeitura faz a intervenção nas duas empresas para que os usuários possam ficar absolutamente tranquilos de que não haverá nenhuma intercorrência no transporte público”, disse o prefeito em vídeo publicado nas re-

des sociais.

Além disso, Nunes afirma que estão garantidos os pagamentos aos fornecedores das empresas.

O prefeito garantiu que não haverá qualquer tipo de paralisação no transporte público de São Paulo por causa da intervenção nas duas empresas.

“Absolutamente nada muda. O que muda somente é a questão da gestão das empresas”, afirmou em entrevista coletiva, em que afirmou os fornecedores não deixarão de receber e para funcionários, passageiros e para a operação tudo segue como está. *(Com Folhapress)*

Infraestrutura Com medida provisória, governo federal reabre o prazo para acesso a desconto no uso da rede de elétrica

Novo subsídio para energias eólica e solar põe setor em estado de alerta

Rafael Bitencourt, Mariana Assis e Estevão Taiair De Brasília

Sob críticas no setor elétrico, a medida provisória (MP) que concede o prazo adicional de 36 meses para projetos de energia eólica e solar acessarem subsídios no uso de redes e reduz as tarifas com recursos da privatização da Eletrobras foi assinada na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A iniciativa do governo havia colocado o setor em estado de alerta com a possibilidade de aumento de encargos apontados como o grande vilão do custo elevado da energia elétrica no país.

Na solenidade no Palácio do Planalto, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou que a medida provisória (MP) viabilizará mais de 30 gigawatts (GW) de energia limpa e renovável no Brasil, com a construção de novos projetos de geração de energia eólica e solar. Ao todo, o governo estima que os recursos chegarão a R\$ 165 bilhões em investimentos e mais de 400 mil empregos.

Com a MP, o governo reabre o prazo para donos de usinas eólica e solar terem acesso a desconto no uso da rede de elétrica. O prazo original já havia sido encerrado na gestão Jair Bolsonaro, mas havia sido ampliado por ele, na ocasião, com a assinatura da MP 998/20. Isso levou à chamada “corrida ao ouro”, com a avalanche de pedidos de novos projetos com benefícios na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Integrantes do próprio governo se queixaram do peso da nova leva de subsídios sobre a conta que centraliza os encargos da tarifa, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Este é um ponto que desagrada essa parcela de técnicos e é classificado como “absurdo” por uma fonte ouvida pelo Valor. Ela calcula que o benefício aumentará em R\$ 4 bilhões anuais o custo dos encargos desembolsados pelos consumidores via tarifa. “Quem paga a CDE é a classe média, a indústria e o comércio, que não estão no mercado livre e que necessariamente consomem energia das distribuidoras”, destaca.

A MP assinada ontem inclui dois mecanismos compensatórios



Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira: “Serão R\$ 11 bilhões a menos nas contas dos brasileiros”

para atenuar as tarifas caras no país. O primeiro prevê uso de recursos da privatização da Eletrobras para quitar antecipadamente os empréstimos contratados pelas distribuidoras durante a pandemia da covid-19 e a crise hídrica de 2021 e, assim, reduzir as tarifas entre 3,5% e 5% em todo o país.

“Vamos quitar empréstimos da Conta Covid e Conta de Escassez Hídrica. Serão R\$ 11 bilhões a menos nas contas dos brasileiros”, ressaltou o ministro de Minas e Energia. Ele afirmou que os dois contratos de financiamento foram assinados de “forma irresponsável” na gestão do governo anterior e “nunca deveriam ter sido jogados no colo do consumidor”.

O segundo, de abrangência local, tem o objetivo de garantir recursos para a distribuidora do Amapá, atenuando a revisão tarifária extraordinária pedida pela concessionária local no ano passado, que seria da ordem de 44%. O tema seria tratado em MP separada, mas, conforme antecipou o Valor, foi incluída na proposta de benefício aos projetos de geração por fonte renovável.

Ontem, Silveira e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmaram que será aprofundado o debate com integrantes do setor para buscar uma solução estrutural para o problema da energia cara no Brasil. No Planalto, Costa disse que será realizada hoje uma reunião para discutir como “compatibilizar a produção mais barata do mundo com a conta que deve ser uma das mais baratas do mundo para os mais pobres e a classe média” no país.

Já Silveira disse que já foi estabelecido um “fórum de discussão permanente” com o setor. “Amanhã [quarta-feira], a gente terá uma reunião um pouco mais ampliada”, disse ele, ao se referir à participação de representantes de entidades e especialistas. Para Silveira, o governo tem o desafio

permanente de corrigir as distorções no setor elétrico, que resultam na elevação das tarifas. Ele disse que, após ouvir o setor, uma solução será levada a Lula.

Após evento do governo, a Frente Nacional dos Consumidores de Energia classificou como “incoerente e prejudicial” a proposição de regras que aumentam os encargos que compõem a tarifa e ainda antecipam recursos futuros criando uma despesa adicional que acabará recaindo sobre os consumidores nos próximos anos. Ressaltou que, hoje, os subsídios respondem por 16% do valor pago na conta de luz do brasileiro. “Com a nova MP, esse custo aumentará ainda mais e de forma imediata.”

Já a Abrace Energia, que representa os consumidores da indústria, entende que a prorrogação dos subsídios para a energia renovável representará um aumento futuro que poderá chegar R\$ 4,5 bilhões por ano na tarifa. “Portanto, considera importante que essas medidas sejam avaliadas em conjunto com diversas outras que poderiam reduzir estruturalmente o preço da energia”, diz o comunicado.

Integrantes do próprio governo se queixam do peso dos novos subsídios sobre conta de luz

Aneel mantém multa da Enel por apagão em novembro

Rafael Bitencourt De Brasília

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rejeitou nessa terça-feira (9) as alegações da Enel SP e manteve a multa de R\$ 165,8 milhões aplicada à companhia devido ao blecaute de grandes proporções ocorrido no dia 3 de novembro. Com a decisão, encerra-se a possibilidade de apresentação de questionamento em

âmbito administrativo, o que será possível apenas na Justiça.

De acordo com o relator do caso, diretor Ricardo Tili, a Enel SP chegou a pedir a anulação do auto de infração aplicado pela agência e também a redução do valor da penalidade. Os dois pleitos foram negados.

Na reunião da diretoria, representante da Enel SP alegou que a empresa foi afetada por um “evento climático extremo”,

que atingiu 25% do total de 8 milhões de clientes da companhia na região metropolitana de São Paulo. Foi lembrado que, durante a tempestade que atingiu a distribuidora, os ventos alcançaram velocidade de 105 quilômetros por hora, que, por mais um pouco, entrariam na classificação de furacão.

A justificativa da distribuidora, com base no fator climático, está relacionada ao fato de

grande parte de sua malha de distribuição ser constituída por rede aérea (postes), estratégia adotada no passado para priorizar a universalização do serviço. De 39 mil quilômetros de rede, apenas 2,5 mil quilômetros são subterrâneos. A distribuidora citou estudo da consultoria PSR para alegar que não existe “bala de prata, solução simples ou mágica para esse novo desafio”, das mudanças

climáticas.

No recurso apresentado à Aneel, a Enel SP destacou, em vão, que a fiscalização realizada não constatou problemas de manutenção dos equipamentos. Ao votar pela rejeição do recurso, o diretor da Aneel Hélio Guerra afirmou que contou, na sua decisão, a falta de capacidade da empresa de restabelecer o serviço para a população em menor prazo.

A distribuidora tem sofrido derrotas seguidas em processos na Aneel. Em fevereiro, a agência já havia mantido multa de R\$ 12,089 milhões aplicada, em 2019, pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsepp). Outra penalidade aplicada por falhas na rede apuradas em 2021, a companhia foi condenada a pagar R\$ 95,8 milhões em outra sanção.



G20 no Brasil

UMA INICIATIVA
O GLOBO ECONÔMICO Valor CBN

SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E AGRICULTURA

Vamos discutir o sistema alimentar sustentável e como podemos desenvolver a agricultura no país com especialistas e autoridades em um debate que se debruce sobre uma das áreas prioritárias do Brasil no G20: o combate à fome. Não perca.

LIVE
HOJE, ÀS 11H

CONVIDADOS:

MEDIAÇÃO:



Jaqueline Ferreira
Pesquisadora e gerente de Portfólio do Instituto Escolhas



Gustavo Guadagnini
Presidente do GFI Brasil



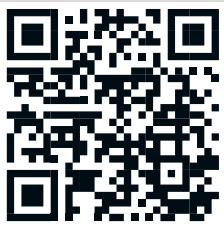
Gilberto Tomazoni
CEO Global da JBS



Patrick Cruz
Editor-chefe da nova Globo Rural

Transmissão:

O GLOBO VALOR



ACESSE E ASSISTA

ESTADO ANFITRIÃO

CIDADE ANFITRIÃ

PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO



Judiciário PGR defende que representantes da empresa sejam ouvidos na investigação

Moraes rejeita pedido para isentar X Brasil de medidas judiciais

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um pedido dos representantes da plataforma X no Brasil (ex-Twitter) e afirmou que eles devem responder pelos atos da empresa, que tem sede nos Estados Unidos, inclusive em relação a eventual responsabilidade penal.

No domingo, o ministro determinou a abertura de inquérito para investigar o dono da plataforma, o empresário americano Elon Musk, após ele ameaçar descumprir decisões judiciais que determinaram o bloqueio de perfis na rede social. O ministro também incluiu o bilionário como investigado no inquérito das milícias digitais.

Em manifestação enviada à Corte, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu que os representantes legais da

rede social no Brasil devem ser ouvidos nas investigações. A Polícia Federal (PF) ainda vai marcar os depoimentos. Para o PGR, as oitivas são necessárias para que se esclareça se a empresa desbloqueou algum perfil suspenso por determinação judicial e para saber quem foi o responsável por determinar o ato.

Em pedido protocolado no STF, a empresa X Brasil alegou que não tinha nenhuma relação com a “gestão, a operacionalização e a administração” da rede social e que sua atividade limitava-se à “comercialização, monetização e promoção” do antigo Twitter no país. Segundo a manifestação, eventuais novas ordens judiciais envolvendo a plataforma deveriam ser endereçadas diretamente à empresa no exterior, não aos representantes nacionais.

Em sua decisão, Moraes afirmou que a empresa buscava se eximir de qualquer responsabili-

dade em relação às ordens emanadas pelo Supremo. “A X Brasil pretende eximir-se da responsabilidade pelo cumprimento das ordens expedidas pela mais alta Corte de Justiça do Brasil, ao singelo argumento de que o poder de decisão pertence às corporações internacionais que criaram a rede social”, disse.

Ele apontou ainda que a alegação “revela certo cinismo” e “beira a litigância de má-fé”. “As atividades da X Brasil, conforme descritas no Contrato Social, revelam sua inequívoca responsabilidade civil e penal em relação à rede social ‘X’. Como reflexo disso,

as consequências de eventual obstrução da Justiça, ou de desobediência à ordem judicial, serão suportadas pelos administradores da referida sociedade empresária”, afirmou.

O ministro disse ainda que o pedido apresentado à Corte chama atenção porque o argumento da empresa ocorre “após anos em que a empresa se submeteu às determinações judiciais, além de ter tomado parte em inúmeras reuniões, tanto no Supremo Tribunal Federal, como no Tribunal Superior Eleitoral, a respeito da criminosa instrumentalização das redes sociais no processo eleitoral”.

Moraes argumentou ainda que a empresa “busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional”, para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica nacional. “Pelo contrário: o fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurí-

dica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil.”

No sábado, Musk usou a rede social para fazer ataques diretos a Moraes. Como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro foi o responsável por endurecer as regras contra as plataformas, para evitar a disseminação de “fake news” durante as eleições.

O bilionário começou o dia respondendo a um post de janeiro do ministro perguntando o “porquê de tanta censura”. Durante a tarde, o empresário continuou publicando mensagens que sugeriam que a liberdade de expressão estava ameaçada no Brasil.

As declarações de Musk provocaram críticas por parte de autoridades. Nessa terça-feira, a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), reforçou o argumento de Moraes e disse que todas as

pessoas físicas ou jurídicas se submetem à Justiça do país e devem cumprir decisões judiciais.

“Independente de origem, raça, gênero, credo ou condição econômica, todas as pessoas físicas ou jurídicas submetem-se ao direito do país e cumprem as decisões judiciais”, disse.

Segundo ela, “decisão judicial pode ser objeto de recurso, pode ser criticada, pode ser questionada, só não pode ser descumprida”.

A ministra, que vai presidir o TSE durante as eleições municipais deste ano, apontou ainda que “para garantir a autoridade do julgamento e o seu cumprimento há juízes no Brasil”.

“Sem Judiciário independente e garantidor da eficácia dos seus julgados não há garantia de direito. Sem a garantia do Estado Democrático de Direito não há segurança da democracia. Sem democracia não há liberdade e sem liberdade não há dignidade”, afirmou.



Moraes: ministro do STF determina que plataforma responda no Brasil por atos aqui cometidos, inclusive em relação a eventual responsabilidade penal

Julgamento de ações sobre marco da internet pode avançar

Luísa Martins e Isadora Peron
De Brasília

A escalada das ameaças do X (antigo Twitter) de não cumprir decisões judiciais pode acelerar, no Supremo Tribunal Federal (STF), a retomada do julgamento de duas ações que questionam o Marco Civil da Internet. O ministro Dias Toffoli, relator de um desses processos, disse que vai liberá-lo para pauta até o fim do mês de junho.

Em maio do ano passado, o tema seria julgado pelo plenário da Corte, mas acabou adiado — a ideia era dar mais tempo para que o debate sobre o projeto de lei das redes sociais avançasse

no Congresso Nacional.

Nos bastidores do STF, a avaliação atual é de que isso não ocorreu na velocidade esperada e que as ameaças feitas pelo dono do X, Elon Musk, justificam que os processos sejam pautados novamente, sem que isso seja interpretado como uma interferência do Judiciário no Legislativo.

Toffoli afirmou, em nota divulgada nessa quarta-feira pela assessoria do STF, que o julgamento foi adiado devido a uma “solicitação para se aguardar a votação, na Câmara dos Deputados, de novas regras dispondo sobre a matéria”. Ele disse, ainda, que seu voto ainda está “pendente de ajustes pontuais”.

A segunda ação sobre o Marco Civil da Internet está sob a relatoria do ministro Luiz Fux, e já liberada para julgamento. A ideia é que o plenário examine os dois processos em conjunto. A definição de uma data cabe ao presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. Segundo relatou a interlocutores, ele estaria incli-

nado a pautá-las em breve, mas ainda não há previsão exata.

O ponto central das duas ações é a discussão sobre a validade do Artigo 19 do Marco Civil da Internet. O dispositivo diz que, “com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura”, as plataformas somente poderão ser responsabilizadas civilmente “por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros” se não cumprirem decisão judicial de remover determinados conteúdos.

Entre os ministros do STF, no entanto, o entendimento é de que as redes sociais devem ser mais proativas na remoção de conteúdos que gerem desinfor-

mação, propaguem discurso de ódio ou atentem contra a democracia e as instituições.

Uma das ideias debatidas nos bastidores do Supremo é de que, caso se mantenham inertes, as empresas possam ser punidas com aplicação de multas, por exemplo, e seus dirigentes responsabilizados até mesmo no âmbito criminal.

Desde os atentados de 8 de janeiro, em que a sede do STF foi invadida e vandalizada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), os ministros têm se mostrado mais sensíveis ao tema e passaram a defender a necessidade de mudanças para responsabilizar as plataformas. O STF fez audiência

pública para discutir o caso. O debate reuniu representantes das principais plataformas, do governo federal e da sociedade civil.

À época, as “big techs” haviam lançado uma ofensiva contra o PL das Redes Sociais. O ministro Alexandre de Moraes reagiu e, após determinar a remoção de conteúdos da internet, autorizou a abertura de inquérito para investigar diretores de plataformas digitais. A Polícia Federal (PF) viu conduta abusiva por parte das empresas, mas a Procuradoria-Geral da República (PGR) não — e solicitou o arquivamento. Moraes ainda não decidiu o encaminhamento que dará ao caso.

Lira cria novo GT e ‘zera’ debate sobre ‘fake news’



Arthur Lira: “Ficou acertado que o projeto não teria como ir a pauta”

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu reiniciar o debate no Congresso sobre o projeto de lei de regulamentação das redes sociais e criar um novo grupo de trabalho sobre o tema. Ele não deixou claro à imprensa se trocará o relator, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), mas afirmou que um dos problemas que impediram a aprovação foi a “polarização” entre esquerda e direita em torno do projeto, indicando que deve buscar alguém do Centrão para mediar um novo texto.

“Não é novidade para vocês que tentamos por diversas vezes, em diversas oportunidades, com esforço gigantesco de todos os líderes, do relator, da presidência da Casa votar o projeto. Nunca foi possível conseguir um consenso em torno do texto 2630”, disse Lira a jornalistas. “Com todos os líderes presentes, inclusive o líder do governo, ficou acertado que o projeto não teria como ir a pauta”, afirmou.

Segundo Lira, o grupo de trabalho deve elaborar uma pro-

posta em “30, 40 dias”, o que tornaria possível votar até o recesso parlamentar. Ele indicou que pretende tratar também das questões referentes à inteligência artificial dentro desse projeto e que conversará com o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que está cuidando do assunto no Senado. A intenção, disse, é construir uma versão que possa ser aprovada “sem as disputas políticas e ideológicas que estão em torno do PL 2630”.

O combate às “fake news” está em debate no Congresso desde 2019, como resposta do mundo político aos artifícios utilizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para vencer a eleição do ano anterior. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista investigou o uso de desinformação nas eleições de 2018 e a existência de um “gabinete do ódio” no Palácio do Planalto para atacar políticos adversários, mas o assunto perdeu força após Bolsonaro construir base mais sólida no Legislativo.

Os senadores votaram em 2020 o projeto de lei (de número 2630) para criar normas para funcionamento das redes sociais

e serviços de mensagem instantânea como WhatsApp e Telegram. Entre essas normas estavam a proibição do uso de robôs não identificados nessas plataformas e obrigação de que as empresas excluam contas falsas.

Na Câmara, o presidente Rodrigo Maia (então no DEM-RJ) criou um grupo de trabalho sobre o tema, tendo Orlando Silva como relator, e tentou levar o projeto ao plenário, mas esbarrou nas disputas em torno de sua sucessão. Lira manteve o GT quando foi eleito e tentou duas vezes levar a matéria ao plenário. No governo Bolsonaro, que era contra o texto, o requerimento de urgência foi rejeitado — teve 249 dos 257 votos necessários.

Com a posse do governo Lula (PT), que é favorável à regulação das redes, o tema voltou à pauta da Câmara e Lira tentou levá-lo de novo direto ao plenário. O tema enfrentou dois problemas: a fragilidade da base aliada do governo petista no Congresso nessa época e a forte mobilização de bolsonaristas com críticas nas redes sociais dos deputados.

As “big techs”, grandes empresas de tecnologia, também se

movimentaram para barrar a iniciativa. Fizeram campanhas nas próprias redes sociais, lançaram uma frente parlamentar própria, omitiram informações positivas sobre os projetos nas buscas na internet e ampliaram o alcance das críticas à proposta. Isso levou até a pedido formal de Lira para punição e abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a atuação do Google e do Telegram no Brasil (recentemente, a Procuradoria-Geral da República pediu o arquivamento dessa investigação).

Lira recorreu a outro tipo de requerimento de urgência, que exigia quórum menor e foi aprovado por 238 votos a 192. Mas o placar não deu condições para que o texto avançasse: muitos partidos votaram apenas a favor da urgência, mas deixaram claro que defendiam mudanças no conteúdo do projeto para votar a favor no mérito. O texto acabou nunca votado.

Sem citar nomes, Lula manda recado a empresário



Lula: presidente diz em evento que bilionário que faz foguete vai ter que aprender a viver na Terra

Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o lançamento de um programa para reduzir o desmatamento na Amazônia para mandar um recado aos “bilionários” que tentam encontrar condições de vida fora do planeta Terra. A declaração foi dada em um momento em meio aos dobramentos dos ataques feitos pelo empresário Elon Musk, dono da rede social X, ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sem citar nominalmente Musk, Lula recomendou que bilionários usem suas fortunas para preservar as florestas e “melhorar a vida das pessoas”.

“Tem até bilionário tentando fazer foguete, viagem, não tem? Ele vai ter que aprender a viver aqui e vai ter que usar muito do

dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui e melhorar a vida das pessoas”, disse Lula, durante lançamento, no Palácio do Planalto, do programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento.

Apesar de o presidente não ter citado nominalmente o empresário, o recado foi claro. Além de ser dono da plataforma X, Musk também é conhecido pelas atividades no ramo espacial e tem investido seu dinheiro justamente no lançamento de foguetes, exatamente o mesmo

Presidente recomenda que fortunas sejam usadas para preservar florestas

exemplo usado pelo presidente nessa terça-feira.

O governo petista entrou em rota de colisão contra o bilionário após as publicações iniciadas no fim de semana. Musk acusou Alexandre de Moraes de praticar censura e ameaçou descumprir decisões judiciais em relação a contas bloqueadas. As declarações desencadearam uma série de reações no Judiciário e também no mundo político.

Antes de Lula, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, afirmou na segunda-feira que Musk havia cometido um “ataque inadmissível” contra o STF e contra a soberania do Brasil.

Parlamentares de oposição, no entanto, elogiaram as manifestações de Musk e defenderam que o Senado pautе um pedido de impeachment de Moraes, que chegou a ser sugerido pelo empresário.

Ligações Maior iniciativa de conectividade entre indígenas, quilombolas e extrativistas tem recursos da filantropia e espera abrir oportunidades de telessaúde, educação à distância e economia na floresta

Projeto com tecnologia de Musk já realizou conexão de 554 comunidades na Amazônia

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O maior projeto de conectividade entre povos da floresta, ligando terras indígenas, territórios quilombolas e áreas extrativistas, está em curso na Amazônia brasileira. Iniciado em 2022, pretende conectar em rede mais de cinco mil comunidades em áreas protegidas da Amazônia até 2025. O investimento total do projeto, que usa tecnologia de comunicação da Starlink, de Elon Musk, é estimado em US\$ 80 milhões. Os recursos são de entidades filantrópicas. O grande investimento é fornecer energia renovável às comunidades.

A iniciativa Conexão Povos da Floresta nasceu na COP de Glasgow (Escócia), em novembro de 2021, antes mesmo da chegada da Starlink ao Brasil. Na ocasião, as principais demandas das populações tradicionais eram demarcação territorial e acesso à conectividade. “Isso nos surpreendeu. Imaginávamos que seria saúde. Mas o fato é que a conectividade permite todo o resto”, diz Tasso Azevedo, presidente do conselho deliberativo da Rede Conexão Povos da Floresta.

“As áreas mais protegidas da Amazônia hoje são aquelas onde estão os povos da floresta”, diz Tasso, fundador do Mapbiomas, rede colaborativa formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia que monitora o território brasileiro com dados desde 1985. Nos últimos 40 anos, menos de 1% do desmatamento aconteceu em territórios protegidos. “E a maior parte do desmatamento dessas áreas ocorreu antes de os territórios serem reconhecidos ou acontece por invasões”,



Conectividade nos Yanomami: comunidades recebem kit com antena de internet banda larga via satélite, roteador, celular e computador; e para quem não tem energia, placas solares e baterias de lítio

continua. Nos últimos anos, por exemplo, o garimpo ilegal em terras indígenas aumentou 10 vezes. “Estes povos estão realmente cuidando da floresta”.

No início do projeto o acesso à internet foi mapeado em 4.583 comunidades — aldeias indígenas, reservas de seringueiros, comunidades quilombolas e de ribeirinhos. Somente entre 5% a 10% tinham algum tipo de conectividade e eram caras, intermitentes e de baixa velocidade. “Daquelas 4.583 comunidades, só encontramos uma com banda larga”, diz Tasso. O

mapa, atualizado, indica hoje 5.700 comunidades.

“Fizemos um estudo para entender qual era a perspectiva de chegada da internet a estes lugares”, conta. “O leilão do 5G havia acabado de acontecer e cruzamos as obrigações do leilão com as comunidades. Só 50 das 4.583 comunidades receberiam internet 4G ou 5G até 2028”, diz ele. “Era uma questão urgente e sem solução no horizonte”.

A escolha pela Starlink levou em conta vários fatores — a opção é mais barata e pode ser im-

plantada pelos próprios indígenas. A instalação, a manutenção e a gestão são feitas pela própria comunidade. O objetivo do projeto é conectar todas as cinco mil comunidades até 2025. Isso quer dizer um milhão de pessoas que protegem 120 milhões de hectares — o equivalente aos estados do Pará com dois estados de São Paulo somados. “Queríamos fazer isso até 2025, porque vai ter a COP 30, em Belém, e pensamos em criar uma força em torno a estas comunidades todas”.

O projeto é liderado por três

organizações de base — Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) em parceria com mais de 30 organizações da sociedade civil. É financiado pela filantropia privada com nomes como Gordon and Betty More Foundation e Lemmon Foundation e grandes empresas brasileiras.

No fim de março havia 554 comunidades conectadas, 16 mil

usuários cadastrados (pelas comunidades) e 46 mil beneficiários. O projeto tem três componentes — fornecer infraestrutura, controle comunitário e promover inclusão digital. A intenção é abrir frentes, através da conectividade, de telessaúde, educação à distância, economia e segurança do território. “Com as chuvas no Acre, comunidades alagadas pelos rios puderam avisar as outras para protegerem seus pertences”, diz Tasso. Na seca do Amazonas, quem estava conectado conseguiu pedir ajuda.

Total de clientes da Starlink cresceu 7 vezes em um ano

Rodrigo Carro
De São Paulo

Em atividade no Brasil desde 2022, a Starlink — do bilionário Elon Musk — conseguiu “chacoalhar” o mercado brasileiro de banda larga fixa via satélite, que parecia haver chegado a um teto no início desta década. Em fevereiro de 2021, o total de assinantes do serviço de banda larga fixa via satélite era de 328,3 mil, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Exatamente dois anos depois, em fevereiro de 2023, havia 329 mil conexões de banda larga deste tipo ativas no país.

Os números deste ano, no entanto, indicam que há espaço para esse segmento se expandir.

Em fevereiro, as prestadoras de serviços de comunicação via satélite reportaram à agência reguladora um total de 398,1 mil acessos de banda larga em operação. Na comparação com o mesmo mês de 2023, o incremento foi de 21%. Em igual período, o número de assinantes de banda larga fixa no Brasil — consideradas todas as tecnologias disponíveis — cresceu 3,9%.

Parte do crédito por essa retomada cabe a Musk, que utiliza uma constelação de satélites de baixa órbita para conectar os assinantes da Starlink. Seus concorrentes não se cansam de lembrar que a estratégia da Starlink inclui descontos substanciais no valor da mensalidade para clientes residenciais e do equipamen-

to. A aposta comercial vem rendendo frutos. Se em fevereiro do ano passado a Starlink contava com 19,7 mil acessos, no mesmo mês de 2024, este número havia subido mais de sete vezes, para 149,6 mil.

No mesmo período, a americana Hughes — líder de mercado em número total de clientes — perdeu quase 18 mil assinantes, enquanto outros concorrentes de menor peso se mantiveram relativamente estáveis de acordo com os dados compilados pela Anatel. Já o mercado como um todo ganhou 69 mil acessos. Os números evidenciam, portanto, que as adições líquidas — a diferença entre entrada e saída de clientes da base — foram positivas no período.

Depois de cortar pela metade o valor que o assinante deve pagar pelo seu equipamento, a Starlink havia voltado — até a semana passada — a cobrar R\$ 2 mil pelo seu kit (antena, roteador e cabos) para clientes residenciais.

Na segunda-feira (8), quando a polêmica entre Musk e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), já estava instaurada nas redes sociais, o site em português da Starlink exibia o preço promocional de R\$ 1 mil para o equipamento até 30 de abril. O valor não inclui impostos, que são calculados no momento da finalização da compra pelo cliente residencial.

Com uma latência (tempo de

resposta) comparável ao da fibra óptica, as constelações de baixa órbita vêm alterando o equilíbrio de forças no segmento de comunicação via satélite. A Hughes, por exemplo, acaba de anunciar novos planos de internet a partir do início da operação no país do satélite geoestacionário Júpiter 3.

Os satélites de baixa órbita operam a uma distância de 600 quilômetros da Terra, enquanto os geoestacionários permanecem numa órbita a 36 mil quilômetros acima da superfície terrestre.

Para reduzir a latência, tipicamente maior que a dos satélites de baixa e média órbita, a Hughes faz uso de um novo “backbone” de fibra óptica para conectar o cliente à estação sateli-

tal em terra. Backbones são redes utilizadas pelas operadoras para fornecer acesso à internet a redes menores. A Hughes informa ainda que utiliza inteligência artificial para redirecionar automaticamente o tráfego de dados em caso de congestionamento.

A competição está, portanto, alavancando novos investimentos, tanto de empresas já presentes no mercado brasileiro como de novos entrantes. E o mercado potencial continua amplo: a cobertura de quarta geração (4G) abrange quase 93% da população brasileira, mas apenas 16,7% da área geográfica do país, de acordo com dados da Anatel. Com base nesses fatores é factível prever a continuidade da expansão desse mercado.

Judiciário Por 5 votos a 2, desembargadores consideraram que o senador e ex-juiz não cometeu abuso de poder econômico

TRE do Paraná absolve Moro; decisão final será do TSE

Lilian Venturini e Julia Lindner
De São Paulo e Brasília

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), por 5 votos a 2, absolveu o senador Sergio Moro (União-BR) das acusações de abuso de poder econômico e negou os pedidos do PL e do PT para cassar seu mandato. Ainda cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que dará a decisão final sobre o caso.

Após o resultado, Moro disse que as ações estavam repletas de mentiras e elogiou o julgamento, para ele técnico e impecável. “Há ainda caminho pela frente, mas espero que a solidez do julgamento sirva como freio à perseguição”, afirmou.

Na corte paranaense prevaleceu na sessão da terça-feira (9) o voto do relator, desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, que considerou frágeis as provas da acusação e descartou a tese de que Moro gastou em excesso durante a etapa da pré-campanha na eleição de 2022.

Concordaram com o relator o presidente do TRE-PR, Sigurd Roberto Bengtsson, e os demais integrantes Anderson Ricardo Fogaça, Claudia Cristina Cristofani e Guilherme Frederico Fernandes Denz. Ficaram derrotados José Rodrigo Sade e Julio Jacob Junior.

O PL e a federação formada por PT, PV e PCdoB alegam que Moro se beneficiou do período em que cogitou disputar a Presidência, quando ainda era filiado ao Podemos. Para os adversários, os



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Moro: “Espero que a solidez do julgamento sirva como freio à perseguição”

eventos tinham abrangência nacional, o que garantia a ele mais visibilidade, e os recursos usados desequilibraram a campanha. Moro foi eleito com 1,9 milhão de votos (33,5% do total). Foram derrotados Paulo Martins (PL), com 29%, e Alvaro Dias (Podemos), com 23,9%.

Os adversários apresentaram gastos que somaram valores entre R\$ 5,5 milhões e R\$ 21,6 milhões. Em seu voto, na semana passada, Falavinha Souza criticou os adversários que, segundo ele, lançaram despesas “a esmo” e fizeram cálculos “utópicos”. Na conta do relator, o gasto de pré-campanha de Moro ficou em R\$ 224,8 mil. Ele excluiu, por exemplo, despesas com segurança

particular e serviços advocatícios, e concentrou a análise nos gastos feitos somente no Paraná.

A sessão da terça-feira, a quarta dedicada ao processo, começou com o voto de Jacob Junior pela condenação do senador. Ele concordou em considerar apenas os eventos realizados em território paranaense, mas divergiu quanto ao tipo de gastos e somou R\$ 918 mil. Sade, que votou na semana passada, adotou o cálculo do Ministério Público Eleitoral (MPE), de R\$ 2 milhões.

“É preciso reconhecer que tais valores custearam despesas que não são acessíveis à maior parte de outros candidatos, tais como carro blindado, segurança pessoal ininterrupta e avião particu-

lar, extrapolando os critérios do ‘candidato médio’”, afirmou Jacob Junior.

A exemplo de Sade, ele também rebateu o argumento da defesa de que a pré-campanha não foi determinante porque Moro já era figura conhecida em razão de sua atuação como juiz durante a Operação Lava-Jato. “Se ele era tão conhecido porque a necessidade de gastar?”, indagou.

O voto que formou maioria em favor do senador veio de Anderson Ricardo Fogaça. Embora tenha somado R\$ 1,2 milhão de gastos na pré-campanha, ele entendeu que o valor ficou próximo à média dos demais candidatos. O desembargador concluiu ainda que as provas não eram claras nem convincentes para condenar Moro. Nesse caso, defendeu, a Justiça Eleitoral deve respeitar o resultado da eleição.

De forma unânime, os desembargadores recusaram as demais acusações sobre outras irregularidades, como caixa dois e uso indevido dos meios de comunicação. Os advogados do PL e da federação liderada pelo PT já adiantaram que vão recorrer. “Até mesmo os votos contrários à cassação deixaram clara a vulnerabilidade da pré-campanha”, afirmou Arilson Chiorato, presidente do PT-PR, em nota.

Na hipótese de condenação por abuso de poder econômico pelo TSE, Moro é cassado, fica inelegível até 2030 e novas eleições são realizadas no Paraná para ocupar sua vaga no Senado.

Cresce na Câmara movimento para soltar Chiquinho Brazão

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Cresceu nesta terça-feira um movimento forte entre os partidos para soltar o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que está preso desde 31 de março sob acusação de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) em 2018. A Câmara dos Deputados deve votar nesta quarta-feira se autoriza a manutenção da prisão e a tendência, ontem à noite, era que os colegas o soltassem.

Provável futuro partido de Brazão, o Republicanos reuniu nessa terça-feira e, diante das divergências, decidiu liberar a bancada em plenário. O PP do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), fará o mesmo. O União Brasil, que expulsou Brazão de seus quadros no dia da prisão, promoveu um encontro de sua bancada nesta terça-feira e nenhum dos cerca de 30 presentes defendeu que o parlamentar continuasse preso.

A soltura seria um recado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa das “prerrogativas” dos parlamentares, após operações policiais que atingiram os bolsoneiristas com mandatos de busca e apreensão. Foi o motivo que levou o partido Novo a solicitar o adiamento da votação há duas semanas. Eles alegam que não houve flagrante em crime inafiançável, único caso em que a Constituição permite a prisão de deputados e senadores antes da condenação em trânsito em julgado.

Para que Brazão continue preso, a Câmara precisa autorizar em plenário com o apoio de pelo menos 257 dos 513 deputados. Uma estratégia dos favoráveis à

soltura é estimular os colegas que defendem a prisão a não registrarem presença no plenário nem votarem. O voto é aberto e público, com o registro nominal de como cada um se posicionou.

Antes do plenário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) dará um parecer sobre o caso. O relator, deputado Darci de Matos (PSD-SC), já se posicionou a favor da prisão e disse ao **Valor** que não há chance de mudar de opinião. “Jamais. O flagrante continuado está configurado pela obstrução de Justiça e é inafiançável pela existência de organização criminosa”, afirmou.

Deputados ouvidos pelo **Valor**, sob condição de anonimato, afirmaram que “o clima mudou” em relação à semana da prisão e cresceu nessa terça-feira um movimento para salvar Brazão. O objetivo seria passar um recado ao STF diante de “fragilidades” na prisão e se preservar de possíveis investidas futuras da Corte.

Eles devem recorrer a um discurso utilizado há três anos para devolver o mandato ao deputado Wilson Santiago (Republicanos-PB), afastado por decisão do STF por supostos desvios de recursos de emendas: enviar o caso ao Conselho de Ética da Câmara. Na época, a representação foi arquivada após meses parada. O processo contra Brazão será instalado nesta quarta-feira.

Diante das movimentações, deputados já dizem que apenas a esquerda votará unida para manter a prisão e que a chance de soltura é grande. Se ele continuar preso, dizem, será por uma mudança nesta quarta-feira por pressão da opinião pública e de deputados que são candidatos a prefeito.

EDITORA GLOBO S.A.
CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação – Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, nº 25, sala 201, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20230-240, às 10h do dia 16/04/2024, a fim de deliberar sobre: (i) a criação de novas classes de ações ordinárias de emissão da Companhia, denominadas de “classe A” e “classe B”, as quais serão nominativas, sem valor nominal, com direito a voto e, no caso das ações ordinárias de classe B, convertíveis em ações preferenciais da Companhia e automaticamente resgatáveis nos termos do estatuto social da Companhia; (ii) a alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024. Ass.: Diretoria.

NORTEC QUÍMICA S.A.
CNPJ 29.950.060/0001-57 - NIRE 333.0027095-7

Assembleia Geral Ordinária – Convocação: Ficam convocados os Senhores Acionistas da NORTEC QUÍMICA S.A. a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 16:00 (dezesseis) horas no dia 30 de Abril de 2024, na sede social da Companhia, na Rua 17 nº 200 A/B/C/D, no bairro de Mantiqueira, Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: I) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; II) Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo aprovação de orçamento de capital com consequente retenção de parcela dos lucros e declaração de dividendos; III) Eleição dos membros do Conselho de Administração e designação do presidente do órgão; IV) Determinação da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. Para admissão à Assembleia, os acionistas ou seus representantes devem apresentar cópias dos seguintes documentos: (a) pessoas físicas: cópia simples do documento de identificação com foto; (b) pessoas jurídicas: cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal que comparecerá; (c) fundos de investimentos: cópia do regulamento consolidado e os documentos do item (b) anterior relativos ao seu administrador ou gestor, conforme o caso. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação do instrumento de mandato com reconhecimento de firma ou assinatura digital com comprovação da autoria e integridade do documento, além do documento de identificação com foto do procurador que comparecerá. Para fins da regulamentação da CVM, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital volante necessário para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 6% (seis por cento). Duque de Caxias, 09 de abril de 2024. Alberto Ramy Mansur, Presidente do Conselho de Administração.

HOLDING BENEVIX S/A
CNPJ nº. 29.491.641/0001-78
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem, em 1ª convocação, no dia 16/04/2024, às 9:00 (nove) horas, e em 2ª convocação, no dia 23/04/2024, às 9:00 (nove) horas na sede da companhia, situada na Rua Professor Carlos de Carvalho, 164, 8º Andar, Conjunto 81 e 82, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04531-080. Os acionistas também poderão participar comparecendo às dependências da filial da controlada da companhia, situada na Avenida Doutor Olívio Lira, 353 – Térreo, 18º andar, Shopping Praia da Costa, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-260, onde haverá sistema de videoconferência com interconexão com a sede. A presente Assembleia Geral tem como objetivo deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1 - Tomada de contas dos administradores, referente ao exercício social findo em 31/12/2023;

2 - Apreciação do balanço patrimonial e do resultado econômico da companhia e, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2023;

3 - Alteração da política de distribuição de dividendos;

4 - Destinação dos resultados do exercício social findo em 31/12/2023;

5 - Destinação da reserva de lucros da Companhia;

6 - Assuntos gerais de interesse da companhia.

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024.

Thiago dos Santos Sestini
Presidente do Conselho de Administração

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024.** 1. **Data, hora e local:** No dia 25 de março de 2024, às 13:00 horas, na sede da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), na Av. das Américas nº 4.200, Bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. 2. **Convocação e Prazo:** A convocação foi realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo sido verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. José Isaac Peres; Secretário: Sr. Marcelo Vianna Soares Pinho. 4. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024, a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia; (ii) enquadramento dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação aplicável; e (iii) convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. 5. **Deliberações:** Os Srs. Conselheiros deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer reservas, com abstenção dos legalmente impedidos, conforme o caso, o seguinte: 5.1. Aprovar a proposta de fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 no montante de até R\$ 72.435.767,92, conforme apresentada pela Administração da Companhia ao Colegiado, a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. 5.2. Com base nas declarações prestadas para fins de cumprimento dos critérios de independência previstos nos termos do 6º, § 1º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, aprovar a manifestação do Conselho de Administração sobre o enquadramento dos Srs. Antonio Paulo Carvalho Pierotti e Gustavo Henrique de Barroso Franco nos requisitos de independência previstos no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Anexo K da Resolução CVM nº 80/22, a ser incluída na Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 26 de abril de 2024, às 15 horas. 5.3. Nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 22, alínea “e” do Estatuto Social da Companhia, aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária, prevista para ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 15:00, no edifício da sede da Companhia. 5.4. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. 6. **Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata aprovada nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e devidamente assinada de forma eletrônica, sendo que os membros do Conselho de Administração Srs. Gustavo Henrique de Barroso Franco, José Paulo Ferraz do Amaral, Hélio Lima Magalhães e Sra. Cintia Vannucci Vaz Guimarães enviaram os seus votos por escrito. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. **Marcelo Vianna Soares Pinho** – Secretário. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 61166920 e data de 05/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Völ – Secretário Geral.

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60 - NIRE 3330029074-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGOFE. Ficam convocados os Senhores Acionistas das Americanas S.A. em Recuperação Judicial (“Cia”) para se reunirem em AGOFE (“Assembleia”) que será realizada às 10h no dia 30.04.24, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29.03.22 (“RCVM 81”), para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) AGOFE: (i) Tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31.12.23; (ii) Fixar o limite da remuneração global dos administradores; (iii) Instalar e eleger o Conselho Fiscal; e (iv) Fixar o limite da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. (B) Em AGE: (i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.22; (ii) Alterar o Estatuto Social da Cia para: a. Atualizar o caput do art. 5º do Estatuto Social da Cia para refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reuniões realizadas em 07.11.22 e 23.12.22; e b. Modificar a redação dos arts. 16 (xvii) e 21, caput, §7º e incluir o § 9º do art. 21 do Estatuto Social da Cia. (iii) Consolidar o Estatuto Social da Cia de forma a refletir as alterações acima indicadas; e (iv) Autorizar à administração da Cia para tomarem as providências e praticarem os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data. Informações Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, nos termos da RCVM 81, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e no Manual para Participação na Assembleia divulgados pela Cia nesta mesma data e disponível aos senhores Acionistas na sede social da Cia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.americanas.io>), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão impreterivelmente até às 23:59 do dia 28.04.24, realizar o seu cadastro no sistema eletrônico por meio do link <https://assembleia.ten.com.br/753066429> e fornecer todas as informações e documentos obrigatórios, conforme indicados no Manual para Participação na Assembleia. Os acionistas também poderão participar da Assembleia preenchendo o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador, ou diretamente à Cia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação na Assembleia. A Cia informa, ainda, que o envio do boletim de voto a distância por meio de agentes de custódia ou do escriturador dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista com a Cia. Alternativamente, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento de boletim de voto a distância digital diretamente na plataforma digital Ten Meetings. Neste caso, para que o boletim de voto a distância seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados como parte integrante do quórum da Assembleia, o acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/753066429>; (ii) se cadastrar na plataforma Ten Meetings com a documentação necessária, descrita no Manual para Participação na Assembleia; (iii) preencher devidamente todos os campos; e (iv) ao final, confirmar seu voto. Nos termos do art. 6º, §3º, da RCVM 81, não será admitido o acesso ao sistema eletrônico dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários até às 23:59 do dia 28.04.24. A Cia, portanto, recomenda que os acionistas ou procuradores realizem o cadastramento no sistema eletrônico e o envio dos documentos obrigatórios com 3 dias de antecedência do encerramento do prazo indicado acima, de modo a ter tempo hábil para sanar eventuais pendências dentro do prazo. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante. Os documentos e informações referentes às matérias constantes da Ordem do Dia bem como aqueles previstos nas Resoluções emitidas pela CVM foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 7º da RCVM 81, bem como foram disponibilizados na sede social da Cia, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.americanas.io>), e nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). Eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Cia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (ri.americanas.io), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@americanas.io. RJ, 28.03.24. Eduardo S. Garcia Presidente do Conselho de Administração.

Eldorado Brasil Celulose S.A.
CNPJ/ME nº 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728
Companhia Aberta - Categoria B

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os Senhores Acionistas da Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Companhia”) convocados, na forma do Artigo 23, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem no dia 30 de abril de 2024, às 12h, em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”), na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, para deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: 1. Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia relativa ao exercício social de 2024. Informações Gerais: O material de apoio referente à Ordem do Dia foi disponibilizado por e-mail aos Senhores Acionistas, e encontram-se à disposição de V.Sas na sede social da Companhia. Por fim, ressaltamos que os Senhores Acionistas da Companhia podem ser representados na Assembleia por procurador legalmente constituído, observados os termos do Artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/1976. A regularidade dos documentos de representação apresentados será verificada antes do início da Assembleia.
São Paulo, 9 de Abril de 2024
Aguinaldo Gomes Ramos Filho - Presidente do Conselho de Administração

OPORTUNIDADE PARA INVESTIDOR

ALTO DA BOA VISTA
casa pronta em condomínio fechado

502 m²
Preço ref. casa 8

3 suítes
4 vagas
a vista

Foto da Piscina

• Jardim com living integrado

• Rooftop com piscina borda infinita e espaço gourmet

Tratar: 11 94107-4900

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE nº 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp (“Companhia” ou “Sabesp”), em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARESP) divulgou a Deliberação nº 1.514/2024 autorizando a Companhia a aplicar o índice de reajuste tarifário de 6,4469%, em relação às tarifas vigentes.

Junto à Deliberação, foi divulgada a respectiva Nota Técnica. Os documentos podem ser acessados no site da ARES (https://www.aresp.sp.gov.br/SitePages/DispForm.aspx?ditem=3721) ou diretamente pelos links abaixo:

Deliberação nº 1.514/2024

Nota Técnica - Sabesp: Reajuste 2024

A Deliberação com as novas tabelas tarifárias será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e passará a vigorar a partir de 10 de maio de 2024. As tabelas tarifárias podem ser encontradas no site da Sabesp, www.sabesp.com.br e em todas as agências de atendimento da Companhia.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Papel de emergentes na economia global se amplia, diz FMI

Luiza Palermo
De São Paulo

Os mercados emergentes do G20, o grupo das nações mais desenvolvidas, já representam 30% da atividade econômica global e aproximadamente um quarto do comércio mundial, apontou o Fundo Monetário Internacional (FMI) no 4º Capítulo do relatório World Economic Outlook (WEO) divulgado ontem. Esse desempenho é resultado do crescimento econômico desses países ao longo de duas décadas, uma média de 6% ao ano, acima das economias ricas.

“A medida que sua participação no PIB mundial mais que dobrou desde 2000, Argentina, Brasil, Chi-

na, Índia, Indonésia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Turquia continuam a se integrar à economia global — especialmente por meio do comércio e das cadeias globais de valor”, diz o FMI.

O Fundo destaca que a adesão da China à Organização Mundial do Comércio em 2001 foi um ponto crítico para integrar os emergentes do G20 na economia global, aumentando as participações no comércio global em um ritmo quase dois terços mais forte do que entre outros países desde então.

O relatório também aponta que, desde 2018, enquanto os fluxos comerciais para economias avançadas diminuíram em relação à média global, os fluxos para eco-

nomias emergentes aceleraram, refletindo, em parte, laços de investimento mais fortes.

“Essa divergência coincidiu com o início das tensões comerciais entre EUA e China e foi reforçada pelo aumento das tensões geopolíticas, à medida que as maiores economias realinharam as ligações comerciais e de investimento por meio do “friendshoring” e do “nearshoring”, diz o FMI.

25%
é fatia de emergentes do G20 no comércio

Apesar das diferenças entre os países, o Fundo diz que os mercados emergentes, especialmente a China, são claras fontes de contágio internacional, com os choques domésticos nos emergentes do G20 impactando a variação de até 10% na produção em outros países emergentes após três anos, e 5% nas economias avançadas.

“Empresas mais dependentes da demanda desses emergentes têm maior crescimento de receita após um aumento inesperado na expansão desses mercados, enquanto efeitos de contágio de quedas podem reduzir receitas de empresas em países mais expostos à concorrência de importações”, diz. No entanto, o FMI adverte que as

perspectivas de crescimento em declínio para os emergentes do G20 têm contribuído para mais da metade da desaceleração de 1,9 ponto percentual no crescimento global de médio prazo desde a crise financeira global, com a China respondendo por cerca de 40%.

“Com sua presença global mais forte e maior conectividade, as perspectivas contidas para os mercados emergentes do G20 correm o risco de se propagar e prejudicar o crescimento e o desenvolvimento em outras economias emergentes e em desenvolvimento.”

Com isso, o FMI alerta que os formuladores de políticas devem permanecer cientes do impacto que uma desaceleração nessas econo-

mias poderia ter sobre empresas e setores dentro de suas fronteiras.

“A tarefa dos formuladores de políticas nas economias receptoras é manter buffers suficientes e fortalecer os quadros de políticas para gerenciar a possibilidade de choques maiores provenientes dos mercados emergentes do G20”, diz o Fundo, completando que eles devem abster-se de adotar políticas protecionistas que sejam prejudiciais à economia doméstica e possam gerar efeitos de contágio transfronteiriços negativos.

Sobre o Brasil, o FMI destaca seu papel fundamental na maior participação dos emergentes no comércio, principalmente pelas produções agrícola e mineral.

Geopolítica Esforço mundial para garantir redes de abastecimento exige a instalação de um ‘sistema de comando alternativo’ eficaz

Empresas de Taiwan abrem sedes no exterior ante ameaça da China

Kathrin Hille
Financial Times, de Taipé

Várias grandes fabricantes taiwanesas planejam criar uma segunda sede no exterior para garantir a capacidade de continuar operando no caso de um ataque chinês à ilha.

Os planos colocam em evidência como os esforços mundiais para proteger as cadeias de abastecimento vêm forçando as empresas com papéis cruciais nas cadeias industriais, em especial as de produtos tecnológicos, a fazer amplas mudanças.

“Temos muitos clientes que estão estudando ou planejando criar segundas sedes”, disse Raunie Kuo, sócio e chefe da área de administração familiar da KMPG, em Taiwan. As empresas são “industriais e muitas atualmente estão procurando por um local para uma segunda sede no Sudeste Asiático, apenas para o caso de uma emergência acontecer em Taiwan, para que tenham um sistema de comando alternativo no exterior que possam ativar imediatamente”.

Há décadas, as fábricas taiwanesas contratadas por terceiros têm sido a espinha dorsal das cadeias de abastecimento internacionais para dispositivos eletrônicos e

seus componentes, como computadores pessoais, celulares, computadores servidores e equipamentos de redes de telecomunicações. Também vêm se infiltrando cada vez mais nos mercados de automação industrial, dispositivos médicos e veículos elétricos.

De acordo com várias fontes envolvidas nas discussões, entre as empresas em busca de uma segunda sede no exterior estão a Lite-On e a Qisda, que fabricam componentes eletrônicos e dispositivos para consumidores e para os setores de telecomunicação, automotivo e médico.

A China reivindica Taiwan como parte de seu território e ameaça anexá-la, se Taipé resistir à unificação indefinidamente. Embora especialistas em Taiwan considerem um ataque chinês improvável a curto prazo, a crescente pressão de Pequim e as táticas de intimidação militar levaram muitas empresas estrangeiras e clientes de firmas taiwanesas a iniciar algum planejamento contingencial.

Pressionadas pelo aumento dos custos na China, pela guerra comercial entre EUA e China e pelo desejo dos clientes de uma “redução da exposição a riscos” na China, empresas como a Foxconn e a Pegatron, que são fornecedoras da Apple, vêm expandindo as opera-

ções no Sudeste Asiático, Índia, México, EUA e Europa, em vez da China, onde grande parte de sua capacidade de produção costumava estar concentrada.

De acordo com o chefe das operações em Taiwan de uma firma de consultoria internacional, que não quis ter o nome divulgado, o principal foco de muitas empresas ainda é a diversificação geográfica da produção. Outras mudanças, como a criação de estruturas contingenciais, viriam depois. “Mas, na direção dos maiores grupos, já começaram as discussões sobre segundas sedes de apoio”, disse.

Ele disse recomendar aos clientes que, no mínimo, repliquem algumas das funções da sede em uma segunda localidade. “Você tem de se perguntar, ‘se um conflito nos obrigar a interromper as operações em Taiwan por seis meses ou um ano, podemos sobreviver?’. Você não precisa ter [um departamento de] relações

com investidores lá, mas não pode sobreviver sem [departamentos de] finanças, folha de pagamento e contas a receber.”

O diretor de finanças de uma empresa disse que eles devem criar uma sede em Cingapura, porque estão expandindo a produção em dois países do Sudeste Asiático.

Outras fontes envolvidas em discussões semelhantes disseram que Cingapura, Japão, Suíça e Holanda são opções para receber segundas sedes. Elas descartam os EUA. Embora seja um grande mercado para empresas de tecnologia de Taiwan, o país não é adequado para segundas sedes por questões tributárias, dizem as fontes.

A intensificação dos planos de contingência se insere em uma mudança estrutural maior das empresas taiwanesas, que vem ocorrendo enquanto elas aprendem a operar em novas jurisdições.

A Topco, fornecedora de produtos químicos e peças para fábricas de chips, preparou um plano de dez anos para criar unidades adicionais em outros países e para contratar e treinar executivos de nível intermediário que façam uma rotação por diferentes países, disse o coexecutivo-chefe Charles Lee. “Esses gerentes de nível intermediário serão executivos seniores daqui a dez anos”, disse.

“Executivos buscam sistema que possam ativar de imediato numa emergência”
Raunie Kuo

Venezuela anuncia prisão de ex-ministro do Petróleo



O governo da Venezuela anunciou ontem a prisão do Ex-ministro do Petróleo, Tareck El Aissami (foto). Ele tinha renunciado em março de 2023, depois na renúncia em meio a investigações de um escândalo de corrupção que envolvia a estatal PDVSA. Desde então, o paradeiro de El Aissami — que chegou a ser um dos nomes de maior destaque do governo de Nicolás Maduro — era desconhecido. A prisão foi anunciada, laconicamente, pelo procurador-geral Tarek William Saab. Não ficaram claras a data exata da detenção do ex-ministro nem as circunstâncias nas quais ele foi preso. Prisões de membros do regime chavista são raros na Venezuela. O país realizará eleições presidenciais em 28 de julho, um processo cuja lisura tem sido duramente questionada pela comunidade internacional.

Morre Higgs, Nobel de Física por tese sobre ‘partícula de Deus’

Bloomberg

Peter Higgs, o físico britânico que ganhou o prêmio Nobel em 2013 por sua descoberta, décadas antes, de um mecanismo teórico para explicar a origem da massa no universo, morreu aos 94 anos. Higgs compartilhou seu Nobel com o físico belga François Englert por propor a existência do que ficou conhecido como “bóson de Higgs” — ou “partícula de Deus” — e o campo invisível no espaço que dá massa à matéria.

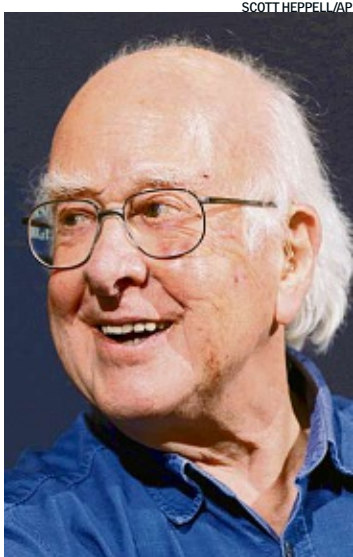
Ele morreu na segunda-feira à noite, em sua casa, de acordo com a Universidade de Edimburgo, onde era professor emérito. Higgs “era um indivíduo notável — um cientista verdadeiramente talentoso cuja visão e imaginação enriqueceram nosso conhecimento do mundo que nos rodeia”, disse Peter Mathieson, diretor e vice-reitor da universidade.

Bósons são as partículas mais básicas do átomo. A descoberta da partícula elementar foi anunciada em 2012 pelo organismo europeu de investigação nuclear Cern, depois do bóson ter sido detectado no Large Hadron Collider, um laboratório subterrâneo perto de Genebra que permite a colisão de prótons quase à velocidade da luz e registra dados de sua interação.

A descoberta corroborou as ideias de Higgs publicadas quase meio século antes, quando foram rejeitadas na revista “Physics Letters” por não terem “nenhuma relevância óbvia para a física”. O seu trabalho, juntamente com previsões semelhantes feitas de forma independente por Englert e o seu colega Robert Brout, levaram a uma das descobertas científicas mais significativas do século 20.

A “partícula de Deus”, um termo usado no livro homônimo do físico americano Leon Lederman para descrever as qualidades criativas do campo de bósons, pode oferecer insights sobre a matéria escura e a energia escura, que constituem cerca de 96% do universo e permanecem um mistério para cosmólogos.

O bóson de Higgs, que decai quase instantaneamente, completou o “modelo padrão da física de partículas” que explica como a matéria se mantém unida. Sem massa, as partículas voariam para o espaço e nada poderia tomar forma. “Esta conquista brilhante é um reconhecimento merecido da vida dedicada à in-



Higgs (foto) era avesso à fama e vivia em apartamento simples e sem TV

vestigação de Peter Higgs e da sua paixão pela ciência”, disse o premiê do Reino Unido, David Cameron, após o anúncio do prêmio Nobel de Higgs.

O pai do bóson de Higgs era tão avesso ao protagonismo quanto seu estilo de vida simples sugeria: ele morava em um pequeno apartamento em Edimburgo, não tinha TV e usava transporte público, de acordo com o jornal britânico “The Telegraph”.

Higgs dizia que o crédito pela previsão do mecanismo de formação de massa pertencia a seis físicos que contribuíram com três artigos sobre o assunto em 1964: Englert e Brout, que escreveram o primeiro artigo, Higgs, e depois Gerald Guralnik, Carl Hagen e Tom Kibble. A Fundação Nobel, que permite três ganhadores para um prêmio e nenhum postumamente, escolheu Higgs e Englert como premiados.

O pai de Higgs era engenheiro de som da BBC e viveu longe da família por vários anos. Higgs, que sofria de asma e foi parcialmente educado em casa por sua mãe. Ele se formou com honras em física pelo King's College, da Universidade de Londres, em 1950. Higgs, Brout e Englert em 2004 ganharam o Prêmio Wolf, administrado pela Wolf Foundation em Israel, e o Prêmio JJ Sakurai da American Physical Society, em 2010.

PGR torna Uribe 1º ex-presidente da Colômbia a virar réu

Agências internacionais

A Justiça colombiana acatou ontem denúncia contra o ainda influente ex-presidente Álvaro Uribe por crimes de suborno de testemunhas e fraude processual — tornando-o o primeiro ex-chefe de Estado a ser julgado na Colômbia. A decisão representa a maior mudança de rumo no processo criminal desde a chegada de uma nova procuradora-geral, em março.

Na gestão anterior de Francisco Barbosa, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu duas vezes o fim do processo contra Uribe, sob a alegação de que não havia “responsabilidade criminal do réu”. No entanto, esses pedidos foram rejeitados pelos juízes.

A nova procuradora, Luz Adriana Camargo, que reverteu o rumo do processo, tem poucos vínculos políticos, mas foi incluída na lista de candidatos ao cargo enviada ao

Ministério Público pelo atual presidente esquerdista Gustavo Petro — feroz adversário de Uribe.

Numa audiência, cuja data ainda não foi definida, o Ministério Público formalizará a acusação. Se for considerado culpado por fraude processual, Uribe poderá pegar até oito anos de prisão. Já para o crime subornar testemunhas, a pena pode chegar a 12 anos.

O atual processo contra Uribe começou após o ex-presidente de-

nunciar há mais de uma década que um senador da oposição aliciava paramilitares para testemunhar contra ele e vinculá-lo à criação desses grupos de ultradireita. Esse senador, Iván Cepeda, não foi processado. Em vez disso, entrou com ação contra Uribe, acusando-o de manipular testemunhas.

Uribe, que governou a Colômbia entre 2002 e 2010, sempre negou ligações com os paramilitares. Já Cepeda, reconhecido co-

mo vítima no caso contra Uribe, insistiu que houve intenção política de atrasar o processo penal por parte do Ministério Público — liderado por magistrados próximos do movimento de Uribe.

A senadora Paloma Valencia, do partido político de Uribe, insistiu na inocência do ex-presidente e criticou a iminente abertura do julgamento. “Embora hoje sejam nossos governados por alguém que foi guerrilheiro e pegou em armas

contra os colombianos [uma referência a Petro, em membro da guerrilha M-19], que está sendo processado é o ex-presidente quem lutou contra o paramilitarismo e as guerrilhas”, disse.

Durante seu mandato, Uribe acumulou acusações de violação de direitos humanos e abusos na repressão de opositores — incluindo chacinas e assassinatos. Nenhuma dessas acusações, no entanto, prosperou.

Desempenho dos emergentes afeta mais a economia global

Os investidores estão acostumados a avaliar suas apostas em um sentido tradicional, o de que adversidades nos países desenvolvidos podem provocar grandes estragos no resto do mundo, mas raramente em causalidade oposta. Ainda que a roda dos mercados financeiros continue girando do mesmo jeito, o mundo mudou. Com o avanço da China e o crescimento acelerado dos países emergentes, que hoje compõem 30% do PIB mundial, choques de oferta, produção ou produtividade nesses países têm efeitos bastante relevantes nas economias de Estados Unidos, Europa ou Japão, segundo avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgada ontem. O Fundo analisa o efeito combinado do desempenho das economias de 10 países emergentes que fazem parte do G20.

“O poder de disseminação de choques no crescimento nesses países avançou nas últimas décadas e hoje são eles comparáveis ao dos países desenvolvidos”, escrevem os economistas do Fundo. No estudo, que faz parte da principal publicação que norteia as reuniões semestrais dos países do FMI, o “Perspectivas da Economia Mundial”, estima-se que choques no crescimento dos emergentes do G20 explicam ao menos 10% da variação de outros mercados emergentes após três anos e 5% da dos países avançados. “A profunda integração dos emergentes do G20 significa que eles não mais estão simplesmente na ponta receptora dos choques globais”.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e o processo de globalização acelerada tiveram como resultado dobrar a fatia do comércio mundial dos emergentes e dos investimentos externos diretos que se destinam a eles. A integração propiciada pelo ingresso dos emergentes nas cadeias globais de produção alterou o balanço econômico da produção e do comércio mundiais. Com isso, a performance das economias de Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Turquia, que integram o G20, passou a ter uma influência global no fluxo de mercadorias e capital. Um exemplo: a desaceleração ocorrida nesses países desde a grande crise financeira de 2008 contribuiu com mais da metade da redução de 1,9 ponto percentual do crescimento global de médio prazo. Só a China foi responsável por 40% desse resultado.

Os efeitos do crescimento dos emergentes do G20 se propagam em todas as direções, com um resultado conjunto que hoje pode ser considerado similar ao que têm

os países desenvolvidos, conclui o FMI. Obviamente, a China tem o maior poder de influência, e avanços ou retrocessos em seu PIB explicam cerca de 10% da variação dos PIBs de outros países emergentes e parcela expressiva do PIB global.

As consequências dessa integração são múltiplas. Uma queda da produtividade dos 10 países do G20, por exemplo, pode ter um impacto hoje três vezes maior na produção dos demais países do que tinha em 2000. Mais importante, a volatilidade do crescimento dessas economias diminuiu, assim como os efeitos de choques externos sobre elas. Na mão inversa, flutuações em variáveis domésticas dos emergentes, como preços agrícolas, de minerais e commodities, também se tornaram mais relevantes globalmente. O estudo conclui que apenas um desses países, a China, é capaz de influenciar todas as variáveis globais.

Os fluxos financeiros acompanharam esse desenvolvimento. Os investimentos externos diretos para esses emergentes aumentaram de 6% para 10% do total mundial entre 2005 e a pandemia. A partir de 2018, nota o FMI, o fluxo mudou, tornando-se menor para os países avançados e maior para os mercados emergentes, reversão causada em grande parte pela “Nova Rota da Seda”, o maior avanço dos investimentos chineses fora do país desde sempre. Empréstimos do G5 (França, Alemanha, Reino Unido, Japão e Estados Unidos) para os emergentes do G20 quase dobraram desde 2000, chegando ao equivalente a 2,5% do PIB dessas economias, mas declinaram a partir de 2014, com a China puxando o aumento.

Em comparação, apontam os economistas do FMI, o fluxo de mercadorias chegou a 8,1% do PIB do G5 em 2022. Os empréstimos bancários dos emergentes do G20 aos países avançados, compreensivelmente, avançaram com menos intensidade, embora, entre si, tenham subido a 20% do total de suas transações internacionais, pelo maior ativismo dos bancos chineses. A exposição dos bancos emergentes do G20 aos países avançados subiu de 2,9% para 5,1% do total emprestado entre 2001 e 2021, equivalente a 4,6% do PIB do G5 nesse último ano.

O cisma entre Estados Unidos e China pode alterar bastante este cenário. “Uma fragmentação econômica mais profunda, redesenhando comércio e fluxos de investimento, poderá reduzir a diversificação entre países e aumentar a volatilidade macroeconômica”, segundo o FMI. Da mesma forma, a criação de relações de comércio e financeiras mais fortes no interior dos blocos antagônicos pode ampliar o contágio de alguns emergentes do G20, como China e Rússia, aumentando os preços das commodities, por exemplo.

Melhoria do ambiente de negócios é crucial. Por Horacio Piva, Pedro Passos e Pedro Wongschowski

A verdadeira política industrial

O mundo tem agido fortemente em defesa do desenvolvimento de sua indústria. Isso decorre de seu valor para o emprego qualificado e bem pago, da tecnologia demandada e do impacto nos entornos de suas unidades. Mas não há por que insistir que a indústria é a mesma de décadas atrás ou que seu peso na economia deva voltar aos índices anteriores. O conceito mudou, como mudou o de serviços. O hoje vigente modelo de negócios e criação de valor é bem mais complexo do que foi no passado.

Recentemente, o governo brasileiro voltou-se também ao tema, com o lançamento da Nova Indústria Brasil (NIB). A NIB é uma reação à perda de protagonismo da indústria brasileira, à estagnação de sua produtividade e à necessidade de seu “aggiornamento” à luz dos progressos da digitalização e inteligência artificial, da ambição de participar de cadeias globais e da demanda da sociedade por sua paulatina e eficaz descarbonização. Tarefas impossíveis sem um investimento forte em pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem a abertura da economia e sem uma maior integração ao comércio global.

As missões que fundamentam a NIB são amplas e cobrem praticamente todas as áreas de economia brasileira: as cadeias agroindustriais, o complexo industrial da saúde, a infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, a transformação digital, a bioeconomia e a área de defesa. Os objetivos centrais do programa são meritórios: i) estimular o progresso técnico, a produtividade e competitividade nacionais; ii) aproveitar as vantagens competitivas do país e iii) reposicionar o

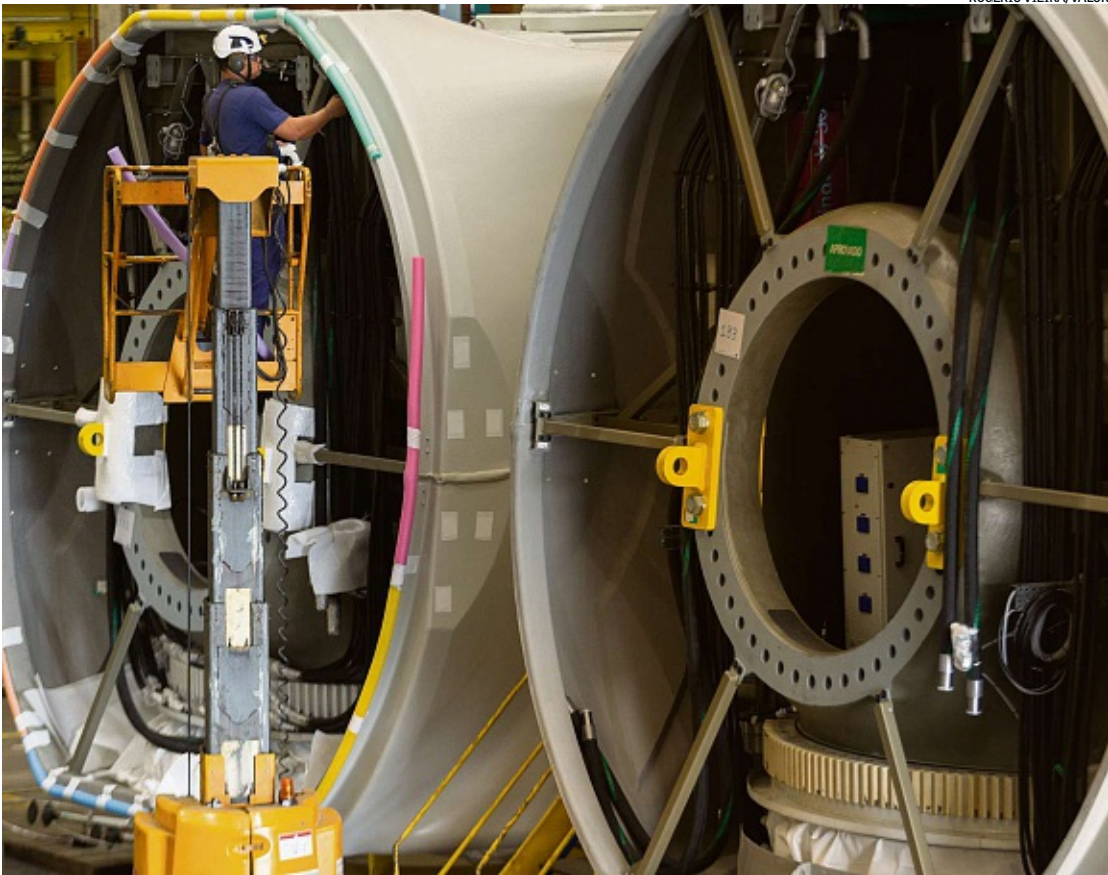
Brasil no comércio internacional.

Os fundos alocados são relativamente modestos, com o apoio do BNDES, da Finep (usando recursos do FNDCT) e da Embrapii, mas os instrumentos adicionais poderão incluir o uso do poder de compra do Estado, requisitos de conteúdo local, margens de preferência e encomendas tecnológicas. São estes últimos pontos delicados que demandarão atuação técnica e não mais ação política. Mas a sustentabilidade, a redução de desigualdades, e a geração de emprego são sempre enfatizados na NIB.

São ideias generosas, algumas promissoras, outras mais duvidosas. Parte destas medidas foram adotadas no passado, com resultados positivos em alguns poucos casos, e pífios em outros, por razões conhecidas e que precisam ser evitadas.

A insistência na política de substituição de importações e o foco no mercado interno nos colocou em uma armadilha de difícil solução. Temos uma indústria diversificada, mas em muitos casos com baixa escala diante dos competidores globais. Toda vez que se protegem setores na sua base, os setores subsequentes perdem competitividade e passam, igualmente, a demandar proteção. Um círculo vicioso que exige formulação competente e determinação política para vencer os grupos de interesse que tiram proveito desta situação. Confiamos que a NIB virará com a ambição de apoiar uma nova indústria em condições de competir globalmente.

Se assim não for, quem continuará pagar a conta é o consumidor brasileiro, que muitas vezes só tem acesso a produtos caros e de menor qualidade, penalizados com uma estru-



ROGERIO VIEIRA/VALOR

tura tarifária que chega a absurdos 35% em muitos bens.

A matriz energética limpa, a crescente produtividade do agronegócio, a abundância de minerais estratégicos, o potencial de absorção de gás carbônico com a recuperação florestal de áreas degradadas, a riqueza da biodiversidade, as avenidas de crescimento da bioeconomia, o robusto ecossistema de P&D, a diversidade racial e cultural, a resiliência da nossa jovem democracia, são algumas das fortalezas cobijadas por muitos países. É obrigação do governo, em conjunto com o mundo privado, não perder uma grande oportunidade de implementar um modelo

de desenvolvimento que faça emergir uma nova indústria, que por sua vez ajude a levar o país a se tornar um ator relevante e integrado ao mundo.

Mas há algo mais que deve ser objeto da atenção de todos os preocupados com o futuro da indústria brasileira.

Há pré-condições a serem satisfeitas para que qualquer conjunto de medidas de política industrial tenham probabilidade de sucesso. Entre elas estão a melhoria do ambiente de negócios, com a vigência de uma legislação que tribute o valor adicionado, exonere o investimento e a exportação. O Brasil tem a peculiaridade de ter uma energia de

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghbi Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual
Multiplatasformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Roseblum
(celia.roseblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente Internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcao (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Becevel Jr. (tarcisiojunior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo – SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetco Comun. e Rep.
Tel/Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel/Fax: (31) 3264-5463/3264-5441

PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel/Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel/Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613

SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel/Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.738,80 ou R\$ 144,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



negação; a ilegalidade, crescente aliás, leva a uma enorme e desleal competição. Há muitas áreas em que esta — em diversos e criativos formatos — já ocupa mais de um quarto dos mercados. As desconformidades já conhecidas soma-se agora a ação estruturada e perigosa do crime organizado, ocupando cada vez mais espaços. Setores como o de brinquedos, produtos têxteis, objetos de couro, eletroeletrônicos, cigarros, produtos farmacêuticos, resinas termoplásticas, combustíveis e utilidades domésticas são hoje vítimas de concorrência desleal e crescente de comerciantes e importadores irregulares, muitos deles conhecidos e devedores contumazes.

Assim, a política industrial tem que sim se preocupar com modernização, melhoria de mão de obra, criação de negócios competitivos com produtos e serviços exportáveis, e com a sustentabilidade de seus processos e produtos. E claro, com apoios rigorosamente localizados, custos expostos, equilíbrio com o regime macroeconômico, metas claríssimas, medições de avanços e impactos precisos, transparência, e prazos estritos de vigência.

Contudo, se não buscarmos uma substancial melhoria do ambiente de negócios no país e uma nova mentalidade empresarial que assuma risco, ousadia, e empreendedorismo em dimensão global, a batalha da indústria, já por si só difícil, ficará impossível. Teremos mais um projeto frustrado, e que, diante deste mundo de velocidade crescente, poderá, lamentavelmente, ser o último.

Horacio Lafer, Pedro Passos e Pedro Wongschowski são empresários.

Rejeição equivocada à imigração

Nilson Teixeira



Vários países desenvolvidos ou que fazem fronteira com regiões em conflito têm enfrentado forte aumento da imigração. De acordo com a ONU, os Estados Unidos são o país que mais recebe imigrantes, em particular ilegais. De acordo com o Migration Policy Institute dos EUA, havia 10,7 milhões de imigrantes ilegais no país em 2021 — 3% da atual população de 338 milhões de habitantes, sendo 2,3 milhões na Califórnia, 1,2 milhão no Texas, 870 mil na Flórida, 740 mil em Nova Iorque e 500 mil em Nova Jersey.

Quem visita esses Estados tem a impressão de que esses números são maiores, ainda mais com a expressiva aceleração da imigração. O Congressional Budget Office (CBO) dos EUA, no documento “The budget and economic outlook: 2024 to 2034” de fevereiro de 2024, estima o ingresso recorde de 3,3 milhões de imigrantes no país em 2023, compatível com o número reportado de 2,4 milhões de refugiados ilegais

— 150 mil menores desacompanhados — presos na fronteira no último ano, uma alta de 25% frente aos valores de 2022. No mesmo ano, foram deportadas 205 mil pessoas para seus países.

Os imigrantes passam por avaliação das condições para pedido de asilo, sendo mantidos presos para possível deportação caso tenham antecedentes criminais. De 60% a 70% das famílias e dos adultos solteiros são liberados antes da conclusão de seus processos de imigração, por conta da superlotação e das condições precárias das instalações de recepção. A liberação dos imigrantes que não traz riscos se dá sob fiança, inclusive por programas institucionais, ou com a chancela de organizações sociais. Nos últimos anos, a liberação também ocorre perante compromisso de comparecimento às audiências ou com monitoramento por aparelhos de GPS.

Guardadas as devidas proporções, essa dinâmica também ocorre em outros países, o que tem expandido o sentimento contrário aos imigrantes. Partidos de extrema direita com crescente votação nas eleições europeias, por exemplo, têm reforçado pautas xenófobas, incluindo controles mais rígidos para asilo político, forte redução de quotas para refugiados, obrigação de assimilação de costumes locais e fiscalização mais firme para deportação de estrangeiros sem documentação.

Do mesmo modo, a questão migratória será tema central na eleição presidencial dos EUA em

novembro. Pesquisa de fevereiro do Instituto Gallup mostra que os americanos que desaprovam o governo Joe Biden explicam essa avaliação citando a imigração como o principal fator, com 19% de menções, seguida pela gestão econômica, com 9%. Há anos, o ex-presidente Donald Trump defende restrições mais rígidas à entrada de imigrantes, acusando-os, inclusive, de tomar o emprego dos americanos. O tema é controverso e, por incrível que pareça, a rejeição é partilhada por muitos americanos filhos de imigrantes. O argumento lembra a série “Warrior”, disponível na Netflix, que mostra os embates em São Francisco no século retrasado entre americanos e irlandeses contra os imigrantes chineses.

Contexto polêmico também se aplica às regiões em que o bônus demográfico está perto do fim, caso do Brasil

Apesar da celeuma, a entrada de migrantes é uma alternativa para contrabalançar o recuo da força de trabalho, pois países como EUA, Alemanha e Japão já observam os efeitos do envelhecimento da sociedade, com redução da força de trabalho como percentual da população — Portugal registra contração no número de trabalhadores de 5,6 milhões em 2010 para 5,3 milhões em 2023. Esse declínio da população ativa

contribui para a redução do crescimento potencial quando não há compensação pela alta da produtividade ou dos investimentos.

A imigração contribui para elevação do emprego, aumento do PIB e do consumo das famílias, controle da inflação e maior arrecadação tributária. O documento do CBO elevou a projeção da força de trabalho em 5,2 milhões de trabalhadores até 2034 por conta da maior imigração. Essa expansão justificou a alta da sua projeção de crescimento potencial anual em 0,2 ponto percentual entre 2024 e 2034, bem como a ampliação do PIB em US\$ 7 trilhões e das receitas fiscais em US\$ 1 trilhão. Com base nesses números, Wendy Edelberg e Tara Watson do Brookings Institute, no artigo “New immigration estimates help make sense of the pace of employment” de março de 2024, aumentaram a estimativa para o crescimento de postos de trabalho compatível com a estabilidade da inflação de 60 mil a 100 mil em 2019 para 160 mil a 200 mil em 2024.

Esse contexto polêmico sobre a imigração não está circunscrito apenas aos países desenvolvidos. A discussão também se aplica às regiões em que o bônus demográfico está próximo do seu fim e que, portanto, tendem a presenciar recuo da força de trabalho e diminuição do crescimento potencial. Esse é o caso do Brasil, que ficou preso na armadilha da renda média sem conseguir alavancar a eficiência na economia, ao contrário de países como a Co-

reia do Sul que alcançaram desenvolvimento antes do fim desse bônus e foram capazes de elevar sua produtividade.

Mesmo assumindo uma revolução educacional no Brasil, a sustentação do crescimento potencial no país será difícil sem expressiva expansão dos investimentos ou da força de trabalho, pois o aumento da produtividade será, quando muito, gradual. Como é improvável que ocorra forte alta dos investimentos ou da taxa de participação, uma alternativa, embora longe de simples, seria a de instituir estímulos à imigração — o êxodo de quase 20% da população da Venezuela do país nos últimos anos poderia ter sido mais bem aproveitado para absorção de jovens com potencial.

Nesse sentido, a sociedade precisa debater com mais profundidade o tema da imigração e aprimorar o atendimento a esse público, apesar da estrutura existente no Ministério da Justiça e da Lei de Migração 13445 de 2017. Apesar de a dramática questão humanitária não ter sido mencionada, seria um ótimo passo se a entrada de refugiados no país fosse facilitada, com todos aqueles que estão ilegais e não têm antecedentes criminais obtendo direito mais duradouro ao título de residência e acesso fácil à documentação oficial — CPF, carteira de identidade e de trabalho. Já seria um bom avanço.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Frase do dia

“Os riscos de perdas extremas decorrentes de incidentes cibernéticos estão aumentando”.

Advertência do FMI no Relatório de Estabilidade Financeira Global

Cartas de Leitores

Petrobras

Como conseguir governar um país assim? Rui Costa e Alexandre Silveira, ministros da Casa Civil e Minas e Energia, respectivamente, fazem fogo amigo para a queda do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. Quando descobrem que o provável substituto pode ser o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, um petista de longa data com estatura e acesso direto ao presidente Lula, recuam, pois não teriam como bater de frente com ele e preferem que o atual presidente fique, desde que cumpra determinadas condições. Puro suco de Brasil.

Vital Romanelli Penha
vitalromanelli@gmail.com

Musk e Moraes

O atual embate entre o ministro do STF Alexandre de Moraes e multimilionário Elon Musk é uma impressionante realidade desses tempos complexos que vivemos atualmente. As ameaças do dono do X de não cumprir decisões judiciais brasileiras causaram reações, naturalmente corretas, de nossa mais alta corte. Com isso, teremos condições de punir qualquer empresa que descumprir uma ordem judicial brasileira e regulamentarmos as redes sociais que aqui atuam.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Um antigo e maravilhoso slogan dizia que o mundo gira e a Lusitana roda. Ou seja, na vida sempre encontramos alguém mais poderoso e independente de grana para nos confrontar. Parece que o ministro Alexandre de Moraes, metido a xerifão e dono do Brasil, é a bola da vez. E, neste caso, a grana vai fazer sim toda a diferença. Falar em respeito sem respeitar as diferenças é o calcanhar de Aquiles do Xandão, cujo passado também pode ser questionado.

Antônio José Gomes Marques
ajgmescalhao@gmail.com

Avanço da violência

A situação da segurança pública nos vários Estados depende dos métodos adotados pelas autoridades responsáveis nos três níveis de governo. Particularmente na zona oeste e na baixada fluminense do Rio de Janeiro, a busca violenta por poder e influência sobre as populações, protagonizada por milicianos e traficantes, está se ampliando e atingindo bairros e municípios que exibiam, até pouco tempo atrás, um aceitável nível de tranquilidade. Só não se convence de tal escalada quem não quer enxergar.

As ocasionais prisões de lideranças, alardeadas pelos pilotos do poder público, como golpes mortais nas atividades dos bandidos, passam a sensação de que a normalidade retornará. Nada mais ilusório, pois as substituições são quase imediatas, as soluções utilizadas não são suficientemente objetivas e os setores de justiça confusos, para se dizer o mínimo.

Paulo Roberto Gotac
prgotac@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Endividamento crescente vira grave problema com fim da era dos juros baixos. Por Martin Wolf

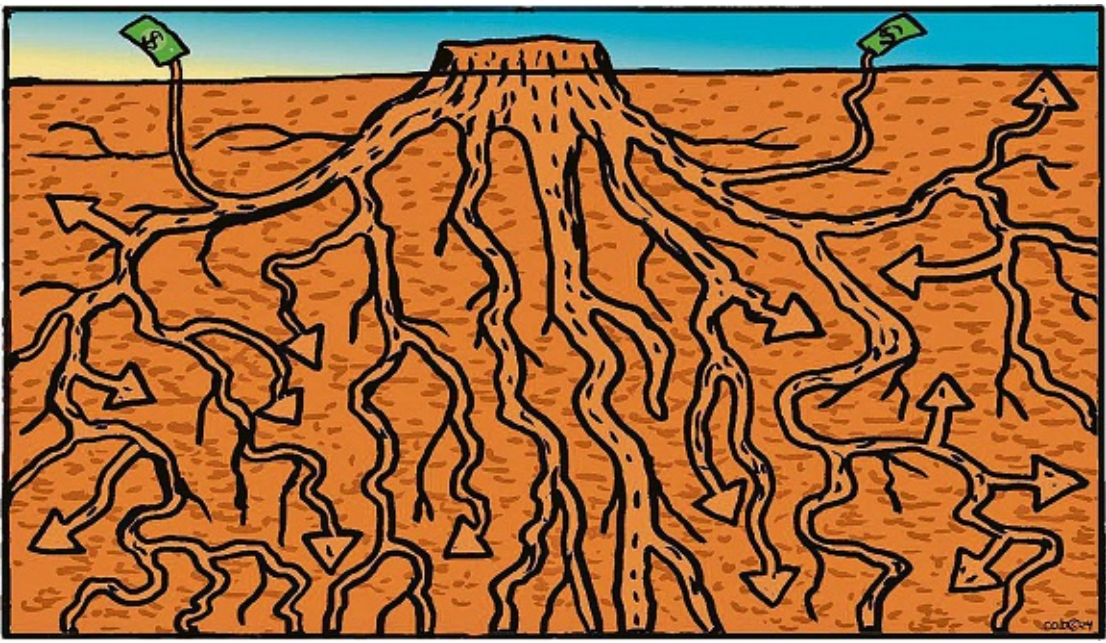
Árvore da dívida precisa parar de crescer

"Se algo não pode continuar para sempre, vai parar". É a “lei de Stein”, do falecido Herbert Stein, que foi presidente do Conselho de Assessores Econômicos de Richard Nixon. Stein publicou a frase em junho de 1989, em referência aos déficits dos Estados Unidos no orçamento e na balança comercial. Eles ainda não pararam! No entanto, como diz um provérbio alemão de importância similar, “árvores não crescem até o céu”. Em algum momento, o peso da árvore se torna insuportável. Isso também vale para a dívida fiscal. Há limites para a dívida em qualquer economia, até para uma tão poderosa como a dos EUA.

Em recente postagem intitulada “Os riscos financeiros e fiscais de um mundo de crescimento baixo e dívida alta”, Tobias Adrian, Vitor Gaspar e Pierre-Olivier Gourinchas, do Fundo Monetário Internacional (FMI), esclarecem a dinâmica da situação mundial atual. Em termos gerais, destacam eles, a sustentabilidade da dívida depende de quatro elementos: superávits primários, crescimento econômico, taxas de juros reais e dívida: “Crescimentos e superávits primários maiores — a arrecadação do governo que supera as despesas, excluindo o pagamento de juros — ajudam a alcançar a sustentabilidade da dívida, enquanto juros e níveis de dívida maiores tornam isso mais desafiador”.

A crise financeira mundial em 2007 e, depois, a pandemia de 2020 e suas consequências provocaram saltos gigantescos nas relações entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) tanto nas economias de alta renda quanto nas emergentes. Até 2028, prevê-se que chegarão a 120% e 80%, respectivamente. No primeiro caso, é a maior proporção desde a Segunda Guerra Mundial. No segundo, é a maior de todos os tempos.

Por muito tempo, as dinâmicas da dívida foram extremamente favoráveis, em parte graças às taxas de juros reais ultra-baixas. Agora, entretanto, tudo ficou mais difícil. “Projeta-se que as taxas de crescimento de médio prazo”, argumentam os autores, “continuarão em queda, na estei-



Até 2028, prevê-se que as relações entre dívida pública e PIB nas economias de alta renda e emergentes chegarão a 120% e 80%, respectivamente. No primeiro caso, é a maior proporção desde a Segunda Guerra. No segundo, é a maior de todos os tempos

ra de um crescimento medíocre da produtividade, de uma demografia mais fraca, de investimentos baixos e da permanência das cicatrizes da pandemia”.

O envelhecimento médio da população também aumenta diretamente as pressões sobre os gastos públicos. Além disso, mesmo que, como parece provável, as taxas reais de juros de equilíbrio de curto prazo (a chamada “taxa natural”) voltem a cair para níveis baixos, as taxas reais de juros de longo prazo podem não fazer o mesmo, em parte em função dos recentes aumentos na percepção de risco. Recentemente, esse “prêmio de risco pelo prazo” teve forte alta.

Portanto, as taxas reais de juros de longo prazo podem permanecer teimosamente altas, em parte pelas percepções de risco de inflação, em parte pelo aperto monetário quantitativo e em parte porque os déficits fiscais de muitos países deverão permanecer altos. Tudo isso ameaça criar um círculo vicioso, no qual altas percepções de risco elevam as taxas de juros acima das prováveis taxas de crescimento, o que, dessa forma, torna as posições fiscais menos sustentáveis e mantém os prêmios de risco altos. A alta dívida fiscal também agrava a ameaça de um “nexo banco-soberano”, no qual a fragilidade dos bancos causa preocupação sobre a capacidade soberana de socorrê-los e vice-versa.

É possível argumentar que a situação dos EUA é a mais signifi-

cativa de todas. No relatório Perspectivas Orçamentárias e Econômicas: 2024 a 2034, o apartidário Gabinete de Orçamento do Congresso (CBO, na sigla em inglês) observa que “a dívida detida pelo público aumenta a cada ano em relação ao tamanho da economia, atingindo 116% do PIB em 2034 — uma proporção mais alta do que em qualquer momento da história do país. De 2024 a 2034, aumentos nas despesas obrigatórias e nos custos com juros vão superar tanto as reduções nos gastos discricionários quanto o crescimento da arrecadação e da economia, aumentando a dívida. Essa tendência persiste, o que empurrará a dívida federal a 172% do PIB em 2054”.

Apenas um economista muito corajoso poderia insistir que isso pode continuar para sempre. Sem dívida, em algum momento, a lei de Stein daria sua mordida: a resistência dos investidores a aumentos adicionais na dívida cresceria e, então, viriam a seguir monetização, inflação, repressão financeira e uma bagunça monetária internacional.

Aqui estão três fatos relevantes para os EUA: primeiro, prevê-se que até 2034, as despesas federais obrigatórias alcançarão 15,1% do PIB e a arrecadação federal total, apenas 17,9%; segundo, a arrecadação federal foi equivalente a apenas 73% dos gastos em 2023; e, terceiro, o saldo primário está em constante déficit desde o início dos anos 2000. Tudo isso mostra como se-

rá imensamente difícil colocar os déficits gerais sob controle.

Uma questão crucial é que a política se opõe fortemente a controlá-los. Desde Ronald Reagan, os republicanos se tornaram indiferentes ao equilíbrio orçamentário. Seu objetivo, em vez disso, são impostos mais baixos. Bill Clinton e Barack Obama fizeram tentativas sérias de prudência fiscal. No entanto, isso permitiu que George W. Bush e Donald Trump reduzissem os impostos. Os democratas agora decidiram que a terra arrasada é uma estratégia melhor. Assim, ambos os partidos administrarão elegantemente déficits enormes — e deixarão o futuro cuidar de si mesmo. Até quando isso pode continuar? Não para sempre. Como alertou o falecido Rudiger Dornbusch: “Na economia, as coisas demoram mais para acontecer do que você pensa que vão demorar e, então, acontecem mais rápido do que você imaginava que poderiam”.

Alguns economistas parecem acreditar que a demanda pelo dinheiro de um país é infinita: enquanto houver alguma margem na economia, o governo pode continuar imprimindo. No entanto, a fuga do dinheiro de um país pode facilmente ocorrer antes disso. Outros argumentam que se o endividamento for usado para investimentos lucrativos, ele se pagará por si só. O que se faz com o dinheiro da dívida, de fato, importa. Mas o elo entre ativos líquidos e capacidade de serviço da dívida é imperfeita.

Mesmo os países mais poderosos, capazes de se endividar em suas próprias moedas, não conseguirão sair ilesos se seguirem um caminho explosivo para a dívida fiscal para sempre. O blog do FMI argumenta que “antes de tudo, os países deverão começar a reconstruir, de forma gradual e crível, os escudos fiscais e garantir a sustentabilidade de longo prazo de sua dívida soberana”. Tudo isso é sensato. Mas o aperto fiscal também exigirá aumento de gastos em outras áreas, parte disso no exterior. A melhor abordagem seria começar logo, ajustar lentamente e coordenar globalmente. Quais são as chances de algo tão sensato ocorrer? Próximas de zero, infelizmente. (Tradução de Sabino Ahumada)

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do Financial Times.

Eleições Governo reservou cerca de US\$ 43 bilhões apenas para programas sociais em 2024

López Obrador gasta como nunca para eleger aliada no México

Maya Averbuch
Bloomberg

O outrora frugal presidente do México aumentou os gastos a ponto de levar o país ao maior déficit orçamentário desde os anos 80, o que pode deixar sua sucessora em uma cilada financeira.

É uma grande reviravolta para Andrés Manuel López Obrador, que manteve as contas públicas controladas durante toda a pandemia, enquanto líderes em outros países gastavam livremente. Agora, o presidente elevou os benefícios pagos a estudantes e aposentados, inundou a petrolífera estatal com dinheiro e intensificou o empenho para concluir projetos de construção históricos.

A agenda popular deverá ajudar o partido de López Obrador a reter a presidência com uma vitória esmagadora nas eleições de junho. A candidata escolhida pelo partido dele, Claudia Sheinbaum, ex-prefeita da Cidade do México, tem ampla vantagem nas pesquisas, em especial nos Estados mais pobres do sul do país, como Oaxaca, onde o dinheiro público tem estimulado uma onda de expansão econômica.

“Nenhum outro governo trabalhou tanto”, disse María Alicia Jiménez Ibáñez, moradora de Oaxaca, enquanto esperava para comprar as passagens de um novo serviço de trem, que conecta cidades no Estado, que fica na costa do Oceano Pacífico, a Veracruz, no lado atlântico. “Antes, o dinheiro simplesmente desaparecia. Agora, estamos vendo isso.”

Entre os eleitores que são beneficiados por programas sociais, ou que têm familiares beneficiados, 64% dizem ter intenção de votar em Sheinbaum, e apenas 21% pretendem votar em Xóchitl Gálvez, principal candidata de oposição, uma diferença muito maior do que a detectada na população como um todo, de acordo com o jornal “El Financiero”.

A preocupação para Sheinbaum, cujos planos incluem investimentos na saúde, é que passará a ficar mais difícil conseguir dinheiro. O custo com o serviço da dívida em 2024 deve chegar a 3,7% da produção econômica, o mais alto em pelo menos 30 anos. Prometer ainda mais gastos poderia colocar em risco a classificação de crédito do México, de investimento seguro. Elevar impostos como forma de contrabalançar isso seria politicamente impopular, mas cortes profundos nos gastos também seriam.

Com um endividamento muito menor que o de outros países, o México tem condições de suportar o orçamento final de López Obrador, segundo Carlos Serrano, economista-chefe do México no BBVA. Nem sempre foi assim, dado o histórico de líderes que legam um cenário de dificuldades para seus sucessores — um fenômeno chamado pelos mexicanos de “crise sexual”, por ser um problema para novos presidentes a cada seis anos.

Em termos gerais, os mercados não se abalaram com a meia-volta fiscal: em 2024, o peso mexicano é a moeda mais forte entre as dos países emergentes. As agências avaliadoras de risco de crédito S&P, Fitch e Moody's classificam o rating soberano do México como estável, apesar do aumento nos gastos e da tensão que isso pode exercer sobre as contas do país.

Por outro lado, o déficit orçamentário chega durante “um ano em que as coisas estão indo bem”, disse Serrano. “A cada ano, temos que gastar mais com pensões e

com o serviço da dívida, o que deixa o país sem nenhuma margem.”

O boom de Oaxaca. Oaxaca, por muito tempo um reduto do opositor Partido Revolucionário Institucional (PRI), exemplifica como o presidente e seu partido, o Morena, consolidaram o controle sobre a política mexicana.

O Morena assumiu o governo do Estado em dezembro de 2022. Até o governador anterior desertou do PRI, após o fim de seu mandato, e apoia Sheinbaum — transformando-se no tipo de político que os mexicanos chamam de “gafanhoto”, pela habilidade de pular para um galho mais promissor.

De fato, a economia de Oaxaca cresceu 10% nos primeiros nove meses de 2023, o maior crescimento do país, em grande parte graças aos gastos públicos.

Essas melhorias conquistaram moradores como Jiménez Ibáñez, de 42 anos, cuja mãe — vendedora de “totopos” feitos à mão, uma tortilla crocante que é uma especialidade do sul — foi inscrita no novo programa de pensão universal.

“Até os idosos recebem dinheiro”, disse ela. “Costumávamos dizer, ‘onde está a ajuda para eles?’ Você não conseguia encontrar em lugar nenhum.”

O governo reservou cerca de US\$ 43 bilhões para programas sociais em 2024, mais da metade para os idosos. Eles podem recolher a pensão a cada dois meses, em novos bancos públicos criados em todo o país. Os pagamentos mais que dobraram ao longo dos seis anos do governo de López Obrador.

Benefícios como esses são uma parte importante do orçamento de López Obrador. A outra são os investimentos em infraestrutura, incluindo um trem turístico de US\$ 30 bilhões serpenteando os Estados do sul, uma refinaria de petróleo de quase US\$ 20 bilhões no Estado de Tabasco e um novo aeroporto para a capital — após ele ter cancelado os planos para um iniciado pelo presidente anterior.

Ele também criou uma empresa aérea estatal, que assim como muitos projetos, não deve dar lucro no curto prazo. As obras de infraestrutura ainda não foram concluídas, o que significa que quaisquer retornos sobre o investimento podem levar mais tempo do que o esperado originalmente.

“O grande debate sobre os projetos é quanto ao retorno do investimento, e se, talvez, o governo devesse talvar esse dinheiro em outros projetos menos propensos a serem desenvolvidos por empresas privadas e com retornos sociais e econômicos mais altos”, disse Felipe Hernández, especialista em América Latina na Bloomberg Economics.

O serviço ferroviário de Oaxaca faz parte de um projeto maior para ligar os dois litorais do México e rivalizar com o Canal do Panamá no transporte de cargas, ao mesmo tempo em que serve como uma forma confortável de trânsito para os moradores. O transporte de carvão em grande escala ainda não começou, mas o governo já expandiu os portos nas duas pontas.

Isso ajudou Arturo Labias Hernández a conseguir um emprego melhor que o seu anterior em uma produtora local de sal, quebrando o sal solidificado na terra e colocando-o com uma pá em sacos de 50 quilos. Ele trocou de emprego e trabalhou por cerca de um ano e meio construindo novos quebra-mares como parte das reformas no porto de Salina Cruz, inauguradas em fevereiro por López Obrador, em cerimônia na qual Hernández compareceu.



Rodovia que interliga cidades do sul do país, ‘Trem Maia’ (foto) simboliza grandes obras

“Isso me permitiu fazer muitas coisas, como começar a construir uma casa”, disse o jovem de 22 anos, cuja esposa está grávida. “Você ganha menos no sal do que eu ganho agora, e o trabalho é duro. Não há sombra.”

A ideia é que, na esteira dos gastos públicos, chegue o investimento privado, à medida que as empresas comecem a investir em novos parques industriais ao longo da linha ferroviária.

Ainda não há muitos sinais disso, embora Javier Aguilera Peña — cuja empresa Proistmo ganhou um contrato para construir um parque perto da extremidade atlântica da ferrovia — diga ter visto “alta demanda” de empresas que querem vender para o mercado da Costa Leste dos EUA.

Promessas de austeridade. Nem todos em Oaxaca estão contentes com tais projetos. Um tema comum entre os críticos é que as obras são planejadas sem muito cuidado e são ordenadas por um governo central distante, que ignora as questões locais.

Grupos indígenas que vivem perto da linha férrea remodelada e levantaram preocupações sobre os efeitos ambientais dizem não ter sido consultados adequadamente. Trabalhadores de salinas protestaram contra o quebra-mar, que impediria a água das marés de chegar a lagoas, arruinando as produções locais de sal e camarão — embora o governo tenha amenizado a tensão contratando-os para turnos de trabalho de vários meses.

Agricultores, já com problemas fornecimento de água, de qualquer forma, não têm certeza se querem os novos empregos em fábricas, e se preocupam em perder o acesso às terras comuns onde recolhem lenha para cozinhar e frutas de pitáia selvagem.

Quando um agricultor que é líder comunitário se juntou a um protesto contra os planos de um parque industrial, foi acusado de incendiar os carros dos agrimensores que mensuravam o terreno, uma acusação negada por ele. Foi condenado a 46 anos de prisão.

Jesús Luis López, outro agricultor local, diz gostar da maneira como López Obrador vem distribuindo dinheiro público. “Vejo pessoas com quem cresci, que vi trabalhando desde criança, recebendo ajuda. E estou feliz, porque eles merecem.”

Por outro lado, ele também apoia os manifestantes: “Não estamos defendendo nossa terra apenas por egoísmo, mas porque

precisamos da terra. É nosso meio de sobrevivência.”

Sheinbaum prometeu manter a “austeridade republicana”, que é como López Obrador descreve seu programa de corte de custos públicos, que incluiu, por exemplo, reduzir salários e deixar de lado o avião presidencial. Ela é vaga quanto a seus planos fiscais como um todo — prometendo manter os níveis de dívida em um “equilíbrio razoável” e garantir que os benefícios para crianças, pessoas com deficiências e pensionistas nunca fiquem abaixo da inflação.

Cortes drásticos nos gastos em 2025 “provavelmente não se materializarão porque teriam um custo econômico e político muito alto”, disse Hernández, o economista da Bloomberg Economics. “No fim das contas, o cenário mais provável é um em que o governo realize algum ajuste fiscal”, mas não o suficiente para resolver seu problema de dívida.

Independentemente de como o sucessor de Amlo escolha lidar com a conta sendo deixada por ele, o próximo governo precisará enfrentar pagamentos do serviço da dívida bem maiores do que quando López Obrador assumiu o cargo. Os juros do banco central estão em 11%, perto do maior patamar histórico, o que eleva o custo de captação para o governo à medida que emite títulos em moeda local.

O problema pode pressionar um futuro presidente a considerar aumentos de impostos, algo que López Obrador prometeu evitar. Em fevereiro, um dos principais auxiliares de Sheinbaum na Cidade do México disse que o sucesso do governo municipal em ampliar sua base de impostos — aumentando a arrecadação e perseguindo evasores — pode ser replicado no resto do país.

Ainda assim, mesmo que a primeira presidente mulher do México tente conter os gastos em 2025, isso pode não ser suficiente para compensar os altos juros da dívida ou melhorar a relação entre dívida e o Produto Interno Bruto (PIB).

“Há pressão empurrando para cima a dívida total e o custo do financiamento da dívida, o que deixa menos espaço para gastos com saúde, educação e segurança”, disse Jorge Cano, analista do centro de estudos México Evalúa. “Isso está amarrando as mãos do próximo governo em termos fiscais, pois eles precisarão fazer grandes modificações na receita ou grandes cortes de gastos para manter a dívida estável.”

Métrica

Novo modelo de demonstração de resultados esbarra em lei brasileira

B4

Imóveis

Áreas para galpões de entregas rápidas estão mais difíceis em SP, diz Tanenbaum, da SKUrban **B2**



INÊS 249

Petróleo

O fundo EIG e a Lake Capital concluem a compra da Ocyan **B4**

Tecnologia

TSMC, Samsung e Intel investem nos EUA mais de US\$ 200 bilhões em chips **B5**

Entretenimento

Paramount perdeu um terço do valor de mercado desde dezembro **B6**

Valor B
Quarta-feira, 10 de abril de 2024

Empresas

Energia Empreendimentos voltam à mesa de negociação com melhora de cenário macroeconômico

Usinas de geração da Ibitu são colocadas à venda e avaliadas em até R\$ 3 bilhões

Robson Rodrigues e
Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A Ibitu Energia, empresa de renováveis controlada pela gestora americana Castlelake, colocou novamente seus ativos de geração de energia elétrica à venda, apurou o **Valor**. A operação, que envolve projetos operacionais e em pipeline, deve movimentar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões, segundo fontes.

O BTG Pactual foi mandatado para assessorar o negócio. Não é a primeira vez que a empresa vai ao mercado vender seus empreendimentos. Em 2021, os ativos estavam disponíveis, mas as negociações não vingaram por questões operacionais dos projetos à venda.

Nos anos seguintes, a disparada dos juros e o baixo preço da energia elétrica colocaram em compasso

de espera um conjunto de ativos envolvendo fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) no Brasil.

A Ibitu tem ativos eólicos e hidrelétricas no Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso e Minas Gerais com mais de 800 megawatts (MW) de potência instalada, além de um pipeline de 1,2 GW de projetos eólicos, solares e híbridos.

Nos últimos meses, a Ibitu focou na recuperação de performance de seus ativos operacionais. Em setembro de 2023, a empresa vendeu duas usinas solares na Bahia por cerca de R\$ 350 milhões para a Atiaia Renováveis, companhia de energia do grupo pernambucano Cornélio Brenand, para levantar capital. Procurada, a Ibitu não quis se manifestar sobre o assunto.

O ano de 2023 testemunhou um cenário de fusões e aquisições com

atividade moderada, porém significativa no setor. Destacam-se importantes transações, como a venda de 50% de participação societária em oito ativos de transmissão da Neoenergia ao GIC, um investidor institucional global proeminente. Além disso, a EDP Brasil concretizou a venda de ativos de transmissão por R\$ 2,7 bilhões ao fundo de infraestrutura da Actis.

Analistas de mercado apostam que com a recente redução da inflação e o arrefecimento do juros, os anos de 2024 e 2025

Em 2021, os ativos foram colocados à venda, mas tiveram problemas operacionais

podem trazer de volta à mesa empreendimentos que estavam à venda. É o caso da EDP, que retomou processo de venda de duas hidrelétricas no Amapá e tem o Bradesco BBI como assessor financeiro na transação.

A Eletrobras é outra companhia que está alienando suas usinas térmicas em um processo estimado para alcançar entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões. A Comerc contratou os bancos BTG Pactual e o Itaú BBA para buscarem possíveis interessados em comprar uma usina solar de grande porte em Minas Gerais.

Ainda dentro dos ativos de renováveis, que atraem maior demanda por investidores, sobretudo estrangeiros, o país também tem importantes negócios em curso. A americana AES tem uma proposta firme na mesa pela operação brasileira: a Auren, controlada pelo grupo Votorantim e CPPIB, fez

oferta vinculante. A Auren já tem cerca de 5% da AES Brasil. Mas a proposta não agradou, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. A AES tenta atrair novos interessados e fazer com que aqueles que tiveram acesso aos dados da venda apresentem oferta de fato.

A principal aposta para uma proposta concorrente são os estrangeiros. Os chineses poderiam participar por meio da CTG — mas o prazo de análise e negociação, neste caso, seria mais extenso do que a AES desejava inicialmente para a venda; ou a canadense Brookfield, que ainda não fez oferta vinculante.

Dados da assessoria financeira de fusões e aquisições RGS Partners apontam que, na última década, o setor elétrico puxou o segmento de M&As e mercado de capitais no Brasil, por conta da forte pressão pela descarbonização da matriz

1,2 GW
é o pipeline de novos projetos eólicos

energética com fontes renováveis, notadamente eólica e solar.

Por conta de mudanças recentes da regulamentação, o sócio da RGS Partners, Hugo Pacheco, acredita que em 2024 podem ocorrer importantes aquisições no setor de geração distribuída solar. Neste sentido, as gestoras largaram na frente. A Squared Capital comprou 49% da empresa de geração distribuída Órigo Energia, por US\$ 400 milhões (cerca de R\$ 2 bilhões). Mais recentemente, a Brookfield anunciou a compra do portfólio de usinas da Trinity em operação que ultrapassa R\$ 600 milhões.

Brasil está na rota de investimento da Brookfield

De São Paulo

Com dois fundos bilionários dedicados à transição energética, a gestora canadense Brookfield volta os olhares ao Brasil em busca de projetos no setor. “Há oportunidades interessantes que a Brookfield busca quando se trata de energias renováveis, especialmente no que se refere a países como o Brasil”, disse ao **Valor** Connor Teskey, CEO global de energias renováveis e transição energética e presidente da Brookfield Asset Management.

A gestora, que tem R\$ 190 bilhões em ativos no Brasil, dos quais R\$ 30 bilhões voltados para energia renovável, deverá mapear negócios na área no país, que está entre os mais estratégicos para América Latina.

A Brookfield levantou US\$ 17 bilhões para o Fundo Global de Transição, que é o maior capital privado já levantado para investir em economia de baixo carbono, e deve captar mais US\$ 5 bilhões, para Fundo para Catalisar a Transição (CTF, também na sigla em inglês), dedicado para mercados emergentes, totalizando cerca de US\$ 22 bilhões.

Segundo Teskey, há centenas de investidores interessados em participar do fundo. O Altêrra,

fundo de investimentos destinado a direcionar o capital privado para investimentos climáticos no Sul Global, se comprometeu a aportar US\$ 1 bilhão no CTF. Outros gestores, como o fundo canadense CDPQ e a Temasek, de Cingapura, também manifestaram interesse em contribuir com capital para o projeto.

O dinheiro não é carimbado para nenhum país e é liberado à medida em que os gestores locais encontram oportunidades com boas taxas de retorno. O que a gestora exige é não ser apenas um acionista, mas, sim, ser atuante nas decisões das empresas que investe.

A gestora investe em cerca de 35 países diferentes, mas o executivo vê o país como parte da destinação desses recursos, independentemente de ruídos políticos. “O Brasil é uma democracia consolidada, respeita contratos e reúne condições únicas de geração de energia renovável. Não há dúvida de que investiremos em energias renováveis aqui por meio desse fundo”, disse Teskey.

Segundo o executivo, a estratégia de investimento no país não precisa ser necessariamente por meio das empresas da Brookfield. “Os aportes podem ser feitos pela Elera [braço de energia renovável



GABRIEL BEIS/VALOR

Teskey, da Brookfield, não tem dúvidas de que o Brasil receberá recursos do fundo de transição energética dedicado a atender mercados emergentes

da gestora] ou outros”, contou.

Nos últimos anos, a empresa acelerou mais sua presença no setor. Além dos anúncios de investimentos no complexo solar de Janaúba, o maior da América Latina, a gestora entrou no segmento de geração distribuída, por meio da aquisição do con-

trole acionário da Ivi Energia, e busca ativos e sócios para produzir biometano no Brasil.

“Um dos requisitos de todo investimento nesses fundos é algo que chamamos de adicionalidade. Nosso capital precisa ser o catalisador para algum tipo de mudança de descarbonização. Não compraremos uma instalação eólica 100% operacional existente, por exemplo, porque ela já existe e já está substituindo uma forma de produção de energia com maior intensidade de carbono. O que faremos é construir um novo projeto eólico”, explica.

Ele destaca, no entanto, que não se trata apenas da construção de energia renovável. É uma grande variedade de outras soluções de descarbonização, como biocombustíveis, captura de carbono, armazenamento de baterias, hidrogênio verde. Ou seja, a Brookfield também utiliza os seus fundos de transição energética para comprar projetos com uso intensivo em carbono para reduzir as suas emissões ao longo do tempo. “A procura, especialmente por parte das empresas, por energia verde, é crescente”.

E neste contexto de demanda por energia renovável crescente,

com foco nas fontes eólica e solar, a Brookfield espera preencher parte da lacuna. Por outro lado, o contexto brasileiro é de sobreoferta de energia, que tem derrubado preços e pode inviabilizar projetos. Segundo Teskey, a empresa pode tirar proveito disso como maior investidor em energia limpa nos mercados privados, já que essa situação tende a se equilibrar no médio prazo. “É uma oferta excessiva de energia limpa e verde. Isso faz do Brasil um lugar muito interessante [para investimento] no futuro, seja o hidrogênio ou amônia verde”. **(RR e MS)**

R\$ 30 bi
já foram investidos no Brasil no setor

Destaques

Vale e Mitsui

A Vale fez acordo para a venda de um volume total máximo de 16 mil toneladas de briquetes da Vale Japan Limited (VJL) para a Mitsui, por cerca de US\$ 323 milhões. O prazo estimado para se atingir o volume previsto é até 31 de março de 2025. A Mitsui é acionista “com influência significativa na Vale” e a VJL é uma empresa controlada pela mineradora brasileira, disse a companhia.

VGV de R\$ 1,2 bi na Cyrela

A incorporadora Cyrela atingiu, no primeiro trimestre, R\$ 1,19 bilhão em valor geral de venda (VGV) em lançamentos, ao se contabilizar apenas a sua participação nos empreendimentos, crescimento de 37% sobre o mesmo período de 2023, e queda de 30% ante o último trimestre do ano passado. A empresa divulgou sua prévia operacional nesta terça-feira (9).

Moura Dubeux cresce

A incorporadora Moura Dubeux, que atua em Estados do Nordeste, realizou três lançamentos no primeiro trimestre, que somaram R\$ 326,7 milhões em valor geral de venda (VGV), crescimento de 39,5% sobre o mesmo período de 2023. Em relação ao quarto trimestre houve queda de 22,7%, de acordo com a prévia operacional divulgada pela empresa nesta terça-feira (9).

Venda de cimento cai

As vendas de cimento no Brasil atingiram 4,9 milhões de toneladas em março, queda de 10,6% em base anual. No primeiro trimestre foram vendidas 14,3 milhões de toneladas, recuo de 3,5% ante igual período de 2023, informou o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic), que revisou de 2% para 2,5% sua projeção alta na comercialização de cimento para o ano.

Tráfego da CCR

A CCR registrou crescimento de 2,5% no tráfego de veículos nas rodovias que administra em março, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Na CCR Mobilidade, que soma os ativos de metrô e trens da companhia, o número de passageiros transportados caiu 1,6% em março ante 2023. Já na CCR Aeroportos, o número de passageiros transportados subiu 8,9%.

Produção da Prio

A Prio registrou produção de 86,2 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) em março, alta de 4,1% ante ao resultado de fevereiro, segundo dados preliminares. A produção no Campo de Frade totalizou 47,1 mil barris de óleo por dia em março. Segundo a empresa, a produção foi afetada pelo defeito em um equipamento que exigiu interrupção do poço para sua troca.

Empresas

Imóveis Terrenos para projetos de entrega rápida são alvo de disputa com setor residencial

Áreas para logística ficam mais restritas em São Paulo

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Os galpões para logística de entrega rápida na cidade de São Paulo já enfrentam competição com o segmento residencial na busca por novas áreas para se expandir. Após a revisão da Lei de Zoneamento e do Plano Diretor da cidade, feitas em 2013 e em janeiro deste ano, a concorrência pode ficar ainda maior, alerta a consultoria imobiliária Binswanger SDS, com possíveis efeitos sobre os preços dos terrenos e dos aluguéis.

Essas revisões ampliaram as zonas de eixo de transporte, onde é possível construir mais. Ao liberar mais construções nessas áreas, o preço dos terrenos também sobe. Para Paulo Izuka, gerente de inteligência de mercado da Binswanger, deve haver um “efeito dominó” entre as zonas da cidade, com o encarecimento do eixo se espalhando para as outras regiões.

A cidade já tem áreas limitadas para o desenvolvimento da atividade logística. Simone San-

tos, sócia da consultoria, afirma que a saída tem sido reformar galpões antigos, o que também reduz o tempo de implantação desses espaços — e acelera os retornos com os aluguéis.

É o modelo adotado por Stephen Tanenbaum, fundador da SKUrban, empresa de galpões e serviços logísticos na cidade. A companhia tem duas áreas em operação em São Paulo, na Lapa e na Aclimação, e está olhando outros espaços. “Ainda tem vendedores motivados, muita gente que tinha galpão para uso próprio e virou locação para gerar liquidez para outra atividade ou resolver questões familiares”, diz. O difícil no segmento, afirma, é chegar em acordo sobre o preço, já que muitos proprietários têm

“Hoje a Chucrí é região de escritório, pegaram os terrenos industriais”
Paulo Izuka



Stephen Tanenbaum, fundador e CEO da SKUrban, afirma que ainda vê áreas propícias para logística de última milha com “vendedores motivados”

expectativa de vender a área para o setor residencial, que historicamente paga mais pelos terrenos.

Levantamento da Binswanger mostra que a média de preço para uso industrial na cidade, o que inclui logística, foi de R\$ 3.833 por metro quadrado, enquanto na análise de 13 empreendimentos residenciais, foi de R\$ 14.700.

A diferença é que o setor de logística costuma pagar de forma mais rápida, enquanto no residencial o dono do terreno pode receber apenas um pedaço do valor em um primeiro momento e o restante em permutas por imóveis que serão construídos.

Santos afirma que investidores “despertaram” para o potencial do mercado de logística dentro dos centros urbanos, mas que o desafio é identificar imóveis com viabilidade financeira e conseguir mantê-los como espaços de logística,

sem que se tornem prédios.

Izuka lembra que a região no entorno da avenida Chucrí Zaidan era “quase exclusivamente fabril em 2008”, com fábricas da Monark e Kibon, entre outras, e galpões. “Hoje é região de escritório, que pegou esses terrenos industriais e tirou daqui”, afirma. O terreno da antiga fábrica da Kibon, por exemplo, dará lugar a projeto de uso misto, residencial e comercial, da Cyrela.

Para a consultoria, seria preciso ter “faixas” de diferentes usos nos bairros, para acomodar tanto a utilização logística e industrial quanto residencial e comercial.

Tanenbaum ainda vê estoque de ativos para a atividade logística em áreas centrais, como Mooca, Ipiranga e Aclimação, quando se trata de espaços de até 5 mil m². Acima disso, é preciso procurar áreas mais afastadas, “do Ro-

doanel para fora”, afirma.

A Goodman adquire áreas em São Paulo para fazer condomínios logísticos, de porte maior. A empresa tem um condomínio em Itaquera, na Zona Leste, com 45 mil metros quadrados de área locável, e comprou no fim do ano a antiga fábrica da Avon, no Jardim Marajoara, Zona Sul, também para desenvolver um condomínio do tipo.

É uma atividade desafiadora, segundo eles. “A medida que o município ruma em direção de adensar mais a cidade, preferindo quadras menores com maior

integração entre usos, grandes terrenos se tornam mais escassos, o que torna mais desafiador o desenvolvimento de grandes projetos logísticos dentro da cidade”, diz Eduardo Cimino, gerente de desenvolvimento e investimento da Goodman.

Uma alternativa para conseguir maior aproveitamento em áreas urbanas menores são galpões de dois andares, ainda inéditos no país, mas comuns em regiões altamente adensadas, como no Japão. No entanto, operação e locação são mais caras.

Segundo Cimino, a Goodman desenvolve galpões desse tipo no mundo. “A medida que os terrenos se tornam cada vez mais caros e os clientes estão dispostos a pagar mais para estarem dentro da cidade, os galpões logísticos com mais de um andar podem ser uma solução”, afirma.

383%
de diferença de preço entre os dois usos

Programa Mover pode ter 41 companhias participantes

Automotivo

Estevão Taiar
De Brasília

O Mobilidade Verde e Inovação (Mover), programa lançado neste ano pelo governo federal para incentivar e descarbonizar o setor automotivo, poderá ter pelo menos 41 empresas participantes. Na terça-feira (9), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) concedeu formalmente as primeiras 23 autorizações para que companhias participem

do programa. Além desse primeiro grupo, a União analisa solicitações de outras 18 empresas, informou a pasta.

As primeiras 23 empresas autorizadas a participar foram: Toyota, Horse, Renault, Peugeot-Citroen, Volks, Sodecia, GM, Mercedes-Benz, Nissan, Honda, WEG Drive & Controls, Marcopolo, FCA Fiat Chrysler, WEG Equipamentos Elétricos, FTP, Eaton, On-Highway, Volks Truck & Bus, Bosch, Faurecia, FMM, Schulz e Ford.

Conforme as regras do programa, esse grupo terá direito a “créditos financeiros” para investir

“em pesquisas, desenvolvimento e produção tecnológica que contribuam para a descarbonização da frota de carros, ônibus e caminhões”, lembrou o Mdic.

O Mover prevê a concessão de R\$ 19,3 bilhões em incentivos entre 2024 e 2028 e a criação do Fundo Nacional para Desenvolvimento

23
autorizações já foram liberadas

Industrial e Tecnológico (Fndit) — cujos recursos deverão “ser aplicados em programas prioritários para o setor de autopeças e demais elos da cadeia automotiva”.

Os créditos vão variar de R\$ 0,50 a R\$ 3,20 por cada R\$ 1 investido “acima de um patamar mínimo”. O patamar mínimo de investimentos varia de 0,3% a 1,8%, sempre em relação à receita bruta da companhia, de acordo com o produto e o ano da produção.

“Quanto maior o conteúdo nacional de inovação presente nas etapas produtivas, maior o crédito. A busca por mercados

externos também resulta em incentivos adicionais”, informou o Mdic. “Caso não realize os investimentos previstos, a empresa é desabilitada e tem de devolver os recursos recebidos.”

Para participar, as companhias precisarão ter produção em vigor no Brasil ou “projeto de desenvolvimento” anunciado para o país.

Além disso, “independentemente de se habilitarem ou não para usufruir dos créditos financeiros, todas as empresas deverão cumprir os requisitos obrigatórios do programa”. Um exemplo é o critério usado para calcu-

lar as emissões de carbono, que mudou em relação ao Rota 2030, antecessor do Mover.

O Mdic ainda informou que, dos 18 pedidos em análise, onze “são para projetos de desenvolvimento, incluindo novas plantas, novos modelos e realocização de fábricas”. Outros três “são para serviços de pesquisa de empresas que não fazem carros nem componentes, mas têm centros” de pesquisa e desenvolvimento e laboratórios no Brasil.

“As outras quatro são empresas com fábricas já em funcionamento”, divulgou a pasta.

Além dos limites, a arte de assumir riscos

Gestão



Flávia Camanho

Acabei de vivenciar um dos eventos que mais gosto de participar, o Brazil Conference, que acontece em Harvard e MIT, Boston, anualmente desde 2015. Nesse evento, as cabeças mais relevantes do país debatem o futuro e convidam os jovens estudantes brasileiros, muitos bolsistas do belíssimo programa da Fundação Estudar, a voltar ao Brasil, tornando-se agentes de mudança que tanto precisamos.

Vou fazer um recorte aqui do tema liderança para abrir um debate importante: a importância de assumir riscos.

Durante o evento, tive a oportunidade de assistir duas palestras muito marcantes. Na abertura, o Prof. Daniel Shapiro entrevistou Jorge Paulo Lemann e tivemos uma visão sobre seu pensamento a respeito de liderança. Em outro painel, Nitin Nohria — reitor da Harvard Business School de

2010 a 2020 — conduziu uma conversa sobre a trajetória de Alexandre Birman. Vou fazer esse destaque entre outros grandes momentos para dizer que estes dois líderes inquestionáveis e empresários admirados pelos seus feitos, ressaltaram o tema tomar risco.

Em suas trajetórias, a coragem de assumir riscos é uma característica forte e marcante.

Na minha longa experiência acompanhando de perto, como “coach”, grandes lideranças das famílias empresariais brasileiras ou mesmo relevantes CEOs de mercado, percebo um traço em comum: ao longo do tempo, a aversão ao risco vai se instaurando e se impregnando com uma certa frequência.

Por que será que desenvolvemos aversão ao risco?

Vou aqui delinear algumas hipóteses:

O motivo mais tradicional é a pressão por resultados. Líderes

muitas vezes acabam se tornando verdadeiras máquinas de gerar resultados positivos e isso pode levá-los a evitar situações de risco, a esquivar-se de algo que possa comprometer esses ganhos de curto prazo.

Nas empresas familiares existe o medo do fracasso. Uma história prévia de sucesso faz com que as gerações seguintes temam falhar ou tomar decisões que possam resultar em resultados menos “incríveis” do que os obtidos no passado.

Aliás, um traço presente também nas pessoas com maior aversão ao risco é a existência de experiências anteriores negativas com decisões de alto risco. Ao invés de extrair aprendizado da decisão, alguns líderes desenvolvem crenças limitantes e certos comportamentos como se existissem profecias auto realizáveis. “Já erramos quando assumimos riscos, vamos pelo

caminho seguro.”

O problema é que o caminho seguro também leva muitas vezes a empresa a resultados conhecidos e talvez não a grandes saltos.

Vejo isso também quando a cultura organizacional desencoraja líderes a “pensar grande”, como diria Lemann. Uma cultura de comando e controle, punição aos erros e medo fatalmente levará os líderes a adotarem uma postura mais conservadora. Assumir risco é sobre tomar para si a responsabilidade e aceitar a pressão. A pressão externa à empresa, a interna e ainda outra, que é a autocobrança por entregar algo que pode ser maior do que os outros ainda estão vislumbrando.

Eu, pessoalmente, sou fã dos líderes que têm o assumir riscos no seu mapeamento de competências. Estes são os inovadores, os que promovem crescimento, impulsionam as empresas. São também seres

humanos resilientes, com capacidade de adaptação, que aprendem com os erros a superar obstáculos ao invés de apenas mapeá-los.

Por fim, considero que são os líderes mais inspiradores, que ensinam fazendo, com exemplos diários de coragem e determinação, influenciando os ambientes, desafiando os caminhos óbvios e sugerindo formas de nos levar a conquistas realmente significativas.

Listei apenas alguns dos fatores que podem contribuir para o desenvolvimento da aversão ao risco por parte dos líderes. É importante encontrar um equilíbrio entre a cautela e a disposição para assumir riscos calculados, pois a inovação e o crescimento muitas vezes requerem a capacidade de enfrentar o desconhecido.

Flávia Camanho é consultora, mentora e especialista em desenvolvimento humano
E-mail flavia@flux-institute.com

Commodity Indústria aposta no crescimento do mercado doméstico no longo prazo e está ampliando capacidade para garantir suprimento

Setor do alumínio tem pacote de R\$ 30 bi para o país até 2025

Stella Fontes
De São Paulo

Para atender ao crescimento projetado para a demanda doméstica nos próximos anos e tentar recuperar a posição de destaque que teve no passado no comércio global da commodity, a indústria de alumínio instalada no Brasil planeja investir R\$ 30 bilhões até 2025. A maior parte dos recursos será destinada a expansão de capacidade e modernização, mas há também projetos ESG, como segurança de barragens ou migração para energia limpa.

O volume de investimentos já anunciados pelos produtores foi apresentado ontem pela presidente-executiva da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Janaina Donas, no primeiro dia da 9ª edição do Congresso Internacional do Alumínio. “Há desde expansão de plantas a modernização de centros de coleta e investimentos maiores em reciclagem. É aposta no longo prazo”, disse a executiva ao **Valor**.

Estão neste pacote parte dos projetos anunciados pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) à época do IPO, que somam R\$ 2,5 bilhões entre 2022 e 2027, e o religamento da produção do metal pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), no Mara-

nhão. Também estão contemplados os investimentos da Mineração Rio do Norte (MRN) em cinco operações de mineração de bauxita no Pará, cujo processo de licenciamento está em fase avançada.

Até o fim do mês, a CBA dá partida no processo de operação dos três filtros-prensa instalados em Alumínio (SP), possibilitando o processamento a seco do resíduo gerado na produção de alumina e depositado na barragem do Palmital. No total, o projeto compreende R\$ 499 milhões em investimentos, dos quais R\$ 420 milhões aportados na tecnologia de disposição a seco e a diferença, em tratamento dos resíduos e manutenção no decorrer dos próximos anos.

“Além do benefício ESG, esse projeto gera economia de custos ao possibilitar o reaproveitamento dos resíduos”, disse o presidente da companhia, Luciano Alves. Com a adoção da nova tecnologia, a vida útil da barragem do Palmi-

“O Brasil pode ser base exportadora de produtos de alumínio”
Luciano Alves

tal, que estaria perto de se encerrar, será ampliada em 20 anos.

Na Alcoa Brasil, segundo a diretora financeira Gisele Salvador, a relevância do alumínio para a transição energética representa oportunidade de novos investimentos — a Alcoa é uma das sócias da Alumar. “Estamos modernizando para poder concorrer internamente e externamente”, contou.

Para o presidente da CBA, embora o momento seja desafiador para a indústria global, com demanda enfraquecida notadamente na China e baixos preços da commodity, é impossível não pensar no alumínio como uma meta estratégica e com um “futuro mais brilhante”. Do ponto de vista estratégico, o alumínio produzido no Brasil tem baixa pegada de carbono, já que usa material reciclado e energia limpa. “Mas não é só produzir alumínio de baixo carbono, e sim produtos de alumínio, e permitir que o Brasil seja uma base exportadora”, disse.

Com mercado de 1,5 milhão de toneladas por ano, o Brasil já vê aumento na produção local. Em 2023, segundo dados preliminares da Abal, a alta foi de 24%, para 1 milhão de toneladas. Donas diz que a demanda de produtos de alumínio cresce, historicamente no país, entre 6% e 7% ao ano. Globalmente,



Janaina Donas, presidente da Abal: Investimentos em expansão de capacidade e modernização são aposta no longo prazo

conforme o Instituto Internacional do Alumínio (IAI), o consumo deve avançar 40% até 2030.

Mas ainda há desafios, conforme a executiva. Um deles é melhorar a percepção da qualidade dos produtos, o que pode se dar via regulamentação. Além disso, há preocupação quanto ao tratamento que será conferido às importações no que diz respeito à descarbonização. A indústria brasileira tem investido nesse sentido e quer que os importados se sujeitem às mesmas exigências. “A maior preocupação é com isonomia”, afirmou.

A indústria conseguiu, no ano passado, a aplicação de medidas compensatórias sobre a importação de alumínio da China, com du-

ração de cinco anos. Até dezembro, contudo, o impacto da iniciativa ainda não era perceptível.

Presente ao congresso, a Secretária de comércio exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Tatiana Prazeres, disse que o Brasil vive um momento histórico no que se refere a política industrial. “Houve um processo de desindustrialização grave e precoce desde os anos 80 e é preciso que a

24%
foi o crescimento da produção nacional

indústria retome o protagonismo”. Foi nesse contexto, acrescentou, que foi lançado o Nova Indústria Brasil e o alumínio está presente em todas as “missões” que guiam a confecção do programa.

“O objetivo é fazer com que tenhamos indústria mais inovadora, digital, verde, exportadora e produtiva. O alumínio é um setor estratégico”, disse. Em relação aos desafios, Prazeres destacou, além do ciclo de baixa, as restrições ao comércio relacionadas a agenda ambiental e segurança nacional. Excesso de capacidade produtiva e adoção de políticas industriais por países com maior capacidade de subsidiar suas indústrias que o Brasil também estão no radar do ministério.

DE OLHO NO FUTURO
CONECTADO,
INTELIGENTE E
SUSTENTÁVEL

CONTEÚDO DE MARCA PRODUZIDO PELO ESTÚDIO G.LAB
PARA O VALOR ECONÔMICO EM PARCERIA COM HUAWEI

G. lab

ValorECONÔMICO

HUAWEI

OUÇA NO SPOTIFY

Episódio disponível também em Deezer, Amazon, Apple Podcasts, Google Podcasts, Castbox e Youtube.

PODCAST • EPISÓDIO 08

A digitalização no setor elétrico

Vivemos uma era de transição energética e digitalização do setor em busca de soluções mais sustentáveis. Essa transição fortalece a resiliência do sistema elétrico, impulsiona a inovação, cria empregos e promove competitividade global.

Em mais um episódio, o podcast “De olho no futuro conectado, inteligente e sustentável”, recebe o diretor técnico da Huawei Digital Power, Roberto Valer. Vamos falar também sobre a Huawei Digital Power, desenvolvedora de dispositivos inteligentes para geração e armazenamento de energia renovável.

Empresas

Contabilidade Mudança nas informações sobre receitas e lucros das companhias visam aumentar a transparência e padronização

Novo modelo de demonstração de resultado esbarra na Lei das S.A.

Victor Meneses
De São Paulo

Um novo modelo para as demonstrações de resultados do exercício (DRE) de empresas, a peça contábil mais lida por investidores e analistas, que traz receitas e lucros, foi publicado ontem e entrará agora em processo de adoção em cerca de 158 países, incluindo o Brasil. Mas por aqui, a novidade ainda precisa encarar uma antiga barreira: a Lei das Sociedades por Ações.

A norma IFRS 18, elaborada pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb), surgiu em resposta aos apelos dos investidores que sentiam falta de uma maior transparência e padronização nos resultados, a fim de facilitar a comparação dos números de diferentes empresas.

O novo padrão contábil passará a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2027 — com possibilidade de ser implementado antecipadamente pelas companhias que desejarem. No Brasil, contudo, existe um problema. Apesar da recepção positiva no mercado local, a estrutura legal do país cria possíveis conflitos judiciais com a norma.

Acontece que a Lei das S.A., datada de 1976, determina como as empresas devem apresentar seus resultados e alguns subtotais de lucro, contrastando com as especificações desta e de outras normas contábeis.

“A IFRS 18 propõe que uma entidade faça uma análise das despesas que compõem o lucro ou prejuízo operacional com base na natureza ou na função das despesas, usando qualquer método que forneça as informações

mais úteis, sem mistura de natureza e função. Entretanto, a Lei das S.A. exige a apresentação de alguns itens por função”, diz Alessandro Tavares, presidente da comissão de auditoria e normas contábeis da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Quando menciona “função”, ele se refere à segregação de gastos entre “custo” e “despesa”, que não é obrigatória pela IFRS 18.

“Não faz sentido colocar regra contábil na lei, já que as normas evoluem”

Eliseu Martins

Esse entrave legal, no entanto, não é uma surpresa, uma vez que foi tema de intensa discussão no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o colegiado responsável pela recepção das normas internacionais no Brasil que é formado por órgãos da profissão contábil e representantes do mercado de capitais, com a participação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O fato é que, quase toda vez que surge uma nova norma contábil atualizada, há um conflito com a legislação brasileira, comenta Eliseu Martins, professor emérito da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA), da Universidade de São Paulo (USP). A Lei das S.A. chegou a ser reformada em 2007, pela Lei 11.638, mas essa, de acordo com o professor,

já nasceu desatualizada, devido ao período de quase oito anos para a sua aprovação.

“Fizeram alterações, mas não eliminaram os conflitos. Não faz sentido colocar norma contábil na lei, já que as normas internacionais vão evoluindo, cada dia incluindo um instrumento novo, uma forma diferente de fazer e, para mudar uma lei, é muito mais trabalhoso”, diz.

O contabilista explica que, na prática, não há efeitos diretos do embate entre a Lei das S.A. e as normas contábeis externas, considerando que as alterações que a lei sofreu estabelecem que a CVM siga os padrões internacionais, e isso vale para companhias abertas e sociedades de grande porte. Já para o restante das empresas é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que dita as normas, que, por sua vez, acompanha a CVM.

Porém, Martins teme que a questão possa ser levantada por alguma parte interessada e então se torne um problema. Como exemplo, o acionista de uma companhia pode entrar com um processo judicial questionando a empresa por não seguir o que consta na Lei das S.A. que lhe seria benéfica em algum ponto, levando a uma judicialização longa, complicada e evitável.

Apesar disso, o professor diz não ter conhecimento de algum caso parecido com o descrito, mas que é melhor tirar da lei definições sobre normas contábeis para evitar dores de cabeça. “Existe um grupo que está estudando uma proposta de tirar definições sobre normas contábeis da Lei das S.A. O CPC está agora com isso na pauta e vai aproveitar o momento para acelerar o processo”, diz.

Mesmo com a pedra no caminho, o IFRS 18 é visto com bons olhos em razão das mudanças que promove. Dentre elas, destaca-se a criação de novos subtotais de lucro definidos para fornecer uma melhor estrutura de apresentação e divulgação das demonstrações de resultados, que passarão a ser divididas nas categorias operacional, investimento e financiamento.

Um exemplo do movimento das contas — sem efeito no resultado final — são empresas que têm como negócio relevante financiar os consumidores — caso das grandes varejistas. Esse valor passa a ser contabilizado como operacional, e não mais financeiro.

O conselho de normas internacionais realizou uma pesquisa durante a elaboração do projeto e descobriu que o lucro operacional é um dos dados mais usados nas demonstrações, no entanto, cada companhia tem uma definição diferente sobre este subtotal, o que impede uma comparação plena entre os lucros operacionais de companhias distintas. Agora, isso mudará com a nova norma.

Outra grande alteração incorporada na IFRS 18 está associada ao lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) que não segue um padrão determinado e, hoje, é divulgado por meio de releases, comunicados, relatórios ou comentários da administração com base em critérios individuais de cada empresa.

“Além dos subtotais, a proposta também foi trazer as medidas de desempenho ‘alternativas’ para dentro das demonstrações financeiras”, comenta Tadeu

Arrumação nos resultados

Nova norma altera classificação de receitas e despesas

Futura demonstração de lucros ou perdas aplicando a IFRS 18	
Operacional	Receita Custo dos produtos vendidos
	Lucro Bruto
	Outras receitas operacionais
	Despesas com vendas
	Despesas gerais e administrativas
	Despesas de pesquisa e desenvolvimento
	Receitas e despesas provenientes de coligadas e joint ventures
Investimento	Outras despesas operacionais
	Lucro ou prejuízo operacional
Financiamento	Participação nos lucros ou prejuízos de associadas e joint ventures
	Outros rendimentos de investimento
	Lucro antes do financiamento e imposto de renda
Receitas e despesas de passivos decorrentes de transações que envolvem apenas as captações de recursos financeiros	
Reversão de juros do desconto em provisões	
Lucro ou prejuízo antes de impostos	
Despesa de imposto de renda	
Lucro ou prejuízo do período	

Fonte: IFRS

Cendon, membro do Iasb. As companhias poderão continuar utilizando critérios ajustados, mas terão que fazer uma reconciliação do valor ajustado para a medida contábil mais próxima numa nota explicativa. Como isso, esses números ajustados passam a ter a checagem da auditoria externa.

“Pode-se dizer que o principal objetivo do projeto foi atingido, que é a melhoria na demonstração e aumento da comparabilidade dos resultados”, diz Rogério Mota, diretor técnico do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon).

O processo de adoção da norma no Brasil envolve a recepção, tradução e emissão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, submissão a uma audiência pública conjunta e aprovação do CFC e da CVM. Outros órgãos re-

“A ideia também foi trazer as medidas ‘alternativas’ para dentro do balanço”

Tadeu Cendon

guladores, como a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e o Banco Central, também costumam adotar os documentos do CPC.

Após aprovação no plenário, o pronunciamento é convertido em Norma Brasileira de Contabilidade, explica a vice-presidente técnica do CFC, Ana Tércia Lopes Rodrigues.

A CVM não comentou, mas afirmou em nota que a norma está na agenda regulatória contábil e de auditoria de 2024 e será levada a uma consulta pública.

Contando a partir da publicação, serão quase três anos para que as empresas se preparem para adotar a norma, mas, ainda assim, pode não ser tempo suficiente para que os investidores brasileiros possam se colocar a par da novidade, diz Haroldo Levy Neto, diretor técnico da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec).

“Boa parte dos investidores não acompanha ou se preocupa com atualizações de normas, com exceção dos grandes e institucionais. Estamos fazendo um esforço para aproximar os menores”, comenta.

Fundo EIG e Lake Capital concluem compra da Ocyan

Óleo e Gás

Juliana Schincariol
Do Rio

O fundo americano EIG e a Lake Capital Investimentos, divisão de gestão de recursos da Lakershore Partners, concluíram a aquisição da Ocyan, anunciada no fim do ano passado, por US\$ 390 milhões (cerca de R\$ 1,9 bilhão). Para fechar o negócio, Lake e EIG montaram um fundo de investimentos em participações (FIP), que levantou recursos com 40 cotistas, especialmente

family offices, segundo os executivos que lideraram a transação.

A Ocyan não foi incluída no processo de recuperação judicial da Novonor (ex-Odebrecht), e ações da empresa foram dadas em garantia pela empreiteira ao BNDES. Em 2020, a Novonor iniciou negociações relativas a uma das dívidas com o banco de fomento, no valor de R\$ 2,8 bilhões. Os recursos da transação serão pagos diretamente à BNDESPar, empresa de participações do BNDES, para liquidar parcela da dívida da Novonor com o banco de fomento.

A Ocyan atua no fornecimento de soluções de manutenção para o setor offshore de óleo e gás, e em projetos de descomissionamento e construção submarina. A empresa é a única operadora brasileira da indústria de unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO).

R\$ 1,9 bi
foi o valor da operação

Atualmente, a Ocyan opera quatro unidades offshore por meio de uma joint venture com a Altera Infrastructure, uma investida da Brookfield. E possui contratos de longo prazo com o Consórcio de Libra — formado por Petrobras, Shell, Total, CNOOC e CNPC —, Karoon Energy e 3R Petroleum.

“Conhecemos a empresa há 15 anos e é muito reconhecida no mercado. A Ocyan tem uma expertise operacional muito forte. Estamos confortáveis com a empresa e queremos torná-la um líder nacional na indústria offshore brasileira”, disse o sócio-fun-

dador da Lake Capital, Luis Reis.

Após o fechamento do negócio, a primeira reunião do novo conselho de administração será na quinta-feira. O colegiado será presidido por Flávio Valle, que dirige a EIG no Brasil.

Segundo a EIG, a Ocyan se beneficiará de potenciais sinergias com a Prumo Logística, holding do portfólio do fundo americano que desenvolve o Porto do Açu. O empreendimento portuário possui “uma série” de sinergias com os negócios offshore da Ocyan, segundo a empresa.

“Nossa prioridade é desenvol-

ver e crescer mais com as plataformas”, afirma Valle, acrescentando que a transição energética também está no foco da Ocyan.

Além de clientes como a Petrobras, o objetivo é fortalecer o relacionamento com outras empresas do setor. “O momento da indústria do petróleo é muito rico e buscaremos participar mais do setor”, diz Reis. Márcio Carneiro, outro sócio-fundador da Lake Capital, lembra das possibilidades que podem se abrir para o setor petroleiro brasileiro: “Há oportunidades na Margem Equatorial, por exemplo”, diz o executivo.

Na venda da Natulab, Pátria assimila o prejuízo

Pipe

Farmacêutica

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

O Pátria fechou a venda da farmacêutica Natulab, aceitando perdas para encerrar um investimento de insucesso da carteira. O comprador foi o fundo Pettra, liderado por Ronnie Motta, ex-presidente da Bombril, com capital de um grupo de empresários do setor de mineração e petroquímica.

O Pettra assumiu a companhia com dívida bancária da ordem de R\$ 240 milhões, segundo credores, comprometeu-se a uma injeção de caixa na farmacêutica e vai pagar ao Pátria uma debênture que está na carteira do fundo, emitida para capitalizar a farmacêutica.

Além de congelar juros na debênture, o acordo prevê que o desembolso ao Pátria só começa daqui a três anos e será escalonado ao longo de outros três anos. No últi-

mo balanço anual do fundo, as debêntures tinham saldo de R\$ 220 milhões, praticamente o valor contábil da companhia, marcada a R\$ 246 milhões em 2022, conforme documento da administradora BRL Trust — já um ajuste frente aos R\$ 388 milhões apontados como valor justo da empresa em 2020.

A quitação ao Pátria pode ser reduzida, conforme contingências. A estimativa do mercado é que, desde 2012, quando comprou a operação, o Pátria tenha desembolsado pouco mais de R\$ 450 milhões na companhia, entre equity e dívida. Procurada, a gestora não comentou.

O formato da transação reduz de imediato as despesas financeiras da Natulab. Assessorada pelo Santander, a farmacêutica vinha buscando um novo sócio há meses. A companhia chegou a avançar em conversas com a Blau Farmacêutica no ano passado, mas a Blau desistiu da compra, e a empresa passou a buscar outros fundos de private equity, farmacêuticas e fundos de “special situations”.

A empresa tem uma fatia repre-

sentativa de mercado: é, por exemplo, uma das líderes em dipirona, com o Maxalgina, e o calmante fitoterápico Seakalm. É a quarta maior indústria farmacêutica do mercado em volume de unidades vendidas. Mas, para sair do prejuízo em que se meteu, precisava de um novo aporte financeiro — o que o Pátria não estaria disposto a fazer, dado o ciclo do fundo em que o ativo estava. Segundo credores, o resultado da companhia é negativo em milhões, mesmo com receita de quase meio bilhão.

A necessidade da farmacêutica acabou casando com a busca do Pettra por uma vertical de bens de consumo. “A companhia é a quarta maior do mercado de OTC em volume de unidades vendidas. Há diversas oportunidades de ganhos de sinergia com a estrutura do grupo comprador e com o potencial das marcas”, disse Motta ao **Pipeline**. Ele não comenta sobre a transação com o Pátria ou a composição societária do Pettra.

Motta é o sócio responsável por essa nova vertical, mas Guilherme Maradei, o ex-P&G que chegou pa-

ra a reestruturação há cerca de três anos, continua como presidente da Natulab. A farmacêutica nasceu em Santo Antônio de Jesus, na Bahia, onde está sua fábrica, com atuação em medicamentos sem prescrição e fitoterápicos.

“São 150 SKUs na Natulab, sendo que 46 estão no top 3 de suas categorias e 16 destes são líderes. Produto e marca já temos”, diz Motta. A companhia também tem capilaridade nacional, mas precisa ganhar penetração nas grandes redes. “Hoje 80% do que a Natulab vende vai para pequenas redes, farmácias de bairro, e estamos trabalhando para ganhar espaço nas grandes drogarias”, emenda.

Motta fez carreira em companhias ligadas a bens de consumo, com passagem por Cadbury (hoje do grupo Mondelez), Natura e diferentes posições estratégicas na Bombril. O Pettra planeja outras aquisições, mas quer dar um gás na Natulab primeiro.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Petrobras descobre petróleo na Margem Equatorial

Energia

Kariny Leal
Do Rio

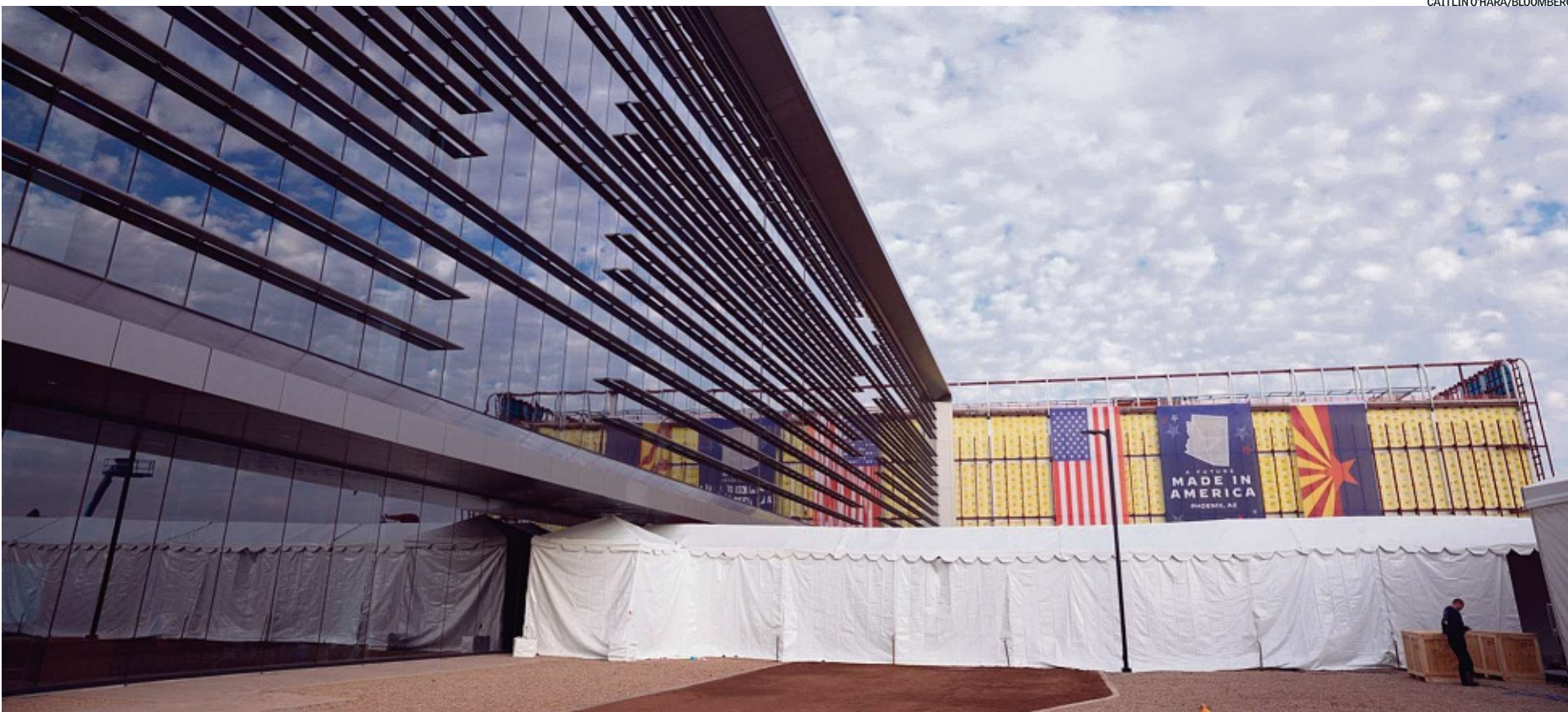
A Petrobras anunciou nesta terça-feira (9) a descoberta de petróleo em águas ultra-profundas na Bacia Potiguar, que faz parte da área da Margem Equatorial. O poço Anhangá, onde foi encontrada a acumulação, fica próximo à fronteira entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, a 190 quilômetros de Fortaleza (CE) e 250 quilômetros de Natal (RN), segundo a estatal, a uma profundidade d'água de 2.196 metros.

A Petrobras afirma que ainda fará avaliações complementares tanto dessa descoberta, a segunda na Potiguar, quanto da anterior, no poço Pitu Oeste, onde a estatal informou, em janeiro, ter resultado inconclusivo sobre a viabilidade econômica. Segundo a Petrobras, a atividade representa avanço na busca “por reposição de reservas e desenvolvimento de novas fronte-

ras exploratórias”. A exploração na Margem Equatorial, que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá, tem sido um desafio para a companhia. O plano estratégico da Petrobras prevê investimento de US\$ 3,1 bilhões em exploração na região até 2028.

Em maio de 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) negou pedido de licença ambiental da Petrobras para exploração na Foz do Amazonas, alegando “inconsistências técnicas” para operação segura. A Petrobras recorreu e aguarda posição do instituto. Em outubro, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, disse que a expectativa era iniciar perfurações na Foz do Amazonas no primeiro semestre de 2024.

A Potiguar foi vista como um plano B para a estatal atuar na Margem. Em setembro, o **Valor** obteve documentos em que a petroleira pedia que o Ibama priorizasse a área no Rio Grande do Norte, já que a licença da Foz do Amazonas apresentava dificuldades. À época, Prates afirmou que a palavra final era do Ibama.



A twinesa TSMC está investindo em Phoenix, no Arizona (foto) e a Samsung anunciou investimento no Texas — são US\$ 109 bilhões aplicados pelas duas empresas na produção de chips

Tecnologia Plano do governo Biden para atrair empresas e produzir semicondutores em território americano está movimentando mais de US\$ 250 bilhões, até agora

EUA correm para vencer a corrida dos chips, mas a China está reagindo

Cynthia Malta e Daniela Braun
De São Paulo

A sul-coreana Samsung e a taiwanesa TSMC estão investindo impressionantes US\$ 109 bilhões para produzir, nos Estados Unidos, chips sofisticados — dispositivos eletrônicos microscópicos capazes de processar grandes quantidades de dados, em alta velocidade. A americana Intel, por sua vez, tem um plano de US\$ 100 bilhões, em cinco anos, também nos EUA. A mensagem do governo Biden, que está pondo US\$ 53 bilhões nesse megaprojeto, é clara: os EUA não podem perder essa corrida para a China.

Os investimentos em território americano estão sendo fomentados pelo governo Biden, que está concedendo subsídios e empréstimos às empresas que se comprometem a produzir semicondutores no país.

Para a Casa Branca, é uma questão de segurança nacional, conforme deixou claro nesta semana a secretária de Comércio dos EUA, Gina Raimondo.

Mas Pequim não está parada, ao contrário. O governo chinês, nos últimos 10 anos, já fez duas rodadas para levantar investimentos, em especial junto a governos de províncias e estatais, para a produção de chips. Foram US\$ 45 bilhões, em 2014, e US\$ 27 bilhões em 2019. Agora estaria preparando uma terceira rodada, segundo agências internacionais.

A chinesa Huawei, mais conhecida por seu celulares, é a empresa que tem surgido como candidata natural a receber um impulso importante de Pequim para ampliar sua produção de semicondutores. Nos últimos anos a companhia conseguiu driblar as restrições impostas pelos EUA e produziu na China um chip de última geração, para espanto dos americanos.

O pano de fundo para se ter uma produção de grande porte de semicondutores de última geração é a demanda por uma infraestrutura igualmente robusta que a inteligência artificial generativa (IA) deve gerar nos próximos anos.

Não à toa, o Google é uma das empresas mais mencionadas por veículos de comunicação nos EUA nas últimas 12 horas. A empresa, controlada pela Alphabet, está preparando um novo chip para a IA chamado Axion, baseado na arquitetura de microprocessadores da empresa britânica Arm, segundo a Dow Jones. Trata-se de um chip usado em centros de dados de grande porte, e que seria capaz de operar qualquer tipo de serviço — de um anúncio no YouTube a uma análise de dados complexa.

Os investidores em bolsa de valores acompanham com lupa esse movimento. A Intel nesta terça-feira (9), deu detalhes de uma nova versão do chip de IA, o Gaudi 3, na expectativa de avançar sobre o domínio da Nvidia. Enquanto a notícia circulava, as ações da Intel na Nasdaq começaram a subir, e as da Nvidia, despencaram. Fecharam o pregão em alta de 0,92% e queda de 2,04%, respectivamente.

Segundo a Intel, o Gaudi 3 é capaz de treinar modelos específicos de linguagem ampla (LLMs, na si-

gla em inglês) 50% mais rápido e com 40% menos consumo de energia do que a geração de processadores H100, da Nvidia. A Intel também afirma que o novo chip é capaz de computar respostas generativas de IA, um processo chamado inferência, mais rapidamente do que os chips H100 para alguns dos modelos testados pela Intel.

A Intel e a AMD, informou a Reuters, têm se esforçado para produzir um pacote atraente de chips e os softwares necessários para rodar aplicativos de IA que possam se tornar uma alternativa viável à Nvidia. Esta controlava cerca de 83% do mercado de chips de processamento de dados em 2023.

O novo chip da Intel foi projetado para ser conectado a milhares de outros. O Gaudi 3 estará disponível para fabricantes de

US\$ 53 bi
é quanto Biden põe no megaprojeto

servidores como Supermicro e Hewlett Packard Enterprise no segundo trimestre deste ano.

Segundo projeções mais recentes da consultoria IDC, feitas em novembro, a receita global do mercado de chips deve chegar a US\$ 632 bilhões neste ano. Em setembro, a projeção era de US\$ 625,9 bilhões. Os técnicos da IDC avaliam que o mercado dos EUA deve continuar “resiliente” e que o mercado da China deve começar a mostrar recuperação a partir de julho.

Além da demanda atrelada à IA, os fabricantes de chips neste ano estão sendo beneficiados por uma “explosão” da demanda por computadores de alta performance, combinada a uma estabilização nas vendas de celulares, computadores pessoais (PCs) e crescimento da indústria automotiva.

Iso tudo combinado, dizem os técnicos do IDC, deve levar o setor de semicondutores a uma nova onda de crescimento. No ano passado, o mercado de chips encolheu 12%, segundo a consultoria.

TV e vídeo alcançam 99,6% da população

Pesquisa

Daniela Braun
De São Paulo

O consumo de vídeos, seja pela TV linear (aberta e paga) ou em plataformas on-line, alcançou 99,63% da população brasileira em 2023, resultado estável em relação a 2022, mostra o estudo “Inside Video 2024”, da Kantar Ibope Media.

A TV linear tem um lugar de destaque na audiência de vídeos no país, alcançando 99,2% da população. Em 2023, a maior parte do tempo de consumo domiciliar de vídeos (74,3%) foi dedicada à TV, ante 78,7% em 2022. Nesse intervalo, os vídeos on-line ganharam espaço — 25,7% do tempo de consumo de vídeos dos brasileiros, ante 21,3% em 2022.

O estudo destaca o avanço das TVs conectadas nos lares brasileiros, que alcançaram 60% de participação em 2023, alta de 33 pontos percentuais desde 2017, segundo a Kantar. Entre 78 executivos-chefe de marketing pesquisados pela consultoria, entre novembro e dezembro de 2023, 43% devem investir mais em TVs conectadas em 2024.

O levantamento, realizado em uma amostra de domicílios das 15 maiores regiões metropolitanas do país, mostra que 17,3% dos pesquisados assistiram vídeos em múltiplos canais, via TV e celular, no mesmo dia.

Diariamente, o brasileiro dedica 5 horas e 14 minutos à TV (aberta e paga), e 2 horas e 23 minutos a vídeo on-line, em média. A maior audiência de vídeos on-line, segundo a Kantar, se concentra entre 20h e 22h.

A pesquisa também destaca uma tendência sobre os vídeos direcionados a compras on-line, ou “shoppable videos”. Segundo a Kantar, 41% dos brasileiros conectados prestam mais atenção aos anúncios em vídeo on-line do que em outros formatos.

O mercado de vídeos sob demanda (VOD) ainda enfrenta desafios no Brasil. Em 2023, 44% das pessoas disseram que usam os períodos de teste gratuitos em plataformas de vídeos e, depois, trocam de provedor.

Em breve, IA que raciocina e planeja

Madhumita Murgia e Cristina Criddle
Financial Times, de Londres

A OpenAI e a Meta estão prestes a tornar públicos novos modelos de inteligência artificial (IA) que, segundo as duas empresas, serão capazes de raciocinar e planejar, passos fundamentais para conseguir a cognição sobre-humana em máquinas.

OpenAI e a Meta se preparam para lançar as próximas versões de seus grandes modelos de linguagem, os sistemas em que se baseiam os aplicativos de IA generativa, como o ChatGPT.

A Meta começará a mostrar o Llama 3 nas próximas semanas, e a OpenAI, que é financiada pela Microsoft, indicou que seu próximo modelo, que deve se chamar GPT-5, chegará “em breve”.

“Estamos trabalhando duro para encontrar a forma de fazer que esses modelos não apenas falem, mas de fato raciocinem, planejem... tenham memória”, disse Joelle Pineau, vice-presidente de pesquisa de IA da Meta.

O diretor de operações da OpenAI, Brad Lightcap, contou ao “Financial Times” que a próxima geração do GPT mostra um avanço na resolução de “problemas difíceis” como o do raciocínio. “Vamos começar a ver uma inteligência artificial capaz de assumir tarefas mais complexas de uma maneira mais sofisticada”, disse.

Lightcap avaliou que os sistemas de IA de hoje são “muito bons para pequenas tarefas pontuais”,



KIRSTY WIGGLESWORTH/AP

“Estamos trabalhando para que esse modelos raciocinem”
Joelle Pineau

mas ainda “bastante limitados” em termos de suas capacidades.

Os “upgrades” da Meta e da OpenAI fazem parte de uma onda de novos grandes modelos de linguagem que estão sendo lançados este ano por várias empresas, entre elas Google, Anthropic e Cohere. À medida que as empresas de tecnologia correm para criar uma IA generativa cada vez mais sofisticada — um software capaz de gerar textos, imagens, códigos e vídeos semelhantes aos produzidos por seres humanos — o ritmo desse avanço tem se acelerado.

Raciocínio e planejamento são passos fundamentais para se chegar à “IA geral” — cognição a nível humano —, porque permitem que chatbots e assistentes virtuais completem sequências de tarefas relacionadas entre si e sejam capazes de prever as consequências de suas ações.

O cientista-chefe de IA da Meta, Yann LeCun, disse nesta semana em Londres que os sistemas de IA atuais “produzem uma palavra depois da outra, sem realmente pensar e planejar”. Explicou que, como têm dificuldades para lidar com questões complexas ou reter informações por longos períodos, “cometem erros bobos”. Acrescentar raciocínio a um modelo de IA artificial, segundo LeCun, significaria que ele seria capaz de “buscar as respostas possíveis”, “planejar a sequência de ações” e construir um “mapa mental sobre que efeito [suas] ações teriam”.

“Esta é uma grande peça que falta, e na qual estamos trabalhando, para levar as máquinas ao próximo nível de inteligência”, acrescentou. LeCun disse que a Meta trabalha em “agentes” de IA que poderiam, por exemplo, planejar e reservar cada etapa de uma viagem do escritório de uma pessoa em Paris para outro em Nova York, inclusive a ida para o aeroporto.

A Meta planeja incorporar seu novo modelo de IA no WhatsApp e em seus óculos inteligentes Ray-Ban. A empresa se prepara para lançar o Llama 3 nos próximos meses em uma gama de tamanhos, destinados a diferentes aplicações e dispositivos.

Lightcap acrescentou que a OpenAI terá “mais a dizer em breve” sobre a próxima versão do GPT. “Acredito que com o tempo... veremos os modelos avançarem na direção de tarefas mais longas e de tipos mais complexos”, afirmou ele. “E isso exige de maneira implícita a melhoria de sua capacidade de raciocinar.”

No evento em Londres, Chris Cox, diretor de produtos da Meta, disse que as câmeras dos óculos Ray-Ban/Meta poderiam ser usadas, por exemplo, para que um usuário olhasse uma máquina de café quebrada enquanto um assistente de IA — equipado com o Llama 3 — lhe explicaria como consertá-la. “Vamos conversar com esses assistentes de IA o tempo todo”, afirmou LeCun. “Toda a nossa dieta digital será mediada por sistemas de inteligência artificial.”
(Tradução de Lillian Carmona)



PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL
NF 2026A-23

Objeto: Serviços de gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de créditos em cartões eletrônicos/magnéticos, na modalidade Multibenefícios com auxílio educação.

Condição de Participação: empresa legalmente estabelecida no Brasil.

Caderno de Bases e Condições: disponível no site <https://compras.itaipu.gov.br>.

Recebimento das Propostas: até às 9h (horário de Brasília) de **23 de abril de 2024**.

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.
Superintendente Adjunto de Compras



Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 353.001.819-48

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 12/03/2024, às 10h, na sede social da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **PRESENÇA:** Participação da totalidade dos conselheiros efetivos por meio de conferência telefônica. Ademais, encontram-se presentes os Sr. Sérgio Tuffly Sayeg, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia e Marcelo Orlando, Fabricio Abbade, Andressa Cesar e Bruno Sardeiro, representantes da PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. **MESA:** Presidente: Marco Antônio Cassou; Secretário: Marcelo Guidotti. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (I) o exame e aprovação do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (II) o exame e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (III) o exame e a aprovação da destinação de resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; (IV) o exame e a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024; (V) a proposta da administração da Companhia, elaborada conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/2022, conforme alterada referente à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17/04/2024, às 14h30, que será disponibilizada aos acionistas para deliberação sobre as seguintes matérias: (a) o exame e a aprovação do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) o exame e a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (c) a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024; (d) o exame e a aprovação da destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; (e) o exame e a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024; e (f) a instalação e eleição de membros para o Conselho Fiscal da Companhia e fixação de sua remuneração; e (vi) o relatório anual emitido pelo Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** O Conselho de Administração decidiu, após exame e discussão, por unanimidade dos votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar: (I) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, sendo que tais documentos estarão disponíveis na sede da Companhia e serão submetidos à apreciação e deliberação dos acionistas da Companhia na AGO; e (II) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, sendo que tais documentos estarão disponíveis na sede da Companhia e serão submetidos à apreciação e deliberação dos acionistas da Companhia na AGO. Fica consignado que o Comitê de Auditoria Estatutária emitiu parecer favorável à aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, o qual também está contemplado nas demonstrações financeiras da Companhia, a serem apresentadas aos acionistas na AGO, conforme editado em 31/12/2023, no valor de R\$ 569.564.363,74, que terá, sujeito à aprovação dos acionistas da Companhia na AGO, a seguinte destinação: (a) constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 28.478.218,19, conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada; (b) declaração de dividendos no montante total de R\$ 135.271.536,39, correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório, os quais, se aprovados na AGO, serão oportunamente distribuídos aos acionistas mediante deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 205 da Lei das SAs; e (c) constituição de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 405.814.609,16, conforme Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da Lei das SAs. (v) a remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024, no valor total de até R\$ 28.838.088,72, sujeita à aprovação dos acionistas da Companhia na AGO; (vi) a Proposta da Administração, que será disponibilizada aos acionistas juntamente com toda a documentação pertinente nos termos da legislação aplicável, para deliberação na AGO das matérias descritas na Ordem do Dia acima, bem como a convocação dos acionistas para reunirem-se na AGO, conforme edital de convocação a ser publicado pela Companhia dentro do prazo legal previsto no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações. (vii) o Relatório Anual elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutária, conforme cópia assinada constante do Anexo I, presente ata. O Conselho de Administração autoriza a diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo a publicação das demonstrações financeiras nos termos da legislação aplicável. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 12/03/2024. **Conselheiros de Administração:** Marco Antônio Cassou, Benjamim Gavio, Stefano Mion, Umberto Tosoni, Alberto Gargioni, Eros Gradowski Junior, Ricardo Bissordi de Oliveira Lima, Stefano Mario Giuseppe Viviano e Sonia Aparecida Consiglio. Presidente do Conselho Fiscal: Sérgio Tuffly Sayeg. **Mesa:** **Marcello Guidotti** - Secretário. JUCESP nº 138.119/24-7 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresas

Entretenimento Companhia está negociando com a Skydance Media que tem exclusividade por 30 dias

Mais perto da fusão, Paramount perde valor

Dow Jones Newswires, de San Francisco

Quanto mais perto a Paramount Global chega de encontrar um comprador real, menos parece valer. A empresa —dona de estúdios de cinema, da plataforma de streaming Paramount+ e de canais de TV como CBS e Nickelodeon— perdeu mais de um terço de seu valor de mercado desde o início de dezembro, quando surgiram os primeiros relatos de que estava discutindo com a Skydance Media sobre uma possível fusão.

As ações tiveram algumas breves altas nesse período, principalmente impulsionadas por notícias

de outros compradores em potencial demonstrando interesse. O diário “The Wall Street Journal” informou no dia 3 de abril que a gigante de private equity Apollo Global Management havia feito uma oferta de US\$ 26 bilhões em dinheiro, e o preço das ações da Paramount subiu 15%. No mesmo dia 3, a Skydance entrou em negociações exclusivas com a Paramount por 30 dias.

Desde então, porém, as ações devolveram esses ganhos e mais alguns. O entusiasmo por qualquer potencial acordo para a gigante dos meios de comunicação em dificuldades tende a desaparecer rapidamente à luz da dura realidade

que enfrentaria. A Paramount é controlada por Shari Redstone, filha do falecido magnata da mídia Sumner Redstone, através da National Amusements. A National Amusements detém cerca de 77% do capital votante da Paramount, apesar de deter menos de 10% do capital total da empresa.

Essa estrutura acionária levanta preocupações de que qualquer

77%
é a fatia da filha do magnata na empresa

acordo de aquisição possa ser favorável à família Redstone, às custas dos acionistas regulares. O conselho da Paramount tem um comitê especial encarregado de avaliar qualquer acordo no melhor interesse de todos os acionistas, mas os investidores parecem ter pouca fé nesse processo.

As ações caíram quase 8% na segunda-feira, após relatos de que o acordo em discussão envolveria um pagamento de US\$ 2 bilhões para a família Redstone, enquanto outros acionistas receberiam ações de uma entidade combinada de Paramount e Skydance, diluindo suas participações. O comitê especial do

conselho não se envolveu com a Apollo pois a Paramount concordou em dar 30 dias de exclusividade à Skydance.

“Embora claramente diluidor para os acionistas no curto prazo, o conselho parece não ter outras opções disponíveis”, escreveu o analista de mídia Rich Greenfield, da LightShed Partners, em relatório. Mesmo Warren Buffett não parece mais ver muito valor na Paramount. Sua empresa, Berkshire Hathaway, maior acionista não controlador da Paramount, vendeu quase um terço de sua participação no quarto trimestre.

Wall Street está cética. Apenas 28% dos analistas recomendam

comprar ações da Paramount, o percentual mais baixo entre grandes empresas de mídia, segundo a FactSet. Mesmo a Warner Bros. Discovery, profundamente endividada, tem recomendação de compra de 55% dos analistas.

O analista da Wolfe Research Peter Supino elevou a recomendação da Paramount de venda para neutra na semana passada: “Com uma maior probabilidade de mudança de donos da Paramount, vemos menos oportunidades de extrair mais valor do lado negativo”.

Os acionistas da Paramount ainda estão longe de ter certeza de um final feliz.

Prática ESG

Indústria pesada aposta em combustível ‘verde’

PRÁTICA ESG

Descarbonização

Suzana Liskauskas e
Naiana Bertão
Do Rio e São Paulo

O termo em inglês “hard-to-abate” (“difícil de diminuir”) tem aparecido cada vez mais em discussões sobre redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ele se refere às atividades econômicas que enfrentam os maiores desafios para descarbonizar sua produção. Porém, setores como cimento, aço, vidro, produtos químicos e o dos transportes pesados —os principais “hard-to-abate”— têm papel vital no cumprimento do Acordo de Paris, pois são responsáveis por cerca de 20% das emissões.

Substituir o combustível fóssil em grandes fornos industriais por uma alternativa menos poluente é uma das apostas de empresas destes segmentos para cumprirem seus compromissos climáticos. É também um caminho para se ajustarem às regulações cada vez mais rígidas.

Este é o caso da Vale Metais Básicos, do grupo Vale. A empresa trabalha em algumas frentes para substituir combustíveis fósseis por alternativas menos poluentes. Em setembro passado, fez seu primeiro teste no âmbito de um projeto piloto na unidade Onça Puma, em Ourilândia do Norte, no Pará, onde produz níquel. Em parceria com a consultoria da Deloitte, está estruturando uma forma de substituir até 30% dos fósseis usados para aquecer seu forno por biomassa proveniente de resíduos florestais.

Segundo Maria Emília Peres, líder de clima, sustentabilidade e equidade na área de consultoria empresarial da Deloitte, a complexidade de um trabalho deste tipo está em combinar a tecnologia validada e oferta constante com volume suficiente de matérias-primas para viabilizar o uso em escala.

“A escolha pela biomassa de resíduos florestais considerou a logística e timing de fornecimento, ou seja, no quanto estava acessível”, conta Peres. Em Onça Puma, a presença de um grande fabricante de papel e celulose na região ajudou na tomada de decisão, pela contribuição para a circularidade da cadeia de celulose.

O piloto de Onça Puma é resultado de um amplo mapeamento das iniciativas de descarbonização possíveis para a Vale cumprir seus compromissos.

“O plano de descarbonização é um desafio, desde a estratégia para achar as soluções até a implantação em si”, comenta Ludmilla Nascimento, diretora de energia e descarbonização da Vale.

Até 2030, a empresa quer reduzir em 33% suas emissões e, em

2050, atingir emissões líquidas zero (net zero). Para isso, vai investir, US\$ 6 bilhões de 2021 a 2030. Entre as soluções já adotadas pela Vale, estão o uso de biocarbono para substituir o carvão mineral antracito nos fornos de pelotização e, em uma parceria com a Eneva, a troca de óleo combustível por gás natural, menos poluente, ambos na usina de pelotização em São Luís (MA). Apenas com o uso do gás, as emissões do processo devem cair 28%, segundo estimativas.

Mas toda mudança de combustível dentro de uma fábrica não é um processo simples. As adaptações exigidas demandam tempo para serem implementadas, ressalta Bruno Guerreiro, gerente de sustentabilidade da Pepsico Brasil. Em outubro, a fábrica em Itu (SP) será a primeira unidade da companhia na América Latina a neutralizar as emissões de gás carbônico (CO₂), com a substituição total de gás natural (GNV) por biometano para acionar os fornos.

“Futuro do alumínio passa por inovação e otimização da produção”
Gisele Salvador

“No caso do gás natural para biometano, há uma simplificação porque as moléculas são idênticas, no entanto, exige algumas adaptações, como troca do conjunto de queimadores. Isso é necessário para o controle da chama e evitar que a produção saia do padrão global de qualidade da companhia. O produto consumido no Brasil deve ser o mesmo encontrado em outros países”, diz Guerreiro.

Em outubro, quando estiver plenamente em operação, o projeto da transição de gás natural para biometano da Pepsico prevê reduzir 44% das emissões somente na fábrica de Itu, que é a maior operação no Brasil. Iniciado em março deste ano, o projeto Biometano deverá ser implementado em sete fábricas até 2030, atingindo 75% de redução das emissões, o que representa diminuir em mais de 67 mil toneladas por ano de emissões CO₂ nos próximos seis anos.

O biometano que será usado nas fábricas da Pepsico de Itu e Itaquera é originado no aterro sanitário de Caieiras (SP). Segundo Guerreiro, a proximidade facilita a logística e promove a economia circular. Para transportar o biometano do aterro sanitário até as fábricas, a Pepsico fez uma parceria com a Ultragaz, que utilizará caminhões também abastecidos com o biocombustível.

Embora não divulgue o valor investido no projeto Biometano, Guerreiro ressalta que o biocombustível tem preço indexado ao Índice Nacional de Preços ao Consu-

midor Amplo (IPCA), resultando em previsibilidade nos custos. Cita, por exemplo, que GNV mais do que dobrou de valor na pandemia. Além de ser mais barato, o biometano emite 95% menos gases de efeito estufa que o GNV.

A indústria de alumínio também aposta na transição energética para reduzir emissões. A Associação Brasileira do Alumínio (Abal) mostra que a produção do metal primário no Brasil é 3,3 vezes menos intensiva em emissões poluentes do que a média global: cada tonelada de alumínio primário nacional emite de 4,5 a 6,5 toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e); a média internacional é de 16 tCO₂e. Nas refinarias, a produção de uma tonelada de alumina é 4,6 vezes menos intensiva que outros países: ela emite 0,6 tCO₂e ante 2,7 tCO₂e.

A estimativa da Abal é que a substituição de combustíveis fósseis na geração de energia para alimentar processos produtivos tenha reduzido de 30% a 35% das emissões na indústria no acumulado até 2022. Um exemplo é a Alcoa, que investiu R\$ 1,3 bilhão em transição energética nos últimos dois anos como parte da estratégia para alcançar o net zero até 2050.

Desde o religamento em abril de 2022 da unidade de produção de alumínio primário (chamada de smelter), instalada em Alumar (MA), a Alcoa aportou R\$ 1 bilhão para que os equipamentos funcionem com energia renovável. Em Poços de Caldas, a refinaria dedicada à produção de aluminas fez a conversão das caldeiras movidas a combustível fóssil para gás natural. A refinaria também trabalha com caldeiras elétricas para substituir, em parte, as movidas a gás, o que reduz em 5,6 vezes as emissões.

“O futuro do alumínio passa pela otimização do processo produtivo e inovação, com melhorias tecnológicas que reduzam a emissão de carbono e o impacto ao meio ambiente”, comenta Gisele Salvador, diretora financeira (CFO) da Alcoa Brasil.

Rosana Santos, diretora executiva do Instituto E+ Transição Energética, ressalta que o CBAM (Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono), nova norma da União Europeia que vai sobretaxar produtos importados intensivos em carbono, forçará muitas companhias a se descarbonizarem. “Os empresários têm começado a entender que precisam colocar dinheiro para mexer na operação e ter produtos de baixo carbono.”



Planta da Alcoa em Alumar (MA): aporte de R\$ 1 bilhão para equipamentos funcionarem com energia renovável

esg

vivo

Mais que uma sigla, um compromisso.

Somos uma empresa carbono neutro e operamos com energia 100% renovável, fruto de metas bem definidas em nossa estratégia climática. Até 2040, vamos zerar as emissões em toda a cadeia de valor. Com o Vivo Recicle, criamos o maior programa de economia circular do país.

A empresa mais sustentável do Brasil.

ISEB3

Telefônica

CONTEÚDO

Valor | O GLOBO

PATROCÍNIO

vivo

Amazônia

Levantamento do Greenpeace considera financiamentos entre 2018 e 2022

Crédito rural apoiou 21,7 mil fazendas com sobreposição em floresta pública, diz ONG

Victoria Netto
Do Rio

Cerca de 21,7 mil imóveis com sobreposição a Florestas Públicas Não Destinadas (FPND) — áreas que estão sob o domínio da União, de Estados ou municípios que ainda não receberam destinação — e 29,5 mil propriedades com desmatamento obtiveram crédito rural entre 2018 e 2022 na Amazônia, segundo uma investigação realizada pelo Greenpeace Brasil.

O levantamento mostra como os bancos financiam, via crédito rural, propriedades em toda a Amazônia envolvidas com grilagem, desmatamento, criação de gado bovino em áreas protegidas e violação de direitos humanos.

“O relatório apresentou uma série de lacunas nas normas que regulam as diferentes formas de financiamento ao agronegócio, em alguns casos a regulação é mais desenvolvida e em outros, menos”, afirmou a coordenadora florestal no Greenpeace Brasil, Thais Bannwart.

No período, cerca de 10 mil propriedades com sobreposição a unidades de conservação receberam crédito rural. Entre elas, 41 imóveis foram encontrados em áreas de proteção integral — isto é, onde não deve haver nenhuma atividade econômica, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Além disso, 24 propriedades inseridas em sete territórios indígenas, protegidos pela Constituição Federal, foram apoiadas com crédito rural. Os povos são os Kayabi (MT), Urubu Branco (MT), Amanayé (PA), Rio Omerê (RO), Araribóia (MA), Alto Rio Guamá (PA) e os Uru-Eu-Wau-Wau (RO).

Segundo a ativista de florestas do Greenpeace Brasil, Cristiane Mazzetti, nem todos os números representam irregularidades — alguns casos apresentam lacunas com indícios de descumprimentos. “Chamamos de irregularidade quando há um descumprimento do manual de concessão de crédito rural, os financiamentos às florestas públicas não destinadas e sobreposições em terras indígenas”, afirmou.

Para avaliar esses indícios, a pesquisa analisou em profundidade 12 casos envolvidos com irregularidades socioambientais na Amazônia que mostram como as normas que regulam a concessão de crédito não foram “eficientes” em impedir o fluxo de recursos às ati-



MARIZILDA CRUPPE / GREENPEACE

Propriedade em Lábrea (AM); segundo o Greenpeace, 29,5 mil propriedades com desmatamento na Amazônia obtiveram crédito rural entre 2018 e 2022

vidades que causam desmate. O total dos contratos analisados nesses casos soma mais de R\$ 43 milhões.

O relatório também revela que 798 imóveis rurais embargados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) devido a crimes ambientais receberam financiamentos dos bancos entre 2018 e 2022. Um caso destacado foi o da Fazenda Cachoeira Dourada, no município de Novo Repartimento (PA), multada pelo Ibama por desmatamento ilegal em 2016 e embargada pelo órgão federal.

Segundo o Greenpeace, apesar dessas irregularidades, o proprietário da fazenda conseguiu firmar dois contratos de financiamento com o Banco da Amazônia (Basa) em 2019 de mais de R\$ 885 mil, sendo um para compra de gado e outro para custear a criação.

Procurado, o Basa disse, em nota, que “reafirma seu compromisso com a sustentabilidade da Região Amazônica, destacando que sempre esteve à frente do mercado e legislação vigente quando se trata de cuidados com a preservação do meio ambiente.

Continuamente, o banco aperfeiçoa seus critérios de avaliação de risco socioambiental e climático, que hoje verifica automaticamente existência de sobreposição com áreas indígenas, quilombolas, reservas públicas, unidades de conservação ou presença de embargos.”

Outro caso é o da Fazenda Arizona, em Rio Branco (AC), que tem metade de sua área sobreposta a uma Floresta Pública Não Destinada de domínio estadual e que acumulou um desmatamento de 420 hectares entre 2016 e 2022.

O estudo do Greenpeace Brasil mostra que o proprietário obteve

crédito rural de dois bancos públicos: um contrato de R\$ 1,4 milhão do Banco do Brasil (BB) para bovinocultura e outros nove contratos com o Basa, tendo recebido um total de mais de R\$ 16,7 milhões em crédito rural no período.

No relatório, a ONG observa que não houve um impedimento à concessão dos 10 contratos à Fazenda Arizona, pois o local não foi embargado pelo Ibama e, segundo a exigência estabelecida no Manual de Crédito Rural, um impedimento à concessão do crédito se aplica só a imóveis com embargo.

Procurado, o BB afirmou, em nota, que a sua política de crédito observa critérios socioambientais na análise e condução de financiamentos. Disse que exige dos tomadores de crédito a apresentação de documentos que comprovem a regularidade socioambiental dos empreendimentos.

“O Banco do Brasil possui processo automatizado, com uso de soluções analíticas e inteligência artificial, que verifica se a área a ser financiada possui restrições legais ou vedações normativas, utilizando bases públicas restriti-

vas. As operações de crédito contam com cláusulas que permitem a decretação do vencimento antecipado e a suspensão imediata dos desembolsos em caso de ocorrência de infringências socioambientais”, disse o banco.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), por sua vez, destacou que o setor precisa “observar uma série de critérios socioambientais antes de conceder crédito a produtores rurais e empresas do agronegócio” e que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é instrumento chave para essas avaliações.

“No entanto, 12 anos após a sua criação, um percentual ínfimo destes cadastros teve a sua análise ambiental concluída pelos órgãos responsáveis. Como uma ferramenta essencial para o acompanhamento ambiental e prevenção e controle do desmatamento, a implementação do CAR, com qualidade, é estratégica para o país e de grande interesse para o setor bancário”, defendeu.

A reportagem não localizou os representantes da Fazenda Arizona e da Fazenda Cachoeira Dourada. *(Colaborou Cleyton Vilarino)*

Greenpeace

vê lacuna em títulos privados

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Embora o Manual de Crédito Rural do Banco Central possua normas que visam impedir o financiamento bancário de propriedades com irregularidades socioambientais, o crédito para o setor através de instrumentos privados — como Cédulas de Produto Rural (CPRs) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) — não tem as mesmas exigências. Isso possibilita a destinação de recursos para fazendas com irregularidades.

A ausência de regulação dos critérios para os títulos é apontada pelo relatório do Greenpeace Brasil como uma das lacunas do setor financeiro quando o assunto é controle socioambiental. “As análises dos investidores simplesmente não consideram de maneira adequada, dentro das análises de risco deles, as irregularidades socioambientais”, destacou a coordenadora florestal no Greenpeace Brasil, Thais Bannwart.

O alerta vem em um momento de avanço desses mecanismos de financiamento ao setor. Em fevereiro, o estoque de CPRs havia crescido 40% em um ano, e o de CRA aumentara 32% no ano.

Ela demonstrou preocupação, por exemplo, com os Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagros), que se popularizaram desde a sua criação, em 2021. De acordo com balanço divulgado no início deste mês pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), esses veículos somavam um patrimônio líquido de R\$ 21,3 bilhões em dezembro do ano passado, um crescimento de 103% na comparação com dezembro de 2022. “Na prática, empresas e atividades controversas podem ser incluídas nos fundos” apontou o relatório do Greenpeace.

O mesmo ocorre com as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), que embora possuam obrigatoriedade de ter 50% dos seus recursos destinados ao crédito rural oficial, podem ter sua outra metade aplicada em títulos privados sem políticas de controle socioambiental.

“Para as outras formas de financiamento, é muito preocupante que não haja uma regulação rigorosa e ambiciosa para produtos financeiros destinados especificamente para o agronegócio”, afirmou Thais Bannwart.

Commodity

Cacau atinge valor inédito em NY

Os preços do cacau bateram um novo recorde ontem na bolsa de Nova York. Os contratos com vencimento em maio subiram 3,12%, para US\$ 10.204 a tonelada. O clima na Costa do

Marfim está mais quente que o normal e com chuvas abaixo da média em dez anos, o que eleva as incertezas a respeito da oferta.

valor.com.br/agro

Agrotóxicos

Ação apreende produtos irregulares

Uma operação conjunta do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), da Polícia Militar de Goiás (PMGO) e da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa)

apreendeu 20 toneladas de agrotóxicos irregulares e de materiais para a produção de outras 120 toneladas do insumo.

valor.com.br/agro

Comércio

Exportação de café bate recorde

As exportações de café cresceram 37,8% em março e alcançaram 4,29 milhões de sacas de 60 quilos, um recorde para o mês, segundo dados compilados pelo Conselho dos

Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). A receita com os embarques subiu 35,2%, para US\$ 913,6 milhões.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Sancalhas Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda.** - CNPJ: 10.431.683/0001-95 - Endereço: Rua José Mancini, 190, Bairro Parque São Jorge - Requerente: Terra Nova Trading S/A - Vara/Comarca: 5a Vara de São Carlos/SP
Requerido: **União de Lojas Leader S/A, Nome Fantasia Leader Magazine** - CNPJ: 30.094.114/0001-09 - Endereço: Av. Visconde do Rio Branco, 511, Loja 102, Centro, Niterói/RJ - Requerente: Berliner Empreendimentos e Administração de Imóveis Ltda. Eireli - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ

Falências Decretadas

Empresa: **Transportes Jevicris Ltda.** - CNPJ: 03.285.484/0001-50 - Endereço: Av. Quinze de Novembro, 55, Sala 63, Centro, Erechim/RS - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Brizola Marques - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Passo Fundo/RS

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Andreia Aparecida da Silva Almeida** - CNPJ: 35.355.594/0001-38 - Endereço: Não consta - Requerente: Barone Indústria, Comércio e Importação Eireli - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos

Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face à ausência de pressupostos processuais.

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Blocos Americana Artefatos de Cimento Ltda.** - CNPJ: 19.383.034/0001-30 - Endereço: Rua do Tecelão, 330, Bairro Jardim Wermer Plaas - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Homologado o acordo celebrado entre as partes, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Ctx Logística, Transporte e Locações Ltda., Nome Fantasia Ctx Log** - CNPJ: 10.726.623/0001-08 - Endereço: Av. Evaristo Cavalcanti, 460, Centro, São João do Pau D'Alho/SP - Administrador Judicial: Vti Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Ivan Lorena Vitale Júnior - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Frigorífico Alfa Indústria e Comércio de Carnes e Derivados Ltda., Nome Fantasia Frigoalfa** - CNPJ: 00.975.846/0001-47 - Endereço: Estrada Sja 030, Nº 30, Córrego Pau D'alho, São João do Pau D'alho/SP - Administra-

dor Judicial: Vti Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Ivan Lorena Vitale Júnior - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Gmac Investimentos, Gestão e Participações Ltda.** - CNPJ: 37.522.913/0001-88 - Endereço: Rua General Carneiro, 938, Centro - Administrador Judicial: Nasser de Melo Advogados Associados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Empresa: **Hercos Importação, Comércio e Distribuição Ltda.** - CNPJ: 44.775.320/0001-99 - Endereço: Rua Três Mil e Trezentos, Nº 360, Centro, Balaio Camboiú/SC - Administrador Judicial: Nasser de Melo Advogados Associados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Yardlei Alimentos Saudáveis S/A** - CNPJ: 37.487.289/0001-25 - Endereço: Rua Três Mil e Trezentos, Nº 360, Centro, Balaio Camboiú/SC - Administrador Judicial: Nasser de Melo Advogados Associados - Vara/Comar-

ca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Belmetal Indústria e Comércio Ltda.** - CNPJ: 61.091.906/0001-53 - Endereço: Rua Dr. Moyses Kauffmann, 39/101, Bairro Barra Funda, São Paulo/SP - Vara/Comarca: 4a Vara de Sorocaba/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Haras Fazenda Bela Ltda.** - CNPJ: 56.417.181/0001-00 - Endereço: Rodovia Raposo Tavares, Km 130, Capela do Alto/SP - Vara/Comarca: 4a Vara de Sorocaba/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Núcleo Indústria Têxtil Ltda.** - CNPJ: 08.672.424/0001-04 - Endereço: Rua Johann Oluf, 1676, Bairro Água Verde - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Sabino de Oliveira Comércio e Navegação S/A Sanave** - CNPJ: 04.872.156/0001-13 - Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, 1323, Bairro Telégrafo - Vara/Comarca: 13a Vara de Belém/PA - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Duff/GPS*	Período de Aquecimento do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta		
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0473*	-
Diária	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0483*	-
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofilmes (L8685/93)	5192*	-
	Residentes no Exterior	9412*	-
	Prestes Internacionais - Residentes no Exterior	9427*	-
	Remuneração de direitos	9466*	-
Diária	Previdência privada e Fuga	9478*	-
	Aluguel e arrendamento		
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia
	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
Diária	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4336**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
	Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos		
	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Março/2024
10	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi)	1020*	Março/2024
10	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Outros Rendimentos		
	Juros de empréstimos externos	5299*	Março/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Estratégia Após concluir a aquisição da Trimble, dona das marcas Massey Ferguson, Fendt e Valtra lança marca PTx para aglutinar seu portfólio de agricultura de precisão

AGCO amplia aposta em tecnologias imunes a ‘buracos’ de conectividade

Patrick Cruz
De São Paulo

Ao comprar a divisão agro da Trimble, uma empresa que fornece tecnologias de automação e telemetria para diferentes segmentos, a AGCO estabeleceu um marco na indústria: o negócio, de US\$ 2 bilhões, anunciado em setembro do ano passado, foi a maior aquisição de uma empresa de tecnologia já feita por uma fabricante de máquinas agrícolas. Concluída a compra — os trâmites finais do acordo se encerraram em 1º de abril —, a AGCO passará a se dedicar integralmente à estratégia desse novo negócio.

A primeira novidade, anunciada na segunda-feira, exatamente uma semana depois da conclusão da compra, é a criação da marca PTx, sob a qual ficará todo o portfólio de agricultura de precisão da nova empresa. Com a PTx Trimble, nome da operação, o público-alvo da AGCO não vai se restringir aos produtores rurais que utilizam máquinas das marcas do grupo, como Fendt, Valtra e Massey Ferguson.

A lógica é similar à da aquisição da fabricante de equipamentos Precision Planting, então uma subsidiária da Monsanto, mas, com a PTx Trimble, a escala é maior. “Em 2017, quando compramos a Precision Planting, [a unidade] terminou o ano com vendas de US\$ 95 milhões. No ano passado, as vendas passaram de US\$ 400 milhões. Em um curto espaço de tempo, nós quadruplicamos o tamanho desse negócio”, disse ao **Valor** o principal executivo global da AGCO, Eric Hansotia.

A PTx Trimble vai aglutinar produtos e inovações de seis startups que a AGCO incorporou nos últimos anos, mas PTx e Precision Planting serão as marcas do portfólio. As tecnologias que estarão sob esse guarda-chuva vão equipar máquinas novas das marcas da AGCO, mas também servirão para atualizações de



Eric Hansotia, da AGCO: novas tecnologias ficarão sob a PTx Trimble, que reunirá também produtos de startups que a companhia comprou nos últimos anos

maquinário dos produtores, mesmo que essas máquinas sejam de outros fabricantes.

Hansotia não fez projeções sobre o peso que a PTx Trimble terá nos resultados da AGCO, mas ressaltou que esse é um “growth business”, um negócio de crescimento acelerado. Em 2023, a receita líquida global da companhia cresceu 13,9% em relação ao ano anterior, para US\$ 14,4 bilhões.

O executivo afirmou que o mercado brasileiro também indica expansão no longo prazo, ainda que tenha encolhido em 2023 e deva ter nova retração neste ano. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as

vendas de máquinas agrícolas diminuíram 13,2% no país no ano passado, para 60,9 mil unidades.

A despeito de a queda ter sido expressiva, o volume foi o segundo o mais alto da história. “Nós tivemos três anos de vendas muito fortes, mas agora, com a queda dos preços dos grãos, os produtores se retraíram”, afirmou Han-

sotia. “Não é algo que vá durar para sempre. Nós sabemos como são as coisas no Brasil. Isso não nos assusta nem nos incomoda”. Como parte de seu plano para enfrentar a contração recente, a AGCO anunciou no mês passado que suspenderá parcialmente suas operações na fábrica de Santa Rosa (RS), onde a companhia produz colheitadeiras. A medida valerá por até três meses.

Além de ser uma aposta de crescimento no longo prazo, o mercado brasileiro tem sido uma referência para a AGCO no desenvolvimento de tecnologias e novas máquinas. Segundo o executivo, as necessidades dos produtores rurais do país têm levado a

companhia a dar prioridade a tecnologias que funcionam a plena carga mesmo quando não há internet disponível no campo.

“A conectividade é um desafio nas zonas rurais em todo o mundo, mas especialmente no Brasil, onde 70% das áreas de produção agropecuária não têm uma cobertura confiável de telefonia”, disse ele. “Para desenhar as tecnologias, nós pensamos ‘isso vai funcionar no Brasil?’ Nossas máquinas têm sensores que identificam variações no solo ou nas plantas, fazem cálculos e sugerem ajustes no equipamento em tempo real, sem que precisem de sinal de telefonia”. A diretriz continuará sendo essa na nova fase dos negócios.

John Deere define prazo para conexão por satélite

De São Paulo

A John Deere vai começar a oferecer o serviço de conectividade por satélites da rede Starlink, da SpaceX, no quarto trimestre deste ano, disse ao **Valor** o executivo Antonio Carrere, vice-presidente de Vendas e Marketing da companhia para a América Latina. As duas empresas anunciaram a parceria em janeiro, mas ainda não haviam informado quando começaria fase comercial da novidade.

A baixa cobertura de internet nas zonas rurais é um dos empecilhos para o avanço de novas tecnologias no campo. Sob o acordo, as concessionárias da John Deere vão instalar um terminal Starlink em máquinas compatíveis. Com o equipamento, cada máquina terá conexão direta com os satélites da SpaceX, o que permitirá a adoção de tecnologias de agricultura de precisão mesmo que não haja sinal de internet nas lavouras, de acordo com o executivo.

“A solução Satcom da John Deere, que utiliza a internet por constelação de satélites de baixa órbita Starlink, da SpaceX, está em testes em diferentes Estados do Brasil, abrangendo diferentes culturas e condições agrícolas”, afirmou.

Segundo Carrere, os testes em território brasileiro “têm demonstrado êxito em fornecer conectividade rural estável e a confiabilidade dos terminais de satélite especificamente desenvolvidos para as condições severas do campo”. Com isso, prosseguiu ele, é possível aproveitar integralmente as tecnologias da agricultura de precisão.

Inicialmente, a John Deere vai comercializar os equipamentos à parte, disse Carrere. Mas, de acordo com os planos da companhia, com o tempo, as máquinas sairão da fábrica já com a estrutura de conectividade da Starlink.

Na primeira fase de comercialização, a novidade estará disponível apenas no Brasil e nos Estados Unidos. Quando anunciou a parceria, em janeiro, a John Deere não informou quanto investirá no projeto. (PC)

Com atuação em novas áreas, Czarnikow amplia lucro em 4%

Balanço

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A decisão da Czarnikow de ampliar sua atuação para além do trading de açúcar rendeu seus frutos. No ano passado, quando começou a entrar na comercialização de outros produtos e serviços para a indústria de alimentos, a companhia sediada em Londres conseguiu contornar as turbulências internacionais e aumentou seu lucro líquido em 3,9%, para US\$ 21,4 milhões.

O resultado operacional foi o destaque, segundo o balanço divulgado pela empresa. O lucro bruto cresceu 21%, para US\$ 93,9 milhões — um resultado recorde para a companhia —, compensando a queda de 2,1% no faturamento, que ficou em US\$ 4,2 bilhões. As vendas foram afetadas pela redução de 10% no volume movimentado, que ficou em 7,1 milhões de toneladas. Os resultados financeiros proporcionaram uma ampliação

das margens, que costumam ser apertadas no negócio de trading.

Para a direção da companhia, os números mostram que a mudança de estratégia foi uma decisão acertada. “Estamos confiantes de que nosso modelo de negócios está funcionando bem e não há necessidade de fazer grandes mudanças”, afirmou Robin Cave, CEO da Czarnikow.

O faturamento com ingredientes e embalagens para a indústria de alimentos, negócio que a companhia começou a explorar com afinco em 2023, representou 46% do faturamento, enquanto a receita com produtos agrícolas foi 53% do total. Entre 2022 e 2023, a Czarnikow ampliou seu portfólio de produtos de 14 para 17 itens. Os negócios de energia e consultoria, reformulados em 2023, representaram 1% do faturamento cada.

Apesar da melhora no resultado, o contexto geopolítico não colaborou. “As elevadas taxas de inflação persistiram ao longo de 2023, apesar de os governos terem mantido taxas de juro elevadas pa-

ra tentar conter a inflação. As esperanças de qualquer reversão foram reduzidas pela guerra em curso na Ucrânia e pelo agravamento do conflito em Gaza”, disse Cave.

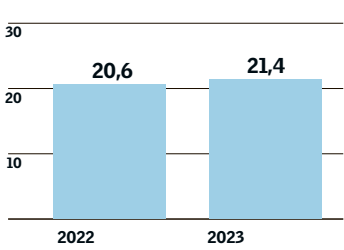
Para piorar a situação, os ataques dos houthis no Mar Vermelho afetaram as principais rotas de abastecimento. O executivo também citou “restrições de carregamento portuário em mercados-chave, como o Brasil”. “Não é de surpreender que muitas empresas estejam passando de operações just-in-time para a acumulação de reservas just-in-case, para aliviar as preocupações globais com a segurança alimentar”, disse.

Em seu relatório anual, a companhia afirmou acreditar que as transformações macro continuarão a afetar as cadeias de fornecimento neste ano, mas espera uma estabilização dos preços dos alimentos e dos fretes, além de redução de juros. Sobre sua estratégia, a Czarnikow informou que pretende reforçá-la, ampliando investimentos, financiamento, portfólio e número de empregados.

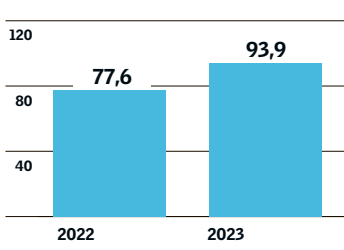
Resultados da Czarnikow

Principais destaques financeiros (US\$ milhões)

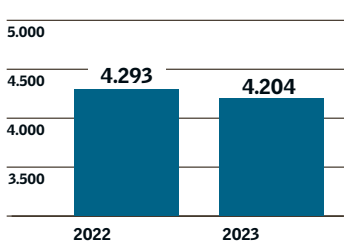
Lucro líquido



Lucro bruto



Receita



Fonte: Empresa.

FictorAgro compra mais soja e eleva receita em 40%

Trading

Fernanda Pressinott

De São Paulo

Ainda que muitos produtores tenham segurado suas vendas de soja ao longo de 2023 por conta dos preços em baixa, a FictorAgro, trading de grãos do Grupo Fictor — holding de private equity — conseguiu aumentar o volume de compras e viu seu faturamento crescer 40%, para R\$ 1,8 bilhão.

Voltada para o mercado interno, a companhia compra e vende soja, milho e sorgo sempre no mercado à vista, armazena e entrega para os clientes. A diferença das grandes tradings é que com os recebíveis dos produtores montou um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

“Esses recebíveis ficam no fundo e antecipamos o pagamento aos produtores. Assim podemos oferecer prazo de 360 dias, enquanto o mercado em geral oferece antecipação de 60 a 90 dias”, afirmou ao **Valor** Rafael Paixão, sócio da empresa e diretor de vendas. A Fictor, portanto, não trabalha com barter.

O faturamento da empresa, em média de R\$ 150 milhões mensais, vem do comércio de grãos e do mercado financeiro. Entre os compradores principais dos produtos estão empresas como JBS/Seara e BRF.

A FictorAgro tem armazéns em Balsas (MA), em parceria com o cerealista Diagro, e em Luis Eduardo Magalhães (BA) com a Goês e Goês. Em parceria com essa empresa, está construindo uma unidade em Rio Verde (GO).

“É mais fácil começar a trabalhar com quem já é conhecido na região”, disse Paixão.

Em 2023, o grupo recebeu 16,5 milhões de toneladas de grãos, 24,4% mais que no ano anterior. E adiantou R\$ 43,3 milhões, 375% mais que em 2022. A empresa atua com pequenos e médios produtores, com áreas entre 1 mil e 2 mil hectares.

Em 2024, a FictorAgro planeja investir R\$ 100 milhões e virar sócia de cerealistas em Paranaguá (PR) ou região. A ideia, porém, não é atender produtores do Sul, que são normalmente associados às cooperativas, mas poder escolher o melhor momento de venda dos grãos para as empresas de aves e suínos do Estado.



“Conseguimos oferecer prazo de 360 dias”
Rafael Paixão

valor.com.br

Comércio exterior

Farinha de aves para a Coreia do Sul

A Coreia do Sul aprovou a importação de farinhas e gordura de aves do Brasil, anunciou Roberto Perosa, secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, em evento em São

Paulo ontem. A habilitação é válida para todas as empresas nacionais do setor. Com isso, o Brasil atinge 26 novas aberturas de mercados este ano.

valor.com.br/agro

Tributação

PR anuncia ICMS para lácteo importado

O governo do Paraná publicou decreto que muda a regra para cobrança de ICMS sobre a importação de leite em pó e mussarela do Estado. Antes isentos, passam a ter alíquota de 7%. Segundo o governo estadual,

o percentual é o valor mínimo de cobrança do imposto, já que os produtos fazem parte da cesta básica e não podem ser taxados na alíquota cheia de 19,5%.

valor.com.br/agro



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CORREIOS

À Sociedade Brasileira:

Os Correios, que foram retirados do Programa Nacional de Desestatização - PND, por meio do Decreto nº 11.478/2023, tendo como diretriz governamental o fortalecimento da empresa, buscando recuperação, competitividade e transparência, realizaram ações estruturantes de investimento — em processos logísticos, recursos e serviços tecnológicos e infraestrutura predial; redução de custos operacionais, com melhoria de produtividade; renovação e modernização da frota de distribuição; redução dos prazos de entrega; renovação e disponibilização de novos canais de atendimento, com ênfase na experiência do cliente — que, alinhadas às ações de ASG (Ambiental, Social e Governança), contribuíram para o desenvolvimento da empresa, e para o cuidado com as pessoas e o meio ambiente e para atingir 86,12% no índice de transparência do Programa Nacional de Transparência Pública - PNT.

Nesse sentido, tendências inovadoras e desafiadoras do mercado internacional e doméstico, que estão marcando a evolução dos serviços postais em curso no mundo inteiro, vêm sendo incorporadas para oferecer um portfólio de soluções modernas e inovadoras nos segmentos de encomendas e de logística, especialmente desenhadas para lojistas, empreendedores e clientes do comércio eletrônico, sendo outros serviços expandidos para melhor se adequarem ao ambiente digital.

Apresentamos, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2023, com as principais ações e resultados¹ da empresa no referido período, bem como os destaques entre as realizações alcançadas e as perspectivas para o próximo exercício.

1 Destaques do Exercício 2023

. Crescimento de 23,24% da receita advinda do segmento internacional, ante 2022, acompanhando o crescimento do e-commerce internacional no país, e devido às ações voltadas ao atendimento das necessidades dos marketplaces, à melhoria da experiência dos clientes, além da maior eficiência das entregas realizadas pela empresa;

. Valorização dos empregados, com reposição de benefícios suprimidos anteriormente e aumento salarial, motivando a força de trabalho na continuidade da prestação de serviços com a qualidade requerida pelos nossos clientes;

. Avanço na plataforma digital Correios Empresas para atender às necessidades das pequenas e médias empresas de forma ágil, confiável, escalável e segura. Dentre as melhorias realizadas, destacam-se a otimização do processo de contratação e a disponibilização do serviço de coleta de encomendas, no qual o cliente poderá realizar pedidos diretamente do aplicativo da empresa;

. Mais 2.600 contratos firmados, na categoria1 Clube Correios, de forma ágil, segura e 100% digital. Essa modalidade de contrato fortalece o papel da empresa como parceira essencial para o empreendedorismo no país;

. Com mais de 350 contratos vigentes, o Balcão do Cidadão posiciona os Correios como um canal de acesso a serviços de interesse do cidadão, sendo um importante serviço sustentável, na vertente social;

. O Portal Correios alcançou 204 milhões de usuários no ano de 2023. Foi disponibilizada aos usuários, uma nova funcionalidade do simulador de preços, a qual obteve mais de 600 mil cliques, durante a ação promocional da Black Friday;

. Implantação de novo canal de atendimento, o Correios Modular – CMD. Este canal funciona em comércios, que compartilham sua estrutura física e de pessoal e são conhecidos no mercado como store in store (loja dentro de loja). As unidades modulares são parte do processo de modernização da rede de atendimento dos Correios e visam oferecer maior comodidade, com a oferta de conveniência mais próxima aos nossos clientes;

. Implantação de mais dois novos armazéns de logística integrada com operações para fulfillment, em Goiânia/GO e Ribeirão Preto/SP, ampliando para 13 o total de unidades operadoras do serviço Correios Log+. Essa ampliação fortalece a importante posição dos Correios como provedores de soluções logísticas, destinadas às operações de comércio eletrônico, com soluções completas de armazenagem, atendimento de pedidos e integração aos demais serviços de entrega e logística reversa;

. Criação de novos trechos, com redução de prazos da entrega, aumentando a competitividade dos serviços de encomendas nacionais, especialmente do SEDEX. Em 2023, a oferta de SEDEX com prazo de entrega para o dia útil seguinte ao da postagem (D+1), passou a beneficiar mais de 12.993 localidades, em todo território nacional, representando cerca de 55% do total de encomendas expressas entregues no país;

. Criação e atualização de mais de 90 mil Códigos de Endereçamento Postal – CEPs, em mais de 120 localidades (aumento de 65 localidades, em relação a 2022), beneficiando mais de cinco milhões de habitantes;

. Renovação da frota própria de distribuição: aquisição de 3.176 veículos, de 1.753 bicicletas cargo com baú e de 307 bicicletas elétricas, representando um investimento de R\$ 364 milhões. Essa iniciativa visa melhorar, significativamente, as condições de trabalho dos carteiros, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, aumentar a produtividade e trazer economia nas despesas operacionais. Vale ressaltar que a substituição dos veículos locados pelos que foram adquiridos proporcionará uma gestão mais econômica e eficiente;

. Ampliação da quantidade de armários inteligentes (lockers), totalizando 146 unidades implantadas, fortalecendo mais um canal de distribuição ao cliente. Os lockers podem ser acessados, a depender dos locais de instalação, 24 horas por dia, em todos os dias da semana, sendo, ainda, mais uma solução de baixa emissão de gases de efeito estufa;

. Ampliação da quantidade de Caixas de Correio Inteligentes - CCI, chegando a 566 unidades ativadas, atendendo, principalmente, condomínios residenciais e comerciais, proporcionando comodidade e facilidade na entrega de objetos postais;

. Disponibilização do sistema Correios Atende para todas as unidades da rede própria e franqueada. O Correios Atende é um sistema de atendimento moderno e que proporciona maior comodidade ao cliente, com o pré-atendimento por meio do aplicativo Correios, oferecendo agilidade no atendimento, redução de custos e melhoria na experiência do cliente;

. Implantação de 44 unidades do novo canal de atendimento Ponto de Coleta, nos estados de São Paulo (25 unidades), Minas Gerais (nove unidades), Brasília/DF (oito unidades) e Rio de Janeiro (duas unidades). Os Pontos de Coleta são unidades de atendimento terceirizadas, que atuam mediante parcerias, com compartilhamento de infraestrutura e recursos existentes, a fim de viabilizar a captação e retirada de encomendas previamente postadas. O Ponto de Coleta Paraísoópolis Postal, por exemplo, beneficia mais de 100 mil pessoas, que passaram a ter acesso a serviços postais, a partir da codificação de 175 vias de Paraísoópolis, que não tinham Código de Endereçamento Postal - CEP, correspondendo a 300 CEPs atribuídos na localidade;

. Aquisição de 507 empilhadeiras manuais e elétricas, em substituição a equipamentos locados, reduzindo o custo com locação e atendendo à necessidade de aquisição de equipamentos de movimentação de carga para as unidades de tratamento;

. Os Correios atingiram 86,12% no índice de transparência e 100% dos critérios essenciais, na fiscalização inserida no segundo ciclo do Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP, iniciativa coordenada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon, em correalização com o Tribunal de Contas da União - TCU, que teve como objetivo examinar o nível de transparência ativa nos portais institucionais dos órgãos públicos de todo o Brasil. Com esse resultado, os Correios enquadraram-se no nível ouro do PNTP e em sétimo lugar entre as 28 estatais independentes avaliadas. Além disso, a partir de setembro de 2023, a empresa atingiu 100% de conformidade nos itens de transparência;

. Adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol - PBGHG, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, resultando no reconhecimento Selo Prata pelos inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa e na divulgação dos dados no site Registro Público;

. Implementação do Programa de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos e celebração de acordos de cooperação com o Ministério das Mulheres e Ministério da Igualdade Racial;

. Retomada das parcerias com as Associações Recreativas dos Correios e outras agremiações recreativas, que são entidades constituídas pelos próprios empregados da empresa com a finalidade de promover atividades de lazer, esporte e integração entre os associados;

. Revisão e aprimoramento do Programa Viva Melhor, que consiste na realização de várias atividades em âmbito nacional, voltadas para o bem-estar e qualidade de vida dos empregados;

. Assinatura do Protocolo de Intenção com a Escola Nacional de Administração Pública - Enap, tendo como foco a Escola Virtual de Governo - ECG, a fim de formalizar o compromisso em estabelecer bases de cooperação técnica e operacional para capacitação e aperfeiçoamento de profissionais, na modalidade à distância;

. Investimento recorde em infraestrutura predial e equipamentos, na ordem de R\$ 98 milhões, tendo como destaque a reforma do edifício histórico dos Correios, localizado em Salvador/BA, para abrigar a Superintendência Estadual da Bahia, o CDD Salvador e a Agência Central. A obra foi inaugurada em dezembro de 2023 e contou com um aporte de investimento de R\$ 21,2 milhões, proporcionando a devolução do imóvel anterior, locado, o que resultou em uma economia de R\$ 5 milhões/ano;

. Obras de construção do Complexo Operacional e Administrativo em São Luís/MA, e do Centro de Logística Integrada em Minas Gerais, já contratadas e que, quando finalizadas, resultarão em otimização e maior eficiência na prestação dos serviços oferecidos à sociedade, com investimentos de cerca de R\$ 141,6 milhões;

. Atuação em prol de inclusão na Emenda à Constituição (Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 45/2019 – Reforma Tributária), com vistas a incorporar no texto constitucional, alinhada à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade recíproca dos Correios a impostos. Com a aprovação da aludida PEC, a imunidade tributária dos Correios será consolidada no texto da Constituição da República Federativa do Brasil;

. Atuação direta junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia - Sest/ME e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, para viabilizar a aprovação do plano de equacionamento do déficit do Plano de Benefício Definido - PBD do Postal, garantindo o equilíbrio financeiro do PBD;

. Assinatura do acordo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União - AGU, para uso do sistema de gestão de processos do órgão, com vistas a trazer transparência e confiabilidade aos registros dos processos judiciais;

. Assinatura de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho - TST, visando reduzir o número de processos envolvendo a estatal;

. Aprovação, realizada pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que prevê a contratação preferencial da estatal por parte de órgãos públicos federais para serviços prestados de forma não exclusiva, ou seja, que podem ser oferecidos pela iniciativa privada, como a entrega de encomendas e os serviços de logística;

. Solidariedade expressa: em resposta aos extremos climáticos, os Correios realizam o programa Solidariedade Expressa, com transporte de donativos para localidades em situação de emergência decretada. Em 2023, foram transportadas aproximadamente 78 toneladas de donativos, em solidariedade à população dos Estados do Maranhão, São Paulo e Rio Grande do Sul, que sofreram com intensas chuvas.

. Retomada dos patrocínios culturais, por meio de parcerias, com o objetivo de alavancar negócios, impulsionar a marca Correios, bem como promover uma imagem de engajamento com a comunidade e apoio à cultura nacional.

2 Plano Estratégico

O Plano Estratégico é construído a partir da realização de diagnóstico, que contempla análise do plano vigente, dos ambientes interno e externo, das tendências de mercado (nacional e internacional), das melhores práticas adotadas pelas administrações postais no mundo, das diretrizes governamentais, da atual situação econômico-financeira da empresa e dos principais desafios a serem superados.

Na atualização do Plano Estratégico dos Correios para o período 2023/2027 foram considerados aspectos mandatórios (universalização, Constituição Federal, Lei Postal e portarias ministeriais); aspectos de percepção dos clientes, empregados e sociedade; e aspectos econômico-financeiro, socioambiental e de mercado. De forma a alcançar a completude de abrangência e atuação dos Correios, foram definidos 4 objetivos estratégicos que alinham os esforços institucionais e orientam o foco que a empresa deve ter para alcançar sua Visão, quais sejam: assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental; garantir a centralidade do cliente; crescer nos mercados concorrenciais; e otimizar a universalização. Tais norteadores e desdobramentos sintetizam o que os Correios almejam alcançar, considerando aspectos financeiros, de mercado e de percepção dos clientes, empregados e sociedade. A identidade corporativa dos Correios representa o conjunto de valores e crenças com o qual a empresa se identifica e que a diferencia das outras organizações existentes no mercado, sendo composta por Negócio, Missão, Visão e Valores. Para 2023, a identidade corporativa se manteve inalterada em todos os seus elementos.

Figura 1: Identidade Corporativa dos Correios – Plano Estratégico 2023/2027



3 Negócios e Serviços

Com uma cobertura que se estende por todo o território nacional, os Correios estão empenhados em assegurar a universalização e continuidade dos serviços postais para a população brasileira, oferecendo não apenas um vasto portfólio de produtos e serviços, organizados em três linhas de negócios — Logística, Comunicação e Atendimento —, como também buscando compreender as necessidades individuais de seus clientes e a prática da sustentabilidade empresarial. A empresa direciona seus esforços para proporcionar soluções adequadas, facilitando a aproximação de seus clientes com pessoas e organizações, independentemente de sua localização.

O sólido modelo de negócios dos Correios está fundamentado na nobre missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e de logística reconhecidas por sua acessibilidade, confiabilidade e competitividade. As agências dos Correios desempenham um papel essencial como pontos de apoio à cidadania, contribuindo para a ampliação da oferta de serviços públicos e proporcionando conveniência à sociedade.

3.1 Logística

Os Correios mantêm um consolidado processo logístico para gerenciar operações postais em todo o Brasil. Com uma extensa rede de agências e pontos de coleta, a empresa assegura a eficiência na coleta, transporte, triagem e entrega de correspondências e encomendas.

Esse processo complexo envolve coordenação, tecnologia e conhecimento das peculiaridades logísticas do país, refletindo a constante busca da empresa por melhorias para atender às demandas crescentes da sociedade brasileira.

A prestação dos serviços de logística contempla:

a) Encomendas: o segmento abrange o ciclo completo, desde o recebimento/coleta até a expedição, transporte e entrega de objetos, independentemente do valor mercantil. Inclui, também, a logística reversa, permitindo o retorno de encomendas ao remetente mediante autorização de postagem. Em 2023, o segmento apresentou um desempenho de R\$ 9,52 bilhões, registrando uma variação negativa de -9,65%, em relação ao mesmo período de 2022;

b) Logística Integrada: projetada para atender às demandas diversificadas do mercado, proporcionando eficiência operacional, redução de custos logísticos e uma experiência mais integrada para os clientes. Essa oferta reflete a adaptação da empresa às dinâmicas do comércio contemporâneo e à crescente importância da logística na cadeia de abastecimento. Esse serviço compreende armazenagem, processamento de pedidos, separação, embalagem, transporte/distribuição e logística reversa. Além de operações customizadas, como a distribuição de livros didáticos e provas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, de cunho social, os Correios disponibilizam serviços específicos, como o Correios Log+ — para empresas atuantes no mercado nacional e internacional —, e o Log Supri, para gestão de estoques. No ano de 2023, o segmento Logística registrou um desempenho de R\$ 509 milhões, indicando uma variação de 11,87%, em comparação ao mesmo período de 2022.

c) Internacional: os Correios oferecem soluções logísticas internacionais abrangentes, incluindo envios de mensagens, impressos e bens, adaptando-se ao comércio eletrônico global. Atuando como operador postal designado do Brasil, a empresa segue a Convenção Postal Universal e proporciona serviços específicos para o e-commerce internacional. Contribuindo para o crescimento exponencial desse setor no país, os Correios visam atender eficientemente às demandas dos marketplaces, melhorando a experiência do cliente. Seu papel fundamental no desenvolvimento do mercado de importações permite aos brasileiros realizar compras globais e receber os produtos em suas casas, em prazos reduzidos. Em 2023, o segmento internacional registrou desempenho de R\$ 4,43 bilhões, representando um aumento de 23,24%, em relação a 2022.

3.2 Comunicação

Os Correios oferecem serviços completos de captação e entrega de correspondências, incluindo tanto a forma física quanto a digital. Além disso, disponibilizam soluções eficientes para envio agrupado, conhecido como malote, atendendo às necessidades corporativas de transporte de documentos e itens diversos. A empresa também oferece soluções de marketing direto, permitindo que empresas realizem campanhas promocionais por meio do envio personalizado de materiais. Esses serviços são fundamentais para facilitar a comunicação entre empresas, instituições e seus públicos, adaptando-se às mudanças tecnológicas e oferecendo soluções integradas para as necessidades variadas de seus clientes.

A prestação dos serviços de comunicação é composta por:

a) Mensagem: forma de comunicação, seja física ou digital, de natureza administrativa, social ou comercial, contendo informações específicas para o destinatário. Os Correios, além de mensagens que transitam exclusivamente em papel, oferecem opções híbridas (mensagens que transitam eletronicamente e são impressas para entrega física ou vice-versa) e digitais, disponíveis exclusivamente no aplicativo Correios. Em 2023, o desempenho desse segmento foi de R\$ 4,64 bilhões, com uma variação de -5,83%, em relação a 2022;

b) Marketing: comunicação publicitária, promocional e/ou informacional, seja ela física, híbrida ou digital, seguindo as normas de classificação dos Correios. Em 2023, o desempenho desse segmento foi de R\$ 331 milhões, com uma variação de -11,97%, em comparação a 2022;

c) Malote: serviço de coleta, transporte e entrega regular e frequente, em todo o território nacional, de remessas agrupadas de objetos. Em 2023, o desempenho desse segmento foi de R\$ 241 milhões, apresentando uma variação de -6,59%, em relação ao mesmo período de 2022.

3.3 Atendimento

Os Correios oferecem uma variedade de soluções de atendimento para satisfazer às diversas necessidades dos clientes. Com uma extensa rede de agências físicas, central de atendimento e aplicativos móveis, a empresa busca garantir conveniência e eficiência no acesso aos serviços postais. Essas opções abrangem desde atendimento presencial até canais virtuais, proporcionando aos clientes flexibilidade e variedade nas formas de interação com os Correios. O objetivo é oferecer uma experiência abrangente e satisfatória aos usuários, adaptando-se às preferências e exigências contemporâneas.

a) Conveniência: oferta de atendimento presencial aos cidadãos e consumidores, contemplando a venda de produtos próprios, de terceiros e artigos filatéticos. Destaca-se o Balcão do Cidadão, que visa integrar prestadores de serviços aos usuários, tornando os Correios um ponto central na oferta de multiserviços para diversas entidades, sendo acessível, adaptável e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Em 2023, o desempenho desse segmento atingiu R\$ 187 milhões, representando uma redução de 8,8%, em comparação ao mesmo período de 2022.

3.4 Grandes Operações

Os Correios estabelecem e mantêm parcerias, convênios e operações estratégicas que conferem benefícios significativos para a implementação de políticas públicas nacionais, nos setores de educação e saúde no país, destacando-se como uma manifestação concreta do compromisso social da empresa. Entre as principais iniciativas desse período, destacam-se:

a) Programa Nacional do Livro Didático: distribuição de 166,5 milhões de livros didáticos, acondicionados em aproximadamente 18,5 milhões de encomendas, para atender cerca de 152 mil instituições de ensino;

b) Revalida: exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior, com entrega de 131.482 provas, em 16 localidades de nove municípios;

c) Programa Leve Leite: entrega de leite em pó aos alunos da rede pública de educação do município de São Paulo/SP. Em 2023, o serviço envolveu o armazenamento e a distribuição mensal de 370 toneladas de leite, atendendo a 370 mil alunos;

d) Logística de medicamentos para o governo de Minas Gerais: armazenagem, transporte e entrega de mais de 420 toneladas nas Unidades Básicas de Saúde e hospitais de Contagem;

e) Exame Nacional do Ensino Médio - Enem: distribuição de 7.926.988 provas a serem aplicadas para 3.963.494 candidatos, em 1.750 municípios, envolvendo mais de 10 mil pontos de entrega, atingidos em uma janela de três horas para atendimento da logística do exame;

f) Exame Nacional do Desempenho de Estudantes - Enade: distribuição de provas a serem aplicadas para 407.133 alunos, em 1.203 municípios, envolvendo mais de 2,6 mil pontos de entrega;

g) Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos - Enceja: entrega de 1.984.125 provas, a serem aplicadas para essa mesma quantidade de alunos, em 836 municípios, das 27 unidades da federação, com mais de dois mil pontos de entrega;

h) Olimpíada Brasileira de Matemática - OBMEP: operação envolvendo 5.545 municípios brasileiros, com mais de 50 mil pontos de entrega e com a distribuição de 63.282 malotes;

i) Black Friday e Single's Day: o resultado auferido pela empresa, em 2023, refletiu um crescimento de 3,9%, quando comparado a 2022.

4 Projetos

I. Telemetria e gestão da frota própria: em fase de contratação, o dispositivo possibilitará o gerenciamento e controle remoto da frota de distribuição, trazendo informações sobre a localização dos veículos, velocidade, consumo médio e instantâneo, diagnósticos de falhas e modo/estilo de condução dos motoristas. Além de aprimorar a gestão da frota, essa solução também contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa;

II. Leitura 360°: vinculação dos objetos registrados aos utilizadores e dos utilizadores às linhas de transporte, de forma a permitir o rastreamento do objeto em todas as etapas do processo, o que envolveu a evolução dos sistemas de expedição simultânea (SROweb) e de gestão de rótulos de utilizadores (SGRU), assim como a aquisição de bragaadeiras e de fingers para testes - equipamentos que permitem a utilização dos leitores de rastreamento, deixando livres as mãos dos operadores, proporcionando melhor ergonomia e produtividade nas operações -, buscando aprimorar a produtividade no manuseio dos pacotes. Os sistemas já estão em uso na rede de tratamento e terminais de carga. Em 2024, serão finalizados os testes com os fingers e com as bragaadeiras em Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Indaiatuba/SP e Brasília/DF; e iniciada a incorporação das funcionalidades do SGRU pelo SROweb;

III. Programa de eletromobabilidade: implantação de veículos elétricos, visando melhorar a produtividade, reduzir custos e o impacto ambiental. O projeto contempla a aquisição de bicicletas e furgões elétricos e, ainda, prevê a adequação de infraestrutura nas unidades operacionais envolvidas, visando possibilitar o carregamento das baterias dos veículos elétricos;

IV. Aquisição de 192 cubômetros: com vistas a aumentar a produtividade no atendimento, tais equipamentos permitem realizar pesagem e leitura das dimensões de objetos postais de forma simultânea, sendo acoplados a balanças comuns de até 100 kg e sensores para a medição dos pacotes. Os cubômetros adquiridos já estão operando plenamente, aportando agilidade à captação de encomendas nas unidades Correios Empresa - CEM. Além dos cubômetros fixos, foi adquirida uma unidade dinâmica, implantada na CEM Água Branca, na Superintendência Estadual de São Paulo Metropolitana - SE/SPM, que permitiu ganhos de produtividade e captação de cerca de 4 mil objetos/dia, sem necessidade de aumentar o efetivo;

V. Instalação de 23 novas unidades Correios Empresa: de forma a complementar a estratégia de posicionamento nos maiores mercados, agora se encontram em operação 103 unidades, ofertando serviços diferenciados aos clientes com contrato;

VI. Implantação do SIPRA (novo sistema de prazos): válido para encomendas nacionais, tal sistema disponibiliza o cálculo do processo operacional, ou seja, permite calcular os prazos de encomendas de forma automática, tendo como base principal o cadastro das janelas horárias de triagem e expedição realizados pelos centros de tratamento e de todas as linhas de transporte, com respectivos horários de partida e chegada, e por origem e destino. O sistema conta também com a utilização de machine learning para o cálculo preditivo de prazos, envolvendo trechos sem histórico de demandas;

VII. Expansão da utilização da tecnologia de identificação por radiofrequência (Radio Frequency Identification - RFID): permite monitorar o fluxo dos equipamentos utilizadores de transporte (Contêineres Desmontáveis Leves - CDLS, Caixetas, Contêineres Aramados Fixos - CAFs) mediante etiquetas RFID, identificando, inclusive, utilizadores não movimentados nas unidades por algum tempo. Essa tecnologia fornece também informações adicionais de rastreamento de objetos, o que agrega valor para o cliente e aumenta a segurança da carga;

VIII. Projeto Disaster Recovery (Continuidade): visa transformar, definitivamente, o Data Center de São Paulo Metropolitana em backup do Data Center do Correios Sede;

IX. Contratação do serviço de Security Operations Center - SOC, visando à proteção e ao monitoramento da segurança cibernética da empresa;

X. Atualização da Marca Correios: projeto em fase de finalização, com a substituição de letreiros que ainda apresentavam a marca antiga e revitalização das fachadas de 1.735 unidades de atendimento e operacionais. Somadas às atualizações de 3.163 unidades realizadas em 2022, representam 85,5% do total das unidades da empresa, o que fortalece a Marca Correios e contribui para a preservação da identidade corporativa da empresa;

XI. Projeto de recuperação do estado de conservação de unidades próprias dos Correios: dos 325 imóveis próprios previstos para 2023, 156 foram contemplados com serviços de recuperação, já realizados ou com execução iniciada em 2023, somando-se aos demais 133 imóveis que já tiveram seus projetos iniciados;

XII. Compras Sustentáveis: evolução do modelo de contratações sustentáveis com a disseminação de base teórica junto aos órgãos requisitantes, a partir das melhores práticas e referenciais externos, com vistas a consolidar modelo aplicável nos Correios;

XIII. Portal de Contratações – PCON: implantação de ferramenta de compras para processos da área de suprimentos, com resultados expressivos quanto à rastreabilidade, controle e agilidade na conclusão das contratações;

XIV. Projeto de reestruturação da carteira de imóveis da estatal: como parte do projeto, foi formalizado Termo de Cessão de Uso de Espaço Físico Gratuita com o Governo do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura - SEDAC. O imóvel, inaugurado em 1914 e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional - Iphan em 1981, está localizado no centro histórico de Porto Alegre, região de interesse do Governo local para abrigar o Memorial do Estado do Rio Grande do Sul, destinado a funcionar como museu, biblioteca, arquivo, centro de pesquisa e documentação voltado à memória política do Estado.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



5 Desempenho Econômico-Financeiro

5.1 Ambiente Macroeconômico

As estimavas de crescimento da economia global apontam para desaceleração, em 2023, comparativamente ao desempenho observado no ano anterior, ainda repercutindo os efeitos sobre a demanda, decorrentes das políticas contracionistas de combate à inflação.

Nesse contexto, de acordo com os resultados divulgados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, o Produto Interno Bruto - PIB global apontará crescimento de 3,10% em 2023, retração de 0,40 ponto percentual em relação a 2022 (3,50%). Sem embargo, segundo a instituição, a expectativa de desaceleração da atividade não se procederá em caráter uniforme, com as regiões de maior representatividade na composição do citado indicador, denotando comportamento assimétrico neste particular, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – PIB das principais economias

VARIAÇÃO PIB PAÍS	2022	2023*
Estados Unidos	1,90%	2,50%
China	3,00%	5,40%
Zona do Euro	3,40%	0,50%
Japão	1,00%	1,90%
Reino Unido	4,30%	0,50%

* Resultados preliminares

Fontes: FMI, ONS, BEA, SNA e Eurostats

No cenário doméstico, em 2023, o PIB registrou crescimento de 2,90%, ante 3,00% no ano anterior. Esse acréscimo foi influenciado pelo desempenho da atividade agropecuária, com avanço de 15,1% em relação a 2022. Pela ótica da demanda, houve queda na formação bruta de capital fixo (-3,0%) e nas importações (-1,2%). Já os demais agregados apontaram para variações positivas no confronto de 2023 perante 2022, a saber: consumo das famílias, 3,10%; consumo do governo, 1,70%; e exportações, 9,10%.

Com relação à dinâmica dos preços, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, registrou variação de 0,56% em dezembro, no comparativo com o mês anterior, encerrando 2023 em 4,62%, ante 5,79% em 2022.

No mercado de trabalho, de acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, de janeiro a dezembro de 2023 foi registrado um saldo positivo (diferença entre o número de admissões e de desligamentos) de 1.483.598 postos de trabalho formais, acréscimo de 3,50% frente ao ano anterior. Por sua vez, a taxa de desemprego, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD-Contínua, alcançou 7,40% no quarto trimestre de 2023, patamar inferior ao observado no mesmo trimestre de 2022 (7,90%).

5.2 Ambiente Postal

O setor postal mundial permanece adaptando-se às mudanças econômicas, políticas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais. No cenário tecnológico, os correios no mundo investem nas atividades que privilegiam a disruptura digital, a logística omnichannel, a internet das coisas e a automação de próximo nível, remodelando a experiência de varejo, à medida que robôs de verificação de estoque, carrinhos de compras inteligentes e entrega com drones mudam do conceitual para o comum. No aspecto socioeconômico, destacam-se os segmentos de encomendas e de logística, incluindo o e-commerce, na implementação de iniciativas em prol do meio ambiente e da inclusão social, em parcerias e compras de participações acionárias, em inovações de processos e produtos e em novos modelos de negócios.

A sustentabilidade nas empresas é um tema cada vez mais em destaque, visto que envolve a mobilização em defesa da vida, da mitigação dos riscos e impactos socioambientais associados aos negócios e a manutenção da imagem junto aos clientes; além de aumentar a resiliência, capacidade fundamental para a sobrevivência das empresas em tempos de crises climáticas e mudanças de hábitos de consumo mundial.

No Brasil, os Correios seguem monitorando as tendências de consumo e a situação econômica do país e do setor postal na era digital, nas quais sobressaem as mudanças dos modelos e das relações de trabalho, as vulnerabilidades econômicas e a escassez de mão de obra qualificada. Destacam-se os movimentos que podem impactar o mercado logístico, em razão da gama de tecnologias emergentes e maduras, que permitirão aos consumidores o uso de equipamentos e ferramentas digitais para acesso às informações de produtos sob demanda, especificações, avaliações e status de pedidos e estoques, reproduzindo a experiência de compra on-line, com ofertas de marketing hiperpersonalizadas e facilidades de pagamento.

5.3 Grandes Números

Os Correios encerraram dezembro de 2023 com prejuízo de R\$ 597 milhões, representando uma melhora de R\$ 171 milhões, equivalente a 22,27%, em relação ao obtido em 2022. Em que pese a redução nas receitas totais de R\$ 404 milhões; as despesas totais apresentaram redução de R\$ 575 milhões, impactada, principalmente, pela redução nas provisões para contingências, de R\$ 1,3 bilhão, destacando-se as revisões de classificação de risco, face ao estágio processual, e as ações judiciais relativas à decisão da ação indenizatória do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC), com adicional de periculosidade, emitida em janeiro de 2024, determinando que o adicional de periculosidade não será devido aos empregados dos Correios que trabalham em motocicletas.

A receita total atingiu R\$ R\$ 21.666 milhões, com destaque para a performance do segmento internacional (+ R\$ 836 milhões), que atenuou a redução da receita no segmento de encomendas e de mensagem, que somadas, correspondem a R\$ 1.304 milhões.

Tabela 2 – Grandes números

GRANDES NÚMEROS - R\$ MILHÕES	2022*	2023	2023/2022
Receita Total	22.070	21.666	-1,83%
Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços	20.504	19.908	-2,91%
Receita Líquida de Venda	19.813	19.243	-2,88%
Despesa Total	22.838	22.263	-2,52%
Resultado Líquido	-768	(597)	22,27%
Resultado Financeiro	-174	44	125,29%
(*) Reclassificado			
Fonte: Demonstrações Contábeis			
Patrimoniais - R\$ milhões	2022*	2023	2023/2022
Ativo	17.994	18.409	2,31%
Imobilizado	7.311	7.924	8,38%
Patrimônio Líquido	811	274	-66,21%
Fonte: Demonstrações Contábeis			
Infraestrutura e Rede	2022	2023	2023/2022
Unidades Operacionais	12.182	12.066	-0,95%
Imóveis (próprios e alugados)	7.342	7.240	-1,39%
Frota Própria	23.090	26.100	13,04%

No relatório de 2022 constou a quantidade de 4.970 unidades operacionais, dentre as quais 3.799 agências que também efetuam atividades de distribuição. Essas mesmas agências também constaram dentre as 11.011 unidades de atendimento, as quais foram informadas separadamente. No entanto, considerando que as unidades da rede de atendimento estão compreendidas dentre as unidades operacionais, houve modificação da informação da quantidade de unidades operacionais informadas naquela ocasião. Desse modo, são consideradas unidades operacionais as 11.011 unidades de atendimento (AC, AGF, ACF, AGC, ACCI, CMD e CEM) juntamente com as demais 1.171 unidades (CDD, CEE, CTO, CTE, CTC, CTCE, CST, CLI, CEINT, CDIP e TECA), perfazendo um total de 12.182 unidades operacionais como um todo, em 2022.

Perfil dos Empregados	2022	2023	2023/2022
Empregados (quant.)	87.571	85.882	-1,93%
Feminino	20.515	20.150	-1,78%
Masculino	67.056	65.734	-1,97%
Escolaridade (quant.)			
Ensino Fundamental Incompleto	428	408	-4,677%
Ensino Fundamental	1.181	1.130	-4,32%
Ensino Médio	55.883	54.076	-3,23%
Graduação	22.908	22.582	1,42%
Pós-Graduação	6.859	7.362	7,33%
Mestrado	291	301	3,44%
Doutorado	21	25	19,05%
Rotatividade (%)	1,21	1,97	62,81%

Fonte: CEGEP / Cadastro de Pessoal (dez/2022 e dez/2023)

Principais Benefícios ao Empregado - R\$ milhões	2022*	2023	2023/2022
Planos de Saúde¹	(916)	(1.243)	35,70%
Previdência²	(570)	(561)	-1,58%
Pós-emprego (Previdência e Saúde) ³	(252)	(279)	10,71%
Outros Benefícios⁴	(1.169)	(1.430)	22,33%

Fonte: Demonstrações Contábeis

1 Despesas com saúde com ativos, aposentados e dependentes.

2 Contribuições patronais para o Postalís (planos BD e PostalPrev) e Plano Eq. Déficit – PED .

3 Provisão pós-emprego saúde e previdência (plano BD e PostalPrev).

4 Vale-refeição/alimentação, cesta, auxílio-creche.

Fonte: DIEFI

5.4 Demonstrativo das Variações da Receita por Segmento

No ano de 2023, houve redução de 2,91% na receita bruta de vendas de produtos e de serviços, proveniente, principalmente, pelo decréscimo do tráfego do segmento de encomenda.

O segmento internacional manteve a tendência positiva, com acréscimo de R\$ 836 milhões, apresentando uma evolução de 23,24%, em comparação ao resultado acumulado de 2022.

Tabela 3 – Receita por segmento

RECEITAS - R\$ MILHÕES	2022	2023	2023/2022	2023/2022
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	20.504	19.908	-2,91%	-596
Encomenda	10.540	9.523	-9,65%	-1.017
Mensagem	4.922	4.635	-5,83%	836
Internacional	3.597	4.433	23,24%	839
Marketing	376	331	-11,97%	-45
Malote	258	241	-6,59%	-17
Logística	455	509	11,87%	54
Conveniência	205	187	-8,78%	-18
Outros	151	49	-67,55%	-102

Fonte: Demonstrações Contábeis

6 Investimentos

Os Correios, em 2023, realizaram investimentos no valor de R\$ 755,5 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão do ciclo do Plano Plurianual – PPA 2020-2023.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento dos investimentos realizados.

Tabela 4 – Investimentos realizados

INVESTIMENTOS R\$ MILHÕES	2022	2023	2023/2022
Modernização de veículos	350,8	363,82	3,92%
Instalação de Agências Próprias	0,08	0,78	876,44%
Instalação de Unidades de Tratamento	0,68	0,98	43,50%
Instalação de Unidades de Logística	0,14	1,89	1247,65%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	205,89	274,71	33,42%
Tecnologia da Informação (TI)	201,63	113,30	-43,81%
INVESTIMENTO TOTAL	758,50	755,47	-0,40%

Fonte: DIEFI

6.1 Transparência da Gestão nas Contratações e Gestão de Contratos

As informações referentes às licitações e contratos estão disponíveis no Portal dos Correios, por meio do endereço eletrônico <https://www.correios.com.br/ acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos>.

O Regulamento de Licitações e Contratações dos Correios pode ser acessado por meio do mesmo endereço.

No exercício de 2023, o valor total contratado pelos Correios foi de R\$ 5.736.372.171,08, sendo 96,83% por processo licitatório e 3,17% por contratações diretas (dispensa de licitação e inexigibilidade). Dos processos licitatórios, 95,33% foram realizados por meio de pregões eletrônicos. Destaca-se que, do total contratado, R\$ 2.956.551.693,98 são relativos às Atas de Registro de Preços. Os valores estão detalhados nas tabelas abaixo:

Tabela 5 – Contratações por modalidades

MODALIDADES	VALORES CONTRATADOS (R\$)	PERCENTUAL	% POR MODALIDADE
Inexigibilidade de Licitação	5.412.767,21	0,09%	
Dispensa de Licitação Eletrônica	88.095.403,74	1,54%	
Dispensa de Licitação	88.323.751,26	1,54%	3,17%
Pregão Eletrônico	5.468.455.114,14	95,33%	
Licitação Correios Aberta	0,00	0,00	
Contratação Estratégica	8.771.759,87	0,15%	96,83%
Licitação Correios Fechada	77.313.374,65	1,35%	
TOTAL	5.736.372.171,08	100%	100,00%

Fonte: Sistema ERP-Módulo de Contratação, relatório de prazo de contratações - CSV (R58101DD_ ECT0005)

Tabela 6 – Tipos de contrato

TIPOS DE CONTRATO	VALORES (R\$)	PERCENTUAL	% POR MODALIDADE
Termo de Contrato	2.733.531.226,00	47,65%	
Ata de Registro de Preços	2.956.551.693,98	51,54%	99,29%
Autorização de Fornecimento	5.522.986,67	0,10%	
Termo de Adesão	40.766.264,43	0,71%	0,71%
TOTAL	5.736.372.171,08	100,00%	100,00%

Os Correios possuem, em sua carteira imobiliária, 4.859 imóveis de terceiros locados, que acarretaram o desembolso de R\$ 523 milhões, em 2023.

Em 2023, foram renovados/prorrogados 785 contratos de locação por dispensa de licitação, dos quais 82% correspondem a renovações de contratos de imóveis de terceiros que abrigam agências de correios próprias, de forma a garantir a universalização da prestação do serviço postal

7 Gestão Corporativa

A gestão corporativa nos Correios utiliza o sistema de governança corporativa para alinhamento dos recursos financeiros, estruturais e humanos ao modelo de negócio da empresa e às expectativas das partes interessadas (stakeholders).

7.1 Governança corporativa dos Correios

Os principais avanços na vertente Governança, em 2023, são apresentados a seguir:

a) aprovação do Indicador de Avaliação da Melhoria da Governança Corporativa - IAMGC, a ser utilizado pelos Correios para aferição do alinhamento a demandas regulatórias e de boas práticas de gestão;

b) melhoria no resultado da Pesquisa Anuário 360º, realizada pela revista Época Negócios e Fundação Dom Cabral. O resultado aferido em 2023, 74 pontos, na dimensão governança corporativa, superou o do ano anterior, 72 pontos;

c) atualização do Programa de Compliance, agregando práticas de integridade e conformidade que robustecem o programa vigente, e atualização do Programa de Compliance Concorrencial, promovendo a plena observância da Lei de Defesa da Concorrência - Lei nº 12.529/2011;

d) atualização da Política de Destinação de Resultados, Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre Capital Próprio, incluindo a consequente destinação dos resultados, em complemento à política de distribuições de dividendos anteriormente vigente;

e) atualização da Política de Transação com Partes Relacionadas, a qual norteia os aspectos relacionados às transações com as partes relacionadas nos Correios, de modo a garantir que as decisões envolvendo essas situações resguardem os interesses da empresa, da União e da sociedade;

f) atualização da Política Comercial dos Correios, assimilando a dinâmica do mercado, as mudanças de comportamento e as necessidades dos clientes;

g) implantação do novo Correios Normas, e atualização de mais de 4.205 normas;

h) eleição e nomeação de novos membros para compor a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração;

i) realização do treinamento anual obrigatório para membros estatutários (Lei nº 13.303/2016, art. 17).

7.1.1 Compliance e Gestão de Riscos

Visando ao fortalecimento da cultura de compliance e de gestão de riscos, em 2023 foram realizadas 595 ações de comunicação, direcionadas a todos os empregados dos Correios, assim como foram disponibilizados 17 cursos na plataforma de Educação à Distância - EaD da Universidade Corporativa dos Correios, que resultaram em 179.998 participações.

Na vertente de integridade, destaca-se o aprimoramento de procedimentos para verificação do princípio da segregação de funções na empresa, quando da alteração da estrutura organizacional dos Correios e a definição do modelo de fomento de ações de integridade de fornecedores.

A matriz global de riscos corporativos apresentava 868 riscos, quando do fechamento do exercício de 2023, para os quais foram implementadas 1.606 ações de tratamento. Observa-se uma progressão do volume de riscos e das ações de tratamento, o que indica que a organização está se tornando mais consciente e proativa na identificação e na mitigação de seus riscos.

Foi adotado, ainda, um conjunto de ações, que representam boas práticas de integridade, com destaque à atualização da Política de Transações com Partes Relacionadas, e dos Programas de Compliance e de Compliance Concorrencial, que consolidam as práticas na temática, voltadas à normatização da operacionalização do Sistema de Gestão de Compliance e à verificação da conformidade legal dos processos dos Correios com a identificação dos riscos legais.

7.1.2 Controle Interno

Em 2023, foram realizadas 23.182 avaliações de controles em 9.276 unidades operacionais, que resultaram na identificação de 115.999 não conformidades, das quais 108.922 (93%) foram comunicadas ou regularizadas pelos gestores no decorrer do exercício.

Além das avaliações de controles em unidades operacionais, foram realizadas 20 avaliações de controles em processos (operacionais, de suporte e de negócio), sendo dez planejadas no Plano de Avaliação de Controle Interno – PACIN 2023, e dez especiais, que decorreram da solicitação dos gestores das áreas e administradores da empresa. Essas avaliações resultaram na identificação de 1.511 oportunidades de aprimoramento.

7.1.3 Segurança Corporativa

Em 2023, foram celebrados três acordos com entidades relacionadas à segurança pública, com o objetivo de aumentar a segurança na prestação do serviço postal, quais sejam: Secretaria de Segurança Pública do Piauí, Secretaria de Segurança Pública do Tocantins e Secretaria de Segurança Pública da Paraíba.

Vários investimentos, na ordem de R\$ 41 milhões, foram realizados em segurança ao longo de 2023. Foram disponibilizados recursos, tais como: sistemas de alarme e sistemas de circuito fechado de TV, e equipamentos destinados ao controle de acesso em mais de 130 unidades dos Correios no Brasil, com a instalação de aproximadamente 1.560 equipamentos (catracas, cancelas e controladoras de portas).

Em 2023, também foram fornecidos todos os subsídios necessários em termos de segurança corporativa para a operação logística do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem 2023.

Visando atender à Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018), a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Decreto nº 11.200, de 15 de setembro de 2022) e ao Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Decreto nº 11.200, de 15 de setembro de 2022), foram reclassificadas as infraestruturas críticas do sistema postal, que compõe o rol de infraestruturas críticas do País, tendo como objetivo resguardar a operação mínima necessária para a continuidade da operação postal.

Ao analisar o volume de delitos de 2021 a 2023, identificou-se redução de 19,59% das ocorrências em 2022 e de 23,93% em 2023.

7.1.4 Educação Corporativa

A educação foi disposta como agente de transformação para o desenvolvimento de competências, sendo adotadas ações para promover a capacitação da força de trabalho, a inclusão, o desempenho e a qualificação do efetivo, destacando-se:

a) capacitações: aproximadamente 83,8 mil empregados ativos participaram de, ao menos, 1 (uma) ação de capacitação, no ano de 2023. Aproximadamente 32% das capacitações se deram na modalidade de educação a distância;

b) contratação da Plataforma Alura: oferta de mais de 1.400 cursos em diversas áreas de conhecimento (tecnologia da informação, negócios, marketing digital, inovação & gestão, e outras);

c) Programa de Desenvolvimento de Liderança: objetiva capacitação e aprimoramento das habilidades de liderança dos gestores da empresa, por meio da disponibilização e contratação de treinamentos específicos;

d) Jornada do Conhecimento: realizado ciclo de 9 palestras periódicas, promovido pela Universidade Corporativa dos Correios, com profissionais renomados, sobre temas diversos e atuais. Foi obtido o registro da participação de 10.657 empregados;

e) Pesquisa Técnico-Científica: autorizada a realização de 17 pesquisas técnico-científicas no âmbito dos Correios;

f) Programa Bolsas de Estudo – Eixo Social: realizado o primeiro processo seletivo, com vistas a proporcionar a primeira graduação para profissionais de nível médio dos Correios. Foram homologadas mais de 4 mil inscrições;

g) bolsa de estudos: foram distribuídas 171 bolsas de estudo para a formação e capacitação profissional dos empregados em áreas de conhecimento consideradas estratégicas para a empresa.

7.1.5 Auditoria

Em 2023, foram executados 27 trabalhos de auditorias, sendo 26 decorrentes da aprovação do PAINT para o exercício e um de auditoria extraordinária, em virtude de solicitação à Auditoria.

Além disso, foram realizadas 29 consultorias do tipo “facilitação”, que têm contribuído para a redução de recomendações de auditoria pendentes de implementação, facilitando o atendimento de recomendações de órgãos colegiados, do TCU e da CGU e gerando impactos positivos na governança dos Correios.

Como resultado do comprometimento dos Correios, de um total de 348 recomendações em monitoramento, 215 foram concluídas em 2023, sendo materializados benefícios financeiros, com a atuação da auditoria interna, de aproximadamente R\$ 7,7 milhões, e 84 benefícios não financeiros, de modo que, em 31/12/2023, restavam pendentes 133 recomendações.

O resultado consolidado dos trabalhos da Auditoria é publicado nos Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna - RAINTS, disponíveis no endereço: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/auditorias>.

7.1.6 Ouvidoria

Na tabela abaixo, são apresentados os totais e os tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria dos Correios:

Tabela 7 – Quantidade de manifestações por tipo

TIPO	2021	2022	2023
Reclamação	34.476	19.567	27.456
Solicitação	46.440	24.976	52.882
Denúncia	8.726	5.651	3.982
Sugestão	2.624	2.545	3.940
Elogio	5.113	3.488	4.027
TOTAL	97.379	56.227	92.287

Fonte: BRASIL. MCOM. ECT. Sistema Fale Conosco, Ouvidoria.

Em 2023, registrou-se um aumento de 64% na quantidade total de manifestações em relação ao ano anterior. Um dos motivos do acréscimo foi a recepção, de forma automatizada, das manifestações advindas do Fala.BR no sistema próprio dos Correios (Fale Conosco). Essas manifestações representaram 9,72% das manifestações acolhidas na Ouvidoria em 2023 (8.973 manifestações).

Em relação às denúncias, sobre fraude, improbidade administrativa, assédio moral e sexual, constatou-se queda de 35% na quantidade registrada em 2023, em comparação com o ano anterior.

No tocante ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, na tabela a seguir, são apresentados os quantitativos de pedidos de acesso à informação, bem como de recursos interpostos pelos usuários:

Tabela 8 – SIC – Quantidade de pedidos de acesso à informação e recursos

QUANTIDADE DE PEDIDOS E RECURSOS APRESENTADOS PELOS CIDADÃOS					
Período	Pedidos	Recursos ao Chefe Hierárquico*	Recursos à Autoridade Máxima*	Recursos à CGU*	Recursos à CMRI*
2021	739	130	53	38	5
2022	561	96	56	44	14
2023	965	64	22	15	2

*A quantidade de recursos considera a data de abertura do pedido de acesso à informação relacionado ao recurso.

Fontes: BRASIL. CGU. Relatórios de Manifestações e Recursos LAI. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/Relatorios/RelatorioDetalhadoManifestacaoRecursoLAI.aspx>. BRASIL. CGU. Tratar Recursos LAI. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/Manifestacao/Recurso/GerenciarRecursoManifestacao.aspx>.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Em relação à transparência ativa, destaca-se que, a partir de setembro de 2023, 100% dos 49 itens avaliados pela Controladoria-Geral da União - CGU foram avaliados como “cumpre”, resultado decorrente da interação da Ouvidoria com as áreas detentoras das informações.

A Ouvidoria também é responsável pelo atendimento aos Procons. Estão integrados aos sistemas dos Correios 729 Procons usuários do Proconsumidor.

Tabela 9 – Manifestações Proconsumidor

ANO	QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÃO
2021	3.270
2022	2.719
2023	3.368

Fonte: BRASIL. MC. ECT. ODC.

Mais informações podem ser consultadas nos relatórios da Ouvidoria dos Correios disponíveis no endereço: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorio-de-ouvidoria/>

7.1.7 Relacionamento com o Cliente

O relacionamento com o cliente dos Correios é multifacetado, envolvendo presença física ou não, variedade de serviços, tecnologia, inovação e um compromisso contínuo com aprimoramentos, com base no feedback recebido.

7.1.7.1 Serviço Central de Atendimento dos Correios - SAC

A seguir, destacam-se os principais canais de interação com os clientes e os resultados alcançados em 2023.

- a) telefone: aproximadamente 6,7 milhões de chamadas recebidas, das quais 842 mil foram atendidas pelo serviço 24 horas, 7 dias por semana;
- b) *chat web* (CAROL): 5,5 milhões de interações via chat online, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- c) Central de Atendimento dos Correios - CAC: suporte especializado em clientes com contratos nas áreas de tecnologia e finanças, totalizando cerca de 250 mil atendimentos telefônicos;
- d) redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter): gerenciadas/respondidas mais de 330 mil interações;
- e) vendas à distância: prospecção ativa de novos contratos, resultando na efetivação de 11.253 acordos;
- f) Fale Conosco: registradas 9,8 milhões de manifestações, com 96,6% das solicitações atendidas;
- g) consumidor.gov.br: 16.786 manifestações recebidas, com tempo médio de resposta em 7 dias e uma taxa de solução de 76,4%;
- h) Reclame Aqui: registradas 140.559 manifestações, com resposta integral de 100% dos casos.

7.1.7.2 Experiência do Cliente

Por meio do Modelo Integrado de Gestão da Satisfação dos Clientes, vem sendo promovida nos Correios a adoção de ações voltadas ao aprimoramento da experiência e à obtenção da satisfação e lealdade dos clientes, as quais materializam o valor corporativo da centralidade do cliente, aspecto fundamental da cultura organizacional.

7.2 Infraestrutura Postal

Para executar a movimentação diária de carga postal em todo o território nacional, a infraestrutura postal está presente em 5.552 municípios do país, com mais de 9,5 mil posições de atendimento, proporcionando acesso aos serviços postais e socioambientais.

Para possibilitar o encaminhamento e a troca diária da carga postal entre todos esses municípios, contemplando os modais aéreo e rodoviário, os Correios contam, dentre outros, com os seguintes recursos de transporte: dez linhas aéreas terceirizadas; 2.343 veículos terceirizados operando nas Linhas de Transporte Nacionais - LTN e Linhas de Transporte Regionais - LTR e 26.100 veículos próprios (caminhões, furgões e motocicletas). Destaca-se que, desde 2013, é realizado inventário de emissão de gases de efeito estufa, sendo implementadas melhorias sistêmicas na frota para mitigação do impacto ambiental.

A universalização da distribuição postal alcançou um resultado acumulado de 93,39%, representando a implantação da distribuição postal em 9.172 distritos dos 9.821 distritos brasileiros com mais de 500 habitantes. Com esse resultado, atingiu-se 96,78% de realização da meta estabelecida para o ano de 2023, que foi de implantar a distribuição postal em 96,50% dos distritos com mais de 500 habitantes.

No atendimento, a universalização dos serviços postais básicos alcançou 9.552 posições de atendimento, de uma meta de 9.618 para o período, representando 99,31% de realização, com evolução significativa em relação ao ano anterior.

No contexto das melhorias implementadas na infraestrutura postal, são apontados os aportes de investimento em infraestrutura predial e de equipamentos, na ordem de R\$ 98 milhões em 2023.

Importante informar, ainda, a alienação de mais de 131 mil bens móveis inservíveis na Operação Limpa Pátio, que proporcionou arrecadação de cerca de R\$ 70 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 67 milhões foram obtidos com a venda de veículos.

7.2 Unidades Operacionais

Os Correios contaram, em 2023, com uma estrutura operacional composta por 12.066 unidades, envolvendo as atividades de atendimento, tratamento, transporte, distribuição e logística:

Tabela 10 – Quantidade de unidades operacionais

REDE OPERACIONAL	QUANTIDADE
Centro de Distribuição Domiciliária - CDD	956
Locker – LK	146
Centro de Entrega de Encomendas - CEE	89
Centro de Transporte Operacional - CTO	47
Centro de Tratamento de Encomendas - CTE	10
Centro de Tratamento Cartas e Encomendas - CTCE	43
Centro de Tratamento de Cartas - CTC	1
Centro de Serviços Telemáticos - CST	3
Centro de Logística Integrada - CLI	97
Centro Tratamento de Correios Internacional - CEINT	5
Centro de Digitalização - CDIP	5
Terminal de Carga - TECA	6
Agência de Correios – AC1	6.023
Agência de Correios Franqueada – AGF	949
Agência de Correios Franqueada – ACF	2
Agência de Correios Comunitária – AGC1	3.531
Agência de Correios Comercial Terceirizada – ACC	2
Agência de Correios Modular – CMD	2
Correios Empresas – CEM	103
Ponto de Coleta – PCL	44
Loja de Correios Franqueada – LCF	2
TOTAL	12.066

Fonte: http://intranet/cs/diope/atendimento/atendimento-em-numeros-e Painei_ERP.pdf (correios.com.br)

(1) 4.751 Agências de Correios – AC também realizam, além do atendimento, o serviço de distribuição postal

7.4 Qualidade Operacional

A qualidade operacional apresentou o resultado acumulado de 95,59% em relação à meta de 95,37%. A aferição é realizada por meio do Índice de Entrega no Prazo (IEP), englobando os principais produtos dos segmentos mensagem, encomenda e logística.

Tabela 11 – Qualidade operacional – Desempenho - %

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
2021*	94,73	94,05	91,31	91,03	89,59	92,48	90,78	91,70	92,65	93,73	94,76	92,35	92,40
2022	94,17	95,43	96,39	94,85	94,35	96,19	96,15	96,26	97,08	97,22	95,70	92,58	95,59
2023	95,54	96,84	95,16	94,94	95,50	96,30	93,57	91,29	95,47	96,00	92,91	84,59	93,82

Fonte: <http://snu0120.correiosnet.int/slope/>

* Resultados de 2021 atualizados de acordo com nova metodologia de cálculo aprovada pela empresa.

7.5 Tecnologia

Primando pela excelência, os Correios promoveram a atualização e a modernização dos recursos e serviços tecnológicos, tendo sido registrada a execução correspondente a R\$ 113,3 milhões.

A Plataforma Digital é a viabilizadora dos processos de negócios dos Correios e se torna imprescindível dotá-la das melhores soluções tecnológicas de mercado, mitigando os riscos de descontinuidades de infraestruturas críticas e primando pela inovação, atualização e manutenção destes recursos de TIC. No que se refere às principais ações de investimento e custeio destinadas à modernização e à consolidação da Plataforma Digital Correios, destacam-se:

- a) modernização do parque de microinformática e telefonia, com aquisição e distribuição de mais de 15 mil equipamentos, estando o parque computacional dos Correios 92% atualizado, contribuindo também para a redução do consumo de energia;
- b) implantação do segundo enlace de Internet (componente de rede físico e lógico, usado para interconectar computadores). Em 2023, foram alcançados os melhores índices de disponibilidade dos sistemas mais críticos da empresa, sendo que, em média, o resultado foi de 99,7%;
- c) conclusão da implantação da infraestrutura de radiofrequência, com mais de 1.700 leitores de Rádio Frequência - RFID instalados, em mais de 190 unidades operacionais dos Correios;
- d) contratação da Ferramenta de Governança e Gestão de Dados, que contribuirá com a implementação de processos para melhor adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- e) Sistema de Mensagens Telemáticas - SMT: reformulação sistêmica do serviço de envio de carta via internet, apresentado à sociedade por meio do novo produto e-Carta fácil;
- f) serviços de encomendas internacionais dos Correios: implantação tecnológica do Programa Remessa Conforme – PRC, que trata do processo de desembaraço aduaneiro de forma antecipada;
- g) Exporta Fácil+: implantação da plataforma on-line dos Correios, a qual conecta exportadores a operadores logísticos, viabilizando as exportações por diversos modais de transporte com preços e prazos adequados à necessidade de cada cliente;
- h) atualização tecnológica da Plataforma Pré-Postagem: para atender a implantação de novos serviços, como logística reversa, objetos do segmento postal e de exportação;
- i) expansão do atendimento dos Correios: implantação de novos canais de atendimento/postagem de objetos (Franqueadas, Ponto de Coleta e Correios Modular, Correios Empresa) utilizando a sua Plataforma de Atendimento (Correios Atende).

7.6 Gestão de pessoas

Em 2023, foram retomadas diversas atividades e campanhas de fortalecimento das políticas de prevenção da saúde, como por exemplo: Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul; além da realização de diversas atividades culturais e desportivas, que integram, valorizam e fomentam a saúde.

Todas essas ações expressam o compromisso dos Correios com a pauta ASG, na vertente social da sustentabilidade, destacando-se, ainda:

- a) clima organizacional: foram elaborados Planos de Ações de Melhoria do Clima Organizacional – PAM, sendo que os últimos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional foram utilizados para subsidiar decisões nas áreas de saúde, ergonomia e, ainda, para compor o diagnóstico socioambiental na implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P;
- b) experiência do empregado: aprovação do Modelo de Experiência do Empregado;
- c) ponto eletrônico: finalizada a implantação do módulo de Jornada Extraordinária do ponto eletrônico na empresa;
- d) práticas de trabalho decente (gestão humanizada): realização de experiência piloto, na Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul, sobre práticas de trabalho decente;
- e) adesão ao Guia Lúlis da CGU: protocolo com orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no âmbito do Governo Federal.

7.7 Corregedoria

Relativamente a fatos apurados segundo a Lei nº 12.846/2013, em 2023 a Corregedoria recebeu 33 processos para juízo de admissibilidade, sendo concluídos 30 desses processos; e foram instaurados 29 Processos Administrativos de Responsabilização - PAR, 12 processos sido considerados aptos para julgamento.

Quanto aos fatos enquadrados no Regulamento de Pessoal, Capítulo XII – Regime Disciplinar, foram instaurados 4.250 processos, sendo 2.381 Processos Administrativos Disciplinares - PADs e 1.869 Termos de Ajustamento de Conduta - TACs. No mesmo período foram encerrados 5.710 processos, sendo: 3.764 PADs e 1.946 TACs.

Em decorrência dos julgamentos de processos disciplinares, foram aplicadas 1.458 advertências, 881 suspensões disciplinares e 91 demissões por justa causa.

No que tange à recuperação de ativos, tem-se os dados abaixo:

- a) julgamento de nove PARs, com aplicação de multa de R\$ 1.857.350,68. No ano de 2023, foi recebida a importância de R\$ 192.185,17, relativamente a multas aplicadas em julgamentos de PAR;
- b) instauração de quatro Tomadas de Contas Especiais - TCEs, compreendendo a importância de R\$ 1.594.478,16; e conclusão de 13 (TCEs), englobando R\$ 100.699.809,72;
- c) o valor total a ser recuperado, em decorrência das TCEs concluídas pela empresa e ainda pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas de União - TCU, incluindo as TCEs de anos anteriores, correspondeu a R\$ 479.119.719,59.

7.8 Reconhecimentos do Exercício de 2023

7.8.1 Pela 6ª vez consecutiva, os Correios reafirmaram sua excelência, ao serem agraciados com o prestigiado título de Melhor Solução Alternativa de Entrega, no World Post & Parcel Awards, também conhecido como o “Oscar Postal Mundial”;

7.8.2 Os Correios também conquistaram o 2º lugar no prestigiado RFID Journal Live! 2023 Conference, na categoria “Best Logistics/Supply Chain RFID/IoT Implementation”. Esse reconhecimento global destaca a contribuição excepcional dos Correios no setor postal, evidenciando a inovação e eficiência do serviço Correios Log+;

7.8.3 Na área de entrega de encomendas, pela excelência dos serviços prestados a seus clientes, principalmente aos pequenos e médios empreendedores, os Correios foram destacados como líderes, conquistando o título de melhor serviço de encomendas de São Paulo. A pesquisa, realizada pelo Datafolha, apresenta os melhores serviços da capital paulista em 40 categorias;

7.8.4 Reafirmando sua eficiência como empresa pública, os Correios foram reconhecidos como a marca mais lembrada pelos gaúchos, na categoria “Top of Mind – Rio Grande do Sul 2023”;

7.8.5 Balcão do Cidadão: os Correios, por meio do case “Minha Naturgy: transformação do atendimento digital”, ficou em 1º lugar na categoria Relacionamento Digital, concorrendo com o Banco Bradesco, Carrefour e Yduqs. Além dessa premiação, a empresa obteve a 2ª colocação na categoria Relacionamento, Regulação e Governo, disputando com Banco BMG e SKY. Um total de 140 cases, divididos em 30 categorias, concorreram ao Prêmio Smart 2023;

7.8.6 Correios Celular: os Correios concorreram, novamente, para o recebimento do prêmio Reclame Aqui, ficando em 2º lugar na categoria Serviços de Telecomunicações;

7.8.7 Os Correios foram vencedores do prêmio IIA MAY Brasil 2023, promovido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA Brasil, o qual reconhece as empresas que desenvolveram as melhores ações relacionadas à promoção do valor da Auditoria Interna;

7.8.8 Reconhecimento com o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, coordenado no país pela Fundação Getúlio Vargas, pela realização completa dos inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa, com dados divulgados no site Registro Público;

7.8.9 Os Correios foram os vencedores do prêmio Destaques Maio Amarelo, promovido pelo Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV para reconhecer ações de entes públicos e privados sobre segurança no trânsito. Durante a entrega do prêmio, foi destacado o importante papel dos Correios, cuja frota ultrapassa os 23 mil veículos com presença em todo o Brasil, na colaboração com a segurança no trânsito e com a promoção de educação viária.

8 Responsabilidade Socioambiental

Os Correios desenvolveram ações em sintonia com a Política de Sustentabilidade Empresarial, aprovada em 2022 e revisada em 2023. A finalidade dessa Política é fomentar o equilíbrio entre os critérios ambiental, social, econômico e de governança, visando ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à perenidade da empresa. Principais ações desenvolvidas em 2023:

- a) campanha Papai Noel dos Correios: a megaoperação logística de solidariedade natalina, que atende crianças em situação de vulnerabilidade social, teve formato híbrido, resultando na disponibilização de cartas para adoção presencial nas agências dos Correios e virtual, no blog da campanha. Foram recebidas cerca de 305 mil cartas, das quais aproximadamente 274 mil foram selecionadas (disponibilizadas para a sociedade) e em torno de 269 mil foram adotadas;
- b) EcoPostal: doação de 19 mil peças (camisas de carteiro, malas e malotes usados) a entidades sem fins lucrativos para reaproveitamento dos tecidos;
- c) gestão das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE: como resultado das melhorias implementadas nos Correios, com destaque para a renovação periódica da frota veicular e para o programa de eficiência energética, foram evitadas as emissões de cerca de 104 mil toneladas de CO2e, em relação ao ano base 2013, que corresponde ao primeiro inventário válido. Cumulativamente, desde 2013, foram evitadas cerca de 1 milhão de toneladas de emissões de GEE, o equivalente à preservação de mais de 3 vezes o território do DF (5.760,78 km²);
- d) agente de integração nacional: os Correios são os principais operadores logísticos de políticas públicas nacionais, a exemplo da distribuição do caderno de provas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, realizada, simultaneamente, em todo país, entre outras grandes operações descritas no subitem 3.4 deste relatório;
- e) unidades culturais: foram promovidos 113 projetos, nas cinco unidades culturais dos Correios, por meio da autorização de uso de espaço, em vários segmentos como artes visuais, humanidades, música e artes cênicas, que atraíram cerca de 988 mil participantes;
- f) 52º Concurso Internacional de Redação de Cartas: concurso epistolar promovido pela União Postal Universal, em âmbito mundial, e coordenado, no Brasil, pelos Correios. A edição de 2023 teve o tema “Imagine que você é um super-herói e sua missão é tornar todas as estradas do mundo mais seguras para as crianças. Escreva uma carta para alguém explicando quais superpoderes você precisaria para cumprir sua missão.” Foram recebidas 2.482 cartas, de 1.309 escolas públicas e privadas de todo país;
- g) produtos ecoeficientes e socioeficientes: desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços com benefícios sociais e ambientais, evidenciando o comprometimento dos Correios com o desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre produtos estão em: <https://www.correios.com.br/enviar/precisa-de-ajuda/correios-de-a-a-z>;
- h) Pesquisa de Clima Organizacional dos Correios: realizada de forma corporativa desde 2004, foi utilizada para realização do Diagnóstico Socioambiental, na implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, compondo o eixo Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- i) coleta seletiva: destinação adequada de resíduos sólidos recicláveis (papel/plástico/metal/vidro) dos Correios às associações/ cooperativas de catadores. Em 2023, foram destinados à reciclagem cerca de 5 mil toneladas de papel/papelão, 612 mil quilos de plástico, 3,6 mil quilos de metal e 1,6 mil quilos de vidro;
- j) criada a Rede de Aprendizagem em Eficiência Energética dos Correios - RedEE Correios, em parceria com o ministério de Minas e Energia e a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), que estabeleceram, conjuntamente, o Projeto Energias para o Futuro. Atualmente, encontram-se em curso 15 projetos de Eficiência Energética, em diversos estados, em decorrência da RedEE Correios, com potencial de crescimento para todos os demais estados, por meio do credenciamento nacional de ESCOs (Energy Services Company), que trarão ainda mais benefícios econômicos e ambientais para a empresa;
- k) firmadas parcerias com as distribuidoras de energia Neoenergia Brasília e Elektro (SP e MS), para a utilização de recursos não aplicados nas Chamadas Públicas de Projetos, para instalação de usinas solares fotovoltaicas e retrofit de iluminação de unidades com recursos das distribuidoras, que gerarão benefícios ambientais, técnicos e econômicos de grande vulto para os Correios, além da expertise para ampliação da modelagem para outras unidades.

I) bolsas de estudo – eixo social: programa de bolsas de estudos para primeira graduação de empregados com cotas para pessoas negras, indígenas e quilombolas, com equidade de gênero.

9 Perspectivas para 2024

As principais perspectivas para 2024 são apresentadas a seguir:

9.1 Plano Estratégico 2024/2028

Para o fortalecimento e a perenidade dos Correios, aliada à boa governança, na atualização do Plano Estratégico ciclo 2024/2028 estão previstas ações relacionadas a melhorias nos processos e produtos, centradas na percepção de valor pelo cliente na experiência e na jornada. Também existirão ações voltadas ao aumento da participação dos Correios nos mercados de livre concorrência, com expansão da plataforma de negócios da empresa, da oferta de soluções digitais para o comércio eletrônico e do relacionamento com o governo - considerando a presença nacional dos Correios, o potencial para promoção de políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável nacional. Essa atualização reforçará, ainda, o compromisso com a universalização dos serviços e com a eficiência do emprego dos recursos no cumprimento da obrigação constitucional, atentando às metas definidas pelo Governo e às necessidades dos clientes.

9.2 Investimentos 2024

O planejamento de investimentos dos Correios, vinculado aos objetivos corporativos e aos negócios, considera a aquisição de bens operacionais para modernizar/ampliar as unidades de atendimento, tratamento, distribuição e logística. Além disso, contempla investimentos em TIC, que ampliam a capacidade tecnológica e viabilizam os processos de negócios. Estão previstas também a renovação e a ampliação da frota de veículos e, ainda, a automação do tratamento de objetos, com vistas a aumentar a eficiência e eficácia da capacidade operacional instalada, e a mitigação do impacto ambiental.

Foi aprovado por meio da Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, o planejamento de investimentos dos Correios no montante de R\$ 1.342 milhões, distribuídos conforme detalhamento a seguir:

- a) R\$ 473,6 milhões para ampliar/modernizar a infraestrutura de tratamento, atendimento, distribuição e logística;
- b) R\$ 540,2 milhões para ampliar/modernizar a frota de veículos;
- c) R\$ 135,8 milhões em recursos de tecnologia, que visam manter atualizada a infraestrutura tecnológica que suporta os serviços e negócios dos Correios, como os centros corporativos de dados, equipamentos de microinformática, dentre outros. O investimento também terá foco na consolidação da Plataforma Digital Correios, na continuidade do processo de modernização do parque tecnológico dos Correios, assim como no atendimento à legislação que regula atividades de tratamento de dados dos cidadãos, das empresas e do governo;
- d) R\$ 192,7 milhões para manutenção da infraestrutura de atendimento, tratamento, distribuição, logística e administrativa.

9.3 Governança corporativa

Implantação de ações estruturantes, por meio do Plano de Ação de Melhoria com vistas a evolução da maturidade da governança e da gestão.

9.3.1 Publicidade

Com base nos objetivos estratégicos de aumentar a participação no mercado de logística e no atendimento ao governo, os Correios estão intensificando seus investimentos na ordem de 380 milhões para propaganda e publicidade. Com foco na disseminação da marca e na promoção de seus serviços, a empresa está lançando campanhas que destacam sua eficiência logística e sua capacidade de atender às demandas do governo. Essa estratégia visa não apenas consolidar a posição dos Correios como líderes no setor, mas também fortalecer sua presença em mercados específicos e aumentar sua relevância nos serviços governamentais.

9.3.2 Patrocínio

Os Correios tem buscado retomar os patrocínios culturais como parte de sua estratégia para ampliar o branding da marca na sociedade brasileira. Por meio de parcerias com eventos e instituições culturais, a empresa busca associar sua marca a valores positivos de relevância para sociedade, bem como promover uma imagem de engajamento com a comunidade e apoio à cultura nacional. Essa iniciativa ainda que embrionária do ponto de vista de investimentos reforçou a ampliação do posicionamento dos Correios como uma marca presente para viabilizar políticas de governo no país, mas também contribuiu para aumentar sua visibilidade e reconhecimento entre os consumidores brasileiros.

9.3.3 Acordos de Cooperação Técnica

Visando à troca de experiências e conhecimentos para fortalecer a governança corporativa, o compartilhamento de estruturas, processos e serviços, para 2024, serão celebrados Acordos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenções com diversas empresas, inicialmente, destacando-se:

- a) Protocolo de Intenções - Caixa Econômica Federal e Correios: compartilhamento de estruturas de atendimento. O protocolo de intenções prevê a implementação de soluções para o compartilhamento de suas estruturas, processos e serviços, facilitando o acesso da população a produtos financeiros e postais;
- b) Acordo de Cooperação Técnica (ACT) - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Correios: as solicitações de benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) pelo Atestmed poderão ser realizadas nas agências dos Correios. Os segurados poderão comparecer a uma agência dos Correios, onde um funcionário auxiliará no requerimento via Atestmed e digitalizará o atestado médico e documentos para enviar pelo aplicativo ou site Meu INSS.

9.3.4 Educação Corporativa

Com vistas ao fortalecimento das políticas públicas para a educação corporativa, a Universidade Corporativa dos Correios - UNICO vem colocando em pauta, junto a diversos órgãos governamentais, a composição da Universidade Colaborativa dos Correios, prospectando parcerias educacionais nos níveis de gestão municipal, estadual e federal. Para tanto, a recuperação do campus da UNICO, faz-se viável e de interesse dos referidos órgãos para sediar e dar suporte às atividades dessa parceria. Dentre as principais ações voltadas à viabilização de parcerias educacionais, destacam-se:

- a) credenciamento da Universidade Corporativa dos Correios no Ministério da Educação - Mec: enquanto Escola de Governo, visa ofertar cursos de pós-graduação lato sensu (especialização), de forma a contribuir para o desenvolvimento de competências organizacionais e profissionais, alinhadas ao Plano Estratégico dos Correios;
- b) processo de chamamento público para credenciamento de instituição de ensino para a concessão de descontos regulares, nas matrículas e mensalidades dos cursos e programas, aos empregados dos Correios e aos seus dependentes.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



9.4 Sustentabilidade

Realização de adesão ao Mercado Livre de Energia, o qual consistirá na contratação do fornecimento de energia elétrica diretamente das empresas geradoras e das comercializadoras, podendo receber energia oriunda de fontes renováveis, além de possibilitar a redução desses custos, tornando a empresa mais sustentável.

Em março de 2024, o Comitê de Financiamentos Externos - Coflex, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Planejamento e Orçamento, autorizou a contratação, pleiteada pelos Correios, de operação de crédito de longo prazo junto ao New Development Bank - NDB com o montante de 717,5 milhões de euros. Os recursos serão destinados ao programa de modernização e transformação ecológica dos correios, atrelados à agenda asg, a qual fomentará investimentos no período de cinco anos, nos seguintes projetos: eletromobidade; infraestrutura eficiente; modernização operacional; fortalecimento das políticas em gênero e raça e compensação gradual das emissões de CO2. A operação viabilizará a nova trajetória dos Correios de crescimento e desenvolvimento sustentável.

9.5 Segurança

Realização de:

- a) contratação para aquisição de 151 novos equipamentos de raios-X, visando à adequação dos Centros Internacionais às normas de alfandegamento da Receita Federal e substituição/ampliação do processo de fiscalização de objetos com conteúdo proibido;
- b) investimentos na ordem de R\$ 59 milhões em novos equipamentos de segurança, visando à proteção das pessoas, do ambiente físico e do fluxo postal;
- c) execução do orçamento estimado de R\$ 168 milhões para manutenção dos serviços de segurança;
- d) celebração de Acordos de Cooperação Técnica – ACTs com órgãos de segurança pública e fiscalização, a fim de mitigar as ocorrências de fraudes e delitos contra os Correios.

9.6 Produtos e Serviços

Realização de:

- a) expansão da variedade de soluções para o ecossistema do comércio eletrônico, visando tornar-se o principal parceiro do e-commerce nacional e internacional, além de oferecer serviços logísticos para o Governo;
- b) unificação da comunicação formal para otimizar a eficácia na interação entre empresas e consumidores, Governo e cidadãos, tanto nas plataformas físicas quanto digitais;
- c) implementação da gestão do relacionamento com o cliente, por meio da adoção de ferramentas tecnológicas de mercado, contribuindo para o aprimoramento do macroprocesso finalístico da Cadeia de Valor dos Correios, focado na "Interação com o cliente: ênfase na experiência e satisfação do cliente ao longo de sua jornada";
- d) oferta de plataformas físicas e digitais integradas que agreguem valor, com ênfase na conveniência, experiência do cliente e rentabilidade.

9.7 Operações

Realização de:

- a) intensificação da celebração de parcerias, com ampliação da aproximação dos Correios ao ecossistema de inovação, com realização de convênios e participações em eventos de inovação;
- b) continuidade do programa Kaizen de Excelência Operacional, o qual é estruturado em quatro pilares sequenciais e fundamentais, quais sejam: capacitação, aplicação, estabilização e reconhecimento;
- c) previsão de implantação de unidades Correios Essencial - CEL visando, com a expansão desse modelo de canal, o atingimento das metas de universalização do atendimento e da distribuição.
- d) os Correios apoiarão o Governo Federal na realização do Concurso Público Nacional Unificado, mobilizando sua força de trabalho, em especial os atendentes e carteiros, distribuídos por todo o território brasileiro, para orientar e atender os cidadãos. Alinhados ao compromisso expresso no Planejamento Estratégico 2024/2028, como órgão de governo e parceiro na execução de políticas públicas para a sociedade, reafirmamos nosso papel como agente facilitador da integração nacional e do desenvolvimento socioeconômico.

9.8 Administração

Realização de:

- a) a atualização do Regulamento de Licitações e Contratações dos Correios - RLCC e a implantação do Guia de Compras Sustentáveis promoverão melhores condições para suporte à eficiência operacional, redução de custos a longo prazo, estímulo à inovação e à pesquisa, bem como o fortalecimento da imagem institucional da empresa perante a sociedade e o mercado. O Regulamento de Licitações e Contratações dos Correios – RLCC contemplará as novas diretrizes de ASG (ambiental, social e governança), enquanto o Guia de Compras Sustentáveis orientará a aplicação das práticas de sustentabilidade nos editais e demais documentos de contratação, sob as dimensões ambiental, social, econômica, jurídico-política, cultural e ética;
- b) a evolução do Portal de Contratações - PCON potencializará a eficiência, a economia no processamento das compras, além da melhoria da integração do portal com as ferramentas de transparência ativa. Em 2024, o PCON será contemplado com novas funcionalidades, de forma a abarcar novos segmentos de contratações corporativas.

9.9 Gestão de Pessoas

Em desdobramento ao Plano Estratégico dos Correios, foi estabelecido o Plano Tático de Gestão de Pessoas – PTGP 2024, inspirado nas melhores práticas de mercado, as quais pressupõem o desdobramento das estratégias institucionais em táticas departamentais, de forma a contribuir, por meio do planejamento, na consecução dos objetivos organizacionais. O referido Plano será acompanhado por meio de 12 indicadores: experiência do empregado; diversidade organizacional; absenteísmo; equalização de efetivo da distribuição; desempenho do efetivo próprio; monitoramento de benefícios da Postal Saúde; monitoramento de benefícios do Postalis; satisfação dos clientes internos com os serviços da Central de Serviços de Gestão de Pessoas; atendimento ao cidadão; solução de pontos de auditoria da Diretoria de Gestão de Pessoas; implementação do Plano de Ações de Melhoria e índice de favorabilidade do clima organizacional.

Dentre as ações táticas que irão impactar no resultado dos indicadores citados, destacam-se:

- a) implantação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS e Plano de Funções, ambos em fase de estudos, com a finalidade de atualização do atual plano vigente, consoante às competências exigidas atualmente pelo mercado; realização de concurso público amplo, visando atender às necessidades pontuais de todas as áreas da empresa;
- b) rescisão contratual por acordo, com o objetivo de proporcionar a qualquer empregado da empresa a oportunidade do desligamento, de comum acordo, com o pagamento efetuado pela empresa das verbas previstas na CLT, tais como: indenização de 20% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, aviso prévio indenizado de 50% e liberação de 80% de saque sobre o FGTS;
- c) banco de talentos, com o objetivo de disponibilizar para a empresa o conjunto de todos os empregados interessados em assumir funções técnicas ou gerenciais, mediante cumprimento das regras estabelecidas pela empresa;
- d) Programa Jovem Aprendiz, com a realização de um novo processo seletivo, que ocorrerá no segundo semestre de 2024, para o provimento de todas as vagas que serão publicadas no edital;
- e) realização de Pesquisa de Clima Organizacional, referente ao 10º Ciclo de Gestão do Clima Organizacional, que tem como objetivo identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria nos Correios. Essa pesquisa é realizada a cada dois anos e é feita de forma extensiva a todos os empregados;
- f) realização do concurso público nacional, com o propósito de repor as vagas mínimas e necessárias definidas pela empresa, com base em dados técnicos, visando a equalização do efetivo de suas unidades;
- g) implantação de PDI, com a finalidade de equilibrar as contas da empresa e ao mesmo tempo proporcionar aos empregados mais antigos um novo estilo de vida.

9.10 Tecnologia

Realização de:

- a) investimentos na ordem de R\$ 136 milhões em recursos de tecnologia, com foco na consolidação da Plataforma Digital Correios, na continuidade do processo de modernização do Parque Tecnológico dos Correios, assim como no atendimento à legislação que regula atividades de tratamento de dados para os cidadãos, empresas e governo; e de R\$ 492 milhões na manutenção da infraestrutura de atendimento, tratamento, distribuição, logística e administrativa;
- b) implantação da Nova Rede Corporativa 2025, com tecnologia Software Defined Network - SDN ou SD WAN, que permitirá um melhor gerenciamento de rede por software, uma configuração de rede dinâmica, mais eficiente e com melhor desempenho do que o gerenciamento de rede tradicional;
- c) entrega de aproximadamente 106 mil equipamentos de microinformática: celulares dos carteiros, microcomputadores, balanças, scanners de mesa, impressoras (a laser, de cupom e de etiquetas), redes locais e leitores de código de barra. Além disso, também serão entregues equipamentos de Data Center – Storage, gestão de dados, cibersegurança — ferramenta de controle de credenciais e antimaware, e Projeto Disaster Recovery — Continuidade.

9.11 Infraestrutura

Realização de:

- a) reforma do edifício localizado na SEPN 508, em Brasília/DF, que receberá a Universidade Correios. As novas instalações contarão com biblioteca, salas de reunião e videoconferência, sala de focus group, auditório, laboratório, salas de aula e estúdio de gravação de cursos. Ao todo, estão sendo investidos aproximadamente R\$ 10 milhões na obra de revitalização e adaptação do imóvel;
- b) padronização de eletrodomésticos linha branca, com eficiência energética, em todas as Superintendências Estaduais, promovendo a redução no consumo de energia elétrica nas unidades. Aquisição de mais de 1.300 itens entre micro-ondas, refrigeradores e bebedouros de coluna;
- c) inclusão, no novo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal, de 5 grandes obras de construção de novos centros postais dos Correios em Brasília/DF, Londrina/PR, São Luís/MA, Belo Horizonte/MG e Prado/CE, que devem representar investimentos na ordem de R\$ 402 milhões para o exercício corrente e exercícios futuros, tendo já sido executados R\$ 2,68 milhões deste montante;
- d) automatização da gestão de utilidades, que permitirá o controle e monitoramento do consumo de energia elétrica e água encaçada em âmbito nacional, possibilitando a identificação tempestiva de necessidades de intervenções administrativas ou prediais, com vistas a garantir eficiência, redução de despesas e mitigação de danos às infraestruturas prediais;
- e) o projeto de recuperação do estado de conservação de unidades próprias dos Correios terá continuidade em 2024 e em exercícios futuros, até que todas as unidades próprias dos Correios no território nacional possam ser revitalizadas, garantindo assim a segurança, o conforto e a satisfação de empregados e clientes na prestação de serviços postais de qualidade.

10 Demonstrações financeiras

Acesse as demonstrações financeiras pelo link:

<https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras/demonstracoes-financeira>

FABIANO SILVA DOS SANTOS

Presidente dos Correios

JULIANA PICOLI AGATTE

Diretora de Governança e Estratégia

JOSÉ RORÍCIO AGUIAR DE VASCONCELOS JÚNIOR

Diretor de Administração

SANDRO ALEXANDRE ALMEIDA

Diretor de Negócios

MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO

Diretora Econômico-Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação

JOSÉ PEDRO DE AMENGOL FILHO

Diretor de Gestão de Pessoas

FRANK SCHNEIDE CARVALHO DE MOURA

Diretor de Operações

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL
CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022	PASSIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022
CIRCULANTE		3.677.804	3.486.071	3.922.883	CIRCULANTE		5.753.498	4.680.289	5.133.888
Caixa e equivalentes de caixa	5	375.913	91.202	87.670	Fornecedores	9	1.751.834	1.382.375	1.306.387
Aplicações	5.1	804.123	963.829	846.690	Benefícios a empregados	10	2.584.537	2.175.404	2.195.682
Contas a receber	7	1.945.669	2.047.976	2.687.840	Impostos e contribuições	11.5	407.437	238.502	271.705
Estoques	8	74.473	93.888	53.466	Arrecadações e recebimentos	15	84.222	57.569	45.608
Outros valores e bens	16.1	477.626	289.176	247.217	Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	13.1	247.801	136.899	281.105
NÃO CIRCULANTE		14.731.546	14.507.851	13.821.851	Contas internacionais	7.3.1	17.138	13.621	6.511
Realizável a longo prazo		5.223.104	5.667.408	5.605.177	Processos Judiciais	12.4	235.429	180.844	218.405
- Contas a receber	7	175.425	256.814	478.424	Arrendamento	18.3	388.243	335.811	323.440
- Aplicações	5.1	2.031.197	2.758.897	2.731.819	Instrumentos financeiros - derivativos	7.3.2	60	23	8.610
- Tributos diferidos	11.3.2	1.211.253	1.123.693	965.941	Outros créditos	16.2	36.797	159.241	476.435
- Depósitos (Jud./Rec./Adm.)	12.2	114.488	117.411	104.853	NÃO CIRCULANTE		12.381.676	12.502.907	10.849.031
- Tributos a compensar	11.2	1.687.106	1.402.980	1.317.798	Contas internacionais	7.3	36.408	41.495	49.194
- Outros valores e bens	16.1	3.635	7.613	6.342	Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	13.1	43.580	-	-
Investimentos	17	1.528.287	1.497.118	1.414.768	Benefícios a empregados	10	7.895.100	8.186.483	7.784.259
Imobilizado	18.2	7.924.194	7.310.592	6.775.299	Tributos diferidos	11.3.2	453.478	446.767	423.985
Intangível	19	55.961	32.733	26.607	Processos Judiciais	12	2.475.796	2.529.065	1.234.022
TOTAL DO ATIVO		18.409.350	17.993.922	17.744.734	Arrendamento	18.3	1.473.766	1.298.713	1.357.283
					Outros créditos	16.2	3.548	384	288
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO		274.176	810.726	1.761.815
					Capital	20.1	3.403.458	3.403.458	3.403.458
					Reservas	-	-	-	704.647
					Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP		3.463.927	3.449.326	3.391.051
					Outros Resultados Abrangentes - ORA		(5.981.163)	(6.016.774)	(5.737.341)
					Prejuízos acumulados		(612.046)	(25.284)	-
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.409.350	17.993.922	17.744.734

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE
CNPJ 34.028.316/0001-03

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
Receita líquida de vendas e serviços	21.1	19.243.353	19.813.132
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21.2	(15.657.771)	(14.453.868)
Lucro bruto		3.585.582	5.359.264
Despesas com vendas/serviços	21.3	(1.799.511)	(1.969.143)
Despesas gerais e administrativas	21.4	(3.580.019)	(4.632.839)
Outras receitas operacionais	21.5	1.160.255	680.627
Outras despesas operacionais	21.6	(93.357)	(112.553)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		(727.050)	(674.644)
Receitas financeiras	21.7	659.701	904.854
Despesas financeiras	21.8	(615.752)	(1.079.049)
Resultado financeiro		43.949	(174.195)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(683.101)	(848.839)
Tributos sobre o lucro	11.3	86.476	81.259
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(596.625)	(767.580)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA
CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
Resultado líquido do período	(596.625)	(767.580)
Itens que não serão reclassificados para o resultado	36.496	(301.733)
- Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	39.822	(379.064)
- Ganho - valor justo - propriedades para investimento	3.646	48.544
- Realização do ganho pela venda de imóvel	(2.701)	-
- CSLL diferida	(4.271)	28.787
Itens que serão reclassificados para o resultado	(885)	22.300
- Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	(973)	24.505
- CSLL diferida - valor justo - investimentos	88	(2.205)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(561.014)	(1.047.013)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL
CNPJ 34.028.316/001-03

	RESERVAS							
	CAPITAL	LEGAL	PROJETOS DE INVESTIMENTOS	CONTINGÊNCIAS	ESTATUTÁRIA	RESULTADOS ACUMULADOS	ORA	AAP
Saldo REAPRESENTADO em 01/01/2022 -	3.403.458	72.147	76.491	367.980	188.029	-	(5.737.341)	3.391.051
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(767.580)	-	(767.580)
Realização de reservas de lucro	-	(72.147)	(76.491)	(367.980)	(188.029)	704.647	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(379.064)	-
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA	-	-	-	-	-	-	24.505	-
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	30.952	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	34.048	-	(34.048)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	98.086
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(5.763)
Ganhos e perdas a valor justo – prop. para investimento	-	-	-	-	-	3.601	55.059	-
Realização – alienação de imóvel	-	-	-	-	-	-	(6.516)	-
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	(4.369)	-
Saldo REAPRESENTADO em 31/12/2022	3.403.458	-	-	-	-	(25.284)	(6.016.774)	3.449.326
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(596.625)	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	39.822	-
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA	-	-	-	-	-	-	(972)	-
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	(4.098)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	2.022	-	(2.022)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	23.208
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(1.445)
Ganhos a valor justo – propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	3.646	-
Realização - alienação de imóvel	-	-	-	-	-	7.842	(2.702)	-
Perda – valor justo	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	(85)	-
Saldo em 31/12/2023	3.403.458	-	-	-	-	(612.046)	(5.981.163)	3.463.927



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (Método Indireto)			
CNPJ 34.028.316/0001-03			
	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
		REAPRESENTADO	
Atividades operacionais		(596.625)	(767.580)
Resultado do período		172.228	1.531.065
Itens do resultado que não afetam o caixa			
- Depreciação e amortização	18.2 e 19	586.641	454.530
- Provisões		59.327	1.422.235
- Despesas de variação patrimonial e perdas		251.058	118.361
- Receita de variação patrimonial		(425.784)	(299.499)
- Atualização de créditos tributários – imunidade tributária e Banco Postal		(207.838)	(81.813)
- Resultado da alienação de bens		(19.856)	(15.632)
- Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	17.1	(71.521)	(69.529)
- Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	7.3.2	201	2.412
Mutações patrimoniais		1.107.317	914.678
- Contas a receber	7	183.696	861.476
- Estoques	8	19.415	(40.422)
- Outros valores e bens		237.334	257.540
- Arrendamento		168.864	160.149
- Realizável a longo prazo		(156.948)	(174.951)
- Fornecedores	9	369.459	75.988
- Salários e Encargos Sociais		24.693	(19.634)
- Impostos e contribuições		168.935	(33.203)
- Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI		(283.382)	(172.301)
- Convênio Postal Saúde		198.376	1.548
- Outras		176.875	(1.512)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais		682.920	1.678.163
- Atividades de investimento			
- Aplicações financeiras		887.242	(155.216)
- Adições - ativo imobilizado		(800.909)	(737.440)
- Adições - ativo intangível		(45.701)	(21.675)
- Adições - propriedades para investimento		(71.521)	(69.529)
- Baixas - ativo imobilizado		108.586	48.198
- Baixas - propriedades para investimento		6.202	7.314
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		83.899	(928.348)
Atividades de financiamento			
- Captação de empréstimos	13	-	500.000
- Transferências para a União		-	(250.705)
- Empréstimos e financiamentos - Principal		(83.333)	(572.917)
- Empréstimos e financiamentos - Juros		(855)	(63.304)
- Bens direito de uso - Principal		(251.890)	(234.734)
- Bens direito de uso - Juros		(146.031)	(124.622)
Caixa originado nas atividades de financiamento		(482.109)	(746.282)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		284.710	3.533
- Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	91.203	87.670
- Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	375.913	91.203

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA			
CNPJ 34.028.316/0001-03			
	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
		REAPRESENTADO	
Geração do valor adicionado			
1. Receitas		20.968.812	21.140.791
- Receitas operacionais		19.845.944	20.484.572
- Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa		(37.387)	(24.408)
- Outras receitas operacionais	21.5	1.160.255	680.627
2. Insumos adquiridos de terceiros		(6.964.255)	(8.427.231)
- Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(6.772.498)	(6.903.256)
- Serviços adquiridos de terceiros		(20.907)	(14.750)
- Provisões diversas		(170.850)	(1.509.225)
3. Valor adicionado bruto (1+2)		14.004.557	12.713.560
4. Retenções		(586.641)	(454.530)
- Depreciação/amortização		(586.641)	(454.530)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)		13.417.916	12.259.030
6. Valor adicionado recebido em transferência		659.701	904.854
- Receitas financeiras	21.7	659.701	904.854
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		14.077.617	13.163.884
Distribuição do valor adicionado			
7. Remuneração do trabalho		10.666.720	9.720.153
- Salários, honorários e benefícios		9.986.755	9.074.845
- Encargos sociais		679.965	645.308
8. Remuneração do governo		2.423.569	2.366.355
- INSS		1.778.486	1.620.082
- Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSSL)		645.083	713.380
- Contribuição social	11.3	-	32.893
9. Remuneração do capital de terceiros		1.583.953	1.844.956
- Aluguéis, juros, variação cambial		853.937	1.183.234
- Outras remunerações a terceiros		730.016	661.722
10. Remuneração aos acionistas		(596.625)	(767.580)
- Lucro/reserva retidos		(596.625)	(767.580)
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)		14.077.617	13.163.884

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício 2023

R\$ milhares

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011) pelas Leis nº 6.404/1976, nº 6.538/1978, nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016 e demais legislações aplicáveis.

Conforme Estatuto Social, os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Presente em quase todos os municípios do país, as atividades operacionais abrangem a prestação de serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas até a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas localidades mais longínquas do território nacional.

Além da responsabilidade pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, os Correios possuem atuação destacada na área concorrencial, a qual representa a maior parte do negócio, tendo como principais produtos: SEDEX – serviço líder de envios expressos no país; Exporta Fácil – serviço de envio de encomendas do Brasil para o exterior; Telegrama/e-Carta/ Carta – serviços de comunicação impressa no território nacional; Express/Standard – serviços internacionais de envio de documentos; Vale Postal Eletrônico Nacional e Vale Postal Internacional – serviços de remessa de dinheiro no Brasil e no exterior.

A Empresa ainda oferece serviços de logística destinados ao e-Commerce, que envolvem o recebimento do pedido, preparação do pacote e envio ao comprador; bem como serviços de logística de suprimentos – Correios Log Supri – por meio da gestão da cadeia logística de suprimentos do cliente, desde o recebimento do material nos armazéns até a distribuição.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva autorizou o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração, o qual aprovou a emissão e as disponibilizou ao acionista em 27 de março de 2024, para aprovação na assembleia geral de 25 de abril de 2024.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) busca evidenciar a riqueza gerada pela Empresa, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada com base em informações dos registros contábeis usados na preparação das demais demonstrações e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM nº 117/2022 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

2.3 Continuidade operacional

Na data de referência de 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias observadas nas demonstrações financeiras do exercício fiscal e nos projetos em andamento geridos pelos Correios, a Administração avalia que a Empresa possui capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos e, assim, dar continuidade a seus negócios de forma perene no futuro previsível, considerando iniciativas temáticas e transversais que motivarão avanços significativos aos Correios a partir de 2024.

Para o fortalecimento e a perenidade dos Correios, aliada à boa governança, na atualização do Plano Estratégico para o ciclo 2024/2028, estão previstas ações relacionadas a melhorias nos processos e nos produtos, centradas na percepção de valor pelo cliente; ao aumento da participação dos Correios nos mercados de livre concorrência, com expansão da plataforma de negócios da empresa, da oferta de soluções digitais para o comércio eletrônico e do relacionamento com o governo, considerando a presença nacional dos Correios e potencial para promoção de políticas públicas; otimização da operacionalização dos serviços e eficiência do emprego dos recursos no cumprimento de obrigação constitucional, em respeito às metas definidas pelo Governo e às necessidades dos clientes.

Prevê-se avanços consideráveis a partir de 2024 no sentido da modernização do parque operacional, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), objetivando aprimorar a eficiência operacional, os prazos de entrega e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, reforçando a competitividade dos Correios no mercado de serviços postais e consolidando a Estatal como uma peça fundamental no desenvolvimento do país. Nessa esteira, busca-se o avanço na implantação de canais “Correios Comunidade”, destinado a viabilizar, no mínimo, a prestação de serviços postais básicos em pequenas localidades, bem como em áreas urbanas onde predomine o interesse social e a exploração econômica de serviços postais não se mostre viável.

Como elemento intrínseco do sistema público nacional, com base na Lei nº 14.774, de 30 de novembro de 2023, em que toma a ECT empresa preferencial da contratação dos serviços postais órgãos públicos federais da Administração Direta e pelas entidades da administração indireta federal, projeta-se crescimento significativo nas receitas geradas por parcerias com o Governo, atuando como operador logístico preferencial de projetos governamentais das áreas de educação, saúde, segurança pública, dentre outros. Estima-se que essa fonte adicional de receitas é, isoladamente, suficiente para reverter os resultados desfavoráveis nos dois últimos exercícios.

Ainda, a Empresa visa a expansão da variedade de soluções para o ecossistema do comércio eletrônico a fim de se fortalecer no mercado concorrencial, com o objetivo de se tornar o principal parceiro do e-commerce nacional e internacional, conciliando plataformas físicas e digitais integradas que agreguem valor, com ênfase na conveniência, experiência do cliente e rentabilidade.

Nesse viés, para contínuo avanço da transformação digital, estão previstos investimentos para a consolidação da Plataforma Digital Correios, para a continuidade do processo de modernização do parque tecnológico e para racionalização das soluções de TI que contribuam para a melhoria contínua da experiência dos clientes, assim como incrementos na automação do tratamento de objetos, com vistas a aumentar a eficiência e eficácia da capacidade operacional instalada.

Ademais, com a consolidação da identidade tributária dos Correios como entidade imune no texto constitucional, conforme § 2º, inciso VI do Art. 150 da Constituição Federal/88, que implica em desoneração e desburocratização tributária para os Correios, além de redução de custos com o cumprimento de diversas obrigações acessórias.

Dentre as medidas iniciadas em 2023, com reflexos a partir de 2024, há captação de recursos externos de longo prazo, visando o investimento em 5 anos em transição ecológica: eletromobidade – aquisição de veículos elétricos com avaliação de investimentos em veículos movidos a hidrogênio, eficiência energética – instalação de usinas fotovoltaicas, agências ecoeficientes e Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas (CTCEs) sustentáveis, em linha com os princípios da sustentabilidade empresarial.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

Os Correios utilizam o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das operações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

O efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto, propriedade para investimento e ativos/passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as transcritas na nota 2.8 que são relacionadas a mais de uma nota explicativa.

2.7 Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

Nota 7.1 – Contas a receber nacionais: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

Nota 7.4 – Contas Internacionais: premissas para o reconhecimento do saldo a pagar e a receber de Administrações Postais; e percentuais para reconhecimento das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

Nota 10.6 – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

Nota 11.3.2– Tributos diferidos: premissas para o reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferido mediante a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;

Nota 12.1 – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos que visam suprir perdas decorrentes de processos legais; e

Nota 18.1 – Avaliação ao valor recuperável: ativos não financeiros: avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos e estabelecimento da vida útil e valor residual do ativo imobilizado;

Nota 18.3 – Arrendamentos: reconhecimento no ativo imobilizado do direito de uso nas operações de arrendamento mercantil com a utilização de uma taxa incremental de empréstimo para o registro das operações a valor presente.

2.8 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis significativas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, a exceção daquelas que se relacionam com vários temas, as quais encontra-se evidenciadas a seguir:

2.8.1 Avaliação ao valor recuperável de ativos financeiros

Anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos que não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, estas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

2.8.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores, não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

2.8.3 Novos Pronunciamentos Técnicos, Revisões e Interpretações

Durante o exercício de 2023, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em aderência às normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu a revisão das seguintes normas contábeis, que já estavam em vigor no mesmo período. Contudo, essas revisões não tiveram impactos materiais nas Demonstrações Contábeis dos Correios.

Pronunciamento	Alteração/atualização
CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis “materiais” em vez de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é informação de política contábil material e explica como identificá-las.
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.
CPC 50 - Contratos de Seguro	Em 10 de janeiro de 2023, entrou em vigência a Norma IFRS 17 / CPC 50 “Contratos de Seguros”, em particular, todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro.
	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.
CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro	Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE (Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Além disso, o *International Accounting Standards Board* (IASB), que tem a atribuição de emitir as normas contábeis internacionais, mantém a elaboração sistemática de novos pronunciamentos, bem como a revisão dos Pronunciamentos existentes a serem adotados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A seguir, são apresentados os normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas que em 31 de dezembro de 2023 ainda não estavam em vigor e, portanto, não foram adotados pelos Correios na data de reporte dessas Demonstrações Contábeis.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06(R2) Arrendamentos	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	A partir de 1º de janeiro de 2024
	As alterações estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.	
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Entre outras orientações, as alterações determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	A partir de 1º de janeiro de 2024
	Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	
CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa	As alterações estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	A partir de 1º de janeiro de 2024
CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	A partir de 1º de janeiro de 2025

Em relação aos normativos CPC 06(R2), CPC 26(R1) e CPC03(R2), vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024, as avaliações preliminares não indicaram impactos materiais na aplicação inicial dessas normas que justificassem considerá-los nas Demonstrações Contábeis dos Correios.

Quanto ao CPC 02(R2), que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, será realizada avaliação para estimar os eventuais impactos materiais nas Demonstrações Contábeis dos Correios quando da aplicação dessa Norma.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



3. GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação da Política Corporativa de Gestão de Riscos, assim como suas revisões. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar o sistema de gestão de riscos estabelecido para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pelo CA, disponibilizada no *website* da Empresa estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos.

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

O quadro a seguir resume os riscos e a forma como são administrados pela Empresa, cujo objetivo precípuo consiste em resguardar a capacidade de continuidade da companhia, provendo retorno ao seu acionista e sociedade:

RISCO	NOTA	EXPOSIÇÃO	GESTÃO
Risco de mercado – nota 6.2	5.1	Fundos de Investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
	7.3.2	Recebimentos e pagamentos internacionais	Operação de <i>Hedge</i>
	5.1	Fundos de Investimento	Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de crédito – nota 6.3	6	Fundos de investimento	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa
	7.1.	Contas a receber de clientes	Avaliação de crédito na concessão, suspensão/reactivação de contratos
Risco de liquidez – nota 6.4		Obrigações futuras	Política de dividendos
			Política de Caixa Mínimo

4 REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Com o objetivo de garantir maior aderência às informações divulgadas nas demonstrações contábeis foram efetuadas a reapresentação e a reclassificação das informações anteriormente consolidadas nos grupos relacionados nas notas 4.1, 4.2 e 4.3.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTA	31/12/2022		31/12/2022		01/01/2022		31/12/2021	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
CIRCULANTE		3.486.071	-	3.486.071		3.922.883	-	3.922.883	
Caixa e equivalentes de caixa		91.202	-	91.202		87.670	-	87.670	
Aplicações		963.829	-	963.829		846.690	-	846.690	
Outros		2.431.040	-	2.431.040		2.988.523	-	2.988.523	
NÃO CIRCULANTE		14.507.851	30.882	14.476.969		13.821.851	30.882	13.790.969	
Realizável a longo prazo	4.1	5.667.408	30.882	5.636.526		5.605.177	30.882	5.574.295	
Tributos diferidos		1.123.693	30.882	1.092.811		965.941	30.882	935.059	
Outros		4.543.715	-	4.543.715		4.639.236	-	4.639.236	
Investimentos		1.497.118	-	1.497.118		1.414.768	-	1.414.768	
Imobilizável		7.310.592	-	7.310.592		6.775.299	-	6.775.299	
Intangível		32.733	-	32.733		26.607	-	26.607	
TOTAL DO ATIVO		17.993.922	30.882	17.963.040		17.744.734	30.882	17.713.852	

PASSIVO	NOTA	31/12/2022		31/12/2022		01/01/2022		31/12/2021	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
CIRCULANTE		4.680.289	134.142	4.546.147		5.133.888	175.343	4.958.545	
Fornecedores	4.2	1.382.375	134.142	1.248.233		1.306.387	175.343	1.131.044	
Outros		3.297.914	-	3.297.914		3.827.501	-	3.827.501	
NÃO CIRCULANTE		12.502.907	343.133	12.159.774		10.849.031	343.133	10.505.898	
Provisões para contingências	4.3	2.498.016	343.133	2.154.883		1.215.095	343.133	871.962	
Trabalhista		1.756.595	205.817	1.550.778		936.269	205.817	730.452	
Cível		490.366	-	490.366		58.819	-	58.819	
Fiscal		251.055	137.316	113.739		220.007	137.316	82.691	
Outros		10.004.891	-	10.004.891		9.633.936	-	9.633.936	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		810.726	(446.393)	1.257.119		1.761.815	(487.594)	2.249.409	
Reservas		-	(421.109)	421.109		704.647	(487.594)	1.192.241	
Legal		-	(72.147)	72.147		72.147	-	72.147	
Estatutária		-	(188.029)	188.029		188.029	-	188.029	
Contingências		-	(146.980)	146.980		367.980	-	367.980	
Investimentos		-	(13.953)	13.953		76.491	(487.594)	564.085	
Prejuízos acumulados		(25.284)	-	-		-	-	-	
Resultado do período		(767.580)	41.201	(808.781)		-	-	-	
Propriedade para investimento- Ganho/ realização de ganho/perda		3.601	-	3.601		-	-	-	
Realização de custo atribuído		34.048	-	34.048		-	-	-	
Reapresentação - provisão para contingências		(343.133)	(343.133)	-		(343.133)	(343.133)	-	
Reapresentação - tributos diferidos		30.882	30.882	-		30.882	30.882	-	
Reapresentação - remuneração de agências terceirizadas		(175.343)	(175.343)	-		(175.343)	(175.343)	-	
Realização de reserva de lucros		1.192.241	421.109	771.132		487.594	487.594	-	
Outros		836.010	-	836.010		1.057.168	-	1.057.168	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.993.922	30.882	17.963.040		17.744.734	30.882	17.713.852	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2022		31/12/2022	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
Receita líquida de vendas e serviços		19.813.132	-	19.813.132	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(14.453.868)	-	(14.453.868)	
Lucro bruto		5.359.264	-	5.359.264	
Despesas com vendas/serviços	4.2	(1.969.143)	41.202	(2.010.345)	
Despesas gerais e administrativas		(4.632.838)	-	(4.632.838)	
Outras receitas operacionais		680.627	-	680.627	
Outras despesas operacionais		(112.553)	-	(112.553)	
Lucro líquido antes do resultado financeiro		(674.643)	41.202	(715.845)	
Receitas financeiras		904.854	-	904.854	
Despesas financeiras		(1.079.049)	-	(1.079.049)	
Resultado financeiro		(174.195)	-	(174.195)	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(848.838)	41.202	(890.040)	
Tributos sobre o lucro		81.259	-	81.259	
Correntes		(32.893)	-	(32.893)	
Diferidos		114.152	-	114.152	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(767.579)	41.202	(808.781)	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	NOTA	31/12/2022		31/12/2022	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
Atividades operacionais		(767.580)	41.202	(808.780)	
Lucro do período		1.531.065	-	1.531.065	
Itens que não afetam o caixa		914.678	(41.202)	955.880	
Mutações patrimoniais		75.987	(41.202)	117.189	
Fornecedores	4.2	838.694	-	838.691	
Outros		1.678.163	-	1.678.163	
Atividades de investimento		(928.348)	-	(928.348)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(928.348)	-	(928.348)	
Atividades de financiamento		(746.282)	-	(746.282)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(746.282)	-	(746.282)	
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		3.532	-	3.532	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		87.670	-	87.670	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		375.913	-	375.913	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	NOTA	31/12/2022		31/12/2022	
		REAPRESENTADO	AJUSTES	PUBLICADO	
Geração do valor adicionado					
1. Receitas		21.140.790	-	140.790	21.
2. Insumos adquiridos de terceiros		(8.427.231)	41.201	(8.468.432)	
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	4.2	(6.903.257)	41.201	(6.944.458)	
Serviços adquiridos de terceiros		(14.749)	-	(14.749)	
Provisões diversas		(1.509.225)	-	(1.509.225)	
3. Valor adicionado bruto (1+2)		12.713.559	41.201	12.672.358	
4. Retenções		(454.530)	-	(454.530)	
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)		12.259.029	41.201	12.217.828	
6. Valor adicionado recebido em transferência		904.854	-	904.854	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		13.163.883	41.201	13.122.682	
Distribuição do valor adicionado					
7. Remuneração do trabalho		9.720.153	-	9.720.153	
Salários, honorários e benefícios		9.074.845	-	9.074.845	
Encargos sociais		645.308	-	645.308	
8. Remuneração do governo		2.366.355	-	2.366.355	
9. Remuneração do capital de terceiros		1.844.955	-	1.844.955	
Aluguéis, juros, variação cambial		1.183.234	-	1.183.234	
Outras remunerações a terceiros		661.721	-	661.721	
10. Remuneração aos acionistas		(767.580)	41.201	(808.781)	
Lucro/reserva retidos		(767.580)	41.201	(808.781)	
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)		13.163.883	41.201	13.122.682	

4.1 Tributos diferidos – movimentação temporária

Constituição de CSLL diferida de R\$ 30.882 tomando-se por base de cálculo o acréscimo das provisões para contingências registradas em prejuízos acumulados.

4.2 Remuneração de agências terceirizadas

Em virtude da adequação do sistema interno de prestação de contas das agências terceirizadas verificou-se que uma parcela das despesas reconhecidas correspondia ao período anterior.

4.3 Provisões para contingências

A assessoria jurídica interna, em revisão ao acervo de processos em que a ECT figura como ré, relacionou 4 ações judiciais, 3 de natureza trabalhista e 1 de natureza fiscal, que tinham as condições necessárias para serem classificadas em perda provável no valor estimado de R\$ 343.133 mil em períodos anteriores.

Em virtude de revisão da classificação de risco de ações judiciais, verificou-se uma nova estimativa de R\$ 17.855 que, por eventos ocorridos em exercícios anteriores, poderiam compor o saldo reapresentado em 01/01/2022. Porém, comparativamente ao valor total das contingências (Nota 12.1), a administração entendeu não ser relevante ao ponto de influenciar na tomada de decisão dos usuários, optando pela não reapresentação, mas sim pelo reconhecimento em 2023.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que podem ser convertidas em dinheiro em até 90 dias, sujeito a um insignificante risco de perda potencial (nota 6.2), mantidos com a finalidade de fazer frente às necessidades de caixa imediatas da operação.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3.613	3.918
Banco	14.008	6.192
Aplicações–Fundo FAE	358.292	81.092
Cotas fundo	358.292	81.382
(-) Imposto de Renda	-	(290)
TOTAL	375.913	91.202

O grupo registrou um crescimento significativo, impulsionado principalmente pelas aplicações financeiras, com destaque para a concentração de recursos “no Fundo FAE 2” com R\$ 358.292.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a Resolução 4.986 de 17 de fevereiro de 2022 do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas podem aplicar suas disponibilidades financeiras oriundas de receitas próprias apenas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na BB Asset, gestora de fundos do Banco do Brasil e na Caixa Asset, gestora de fundos da Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas).

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazos marcados a mercado e com vencimentos até 2028.

A negociação desses títulos ocorre conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa.

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		804.123	963.829
Aplicações financeiras		803.946	959.217
NTN-B/LFT		613.800	867.147
2023		-	867.147
2024		613.800	-
Caixa/Operação compromissada		190.205	92.163
Ajustes fundo		(59)	(93)
Títulos e valores mobiliários		177	4.612
Aplicações - VJORA	5.1	177	4.448
Ações		177	4.448
Derivativos - <i>hedge</i>	7.3.2	-	164
Ativo não circulante		2.031.197	2.758.897
NTN-B/LFT		2.031.197	2.758.897
2024		-	1.026.771
2025		460.969	643.905
2026		706.291	746.533
2027		284.970	341.688
2028		578.967	-
TOTAL		2.835.320	3.722.726

A redução do montante aplicado deve-se a utilização dos recursos para o pagamento de obrigações no período.

6.1 Aplicações a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Trata-se de ações de companhias telefônicas. A redução no saldo em 2023 deve-se às alienações ocorridas no período.

6.2 Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como câmbio, índices de preço, taxas de juros que podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB Asset e Caixa Asset, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos por meio de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk* - *VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal de um dia e com intervalo de confiança de 95%.

Apesar de não haver um limite máximo previamente estabelecido para o *VaR*, na hipótese de ocorrer aumento significativo de seu valor, pode-se reduzir a exposição nos vértices mais longos dos títulos como forma de mitigar esse risco, os trazendo para vencimentos mais curtos ou, se necessário, direcionar os recursos para papéis de baixa volatilidade, a exemplo de operações compromissadas, dentro dos limites legais.

6.3 Risco de crédito

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



7.2. Gestão de risco de crédito – contas a receber

Os Correios definiram políticas voltadas para os processos de concessão de crédito, faturamento e cobrança, nos quais são avaliados os perfis dos clientes levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além dessa primeira análise, uma vez o cliente já possuindo contrato com os Correios, é feito monitoramento periódico do consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reactivação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Dessa maneira, mitiga-se o risco de inadimplência dos clientes, uma vez que essas ações são adotadas tempestivamente para estancar o crescimento de eventual dívida do cliente, evitando que atinja patamar desproporcional ao crédito concedido.

7.3. Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pelos Correios de outros operadores postais e aquelas postadas no Brasil destinadas ao exterior por outros operadores postais são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a Empresa recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao operador postal que enviou a remessa. Por outro lado, quando os Correios enviam uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro operador postal é registrada uma obrigação a pagar àquele administração postal.

A prestação de contas entre os operadores postais envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). O pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa ("R\$").

O percentual da PECLD é estabelecido mediante confronto dos valores (em DES) a receber e o efetivamente recebidos, segregados por tipo de serviço.

Com relação ao risco de variações da taxa de câmbio, os Correios estão expostos por meio de seus pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira referentes a serviços postais internacionais. Para esse risco estão considerados os valores das administrações Postais vinculadas à União Postal Universal – UPU, expressos em Direito Especial de Saque – DES, instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

7.3.1. Contas a receber internacionais

Em 2022 e 2023 as contas internacionais, que se referem aos serviços prestados entre os Correios do Brasil e os Correios do Mundo, seguindo normas da União Postal Universal – UPU, apresentaram os seguintes saldos:

CONTAS INTERNACIONAIS	NOTA	31/12/2023		31/12/2022	
		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Circulante		171.386	17.138	329.257	13.621
UPU clearing¹		-	-	26.235	-
(-) Serviço interno não correlacionado¹		-	-	(61)	-
Administrações postais¹	7.3.1	173.427	17.138	308.804	13.621
(-) PECLD	7.3.1	(2.041)	-	(5.721)	-
Não circulante		175.425	36.408	256.814	41.495
Administrações postais	7.3.1	187.838	36.408	278.497	41.495
(-) PECLD	7.3.1	(12.413)	-	(21.683)	-
Total Administrações Postais		361.265	53.546	587.301	55.705
Total PECLD		(14.454)	-	(27.404)	-
TOTAL LIQUIDO		346.811	53.546	586.071	55.116

¹ As rubricas UPU Clearing e Serviço Interno não correlacionado foram aglutinadas, prospectivamente a partir de dezembro de 2023, em "Administrações Postais".

A variação dessa conta justifica-se pela migração de clientes usuários dos serviços da plataforma UPU para o serviço PACKET – modalidade de importação para distribuição de mercadorias internacionais de até 30 kg - (Nota 21.2 – rubrica Internacionais), prestado para operadores privados.

7.3.1.1. PECLD Contas a Receber Internacionais

Para as contas internacionais, as Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são estabelecidas por tipo de serviço e com base nas inadimplências ocorridas nos últimos 36 meses. Assim, de acordo com os estudos efetuados nos exercícios de 2022 e 2023 com base nas movimentações das contas a receber das Administrações Postais, detalhados por serviço:

ADMINISTRAÇÕES POSTAIS - PECLD	31/12/2023			31/12/2022		
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD
EMS - interno	6	0,23%	-	213	8,40%	(18)
Prime	139.259	0,37%	(515)	204.930	0,30%	(615)
LC/AO - import	175.225	2,88%	(5.053)	313.622	3,40%	(10.663)
SEM - import	13.272	3,81%	(505)	18.684	6,20%	(1.158)
LC/AO - interno	1.801	6,77%	(122)	10.843	42,00%	(4.554)
Colis - import	22.419	8,74%	(1.959)	25.445	4,90%	(1.247)
Reembolso de despesas portuárias	2.535	29,66%	(752)	6.298	55,30%	(3.483)
Trânsito	6.723	82,15%	(5.523)	7.239	77,90%	(5.639)
Surpostal - import	25	98,15%	(25)	27	98,20%	(27)
TOTAL	361.265		(14.454)	587.301		(27.404)

7.3.2. Hedge

Trata-se de derivativos contratados pelos Correios com o objetivo de proteger o resultado do exercício das variações cambiais provenientes das contas a receber internacionais. Essas contas são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional.

As operações de Hedge contratadas pelos Correios são avaliadas pelo valor justo com o objetivo de mitigar os efeitos das variações cambiais advindas as oscilações do DES sobre as contas a receber internacionais no resultado da Empresa.

Como a Empresa optou por não adotar a política de *hedge accounting* para os instrumentos de proteção contratados, os efeitos do valor justo (ganhos e perdas apurados) são reconhecidos integralmente no resultado do exercício no grupo de receitas/despesas financeiras.

A operação de *hedge* vigente foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

No mês de julho de 2023 ocorreu o vencimento da operação de hedge contratada em fevereiro do mesmo ano, não havendo ajuste para nenhuma das partes, pois a cotação do DES se manteve no intervalo entre os dois limites contratados. Em 1º de agosto de 2023, foi iniciada uma nova operação de hedge que tem vencimento em 31 de janeiro de 2024.

O valor base inicial da operação atual, iniciado em 1 de agosto de 2023 foi de 80.600 DES e foi realizado de acordo com os saldos contábeis das contas do ativo e passivo referentes aos recebimentos e pagamentos futuros internacionais de junho de 2023, conforme detalhado a seguir:

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	30/06/2023 (R\$)	30/06/2023 (DES)	SALDO – 31/12/2022	COTAÇÃO R\$/DES EM 30/06/2023
Ativo – Contas internacionais a receber	573.287	94.901	164	6,04092
Passivo – Contas internacionais a pagar	(56.331)	(9.325)	(23)	
SALDO – CONTAS INTERNACIONAIS	516.956	85.576	141	

Os quadros abaixo detalham o valor atual da operação:

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	01/08/2023 a	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	5,86640	80.600	472.832
	02/02/2024	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	7,51884		606.019

DESCRIÇÃO	31/12/2023	VALOR JUSTO	31/12/2022
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	-	164	164
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(60)	37	(23)
TOTAL (ATIVO – PASSIVO)	(60)	201	141

Em 2023 a cotação do DES apresentou queda de 6,45% em relação à posição da moeda em 31 de dezembro de 2022.

Isoladamente, o desempenho da moeda provocou redução de R\$ 35.453 nas contas internacionais que, devido à variação negativa das operações de *hedge* em 2023, que acumulou uma perda de R\$ 201, não foi minimizada por esse derivativo.

EFETIVIDADE DO HEDGE	31/12/2023	31/12/2022
A - Receita de variação cambial	36.719	134.131
B - Despesa de variação cambial	(72.172)	(292.182)
C - Resultado da variação cambial (A+B)	(35.453)	(158.051)
D - Ganhos e perdas - valor justo	(201)	(2.412)
E - Ganhos e perdas - realização	-	62.509
F - Total dos ganhos/perdas <i>hedge</i> (D+E)	(201)	60.097
G - Total da variação cambial + ganhos e perdas <i>hedge</i> (C+F)	(35.654)	(97.954)
H - <i>Hedge</i> variação cambial	(0,6%)	38,0%

8. ESTOQUES

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

O armazenamento é realizado em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas e operacionais. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	93.888	53.466
Entradas	131.915	139.713
Baixas/Alijamento/Perdas	(3.594)	-
Saídas	(147.736)	(99.291)
TOTAL	74.473	93.888

A variação do período deve-se principalmente à saída de material de consumo (Mala Postal), correspondente a R\$ 29 milhões.

9. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores. Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, não reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade. As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

FORNECEDORES	31/12/2023	31/12/2022
Material, produtos e serviços	1.751.834	1.382.216
Consignações e outros	-	159
TOTAL	1.751.834	1.382.375

O aumento nos valores a pagar aos fornecedores em 2023 decorre, principalmente, da renovação da frota de veículos das unidades de distribuição, bem como da obrigação assumida de pagar um ticket alimentação extra, em decorrência do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2023/2024.

FORNECEDORES - MOVIMENTAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.382.375	1.306.386
Adições	19.237.753	24.744.322
Pagamentos	(18.622.344)	(24.200.994)
Descontos	(245.950)	(467.339)
TOTAL	1.751.834	1.382.375

10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Referem-se a todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		265.411	73.787
Adiantamento de Pessoal	10.2	44.214	73.241
Convênio Postal Saúde	10.3	221.197	546
TOTAL ATIVO		265.411	73.787
Passivo Circulante		2.584.537	2.175.404
Salários e Encargos	10.1	1.444.781	1.422.505
Benefício pós-emprego	10.6.1	475.970	293.977
Convênio Postal Saúde	10.3	332.974	134.598
Obrigações trabalhistas	10.5	330.812	324.324
Passivo Não circulante		7.895.100	8.186.483
Benefício pós-emprego	10.6.1	7.501.836	7.503.266
Remuneração Variável Anual (RVA)		-	82
Obrigações trabalhistas	10.5	393.264	683.135
TOTAL PASSIVO		10.479.637	10.361.887

10.1 Salários e Encargos Sociais

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos e às obrigações patronais, bem como, os valores a serem pagos à título de Participação no Lucros, que em 31/12/2022 correspondia a R\$ 4.059 e R\$ 1.643 em 31/12/2023, sendo R\$ 1.218 de saldo remanescente de ex-empregados e empregados afastados elegíveis do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados referentes ao exercício de 2021 e R\$ 425 referente ao saldo de reserva técnica.

SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Salários		1.131.348	1.128.168
Férias		1.012.446	1.015.466
INSS – empregado		47.448	46.388
Postalis (PostalPrev) – empregado		37.939	36.070
Obrigações trabalhistas		18.868	14.675
Postalis (PBD) – empregado		12.995	11.502
Retenção SEST/SENAT		9	8
Participação no Lucros e Resultados		1.643	4.059
Encargos Sociais		313.433	294.337
INSS - empregador	10.1	134.539	126.280
FGTS	10.1	60.791	59.001
Postalis (BD) - empregador		65.118	58.095
Postalis (PostalPrev) - empregador		35.944	35.203
Salário educação		12.924	12.350
INSS autônomos/avulsos		3.078	2.424
Senal adicional		1.039	984
TOTAL		1.444.781	1.422.505

10.1.1. INSS e FGTS

Os saldos do exercício de 2023 foram impactados pelo reajuste salarial decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT-2023/2024.

10.2. Adiantamentos de pessoal

Referem-se aos direitos a receber pela concessão de adiantamentos à empregados, inclusive àqueles cedidos a outros órgãos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de férias	37.450	65.069
Adiantamento salarial	1.346	5.266
Empregados cedidos	5.155	2.754
Demais adiantamentos	263	152
TOTAL	44.214	73.241

10.3. Convênio Postal Saúde

A Postal Saúde é a operadora dos planos de assistência médica/hospitalar e odontológica oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/2023	31/12/2022
A - Ativo	221.197	546
Concessão de uso de espaço	106	490
Empregados liberados	91	56
Ressarcimento de Garantias	10.3.1	221.000
B - Passivo	332.974	134.598
Convênio CorreiosSaúde	10.4	297.805
Saúde ocupacional		35.169
Benefício de medicamentos		-
Saldo a receber/(pagar) (A-B)	(111.777)	(134.052)

10.3.1. Ressarcimento de Garantias

A decisão da Empresa em manter a responsabilidade jurídica como Mantenedora do plano de saúde dos seus colaboradores, conforme Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024, proporcionou o direito de reaver o montante de R\$ 221.000, repassado à Postal Saúde em 2022 a título de ativo garantidor, em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Saúde (ANS) naquele período, com o propósito de facilitar a transição do status de Mantenedor para Patrocinador.

A empresa reconheceu esse direito, líquido e certo, haja vista o poder discricionário em optar pela sua responsabilidade jurídica junto ao plano de saúde. Esse recurso será ressarcido à Empresa tão logo a operadora do plano conclua a alteração de seu Estatuto Social e do Convênio de Adesão firmado entre os Correios e a Postal Saúde, de modo que volte a constar a posição dos Correios como mantenedor, pois, nessa situação inexistia a exigência de ativo garantidor pela ANS.

10.4. Convênio CorreiosSaúde

A variação dessa rubrica deve-se à obrigação de repasse financeiro à Postal Saúde, referentes aos meses de novembro e dezembro/2023.

10.5. Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante remanescente devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI) em 2017 e 2021.

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da Empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
TOTAL – PDI 2017				8.006
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.518
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.789
TOTAL – PDI 2021				6.307

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

10.5.1. Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12 (R1), ratificado pela resolução CVM nº 190/2023.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration*, com prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD.

10.5.2. Movimentações – Incentivo Financeiro Diferido – IFD

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO - INCENTIVO FINANCEIRO	PDI 2017		PDI 2021	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	490.312	605.377	517.147	574.383
Adição	13	18	976	629
Atualização	24.333	83.783	28.721	67.452
Apropriação AVP	59.680	51.218	8.572	4.960
Amortização	(266.896)	(250.084)	(138.781)	(130.277)
TOTAL	307.442	490.312	416.635	517.147
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS			31/12/2023	31/12/2022
Circulante			330.812	324.324
Não circulante			393.264	683.135
TOTAL			724.076	1.007.459



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



10.6.1. Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	NOTA	PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II		TOTAL	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		541.088	347.456	-	-	297.805	116.862	838.893	464.318
Encargos sociais		65.118	58.095	-	-	-	-	65.118	58.095
Convênio CorreiosSaúde	10.3	-	-	-	-	297.805	112.246	297.805	112.246
Déficit		475.970	289.361	-	-	4.616	475.970	475.970	293.977
PED		152.420	-	-	-	-	-	152.420	-
AVP PED		(6.404)	-	-	-	-	-	(6.404)	-
Atualização PED		9.097	-	-	-	-	-	9.097	-
Déficit - atuarial		320.857	289.361	-	-	4.616	-	320.857	293.977
Passivo não circulante		7.123.809	6.803.147	28.789	-	349.238	700.119	7.501.836	7.503.266
Déficit		7.123.809	6.803.147	28.789	-	349.238	700.119	7.501.836	7.503.266
PED		2.171.330	-	-	-	-	-	2.171.330	-
AVP PED		(60.812)	-	-	-	-	-	(60.812)	-
Déficit - atuarial		5.013.291	6.803.147	28.789	-	349.238	700.119	5.391.318	7.503.266
TOTAL		7.664.897	7.150.603	28.789	-	647.043	816.981	8.340.729	7.967.584
Contrato de dívida - atuarial		5.399.266	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de dívida - financeira		2.323.750	-	-	-	-	-	-	-
AVP e atualização		(58.119)	-	-	-	-	-	-	-

10.6.1.1. Plano CorreiosSaúde I

O plano CorreiosSaúde I, destinado aos pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, tem suas despesas custeadas na proporção de 93% para a empresa e 7% para o empregado.

10.6.1.2. Plano CorreiosSaúde II

O plano CorreiosSaúde II, mantido pelos Correios, é destinado à seus colaboradores ativos, aposentados, dependentes e pensionistas. Os benefícios de assistência médica são gerenciados pela empresa Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios.

Trata-se de um plano na modalidade autogestão patrocinada, no qual os Correios figuram como mantenedor/patrocinador e, por conseguinte, assume os riscos decorrentes da operação do referido plano.

As coberturas do plano compreendem assistência ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica, com a cobertura de todas as doenças da classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde, da organização mundial da Saúde, em conformidade com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editado pela ANS e suas Diretrizes de Utilização (DUT), bem como as Diretrizes de Utilização dos Correios (DUC) para cobertura adicional, vigentes à época do evento.

O custeio se dá pelos Correios e pelos beneficiários, por meio do pagamento de mensalidades e de coparticipação sobre os procedimentos utilizados, com exceção de internações hospitalares. As mensalidades e coparticipação são rateadas entre os beneficiários e os Correios no percentual de 50% para cada uma das partes. Os beneficiários aposentados pagam integralmente suas mensalidades e coparticipação, inclusive de seus dependentes.

Todavia, em 2022 foi registrada obrigação atuarial referente ao plano em virtude do reestabelecimento do custeio paritário aos aposentados representados pelo Sintec/SP na ação civil coletiva 1001110-91.2021.5.02.0004 e da identificação evidências atuariais sobre a existência de subsídio cruzado entre os beneficiários ativos e aposentados do CorreiosSaúde II.

Diante dessas alterações, a avaliação atuarial realizada ao término do exercício determinou a obrigação líquida no montante de R\$ 647.043.

10.6.1.3. Plano PostalPrev

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

Para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

10.6.1.4. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção".

As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

10.6.1.4.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Em outubro/2023 o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre os Correios, Postalis e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) foi prorrogado por mais 24 meses.

A execução do referido termo foi segmentada em duas etapas: uma atinente ao plano de equacionamento do déficit (concluída) e outra relacionada à migração do PBD para um plano de contribuição definida (em andamento).

10.6.1.4.1.1. Plano de Equacionamento de Déficit - PED

O Plano BD foi saldado em 2008. Em 2012 e 2014, o Plano gerou novos déficits e dois equacionamentos foram implementados, em 2013 e 2016, por meio de contribuições extraordinárias.

Para solucionar os déficits ocorridos a partir de 2015 o Postalis elaborou um plano, que envolveu as insuficiências geradas no período de 2015 a 2020, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Instituto em julho de 2021.

A proposta para o equacionamento do déficit do PBD teve parecer favorável emitido pela Secretaria de Coordenação, Governança das Empresas Estatais – SEST/ME e os documentos relativos às alterações do regulamento do PBD seguiram para análise da PREVIC.

Em 2023 foi realizada atualização dos cálculos para que o custeio proposto considerasse a totalidade do déficit apurado até novembro/2023.

No dia 22 de novembro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), Portaria PREVIC nº 1.034, de 20 de novembro de 2023, com a aprovação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefício Definido, CNPB nº1981.0004-29.

Conforme definido no PED, a parcela do déficit atribuída aos participantes ativos e assistidos foi equacionado com a alteração regularmentar, que implicou na redução de benefícios futuros. A contrapartida dos Correios que equivale a essa parcela do déficit será amortizada pelo sistema Price segundo os critérios estabelecidos no Contrato de Confissão de Dívida:

CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA	Financeira	Atuarial	Total
Valor do contrato	2.323.750	5.275.804	7.599.554
Prazo	360 meses	Vitalício	
	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado para o mês anterior, e acrescido de uma taxa de juros de 4,8% a.a., já descontada a parcela efetivamente paga no respectivo mês.	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mês imediatamente anterior, acrescido da taxa de juros real anual utilizada para fins de cálculos atuariais, e deduzido do valor da parcela mensal quitada no mês corrente.	

O cálculo atuarial do plano em 31/12/2023 considera os montantes referentes à dívida financeira e atuarial.

Na movimentação do passivo, foram registrados em outros resultados abrangentes a constituição da obrigação financeira do contrato de dívida bem como a reversão do custo do serviço passado, considerando que o plano estava saldado desde 2008 e que não ocorreu apropriação de custo do serviço corrente no resultado dos Correios desde a adoção inicial da norma CPC 33 (R1).

10.6.2. Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos expõem tipicamente a Empresa a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e de rotatividade. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

10.6.3. Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos	75.931	78.188	41.196	42.147	983	-	71.430	72.502
Assistidos¹	7.449	7.488	37.619	37.473	114	-	23.087	25.190
Dependentes	-	-	-	-	-	-	112.596	117.089
TOTAL	83.380	85.676	78.815	79.620	1.097	-	207.113	214.781

¹ Os assistidos do Plano CorreiosSaúde I correspondem aos aposentados.

10.6.4. Valor justo dos ativos dos planos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO) ¹	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos	905.082	857.156	958.438	967.721	122.665	136.740
Créditos privados e depósitos	13.620	13.297	19.252	20.018	-	-
Ações	7.969	8.067	49.821	48.799	-	-
Fundos de investimentos	128.005	140.919	1.340.520	1.376.022	-	-
Empréstimos e financiamentos	86.656	66.630	275.580	237.256	-	-
Investimentos mobiliários	9.785	5.404	382.597	345.329	-	-
Depósito judicial	5	9	2.328	11.433	-	-
Precatórios	-	-	54.511	51.116	-	-
Outros	36.941	33.770	2.412.136	134.773	(46.942)	13.071
TOTAL	1.188.063	1.125.252	5.495.183	3.192.467	75.723	149.811

¹conforme relatório atuarial, inexistente valor de ativo justo para o plano CorreiosSaude I.

10.6.5. Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

10.6.5.1 Principais premissas

Para a avaliação atuarial de 31/12/2023 e 31/12/2022 foram estabelecidas as premissas atuariais descritas a seguir:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I e II¹	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
i) Financeiras						
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	9,79%	8,77%	9,77%	8,78%	9,77%	8,78%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,09%	5,87%	6,04%	5,85%	6,04%	5,85%
Projeção de aumento médio dos salários	6,21%	6,40%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,63%	3,70%	3,63%	3,70%	N/A	N/A
Projeção de aumento médio de mensalidades	N/A	N/A	N/A	N/A	4,13%	1,14%
Taxa de permanência (<i>take-up</i>)	N/A	N/A	N/A	N/A	98,38%	91,36%
Taxa média de inflação anual	3,63%	3,70%	3,63%	3,70%	3,63%	3,70%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	9,79%	8,77%	9,77%	8,78%	9,77%	8,78%
Taxa de juros nominal no final do exercício	9,94%	9,79%	9,89%	9,77%	9,89%	9,77%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	9,94%	9,79%	9,89%	9,77%	9,89%	9,77%
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,13%	1,14%
<i>Aging Factor</i> (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,21%	2,23%
II) Demográficas						
Taxa de rotatividade	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade / sobrevivência de ativos	RP-2000 (M&F) (D5%)	RP-2000 (M&F) (A1%)	BR-EMSsb-v .2021(M&F) (A5%)	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	BR-EMSsb-v .2021(M&F) (A5%)	RP-2000 (M&F) (A1%)
Tábua de mortalidade / sobrevivência de aposentados	RP-2000 Disabled (M&F) (A1%)	RP-2000 (M&F) (A1%)	BR-EMSsb-v .2021(M&F) (A5%)	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	BR-EMSsb-v .2021(M&F) (A5%)	RP-2000 (M&F) (A1%)
Tábua de mortalidade / sobrevivência de inválidos	RP-2000 Disabled (M&f)	Winklevoss (A39%)	RP-2000 Disabled (M&F) (A39%)	Winklevoss (D36%)	RP-2000 Disabled (M&f)	Winklevoss (A39%)
Tábua de entrada em invalidez		Light Forte (D60%)	Light Forte (D55%)	Light Forte (D83%)	Light Forte (D65%)	Light Forte (D60%)

Idade de aposentadoria
Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019

Composição familiar
Calculada com base nos dados de dependentes informada

¹ Para os planos CorreiosSaúde I e CorreiosSaúde II foram adotadas as mesmas premissas atuariais considerando a similitude das populações envolvidas, conforme análise de aderência de hipóteses atuariais e da massa de participantes dos Correios, emitido pela consultoria Vesting.

10.6.5.1.1. Taxa de juros real de desconto atuarial

A metodologia de cálculo das taxas de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev e BD), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total.

Em relação ao plano CorreiosSaúde I e CorreiosSaúde II, a taxa de juros estabelecida foi a mesma aplicada para o plano BD.

10.6.5.1.1.1. Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, e que, portanto, são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB nº 059/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL¹	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II²	
	31/12/2023	TAXA	31/12/2023	TAXA	31/12/2023	TAXA	31/12/2023	TAXA
A - Obrigação apurada com base em títulos públicos	825.940	5,49%	17.296.027	5,42%	30.646	5,42%	2.147.170	5,42%
B - Obrigação apurada com base em títulos corporativos	800.893	6,09%	16.293.715	6,04%	28.789	6,04%	1.998.808	6,04%
VARIAÇÃO (A-B)	25.047		1.002.312		1.857		148.362	

¹ Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial total (Nota 10.6.5.2).

² Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial correspondente ao subsídio cruzado.

O aumento das obrigações atuariais, com base em títulos públicos, decorre da redução do valor percentual da taxa de desconto do título público, vez que o valor da provisão matemática corresponde ao valor presente do fluxo futuro dos benefícios pós-emprego compreendidos no período que se inicia com a data prevista de aposentadoria (início do benefício pós-emprego) e se encerra com a última idade prevista pelas tábuas atuariais, ponderados pela probabilidade de ocorrência dos mencionados fluxos e descontados para a data da avaliação atuarial pela taxa de juros.

10.6.5.2. Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente da obrigação atuarial	(792.612)	(711.750)	(17.493.673)	(17.513.496)	(28.789)	-	(1.966.815)	-
Custo dos juros	(74.808)	(59.734)	(1.608.336)	(1.456.084)	-	-	(141.177)	-
Custo do serviço corrente	(4.005)	(3.221)	-	-	-	-	(70.140)	-
Benefícios pagos pelo plano	26.882	27.467	1.047.699	994.876	-	-	586.654	-
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais, sem a variação do efeito do mutualismo	43.650	(45.374)	415.538	481.031	-	-	(173.886)	-
Adoção prospectiva da obrigação atuarial do benefício saúde	-	-	-	-	-	-	-	(1.966.815)
Reversão do custo do serviço passado - adoção inicial	-	-	1.345.057	-	-	-	-	-
Contribuições de assistidos	-	-	-	-	-	-	(233.444)	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(800.893)	(792.612)	(16.293.715)	(17.493.673)	(28.789)	-	(1.998.808)	(1.966.815)



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



10.6.5.5. Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente líquido	1.340	3.721	-	-	(70.140)	-
Custo do serviço corrente	(4.005)	(3.221)	-	-	(70.140)	-
Contribuição dos participantes	5.345	6.942	-	-	-	-
Juros líquidos	-	-	(664.668)	(605.917)	(141.177)	-
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(74.808)	(59.734)	(1.608.336)	(1.456.084)	(141.177)	-
Retorno esperado do ativo justo dos planos	108.783	83.165	279.001	244.250	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.975)	(23.431)	664.667	605.917	-	-
VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.340	3.721	(664.668)	(605.917)	(211.317)	-

10.6.5.6. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	(29.781)	85.563	2.755	191.639	-	-	(74.089)	-
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	43.650	(45.374)	415.538	481.031	-	-	102.134	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/ biométricas	(14.201)	4.089	(77.335)	362.277	-	-	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	8.622	11.550	295.987	473.225	-	-	40.106	-
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	49.229	(61.013)	196.886	(354.471)	-	-	62.028	-
Reversão do custo do serviço passado - adoção inicial	-	-	1.345.057	-	-	-	-	-
Registro inicial da obrigação	-	-	-	-	(28.789)	-	-	(704.735)
Mudança do teto do ativo	(20.554)	(50.852)	-	-	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	(2.043.550)	(336.335)	-	-	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(6.685)	(10.663)	(280.200)	336.335	(28.789)	-	28.045	(704.735)

10.6.5.7. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE SUAVZADA		CRESCIMENTO SALARIAL/HCCTR		TAKE UP	
	-0,25%	0,25%	10%	10%	-0,25%	0,25%	-1,00%	1,00%
PostalPrev	(9.848)	9.046	(1.904)	1.520	1.196	(1.219)	N/A	N/A
PBD	(391.450)	375.364	(310.833)	289.241	N/A	N/A	N/A	N/A
CorreiosSaúde I	(725)	694	(2.187)	1.881	693	(59.87)	177	(177)
CorreiosSaúde II	(53.029)	53.659	(215.897)	205.151	45.278	(78.750)	12.063	(12.063)

PARÂMETROS

PostalPrev	(800.893)
PBD	(16.293.715)
CorreiosSaúde I	(28.789)
CorreiosSaúde II	(1.998.808)

10.6.5.8 Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE I		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2023		31/12/2023		31/12/2023		31/12/2023	
Até 1 ano	50.382		1.246.137		1.914		70.152	
De 1 ano até 2 anos	48.471		1.182.371		1.796		70.666	
De 2 anos até 5 anos	133.159		3.157.225		4.920		228.235	
Acima de 5 anos	568.880		10.707.982		20.159		1.629.755	
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	800.892		16.293.715		28.789		1.998.808	

10.6.6. Obrigação atuarial dos Correios/Postalis

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalis ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC. A tabela a seguir apresenta as premissas atuariais do PBD, empregadas no cálculo das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 31/12/2023, pela consultoria contratada pelos Correios e pelo Postalis:

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Taxa de juros atuarial	6,04%	4,80% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	BR-EMSSb-v.2021 (M&F) (A5%)	AT-2000 M&F
Tábua de Entrada em invalidez	Light Forte (D85%)	Light Média (D75%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled (M&F) (D45%)	AT-49 M (A25%)
Taxa esperada de inflação de longo prazo	3,63%	3,68% ao ano
Fator de Capacidade (Inflação de Longo Prazo)	98,38%	98,00%
Idade de Aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019	Entre 24 e 25 meses acima da idade para a 1ª. Elegibilidade ao benefício pleno 22 meses
Rotatividade Anual (percentual)	2,88%	2,88% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após essa idade
Composição Familiar dos Participantes Ativos	Calculada com base nos dados de dependentes informada	Família padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da avaliação atuarial
Composição Familiar dos Participantes Assistidos	Família real informada na base cadastral	Família real informada na base cadastral
Indexador do plano de benefícios	INPC	INPC

O quadro abaixo apresenta de forma geral o efeito dessas diferenças em relação às obrigações líquidas, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

PASSIVO ATUARIAL – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS (PREVIC)	PBD - 2023
A - Correios	(5.399.266)
B – Postalis	(5.421.713)
Diferença (A – B)	22.447

Em um cenário de equacionamento o valor a ser desembolsado pelos Correios será o apurado pelo Instituto, que em 2023 demonstra-se superior em R\$ 22.447 quando comparado ao passivo registrado na Empresa - em conformidade às disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022.

11. TRIBUTOS

11.1. Identidade tributária

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT - foi instituída pelo Decreto-Lei nº 509/1969, com regime jurídico equiparado à Fazenda Pública em virtude de atuar sob regime de exclusividade na prestação de serviços públicos essenciais de competência da União relacionados à atividade postal e de correio aéreo nacional, nos termos do art. 21, X, da CF/1988.

Assim, os Correios são uma extensão da União, e os serviços prestados por ela estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, “a”, § 2º). Além disso, as demais atividades econômicas exercidas pela empresa existem para custear o desempenho daquela sob reserva constitucional de serviços exclusivos. Assim, em aderência à Constituição Federal, a renda, o patrimônio e seus serviços prestados são imunes a todos os impostos (federais, estaduais ou municipais).

No entanto, apenas em 2004, a partir da contração de consultoria jurídica especializada sobre a matéria, a imunidade da empresa foi pautada internamente. Dessa forma, em função da aprovação pela Diretoria em 2004, foi assumida a imunidade quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ficou assentado pelo não pagamento por meio de “prévio ajuizamento de medida judicial”. Todavia, não tendo sido o assunto esgotado internamente e, considerando que poucas unidades da federação reconheceram espontaneamente a imunidade sobre esse imposto (DF e GO), a área tributária instou, administrativamente, as demais unidades da federação para que também o fizessem de forma expressa.

Nesse ínterim, a empresa continuou apurando e recolhendo o ICMS sobre suas operações, situação que ocorreu até setembro de 2023, quando os Correios deliberaram sobre a suspensão dos recolhimentos desse imposto sobre operações mercantis e serviços telemáticos, tendo - por consequência - a repetição do indébito tributário dos últimos 5(cinco) exercícios. Impende destacar ainda que houve mesmo posicionamento para ICMS importação, Imposto de Importação – II, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e ao Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Quanto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, no ano calendário de 2016, a Diretoria deliberou pela assunção da imunidade, deixando de apurar, pagar ou declarar esse imposto. Em 2023, a empresa atuou junto a clientes (órgãos públicos) e instituições financeiras no sentido de cessar as retenções de imposto de renda na fonte (IRRF) sobre faturas e aplicações financeiras.

Ressalta-se que a decisão tomada pela empresa em 2016 possibilitou a restituição de indébito tributário dos 5 (cinco) exercícios anteriores, conforme explicado na nota 11.3, além de adotar o regime cumulativo para pagamento das contribuições de PIS e COFINS a partir de 2017.

No que se refere ao IOF, em 2023, o tema passou a ser tratado de forma administrativa, atingindo a cessação da incidência desse imposto sobre operações de câmbio, empréstimos e rendimentos. Da mesma forma, deliberou-se pela restituição do indébito dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais.

Convém citar, ainda, as decisões do Supremo Tribunal Federal em favor da imunidade tributária dos Correios: ACO 765/RJ, em 2005, relativa ao IPVA; RE n.º 601.392 (repercussão geral), julgado em 2013, com reconhecimento da imunidade ampla, inclusive sobre atividades não incluídas no regime de exclusividade (monopólio postal); RE n.º 773.992 (repercussão geral), em 2014, em relação ao IPTU; RE n.º 627.051 (repercussão geral), em 2014, inerente ao ICMS no transporte de encomendas; ACO n.º 879, de 2015, sobre IPVA; ACO n.º 1.095-Goiás, em 2015, novamente sobre o ICMS em transporte de encomenda, no qual reafirmou-se a imunidade ampla da ECT. Em suma, o STF manifestou reiteradamente o entendimento de que os Correios se qualificam como entidade imune a impostos em relação aos serviços públicos essenciais e às atividades em regime concorrencial.

Nessa linha de entendimento, em 20/12/2023, a imunidade tributária dos Correios foi inserida expressamente na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou a redação do art. 150, IV, “a”, § 2º, conforme transcrito adiante:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

[...]

§ 2º A vedação do inciso VI, «a», é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público e à empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Dessa maneira, diante da inserção textual de empresa pública prestadora de serviço postal como entidade imune a impostos na Constituição da República Federativa do Brasil, a imunidade tributária a impostos dos Correios está pacificada e consolidada. Situação que trouxe estabilidade aos processos tributários da Correios, afastando definitivamente qualquer conflito de interpretação administrativa e judicial pelos Entes da Federação.

11.2. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	PER - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA				PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO		CRÉDITOS A COMPENSAR/DEDUZIR		TOTAL
	IR	IOF	ICMS	ISS	BANCO POSTAL	OUTROS PER	SALDOS NEGATIVOS	OUTROS CRÉDITOS	
Saldo em 31/12/2021	1.008.961	-	-	-	257.240	51.597	116.393	36.195	1.470.386
Selic 2022	65.436	-	-	-	16.377	3.435	9.249	-	94.497
Valor Original	-	-	-	-	-	(66)	30.900	(25.318)	5.516
Saldo em 31/12/2022	1.074.397	-	-	-	273.617	54.966	156.542	10.877	1.570.399
Valor Original	(16.986)	52.335	138.609	21.819	-	150	(13.260)	307	122.975
Selic	22.226	10.688	33.700	5.778	17.172	23.988	176	-	113.728
Selic Constituída	67.847	10.688	33.700	5.778	17.172	23.988	12.792	-	171.965
Selic Utilizada	(45.621)	-	-	-	-	-	(12.616)	-	(58.237)
Saldo em 31/12/2023	1.079.637	63.023	172.309	27.597	290.789	79.106	83.457	11.184	1.807.102
Pedidos deferidos	1.004.583	-	-	27.597	-	20.352	-	-	1.052.532
Pedidos aguardando julgamento	75.054	63.023	172.309	-	290.789	58.754	-	-	659.927

TRIBUTOS, IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	119.996	167.419
Imunidade tributária	25.353	-
Demais impostos e encargos sociais a compensar	94.643	167.419
Não circulante	1.687.106	1.402.980
Imunidade tributária	1.317.213	1.074.397
Pedidos de restituição	369.893	328.583
Banco Postal	290.789	273.617
Demais	79.104	54.966
TOTAL	1.807.102	1.570.399

A atualização dos Tributos a compensar deve-se principalmente à correção, pela taxa Selic, refletindo também na receita de juros indicada na nota 21.7.

11.2.1. Imunidade tributária

11.2.1. Imposto de renda

Corresponde ao montante dos 13 pedidos de restituição do Imposto de Renda relativo à imunidade tributária atualizados pela Selic até dez/2023.

Desses pedidos restituição, em 2018, houve julgamento favorável de 3 pedidos sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Desses, 1 deles, no valor original de R\$ 42.339, foi objeto de compensação tributária em 2023, restando outros 2 pedidos no valor original de R\$ 147.402 disponíveis para compensação em 2024. Em abril/2023, o CARF julgou mais 09 processos favoravelmente aos Correios. Desses 9, existem 6 processos, no valor atualizado de R\$ 665.985 que, após recurso da PGNF, aguardam apreciação do Conselho Superior de Recursos Fiscais - CSRF. Ainda resta pendência de julgamento de apenas 1 processo (10166.731306/2016-48) pelo CARF.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016, a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

Sob os mesmos fundamentos, consideram-se os créditos relativos à parcela paga indevidamente de PIS e COFINS, recolhidos sob regime não cumulativo, uma vez que esse regime de apuração não se aplica aos entes imunes a impostos, passando o pleito do indébito tributário a ser objeto de ação judicial, amparados por protesto judicial pendente de julgamento, que equivale a R\$ 866.514 em 31/12/2023 atualizado pela Selic.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados, em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS, voltarão a ser reconhecidos no patrimônio, ocasionando efeitos positivos.

11.2.1.2. IOF e ICMS

Reconhecimento contábil como Ativo do montante do indébito tributário recolhido ao fisco nos últimos 5 (cinco) anos em razão da adoção da Imunidade Tributária ampla tanto para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), incidente sobre as operações desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), quanto ao IOF relativo às operações de câmbio, empréstimos e receitas financeiras.

11.2.1.3. ISS

Reconhecimento contábil como Ativo do montante do indébito tributário referente a ação judicial transitada em julgado favorável aos Correios.

11.2.1.4. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, referem-se ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF e a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR- Imposto de Renda, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

11.2.1.5. Créditos a compensar e a deduzir

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão utilizados no exercício seguinte na forma de saldos negativos e demais valores que serão compensados/deduzidos dos valores a pagar.

11.3. Tributos sobre o lucro

Em 2023, a Empresa apresentou base negativa de CSLL, portanto não gerou despesa corrente. Todavia, gerou tributo diferido no valor de R\$ 86.476 que diz respeito, em sua maior parte, à constituição de ativos fiscais diferidos sobre a base negativa de 2023 e de uma parcela menor relativa à constituição de passivos fiscais diferidos sobre depreciação societária detalhados na nota 11.3.

DEMONSTRATIVO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da CSLL		(683.102)	(848.838)
Efeitos da CSLL - alíquota vigente (9%)		61.479	76.395
Efeitos sobre as diferenças permanentes (9%)		18.129	7.281
Efeitos sobre as diferenças temporárias (9%)		3.582	(130.663)
Sobre Provisões/Reversões		(6.526)	(132.200)
Sobre Ajustes da Lei 12.973/2014		10.108	1.538
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal (9%)		83.190	(46.986)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL		-	14.094
CSLL corrente		-	(32.893)
CSLL diferida		86.476	114.152
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014		(5.350)	(12.844)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT		-	(346)
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa	11.3.2	83.189	(14.155)
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária	11.3.2	8.637	141.497
TOTAL		86.476	81.259

11.3.1. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

Em vista da base negativa apurada no ano calendário de 2023 não houve a geração de despesa corrente de CSLL.

11.3.2. Tributos diferidos

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

No Patrimônio Líquido, a CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 106/2022, que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022 – Tributos sobre o lucro.

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/12/2023		31/12/2022	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	1.123.693	446.767	965.941	423.985
A – Tributos diferidos - DRE	91.826	5.350	126.996	12.844
Diferença Depreciação Societária x Fiscal	-	5.350	-	12.844
Impairment - imóveis	-	-	(346)	-
Provisões e PECLD	8.637	-	141.497	-
Bases negativas de CSLL	83.189	-	(14.155)	-
B - Outros Resultados Abrangentes - ORA	(4.266)	(83)	30.756	4.175
Benefício pós-emprego	(4.186)	-	33.156	-
Valor justo - aplicações VJORA	(80)	(168)	(2.400)	(194)
Ganho – propriedade para investimento	-	85	-	4.369
C – Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	-	1.444	-	5.763
Custo atribuído	-	1.444	-	5.763
D – Mov. em Apuração do Resultado do Exercício - ARE	-	-	-	-
Perdas a valor justo - propriedades para investimento	-	-	-	-
TOTAL	1.211.253	453.478	1.123.693	446.767



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



11.4. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/12/2023	31/12/2022
Tributos e encargos a restituir	109.700	158.098
Tributos retidos na fonte	-	5.578
Demais tributos e encargos	10.296	3.742
TOTAL	119.996	167.418

11.4.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados no exercício. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

11.4.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

11.5. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, das contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, da CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/2023	31/12/2022
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96	76.821	67.561
COFINS	36.854	43.258
Salários e Contribuições	91.611	84.818
ICMS	174.007	13.977
PIS	7.985	9.373
Demais impostos Retidos	20.159	19.515
TOTAL	407.437	238.502

12. PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza.

	PRECATÓRIOS		CONTINGÊNCIAS		TOTAL	
PROCESSOS JUDICIAIS	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	235.429	180.844	-	-	235.429	180.844
Não Circulante	81.832	31.049	2.393.964	2.498.017	2.475.796	2.529.066
TOTAL	317.261	211.893	2.393.964	2.498.017	2.711.225	2.709.910

12.1 Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

a. trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

b. cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.

c. fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2023 essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	1.637.972	1.756.595
Fiscal	208.704	251.055
Cível	547.288	490.367
TOTAL	2.393.964	2.498.017

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.498.017	1.215.095
Reversão¹	(1.511.633)	(216.090)
Adição	1.284.170	1.412.324
Atualização	123.410	86.688
TOTAL	2.393.964	2.498.017

¹ Refere-se às reversões e à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério da área jurídica da Empresa.

Nos autos da Ação Declaratória de Nulidade nº 1012413-52.2017.4.01.3400, ajuizada pelos Correios em 18/09/2017 em face da União Federal, em trâmite no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, foi proferida decisão, em 22/01/2024, suspendendo os efeitos da Portaria nº 1.565/2014 - MTE, conforme artigo art. 193, *caput*, da CLT, que regulamenta as atividades perigosas em motocicleta, possibilitando o pagamento do Adicional de Periculosidade para os empregados que trabalham em motocicleta.

Destaca-se que em 27 de fevereiro de 2024 o Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao analisar o caso, ratificou a necessidade de regulamentação específica sobre o direito ao pagamento do adicional de periculosidade relativo ao uso, pelo empregado, de motocicleta.

Disto decorreram consequências diretas nas ações judiciais trabalhistas em curso (em fase de execução) que tratam do pagamento cumulativo do Adicional de Distribuição e Coleta (AADC) com o Adicional de Periculosidade, notadamente diante da possibilidade de dedução, das contas de liquidação, dos valores pagos a título de Adicional de Periculosidade durante o período anterior à decisão.

Adicionalmente, em 2023 os Correios assinaram um acordo de cooperação técnica com o (TST) para reduzir o número de processos em tramitação na justiça trabalhista. Com a iniciativa, neste exercício, a empresa desistiu de recorrer ou interpor novos recursos em 3.781 ações que tramitavam no TST e nas quais a estatal, historicamente, não tem ganho de causa.

Os principais processos com risco de perda provável em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	DETALHAMENTO DO OBJETO	FASE ATUAL	31/12/2023
SECRETARIA ESTADUAL	Fiscal	ICMS - Obrigações acessórias - multa	Em execução	150.928
FEDERAÇÃO	Cível	Reintegração (ação Coletiva)	Trânsito em julgado da ação principal.	105.338
SINDICATO	Trabalhista	Vale Alimentação/refeição	Em execução	69.686
SINDICATO	Trabalhista	PCCS/95 (ação coletiva)	Em execução	50.479
SINDICATO	Trabalhista	Vale Alimentação / Refeição	Em execução	37.671
SINDICATO	Trabalhista	Diárias de Viagem	Em execução	32.088
SINDICATO	Trabalhista	URP de fevereiro/89 (Plano Verão)	Em execução	22.389
BANCO	Cível	Banco Postal	Sentença Arbitral prolatada	22.039
BANCO	Cível	Banco Postal	Concluso para decisão	16.374
Pasta Individual/Coletiva	Trabalhista	Complementação de Aposentadoria	Em Execução	15.390

12.2. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos recursais administrativos	81.019	77.341
Depósitos recursais	14.407	18.288
Penhora de numerários	11.617	19.743
Depósitos judiciais	7.445	9.962
(-) Créditos a regularizar	-	(7.923)
TOTAL	114.488	117.411

O valor de R\$ 81.019 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 14.407 e R\$ 7.445 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu e o montante de R\$ 11.617 estão relacionados às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária.

12.3. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2023, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 32.011 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PERDA POSSÍVEL	QUANTIDADE	31/12/2023 VALOR	QUANTIDADE	31/12/2022 VALOR
Trabalhista	23.417	3.367.528	22.598	1.287.307
Cível	7.854	1.235.651	7.935	751.766
Fiscal	740	186.105	797	594.810
Criminal	-	-	1	-
TOTAL	32.011	4.789.284	31.331	2.633.883

O acréscimo no valor das ações classificadas com risco de perda possível deve-se, principalmente, a ações coletivas de natureza trabalhista movidas por entidades representativas dos empregados da Empresa e a ações de natureza cível provenientes pedidos indenizatórios ajuizados por prestador de serviços de transporte.

12.4 Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	211.893	237.332
Adição	602.159	435.499
Atualização	27.288	49.540
Pagamento	(524.079)	(510.478)
TOTAL	317.261	211.893
Circulante	235.429	180.844
Não circulante	81.832	31.049

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A seguir é apresentada a movimentação de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	BANCO DO BRASIL		BANCO ABC		CITIBANK	CITIBANK
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	30.564	-	123.791	-	-
Adições	-	-	-	-	-	500.000
Encargos financeiros	-	-	-	-	-	(7.801)
(-) Amortização - principal	-	(31.250)	-	(125.000)	-	(416.667)
(-) Amortização - juros	-	(663)	-	(2.458)	-	(52.382)
Despesa	-	1.349	-	3.667	-	59.583
TOTAL	-	-	-	-	-	82.733

O empréstimo contratado no primeiro trimestre de 2022, com o objetivo de atender as demandas operacionais da empresa foi quitado no primeiro trimestre de 2023, não havendo nova contratação até 31/12/2023.

13.1 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os Correios obtiveram em 14 de março de 2024 junto à Comissão de Financiamento Externo – COFIEIX a aprovação do Programa de Transformação Ecológica dos Correios no valor de R\$ 3,8 bi. O financiamento possui carência de cinco anos, sendo os recursos destinados aos projetos de eletromobidade na última milha; infraestrutura eficiente; modernização operacional e tecnológica (automação operacional e tecnologia da informação e comunicação); fortalecimento de políticas em gênero e raça; e compensação das emissões de carbono (CO2).

14. RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		247.801	136.899
Adiantamento de clientes	14.1	196.473	124.388
Aluguel de caixas postais		11.712	11.922
Faturamento por estimativa	14.2	8.252	550
Receitas a apropriar	14.3	31.334	-
Demais adiantamentos		30	39
Passivo Não Circulante		43.580	-
Receitas a apropriar	14.3	43.580	-
TOTAL		291.381	136.899

14.1. Adiantamento de clientes

Corresponde, principalmente, a valores relativos a créditos a serem concedidos aos clientes, os quais serão faturados de acordo com o ciclo dos contratos.

14.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

14.3. Receita a apropriar

Representa, majoritariamente, os valores recebidos antecipadamente da contratante Companhia de Seguros Previdência do Sul – PREVISUL, referentes ao Valor de Acesso ao Negócio (VAN), face ao contrato de representação para venda de produtos de seguros, tendo os Correios como contratada e representante da contratante. O valor refere-se ao montante dos primeiros 60 (sessenta) meses do Contrato que foi celebrado com vigência total de 120 (cento e vinte) meses.

O reconhecimento diferido dessa receita está aderente ao CPC 47 – Receitas, e será realizado na medida em que os serviços serão disponibilizados à Contratante, pois, os Correios deverão demonstrar cumpridas suas obrigações para com a PREVISUL durante o período de vigência do Contrato, conforme cláusulas contidas no Instrumento Contratual.

15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/12/2023	31/12/2022
Recebimento de imposto de importação	57.946	33.323
Recebimento para o Postais	24.564	20.148
Emissão de vale postal nacional	1.420	3.626
Outros recebimentos/arrecadações	292	472
TOTAL	84.222	57.569

16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Representam as demais rubricas não especificadas no Balanço Patrimonial.

16.1. Ativo circulante e não circulante

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante - Outros valores e bens		477.626	289.176
Convênio Postal Saúde		221.197	546
Adiantamento de pessoal		44.214	73.241
Impostos e encargos sociais a compensar	11.4	119.996	167.418
Float bancário – faturamento		26.404	8.576
Bens sucatados		12.343	11.065
Cobrança Jurídica		26.198	5.065
Demais créditos		27.274	23.265
Ativo não circulante - Outros		3.635	7.613
Débitos de ex-empregados		14	3.083
Acordos jurídicos e parcelamentos		3.419	4.292
Outros débitos de empregados		3	39
Faturas em processo de apuração		199	199

16.2. Passivo circulante e não circulante

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante - Outros débitos	36.797	159.241
Empréstimos e financiamentos	-	82.733
Apuração da venda de ativo fixo	13.835	15.609
Caução de fornecedores	9.624	23.831
Convênio SESI/SENAI	5.615	11.552
Honorários de sucumbência e demais credores	6.178	18.202
Retenções judiciais	-	6.099
Prestação de contas AGF/ACF	1.545	1.169
Ressarcimento ao SUS	-	46
Passivo não circulante - Outros débitos	3.548	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	343
Honorários de sucumbência	-	41

17. INVESTIMENTOS

Representados por propriedades para investimento, mantidas para obtenção de renda ou para valorização de capital, e pelo museu dos correios, conforme demonstrado a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2023	31/12/2022
Propriedades para Investimento	1.527.300	1.496.063
Museu	987	1.055
Total	1.528.287	1.497.118

17.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

Anualmente, os Correios contratam avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo dos imóveis sendo ganhos e perdas lançados em contrapartida ao resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

A definição do valor justo destes imóveis tem como base o valor de mercado do imóvel, ou seja, o valor que seria recebido pela venda do imóvel em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Quando a situação de ocupação do imóvel é alterada ensejando na sua reclassificação do ativo imobilizado para a propriedade para investimento, o imóvel é submetido a avaliação a fim de estabelecer o seu valor justo. Nestes casos, eventuais perdas ou reversões de perdas apuradas com base no laudo de avaliação são lançadas em contrapartidas ao ajuste de avaliação patrimonial se houver custo atribuído ajustando o valor do imóvel ou em lucros acumulados na ausência deste e ganhos remanescentes lançados em contrapartida a outros resultados abrangente.

Os lucros ou prejuízos apurados na alienação dos imóveis são reconhecidos no resultado, sendo que quando há diferenças apuradas entre o resultado societário e fiscal, os eventuais ganhos mensurados na base fiscal provenientes do reconhecimento de custo atribuído ou ganho a valor justo são ofertados ao fisco para fins de cálculo dos tributos sobre o ganho de capital na venda do imóvel.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2023	IMÓVEIS 31/12/2022
Saldo inicial	1.496.063	1.413.709
Variação a valor justo - resultado	71.521	69.530
Ganho	157.060	170.266
Perda	(85.539)	(100.736)
Baixas	(6.202)	(7.315)
Transferências	(35.143)	(28.405)
Adoção inicial - ORA	1.061	48.544
Ganho	6.345	55.060
Realização - venda	(5.284)	(6.516)
Saldo final	1.527.300	1.496.063
Total bruto	1.546.139	1.515.590
Depreciação acumulada	(18.839)	(19.527)

17.2. Museu

Refere-se bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico que, em 31/12/2023, correspondiam a R\$ 987.

18. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	2,3	43,5
Máquinas e equipamentos	7,7	13
Móveis e utensílios	6,7	15
Veículos leves – carga acima de 1.000 Kg	7,1	10,9
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	9,8	10,2
Demais equipamentos de processamento de dados	10	10
Veículos motorizados pesados	4	13,1
Veículos leves – carga até 1.000 Kg	5,4	6
Computador e impressora	25	4
Motocicletas	6,8	3
Veículos não motorizados	20	5
Ferramentas e instrumentos	20	5
Smartphone	40	2,5

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

18.1. Avaliação ao valor recuperável

A carteira imobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicadores de perdas, garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis. A última avaliação realizada foi em 2019, estando prevista para 2024 a avaliação de todos os imóveis.

Em complemento a Empresa anualmente analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de impairment nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicadores de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor recuperável dos imóveis. No exercício de 2023 foram avaliados 14 imóveis com indicativo de perdas.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de impairment são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício

18.2. Movimentação – imobilizado

O quadro a seguir evidencia as movimentações ocorridas no ativo imobilizado nos exercícios de 2022 e 2023, respectivamente:

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - IMÓVEIS	ARREND.	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	3.597.929	62.001	595.286	588.041	381.302	1.550.740	6.775.299
Adições	16.263	38.751	110.094	350.080	215.818	243.854	974.861
Baixas	238	-	(5.790)	(36.495)	(6.152)	(84.413)	(132.612)
Transferências	(37.662)	2.828	(19.585)	2.356	15.509	12	(36.542)
Impairment	167.564	-	-	-	-	-	167.564
Baixa/reversão	101.510	-	-	-	-	-	101.510
Transferência	66.054	-	-	-	-	-	66.054
Depreciação	22.145	-	(89.837)	(58.744)	(69.083)	(242.459)	(437.979)
Total Líquido	3.766.477	103.580	590.168	845.238	537.395	1.467.734	7.310.592
Total bruto em 2022	4.745.962	103.581	1.372.744	1.266.247	1.378.885	2.180.416	11.047.835
(-) Depreciação acumulada em 2022	(322.961)	-	(782.576)	(421.009)	(841.491)	(712.682)	(3.080.719)
(-) Impairment em 2022	(656.524)	-	-	-	-	-	(656.524)
Saldo em 31/12/2022	3.766.477	103.581	590.168	845.238	537.394	1.467.734	7.310.592
Adições	72.943	29.857	147.715	363.953	173.165	586.939	1.374.572
Baixas	-	-	(4.431)	(49.366)	(54.791)	(117.121)	(225.709)
Transferências	35.195	277	1.606	(3.560)	652	(242)	33.928
Impairment	(5.019)	-	-	-	-	-	(5.019)
Depreciação	(19.689)	-	(105.939)	(24.231)	(154.179)	(260.132)	(564.170)
Total Líquido	3.849.907	133.715	629.119	1.132.034	502.241	1.677.178	7.924.194
Total bruto em 2023	4.854.824	133.715	1.446.093	1.457.852	1.384.529	2.515.410	11.792.422
(-) Depreciação acumulada em 2023	(343.374)	-	(816.974)	(325.818)	(882.288)	(838.232)	(3.206.685)
(-) Impairment em 2023	(661.543)	-	-	-	-	-	(661.543)
Saldo em 31/12/2023	3.849.907	133.715	629.119	1.132.034	502.241	1.677.178	7.924.194
Administrativo (26,8%)	1.031.775	35.835	168.604	303.385	134.600	449.484	2.123.684
Operacional (73,2%)	2.818.132	97.880	460.515	828.649	367.641	1.227.694	5.800.510

18.3. Arrendamentos

Em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), aprovado pela Resolução CVM nº 95/2022, a Empresa, na figura de arrendatária, reconhece no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento, em contrapartida ao passivo, com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo com o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

A tabela a seguir evidencia a movimentação dos ativos e passivos relacionados aos arrendamentos de bens imóveis e móveis:

ARRENDAMENTOS E BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	31/12/2023		31/12/2022	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	1.467.734	1.634.524	1.550.740	1.680.723
Adições	586.939	573.663	243.854	237.421
Exclusões/baixas	(117.121)	(109.303)	(84.413)	-
Transferências	(242)	-	12	-
Depreciação	(260.132)	-	(242.459)	-
Apropriação de juros	-	161.046	-	160.149
Pagamentos	-	(397.921)	-	(359.356)
TOTAL	1.677.178	1.862.009	1.467.734	1.634.524
Bens imóveis	1.673.033	-	1.463.496	-
Bens móveis	4.145	-	4.238	-
Circulante	-	388.243	-	335.811
Não circulante	1.677.178	1.473.766	1.467.734	1.298.713

O ingresso de 850 contratos de arrendamento de bens imóveis e seis contratos de bens móveis, classificados em Imóvel/Móvel de Direito de Uso, representou o principal fator de incremento dessa rubrica em 2023

18.4. Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas brasileiras de contabilidade, convergidas às normas internacionais, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

A realização do custo atribuído e dos respectivos tributos diferidos é registrada em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, caso haja custo atribuído constituído para o imóvel, as estimativas de perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído no AAP.

18.5. Seguro dos bens

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGUROADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede do Correios – Brasília	Generali Brasil Seguros S.A.	362.222	08/06/2023 a 08/06/2024

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a Empresa Generali Brasil Seguros S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2,5 milhões.

19. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de *softwares* que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação à estrutura organizacional até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os softwares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Softwares, licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e o valor residual dos bens intangíveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

INTANGÍVEL	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	32.733	26.607
Adições	45.701	21.675
Baixas	(3)	(8)
Transferência	1	1.011
Amortização	(22.471)	(16.552)
TOTAL	55.961	32.733
Total bruto	443.627	424.528
(-) Amortização	(387.666)	(391.795)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O capital social dos Correios totaliza o valor de R\$ 3.403.458.

20.2. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, as variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como pelos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

21. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS

21.1. Receita líquida de vendas e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas e serviços	19.907.831	20.503.679
(-) Deduções	(664.478)	(690.547)
(-) Impostos	(602.591)	(671.439)
(-) Descontos incondicionais	(12.097)	(16.682)
(-) Receitas canceladas	(49.790)	(2.426)
TOTAL	19.243.353	19.813.132

O quadro a seguir detalha a receita bruta, por serviço:

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2023	PARTICIPAÇÃO (%)	31/12/2022	PARTICIPAÇÃO (%)
Encomenda	9.522.698	48,0%	10.540.152	51,4%
Mensagem	4.635.606	23,6%	4.922.274	24,0%
Internacional	4.432.175	22,2%	3.596.508	17,5%
Outros	1.317.352	6,2%	1.444.745	7,0%
TOTAL	19.907.831	100,0%	20.503.679	100,0%
Monopólio	4.224.443	21,2%	4.798.726	23,4%
Concorrencial	15.683.388	78,8%	15.704.953	76,6%

21.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal		(10.030.033)	(9.025.053)
Transporte de malas e malotes		(2.527.638)	(2.453.645)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(1.564.739)	(1.572.129)
Depreciação e amortização	18.2 e 19	(536.018)	(416.666)
Material e produtos		(376.877)	(402.726)
Utilidades		(310.372)	(300.595)
Aluguéis		(212.691)	(190.249)
Internacionais		(70.453)	(65.470)
Impostos, taxas e contribuições		(28.950)	(27.335)
TOTAL		(15.657.771)	(14.453.868)

21.2.1. Pessoal

O incremento nesta rubrica decorre da aplicação do reajuste salarial de 10,12%, conforme estabelecido pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022/2023. Além disso, houve um acréscimo no vale alimentação/refeição na mesma proporção, bem como a concessão de um pagamento e abono indenizatório no valor de mil reais para cada empregado, resultante do ACT 2023/2024. Também contribuiu para esse aumento a elevação dos custos relacionados ao plano de saúde, devido ao crescimento das despesas assistenciais.

Os principais impactos foram ocasionados pelo aumento nos custos do plano CorreiosSaúde II (R\$ 391 milhões), Vale refeição (R\$ 256 milhões), gratificação de função e tempo de serviço (R\$ 123 milhões), salários (R\$ 63 milhões) e Abono indenizatório (R\$ 94 milhões).

21.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração de unidades terceirizadas	(1.699.113)	(1.916.032)
Provisão de perdas	(37.387)	(24.408)
Perdas	(38.881)	(17.907)
Outros	(24.130)	(10.796)
TOTAL	(1.799.511)	(1.969.143)

21.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal		(2.424.455)	(2.100.451)
Precatórios e RPVs		(629.665)	(485.039)
Postal Saúde - Aporte		-	(221.000)
Pós-emprego		(217.413)	(262.467)
Contingências		-	(1.290.278)
Constituição de provisão para perdas		(43.632)	(29.165)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA		2.089	(1.717)
Depreciação/amortização	e	(50.623)	(37.864)
Variações patrimoniais e perdas		(212.176)	(100.453)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros		(3.308)	(3.927)
Impostos, taxas e contribuições		(668)	(431)
Acordo judicial		(168)	(47)
TOTAL		(3.580.019)	(4.632.839)

21.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Despesas recuperadas		238.302	101.574
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD		166.981	89.221
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento		157.060	170.266
Multas aplicadas		111.632	111.478
Taxa mensal de franquia – AGF		16.734	19.148
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		24.408	23.612
Taxa inicial de franquia - AGF		1.025	13.015
Reversão de <i>impairment</i>		75	4.156
Reversão de Provisão	12.1	111.067	20.165
Recuperação de perda - REFIS		61	120
Ganhos tributários		224.322	-
Outros		108.588	127.872
TOTAL		1.160.255	680.627

21.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos na alienação de bens		(7.818)	(11.817)
Perda – VJ – Propriedades para investimento		(85.539)	(100.736)
TOTAL		(93.357)	(112.553)

21.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Rentabilidade de aplicações financeiras		46.172	452.833
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>		8.732	177.644
Variação cambial		36.719	134.131
Receita de juros		160.797	95.608
Outras		47.281	44.638
TOTAL		659.701	904.85



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



22.1. Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

22.1.1. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros da Nota .

22.1.2. Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas 10.1, 10.2, 10.3 e 15 apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

22.1.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
2023				
Salários e benefícios	4.065	314	167	346
Encargos sociais	976	41	12	46
Previdência complementar	168	0	0	0
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	768	-	-	-
Remuneração total – 2023	5.977	355	179	392
Remuneração Média Mensal - 2023	46	4	5	10
Número de membros - 2023	7	6	3	3
2022				
Salários e benefícios	4.057	310	161	285
Encargos sociais	1.109	44	12	35
Previdência complementar	209	4	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	-	-	-	-
Remuneração Variável Anual - RVA	232	-	-	-
Remuneração total – 2022	5.607	358	173	320
Remuneração Média Mensal - 2022	47	3	3	9
Número de membros - 2022	7	6	3	3

¹ No exercício de 2023 não houve pagamento de RVA.

Remuneração mensal paga à Administração e aos empregados dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E PRESIDENTE	31/12/2023	31/12/2022
Menor remuneração	4.901	4.496
Maior remuneração	56.593	52.619
Remuneração média	45.602	47.072
Dirigentes		
Presidente	56.593	52.619
Diretores	49.211	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.901	4.496
Conselho de Administração	4.901	4.496
Comitê de Auditoria	9.802	8.992

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de empregados ativos	85.884	87.571
Menos remuneração	1.846	1.822
Maior remuneração	61.628	61.628
Remuneração média mensal	5.802	5.594
Benefícios (valor médio global)	224.175	176.209
Assistência médica e odontológica	100.226	74.074
Auxílio Creche	1.018	893
Vale Alimentação/Refeição/Cesta	117.158	95.823
Vale Transporte	4.821	4.688
Auxílio Especial	952	731

Fabiano Silva dos Santos Presidente	Maria do Carmo Lara Perpétuo Diretora Econômico-Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação	José Pedro de Amengol Filho Diretor de Gestão de Pessoas
Juliana Picoli Agatte Diretora de Governança e Estratégia	Sandro Alexandre Almeida Diretor de Negócios	Frank Schneide Carvalho de Moura Diretor de Operações

José Rorício Aguiar de Vasconcelos Júnior
Diretor de Administração

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora
CRC/DF - 014297/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

<p>Aos</p> <p>Acionistas, Conselheiros e Administradores da</p> <p>EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT</p> <p>Brasília/DF</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT ('Empresa' ou 'ECT'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p> <p>Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para Opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Ênfases</p> <p><u>Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2022</u></p> <p>Conforme mencionado na nota 4, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram modificados/reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercício anterior.</p> <p><u>Ativos reconhecidos a título de tributos a compensar – Imunidade - IRPJ</u></p> <p>Conforme descrito nas notas nº 11.2 e nº 11.3.1, a Empresa obteve, em decisão do Pleno do STF, em sede de repercussão geral, o reconhecimento de imunidade tributária recíproca, com fulcro no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. A Administração amparada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, iniciou no exercício de 2016 os pleitos dos valores na esfera administrativa por meio de pedidos de restituição e decidiu reconhecer no mesmo exercício os efeitos da cobrança indevida do Imposto de Renda, complementado no exercício de 2023 por pedidos de restituição de IOF, ICMS e ISS. Estes pedidos, em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 1.342.566 mil (valor atualizado), registrados na rubrica de Tributos a Compensar. Em relação ao Imposto de Renda, o montante de R\$ 1.004.583 mil (valor atualizado) já foi deferido na esfera administrativa, aguardando decisão em Recurso Especial interposto pela PGFN, e dos efeitos da decisão quanto à compensação de ofício ou compensação de débitos selecionados pela Empresa.</p> <p><u>Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de pensão com benefício definido</u></p> <p>Embora existam representantes dos participantes do plano BD que questionam judicialmente a legalidade das cobranças extraordinárias dos equacionamentos dos déficits apurados em função dos supostos atos de má gestão na administração dos ativos garantidores às reservas matemáticas do plano, o que poderia resultar em potencial risco de responsabilidade da Empresa para cobertura dos déficits, a Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, entende que a probabilidade de ocorrência dessas contingências é remota, não cabendo, segundo o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), o reconhecimento de passivo contingente para estes casos. Por este motivo, conforme mencionado na nota nº 10.7.1, mantêm, em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 7.664.897 mil como obrigação atuarial na rubrica Benefício Pós Emprego, que, conforme julgamento da Administração, representa o déficit ajustado para refletir sua obrigação atuarial sobre o plano de Benefício Definido – BD. A determinação desse montante considerou os parâmetros das Leis Complementares nº 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, bem como reflete os efeitos do Plano de Equacionamento de Déficit aprovado no final do exercício de 2023, pelo qual houve redução de benefícios futuros dos participantes e confissão de dívida financeira e atuarial pela Empresa, conforme nota 10.7.1.4.1.1.</p> <p>Adicionalmente, embora os procedimentos de auditoria tenham levado à conclusão de que a mensuração do passivo atuarial é aceitável no contexto das demonstrações contábeis, é importante enfatizar que a Administração entendendo haver mercado ativo, utilizou títulos privados para determinação da taxa de desconto para apuração do valor presente dos passivos atuariais, o que, embora permitido no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a Empregados (IAS 19), ainda não é uma prática contábil adotada no Brasil por outras companhias que divulgam suas informações e possuem planos de benefícios em situações similares ao da Empresa, que utilizam, para mesma finalidade, os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. Esta premissa utilizada pela Empresa está amparada em opinião técnica de empresa de consultoria atuarial contratada especificamente para esta finalidade. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada na nota 10.7.5.1.1.1.</p> <p>E, conforme apresentado na nota 10.7.5.1, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.</p> <p><u>Obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de saúde</u></p> <p>Conforme descrito na nota 10.7.1, está reconhecida nas demonstrações contábeis a obrigação atuarial de benefício pós-emprego do plano de saúde, no montante de R\$ 675.832 mil, advindo da interpretação de haver subsídio cruzado entre os beneficiários ativos e aposentados que integram o plano de assistência médica CorreiosSaúde II e CorreiosSaúde I, embora a Administração, amparada nas manifestações dos órgãos técnicos, entenda que não haverá despesa para a patrocinadora referente a concessão desse benefício aos aposentados, face à modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve (Processo nº TST-DCG-1001203-57.2020.5.00.0000 – 2020), o que implicou na observância das disposições da Lei 9.656/1998, com consequente alteração no custeio dos aposentados uma vez que a manutenção destes no plano é assegurada somente se houver o pagamento integral por parte desses beneficiários, os cálculos atuariais apresentam evidências de déficit no custeio global do plano.</p> <p><u>Reconhecimento de crédito tributário ativo de CSLL diferida</u></p> <p>Conforme apresentado na nota 11.4.2, houve o reconhecimento de crédito tributário de CSLL diferida decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo do tributo (R\$ 445.148 mil), bem como de prejuízos fiscais (R\$ 172.373 mil), haja vista o permissivo legal de reconhecimento contábil na medida em que ocorra expectativa de lucros tributáveis futuros para sua</p>	<p>realização. A expectativa de realização do crédito tributário está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da Empresa, incluindo a utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados. Logo, considerando a subjetividade inerente a esse processo, a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderá modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização do crédito tributário.</p> <p><u>Provisões e passivos contingentes</u></p> <p>Conforme se observa na nota 12.1, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração forneçam uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R\$ 2.393.964 mil) no contexto das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Empresa registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada, sendo que, no exercício de 2023, a mensuração da estimativa de saída de caixa para ações que discutem o Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC) sofreu reduções advindas da provável compensação de direitos da Empresa relativos ao Adicional de Periculosidade. A Empresa divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é factível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.</p> <p>Outros assuntos</p> <p><u>Demonstrações do valor adicionado</u></p> <p>A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis</p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais;- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 25 de março de 2024.</p> <p>PAULO SERGIO DA SILVA Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF</p> <p>IRINEU HOMAN Contador CRCPR Nº 043.061/O-0 S-DF</p> <p>CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES CRCPR Nº 002.906/O-5</p>
---	---

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.



Seja um assinante:
Acesse o assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888



Juros

Economistas, como Vitor Martello, debatem sobre rumos da política monetária **C2**



INÊS 249

Mercados

Ibovespa se aproxima de 130 mil pontos com alívio nos Treasuries **C2**

Balanços

Bancos dos EUA devem ampliar lucro com cortes modestos de juros do Fed **C2**

Travelex Bank

IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.

travelexbank.com.br

(11) 3004-0490

Valor C

Quarta-feira, 10 de abril de 2024

Finanças

Política monetária Investidores destacam piora no Focus e nas ‘implícitas’, e risco para Selic

Mercado eleva cautela com expectativas de inflação

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

É com ares de preocupação que uma parte relevante do mercado tem visto o cenário prospectivo de inflação, o que já começa a ecoar nos preços dos ativos e nas expectativas para a condução da política monetária. Na ponta, os agentes já incorporam em suas projeções de inflação um cenário que compreende um mercado de trabalho bastante aquecido e uma atividade econômica firme, o que começa a se refletir na dinâmica das expectativas inflacionárias, tanto no Boletim Focus quanto nos preços de mercado. A consequência, na visão dessa parcela do mercado, está na leitura de que o desafio para o Banco Central aumentou, o que pode levar a taxa Selic a cair menos que o esperado.

O mercado tem dado alguns sinais de alerta quanto ao cenário inflacionário, que se avolumaram recentemente. A alta das expectativas dos economistas de mercado no Focus para o IPCA de 2025, de 3,51% para 3,53%, cristalizou a sensação de um ambiente inflacionário mais salgado, que já era observado nos últimos dias entre os analistas. O Focus deu informações adicionais: a média subiu de 3,60% para 3,62%; e, entre os economistas que mudaram projeções nos últimos cinco dias, a mediana das estimativas subiu de 3,54% para 3,60%.

Nos preços dos ativos financeiros, os primeiros sinais de alerta mais fortes começaram a ser vistos

na semana passada. Após um ano em que houve uma redução relevante da inflação “implícita”, que é extraída dos ativos financeiros, os futuros de cupom de IPCA (DAPs) passaram a indicar uma inflação de 4,02% neste ano (ante 3,87% uma semana antes) e de 4,97% em 2025 (ante 4,83%), de acordo com dados da Warren Investimentos.

Para Denis Ferrari, gestor de renda fixa da Kinea Investimentos, o movimento recente de alta da inflação “implícita” liga o sinal de alerta, pois pode respingar nas expectativas do Focus. “No início do ano, o movimento era de redução nas projeções de inflação de 2024 e, assim, os economistas vinham mantendo suas estimativas de 2025 paradas. O cenário de agora é o oposto e as projeções parecem ter começado a subir. Isso pode começar a se refletir no Focus de 2025, o que criaria um cenário mais complicado para o Banco Central estender muito o seu ciclo de cortes”, afirma.

Além da reaceleração da inflação de serviços vista nas últimas leituras do IPCA e em um momento no qual a atividade econômica e o mercado de trabalho estão acima do potencial, Ferrari destaca o fato de o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos estar nas mínimas recentes. Nesse sentido, na visão da Kinea, cenários com Selic abaixo de 9% parecem irrealistas no momento. A gestora, inclusive, projeta um corte de 0,5 ponto no juro básico em maio, seguido de ajustes menores, de 0,25 ponto,



Fernando Rocha, da JGP, tem mantido há algum tempo um cenário mais conservador, que prevê a taxa básica Selic em 9,5% no fim do ciclo de cortes

com taxa de 9,5% no fim do ciclo.

Na semana passada, casas como Santander, Bradesco Asset Management e ASA Investments, que tinham visão mais otimista com o ciclo de juros, passaram a adotar posições um pouco mais conservadoras, diante de um ambiente que contempla uma atividade econômica resiliente, mercado de trabalho apertado, alta dos preços das commodities e incerteza quanto ao início do ciclo de redução dos juros nos Estados Unidos. Todas passaram de 8,5% para 9%.

“Eu tinha a impressão de que, neste ano, estaríamos vendo o melhor momento da inflação, enquanto o IPCA de 2025 me preocupa mais”, diz o economista-chefe

“Se o Focus começar a subir, o BC vai ter um problemão para manter o ciclo de corte de juros”
Bruno Serra

da JGP, Fernando Rocha. “A inflação baixa de bens industrializados ajuda neste ano, temos visto os IGPs negativos puxados por bens industriais, inclusive, mas tem uma parte de serviços bem pressionada e que tem a ver com o mercado de trabalho, que ainda está bem aquecido.”

Rocha tem mantido há algum tempo um cenário mais conservador, que abarca a Selic em 9,5% no fim do ciclo. O economista se mostra particularmente preocupado com alguns sinais de aceleração da inflação de serviços subjacentes neste momento. “A cada ‘print’ do IPCA parece acelerar e isso só reforça a preocupação que eu tenho. Por isso, talvez, o mercado tenha começado a migrar um pouco para a nossa visão”, afirma.

“No melhor momento, a minha projeção para o IPCA deste ano chegou a 3,7%. Agora eu estou com 4,1% e tenho muita dificuldade de ver a inflação ficar abaixo de 4% na minha planilha. A soma das pequenas ‘mexidas’ nos dados está dando mais inflação, não menos. E isso me preocupa em relação a 2025 se essa tendência permanecer”, alerta. Para o IPCA do próximo ano, a JGP mantém a projeção de 4%, mas com viés altista.

“Os elementos que compõem a inflação [de 2025] tendem a ser mais pressionados. O limite para o BC seria uma expectativa de 4,5%, que estaria no limite de tolerância da banda da meta de inflação. Se, por acaso, em algum momento, houver uma ameaça desse número passar de 4,5% ou se o Focus caminhar para isso, o BC seria forçado a agir, mesmo com a mudança no sistema de metas para algo contínuo e mesmo com uma mudança na composição [do BC]”, enfatiza.

Assim, Rocha, que pensou no início do ciclo em reduzir sua projeção para a Selic, mantém a estimativa parada em 9,5%, mas, agora, com viés levemente altista. O ex-diretor do BC Bruno Serra Fernandes, gestor da Itaú Asset Management, se mostrou cauteloso com a alta da inflação “implícita” e possíveis reflexos no Focus. “Nós começamos a colocar um risco das expectativas de inflação para este ano e para o próximo subirem no Focus”, disse o gestor em “live” da Itaú Asset, na segunda-feira.

O cenário positivo, na visão de Serra, ocorrerá se os dados de inflação e emprego nos EUA vierem menos apertados e os juros americanos começarem a cair em junho,

o que aliviaria as expectativas de inflação. Já um cenário negativo seria se o BC ignorasse os sinais das implícitas e as expectativas do Focus subissem. “Se o Focus começar a subir, ele vai ter um problema para manter o ciclo de juros”, afirmou Serra, ao alertar, ainda, para possíveis pressões do mercado sobre a autoridade monetária durante o período de transição no comando e de discussões, até mesmo, para elevações na Selic.

Da mesma forma, durante evento do Bradesco BBI na semana passada, André Raduan, sócio e gestor da Genoa Capital, também mostrou preocupação com a dinâmica das expectativas de inflação e o atual ciclo de cortes. “Hoje o Focus está 3,5% [para 2025]. Eu não conheço ninguém com menos de 3,5% para o ano que vem. Provavelmente, vamos caminhar para um número mais perto de 4% — e isso é questão de tempo. O BC vai continuar cortando juros [com as expectativas] 1 ponto acima da meta? Eu acho complicado. Acho difícil até mesmo o mercado comprar essa tese, porque, se ela começar a surgir e tivermos 9% de Selic com inflação de 4% — ou até mais —, o câmbio vai andar”, alertou o gestor.

Economia americana forte pressiona taxa dos Treasuries

Eduardo Magossi
De São Paulo

Uma economia americana pujante, o mercado de trabalho ainda aquecido e uma inflação que está caindo de forma mais lenta que o esperado têm sustentado os rendimentos dos Treasuries, os títulos do Tesouro dos EUA, em níveis elevados. Nesta semana, os “yields” [rendimentos] dos papéis de 2 e 10 anos voltaram a subir para o maior patamar desde novembro depois que o relatório de empregos dos EUA, o “payroll”, de março registrou abertura de expressivas 303 mil vagas, bem acima das 200 mil esperadas. Ontem, em um movimento de correção, os rendimentos recuaram mas, mesmo assim, permaneceram no maior patamar em cinco meses. A taxa da T-note de 10 anos recuou de 4,430% para 4,369% ao ano.

O mercado de trabalho resiliente também elevou as apostas de que o Federal Reserve (Fed, banco central) realize apenas dois cortes de juros este ano, ante os

três projetados anteriormente, e de que o início dos cortes possa ocorrer depois de junho. O índice de preços ao consumidor (CPI) de março, que será divulgado hoje deve, definir o momento do corte. Sammy Chaar, economista-chefe do Lombard Odier, disse ao **Valor**, que à medida que as estimativas de corte de juros ficam mais distantes, os rendimentos dos Treasuries ficam mais firmes. “O crescimento dos EUA foi mais forte que o esperado, enquanto a inflação de serviços está caindo mais lentamente que o estimado. As estimativas de cortes de juros para 2024 caíram pela metade desde o início do ano e os yields ficaram mais em linha com as projeções de cortes feitas pelo Fed”, disse ele.

O economista estima que os yields devem permanecer mais sustentados no longo prazo porque a taxa neutra está mais elevada do que no período pré-pandemia “porque a covid elevou a propensão dos governos de prover suporte fiscal, enquanto o aumento das tensões geopolíticas levou a uma fragmentação no co-

mércio e nas cadeias de abastecimento, pressionando os preços”.

Segundo Chaar, este cenário sugere que a taxa neutra precisa ser maior do que antes da pandemia. “O Fed já havia elevado ligeiramente a taxa neutra de 2,5% para 2,6% na reunião de março, mas estimamos que ela está em torno de 3,5%.”

Com a economia firme, o Fed não precisa ter pressa para cortar os juros, especialmente com a inflação ainda acima da meta de 2%, o que contribui para a resiliência dos yields, avalia Benjamin Souza, estrategista de renda fixa para América Latina da BlackRock. Segundo ele, o Fed tem sinalizado duas coisas: que irá começar a re-

duzir os juros e que esta redução será em um ritmo muito lento.

Para Souza, os investidores estão esperando um alívio inflacionário e um enfraquecimento do mercado de trabalho, mas não está vendo nada disso. “Mesmo assim, o Fed tem claramente sinalizado que eles precisam afrouxar as condições financeiras. Este não é um ciclo de cortes típico porque não é um ciclo em que os cortes são essenciais porque a economia está quebrando. Então o mercado está começando a precificar que o Fed vai iniciar os cortes mais tarde e muito lentamente, ao longo de vários anos”, afirma.

Paul Donovan, economista-chefe do UBS Global Wealth Management, acredita que os yields têm aumentado junto com as incertezas sobre a política de juros do Fed. “O presidente do Fed, Jerome Powell, não tem mostrado um cenário claro de política monetária e, em vez disso, tem focado na reação aos dados econômicos de curto prazo, a dependência de dados.”

Segundo Donovan, dados econômicos de curto prazo não são

confiáveis e são voláteis, e isso aumenta a incerteza sobre o momento e o ritmo dos cortes de juros nos EUA. “A consequência foi a alta dos yields da T-Note de 10 anos nos últimos meses, embora eles possam cair tão rapidamente como subiram se os dados mudarem”.

O economista projeta que os yields passarão a cair assim que o Fed começar a cortar os juros, projetando que até o fim do ano o yield do papel de 10 anos cairá para um nível abaixo de 4%, em direção aos 3,50%.

Donovan disse também que depois de um período de relativa forte correlação positiva, a relação entre o rendimento dos Treasuries e os mercados de ações ficou negativa novamente. “Isso sugere que o ciclo econômico está guiando os dois mercados. Se os dados econômicos são fortes o suficiente para atrasar os cortes nos juros, as ações reagem positivamente, mas os títulos negativamente.

Com a inflação e o crescimento econômico desacelerando, as ações passam a refletir mais cau-

tela no crescimento dos lucros e os Treasuries irão reagir positivamente à ideia de corte nos juros.

“O aumento dos rendimentos de longo prazo tem menos a ver com a possibilidade de o Fed cortar em junho ou setembro e mais com o fato do Fed parecer decidido a cortar as taxas, apesar da atividade e do núcleo da inflação não estarem desacelerando conforme o esperado”, avalia Andrew Hollenhorst, economista-chefe para os EUA do Citi.

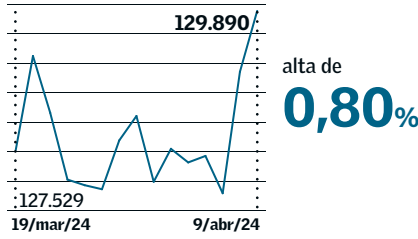
Segundo ele, a desglobalização e o aumento de riscos geopolíticos tornam os preços da energia e de outros produtos mais voláteis. “Se a política da Fed for assimétrica, respondendo mais fortemente ao risco de desaceleração de emprego e inflação do que ao risco de retorno da inflação, os mercados irão, ao longo do tempo, precificar uma inflação mais elevada, bem como colocar mais ‘term premium’ — o prêmio exigido pelos investidores para carregar os papéis de prazos mais longos nos rendimentos de longo prazo para compensar o risco de juros voláteis”, afirma.

4,369%
foi o rendimento
ontem dos Treasuries
de 10 anos

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

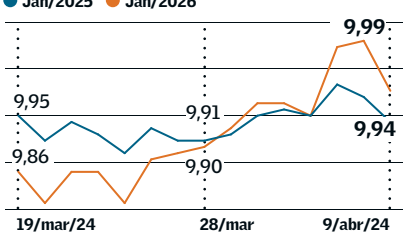
Bolsas internacionais

Variações no dia 9/abr/24 - em %

Dow Jones	-0,02
S&P 500	0,14
Euronext 100	-0,71
DAX	-1,32
CAC-40	-0,86
Nikkei-225	1,08
SSE Composite	0,05

Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



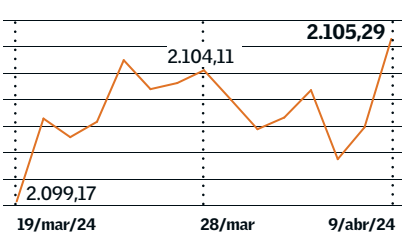
Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Investidores acompanham divulgação hoje de índices de inflação no Brasil e EUA, que devem calibrar apostas para juros

Ibovespa se aproxima de 130 mil pontos com alívio nos Treasuries

Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Augusto Decker e Eduardo Magossi
De São Paulo

O ajuste nas apostas para a política monetária dos Estados Unidos fez os juros futuros terminarem o dia de ontem em queda firme tanto no exterior quanto no Brasil. O fechamento da curva impulsionou o Ibovespa, que se aproximou do patamar de 130 mil pontos, enquanto o minério de ferro voltou a dar apoio ao real frente ao dólar. Agora, o mercado aguarda o IPCA de março e o índice de preços ao consumidor (CPI) americano para o mesmo mês, que serão divulgados hoje e podem causar nova mudança nas perspectivas para o Banco Central e o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA).

Os últimos dias vinham sendo marcados por um movimento de pessimismo entre os participantes do mercado local. Em meio às incertezas relacionadas à conti-

nuidade do processo desinflacionário no Brasil, a trajetória dos juros nos Estados Unidos e em um ambiente de piora nas perspectivas de risco político doméstico, agentes calibraram suas apostas para a extensão do ciclo de cortes de juros do BC e a Selic terminal passou a rondar os 10% na precificação do mercado.

Ontem, no entanto, na véspera da divulgação de dados de inflação nos Estados Unidos e no Brasil, um alívio observado nos juros americanos permitiu uma correção no mercado doméstico.

O rendimento da T-note de 2

0,47%
foi a baixa do dólar,
que encerrou o dia
cotado a R\$ 5,007

anos caiu de 4,799% para 4,753%, enquanto o rendimento da T-note de 10 anos recuou de 4,430% para 4,369%. Assim, o rendimento do DI para janeiro de 2026 também caiu, de 10,065% para 9,955%.

Ontem, inclusive, a estrategista Gisela Brant, do J.P. Morgan, revelou que o banco continua a adotar posição aplicada [que lucra com a queda nas taxas] no DI para janeiro de 2026 e manteve recomendação positiva para os juros locais. “Esperamos que o BC permaneça cauteloso no curto prazo, dado o ritmo mais moderado da desinflação e o recente aumento do ruído político, mas pensamos que os dados ainda validam uma tendência benigna dos preços que permitirá ao BC continuar a cortar os juros, com espaço para uma taxa ‘terminal’ menor, a ser precificada num contexto de cortes de juros pelo Fed”, apontou, em nota enviada a clientes.

O alívio observado no mercado de juros americano sustentou o

bom desempenho de boa parte dos ativos de risco ao redor do mundo. Ainda que os índices acionários em Nova York tenham encerrado o dia próximos da estabilidade, a sessão foi positiva para os demais ativos domésticos.

O dólar fechou o dia negociado a R\$ 5,007, em queda de 0,47%. Na visão de participantes do mercado, o principal motivo para a apreciação do câmbio foi o avanço firme das commodities. Os preços do minério de ferro dispararam na bolsa de Dalian, ao subirem 5,63%, diante da possibilidade de retomada da siderurgia chinesa.

Apesar da alta firme do minério de ferro, as ações do setor de mineração e siderurgia não acompanharam a valorização da commodity. Os ganhos do Ibovespa, que fechou o dia em alta de 0,80%, negociado a 129.890 pontos, estiveram concentrados em papéis do setor financeiro. Itaú PN subiu 1,05% e Bradesco ON saltou 0,62%.

Economistas divergem sobre inflação e ajuste na política monetária

Gabriel Roca e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

As incertezas seguem bastante elevadas no momento, tanto do ponto de vista internacional quanto doméstico, e têm se traduzido em um ambiente de grande divergência na elaboração de cenários para a economia brasileira. O fato pôde ser constatado no evento de premiação do Banco Central (BC) aos agentes de mercado que mais acertaram suas projeções em 2023, que mostrou uma forte divisão entre participantes mais otimistas e pessimistas quanto à trajetória da inflação e das taxas de juros no Brasil.

A ala mais preocupada dos economistas presentes no evento apontou que o adiamento na perspectiva de cortes de juros nos EUA, bem como a possibilidade de aumento na taxa neutra (aquela que não acelera e nem desacelera a atividade econômica), pode recomendar maior cautela por parte do BC no aprofundamento monetário.

Para o economista-chefe da Parcitas Investimentos, Vitor Martello, a situação da economia dos EUA pode impedir uma Selic mais baixa no Brasil. “Quando a gente pega o que está na expectativa dos agentes, de Selic a 9%, contrasta com o que está na curva americana, embutindo um prêmio de risco-país e as diferenças nas metas de inflação, a gente não vê espaço para cortes até 9%. Vemos 9,5%, com viés alista, justamente por causa desse ambiente de revisão de juro neutro americano para cima e inflação corrente de serviços mais próxima do teto do que do centro da meta. Vemos necessidade de cautela por parte do BC”, afirmou.

Já para o diretor de pesquisa econômica da Pezco, Helcio Take-da, o Brasil vem testando novos níveis mais baixos de inflação, com a adoção recente de um objetivo de 3% na meta. “Dadas as incertezas, parece que cautela é recomendável. Nossa expectativa é que o BC tem espaço para continuar reduzindo a taxa de juros, mas não muito em relação aos níveis atuais. Talvez seja prudente fazer



Vitor Martello, da Parcitas: Selic a 9% contrasta com a curva americana

uma interrupção no ciclo e, se for o caso, retomá-lo mais tarde.”

Por outro lado, a continuidade do processo de desinflação no Brasil, especialmente no que diz respeito ao arrefecimento da inflação global de bens industriais, pode garantir que o IPCA de 2024 fique mais próximo da meta de 3% e permitir uma taxa Selic abaixo dos 9%.

Para o economista-chefe do UBS BB, Alexandre de Ázara, o processo de ajuste de nos preços de “tradables” não acabou e, no Brasil, eles só devem retomar o patamar pré-pan-deiem em setembro. A alta nos preços de alimentos deve começar a ser revertida. “Quando chegar em junho, a gente vai estar com a inflação projetada na meta para 2024. Neste caso, a inflação de 2025 [no Focus] não vai estar em 3,5% e vai cair. Eu acho que a queda de preços relativos é fundamental e não acabou. Entendo que tem muita gente acha que a parte fácil da desinflação já acabou, mas eu acho que não.” Com a visão de uma inflação menor, o UBS BB vê uma Selic terminal em 8,5%, inferior à observada no Focus, de 9%.

Já o superintendente executivo de macroeconomia do Banco Safra, Eduardo Yuki, aponta que o custo de produção para as empresas americanas vêm exibindo melhora e a China deve seguir exportando deflação de bens para o mundo. Além disso, os preços das commodities nos mercados futuros estão negativamente inclinados; o real deve se manter bem comportado; e os preços de inflação no atacado brasileiro voltaram a cair.

“Faltaria então examinar a inflação pela ótica do mercado de trabalho. Os salários estão subindo, mas é preciso analisar o quanto eles sobem em relação à produtividade. O custo do trabalho não está exatamente baixo, mas está próximo ao observado entre 2017 e 2019. O custo unitário do trabalho não está apertado.”

Os comentários foram feitos em debate na sede do BC em São Paulo, no painel sobre os rumos da política monetária no Brasil, mediado pelo diretor de política econômica da autoridade monetária, Diogo Guillen. Já em debate sobre o am-

biente externo, mediado pelo diretor de assuntos internacionais, Paulo Picchetti, as preocupações sobre a resiliência da atividade econômica dos EUA predominaram.

“Se a gente voltar seis meses, a discussão seria sobre o ‘soft landing’ e uma recessão. Hoje o debate gira em torno do ‘no landing’. Isso traz um desafio grande para o Fed. Temos um cenário de três cortes [nos juros] a partir de julho, mas estamos trabalhando no cenário alternativo de dois cortes, começando em setembro. Nesse contexto, não só o Brasil mas outros bancos centrais ao redor do globo teriam que lidar com essa questão”, avaliou Ricardo Bastos, chefe de inteligência de mercado da Previ.

Já o economista-chefe da Citirino Gestão de Recursos, Raí Chicoli, acredita que um “soft landing” nos EUA demandaria uma desaceleração mais forte do mercado de trabalho. “A última milha da inflação vai ter que passar por um mercado de trabalho se ajustando. Se não acontecer, o risco de ‘no landing’ aumenta e, talvez, o Fed teria que fazer o ‘higher for longer’. Talvez até subir os juros. Esse não é o nosso caso, mas aumento de probabilidade.”

O estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, destacou o comportamento volátil da curva de juros dos EUA nos últimos meses, que se assemelhou à dinâmica de emergentes. “Houve exagero com as apostas de cortes e fechamos dezembro com precificação de mais de seis cortes. Isso trouxe um rali nos emergentes e nossa taxa de câmbio fechou a R\$ 4,85 por dólar. Os dados de atividade nos EUA continuam resilientes e diversos dirigentes fizeram discursos apontando necessidade de cautela, levando a uma reversão, mas parece que a precificação hoje é muito mais razoável e a maior parte do ajuste já ocorreu.”

Goldenstein afirma que o mercado de câmbio se comportou bem neste intervalo, mas alguns fatores locais, como os sinais de interferência do governo na Vale e Petrobras, bem como a queda de popularidade do governo em pesquisas de opinião, acenderam sinal amarelo no mercado. “Isso explica também porque o real sofreu mais que os pares.”

Bancos dos EUA devem elevar lucros com cortes modestos de juro do Fed

Joshua Franklin e Stephen Gandel
Financial Times, de Nova York

Os maiores bancos dos Estados Unidos deverão obter neste ano lucros maiores do que o esperado com suas operações de empréstimos, à medida que fica mais claro que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) realizará apenas cortes modestos em sua taxa de juros de referência.

Nos últimos dois anos, grandes bancos como J.P. Morgan Chase, Bank of America (BoFA), Citigroup e Wells Fargo cobraram mais pelos empréstimos em sintonia com o aumento das taxas de juros pelo Fed, sem repassar totalmente esse aumento para os depositantes.

Os bancos alertaram os investidores em janeiro que esses lucros com empréstimos — o chamado rendimento líquido dos juros — cairiam em 2024, em antecipação aos vários cortes esperados nas taxas de juros e à transferência de dinheiro pelos poupadores para contas de depósito com remuneração mais elevada, o que afetaria as margens de lucro das instituições.

Mas as perspectivas para os grandes bancos melhoraram, com o mercado agora esperando que o Fed fará no decorrer de 2024 entre dois e três cortes nos juros, que se encontram no nível mais elevado em 23 anos, de 5,25% a 5,5%. A expectativa anterior era de seis cortes nas taxas do Fed. Analistas afirmam que alguns bancos poderão elevar seus “guidances” (projeções) quando anunciarem os resultados do primeiro trimestre deste ano, a partir desta semana.

“Menos cortes nos juros significa que acreditamos que os bancos deverão ter uma perspectiva melhor para o rendimento líquido de juros para 2024 como um todo, do que tinham em janeiro”, diz Betsy Graseck, analista do Morgan Stanley.

J.P. Morgan, Citigroup e Wells Fargo vão anunciar seus resultados em 12 de abril. O Goldman Sachs divulga seus números em 15 de abril, e o Morgan Stanley e o Bank of America, no dia seguinte. Apesar das perspectivas melhores para o rendimento líquido de juros, em média, os analistas antecipam que o lucro líquido dos bancos nos primeiros três meses de 2024 cairá cerca de 14%, segundo dados compilados pela Bloomberg.

Os lucros poderão ser afetados por taxas adicionais como parte do plano da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) de recuperar as perdas associadas ao resgate do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank no ano passado, a maioria das quais os grupos já pagaram em 2023.

Como os custos dos empréstimos aumentaram, os bancos vêm aumentando constantemente a quantidade de dinheiro que reservam para cobrir possíveis perdas. Analistas acreditam que as baixas contábeis — as perdas com empréstimos designados como irrecuperáveis — no

primeiro trimestre aumentarão para cerca de US\$ 6,7 bilhões coletivamente no J.P. Morgan, BoFA, Citigroup e Wells Fargo, número que no ano passado ficou em US\$ 3,85 bilhões. Analistas consideram o aumento dessas perdas como administrável.

“Acreditamos que as perdas com empréstimos continuarão aumentando ao longo do ano”, diz Jason Goldberg, analista de bancos do Barclays. “Os bancos estão aumentando suas provisões e acreditamos que eles continuarão fazendo isso.”

Analistas preveem que J.P. Morgan, Goldman, Morgan Stanley, Citigroup e BoFA informarão coletivamente cerca de US\$ 30 bilhões em receitas de negociações de títulos e valores mobiliários para o primeiro trimestre de 2024, uma queda de cerca de 6% em relação ao mesmo período do ano passado e o menor número para um começo de ano desde 2020, segundo dados compilados pela Bloomberg.

Geralmente o começo do ano é um período forte para as operações com títulos dos bancos, com os clientes retornando em janeiro e fazendo novas apostas financeiras, mas os mercados não estão tão frenéticos neste início de 2024 quanto nos últimos anos.

“Todo mundo está esperando a normalização [da atividade de negociação]. E parece que estamos conseguindo parte disso”, diz Scott Siefers, analista bancário da Piper Sandler.

Os enormes lucros com a negociação de títulos ligados a grandes acontecimentos econômicos e geopolíticos — como os programas de estímulo econômico durante a pandemia de covid-19, a invasão da Ucrânia pela Rússia, que atingiu os mercados de commodities, e as mudanças nas políticas do banco central para estimular as negociações — impulsionaram os bancos nos últimos anos, num momento em que as receitas com a atividade de banco de investimentos sofreram com uma queda acentuada na atividade de negociação.

Para analistas, as receitas com a atividade de banco de investimentos aumentaram no primeiro trimestre em relação aos baixos níveis do mesmo período do ano passado, com a atividade na área de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) e as subscrições nos mercados de capitais dando sinais de recuperação. O número de “takeovers” avaliados em pelo menos US\$ 10 bilhões mais que dobrou no primeiro trimestre. Mas vale lembrar que os bancos de investimentos só receberão suas comissões quando os negócios forem concluídos.

“As receitas [com a atividade de banco de investimentos] ainda serão mais fracas”, diz Chris Kotowski, analista de bancos da Oppenheimer. “Mas o fato de as fusões e aquisições anunciadas terem aumentado é um bom indicativo de que deveremos ter uma recuperação das receitas mais no fim do ano.”

Curta

Recurso da B3 no Carf

A B3 teve uma decisão desfavorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) relacionada a um recurso a um auto de infração aplicado pela Receita Federal no valor de R\$ 5,4 bilhões. A Receita questionou a amortização do ágio gerado com a incorporação da Bovespa em 2018. Após decisão da Câmara baixa do Carf, a B3 diz que irá apre-

sentar recurso à Câmara Superior. Em comunicado, a B3 reafirmou “seu entendimento de que o ágio foi constituído regularmente, em estrita conformidade.” O Carf também analisou recurso a outro auto de infração da Receita, que questionou o cômputo das variações cambiais positivas do investimento da B3 no CME Group. Nesse caso, a decisão foi favorável à B3. **(Rita Azevedo)**

Regulação Autoridade prepara força-tarefa para negociação com bancos, autorizada em portaria da AGU, de créditos inscritos em dívida ativa, como os do antigo Proer

BC poderá fazer acordos para reaver R\$ 18 bi

Guilherme Pimenta e
Jéssica Sant’Ana
De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) autorizou que o Banco Central (BC) faça acordos com bancos e integrantes do Sistema Financeiro Nacional para tentar recuperar valores de um universo de quase R\$ 18 bilhões devidos à autoridade monetária.

Foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU) portaria da Advocacia-Geral da União (AGU) que autoriza o BC a realizar transações de créditos inscritos em dívida ativa com o sistema financeiro. Hoje, há R\$ 17,9 bilhões em ações de execução fiscal considerados quase irrecuperáveis. Com essa nova permissão, o BC vai criar uma força-tarefa para fazer esses acordos.

Dados internos do BC estimam que a recuperação dos créditos, hoje, equivale a somente 2% do valor devido. Com a portaria autorizando a realização dos acordos com as instituições financeiras, esse volume pode dar um salto e chegar até 20%, segundo membros da autoridade monetária.

O acordo pode permitir que devedores voltem a operar no sistema financeiro. Quando envolvem pessoas físicas, possibilitam o acesso ao crédito, já que elas estão negativadas e inscritas em cadastros negativos de crédito.

Segundo o **Valor** apurou, de todo o montante devido, a maior parte se refere ao socorro pelo BC no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), da década de 90. As dívidas envolvem principalmente o falido Banco Nacional.

Há ainda empresas que devem



Roman, da AGU: valores poderão ser incorporados ao patrimônio da União

ao BC valores que envolvem multas antigas de operações de importação e sonegação de cobertura cambial, realizadas no passado, que alcançavam empresas não reguladas.

Além disso, o montante ainda engloba multas que são aplicadas há décadas pelo BC em processos sancionadores contra bancos e seus administradores nos casos de infração ao sistema financeiro. Elas são contestadas no Poder Judiciário e, mesmo com a vitória da autoridade monetária, nunca são pagas.

Dados do Banco Central indicam um aumento constante na inscrição desses valores. Ao final de 2023, eram R\$ 17,9 bilhões inscritos, aumento de R\$ 400 milhões em relação a 2022.

“São valores que são considera-

dos hoje pelo Banco Central como irrecuperáveis ou de recuperação remota, com baixíssima possibilidade de recuperação, mas que, diante das novas condições, podem ser incorporados ao patrimônio da União”, disse ao **Valor** o ministro-substituto da AGU, Flavio José Roman, ex-procurador-geral adjunto do BC. Ele assina a portaria.

“O BC passa a ter mais uma opção para cobrar e recuperar créditos de difícil recuperação”
Marcel Mascarenhas

De acordo com ele, de maneira “bastante incompreensível”, o BC era o único órgão da administração federal que não estava autorizado a fazer acordos.

Membros do BC destacam que, pelas regras atuais de cobrança, a dificuldade em recuperar os valores devidos no sistema financeiro é altíssima. Em muitos casos, é preciso primeiro localizar os devedores, bem como fazer pesquisas de bens envolvidos para serem bloqueados.

Há dívidas nas quais o banco já decretou falência e, assim, não há mais patrimônio a ser cobrado, ou então casos nos quais há esvaziamento proposital do patrimônio com a transferência para terceiros. Além disso, o processo judicial de cobrança não pode ficar parado mais de cinco anos devido à regra da prescrição, quando a cobrança é extinta.

No passado, o BC já deixou de realizar acordos bilionários com devedores, já que não existia uma previsão jurídica que conferisse segurança aos analistas e procuradores.

Agora, a portaria publicada ontem permite que o BC arrecade mais e transfira esse resultado ao Tesouro Nacional ao final de cada exercício para abatimento da dívida pública, caso as contas da autoridade monetária fiquem no azul. Ao contrário da dívida ativa de outros órgãos, o valor arrecadado pelo BC é, do ponto de vista contábil, uma receita financeira, não primária.

A partir da possibilidade de transação tributária, a Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) vai criar, agora, um departamento específico para a realização de acordos e cobranças dos créditos devidos pelos bancos e administradores.

A portaria possibilita parcelamento dos valores negociados com concessão de descontos, diferimento ou moratória, como também oferecimento, substituição ou alienação de garantias.

Poderão negociar devedores falidos ou em processo de recuperação judicial, ou em intervenção extrajudicial pelo BC. O prazo máximo para quitação dos valores será de 120 meses e o limite máximo de redução do valor devido será de até 70%, a depender da situação financeira do devedor.

De acordo com Marcel Mascarenhas, sócio do Warde Advogados e ex-procurador-geral adjunto do BC, a medida é exitosa e vai permitir que a autoridade monetária eleve o valor arrecadado que hoje é devido por bancos, empresas e pessoas jurídicas. “O BC passa a ter mais uma opção para cobrar e recuperar créditos de difícil recuperação, normalmente relacionados a casos em que não foram localizados bens em nome dos devedores ou em que estes se ocultam ou não possuem ativos líquidos”, afirmou.

“As transações resolutivas de litígios têm sido, já há alguns anos, um instrumento eficiente de ampliação da recuperação de créditos da União, mas o Banco Central ainda não dispunha dessa ferramenta, o que dependia de regulamentação”, complementou o advogado.

A portaria, afirmou o advogado, tem o benefício de possibilitar aos devedores condições especiais, como a concessão de desconto, diferimento ou moratória parcial ou a substituição de garantias, permitindo acertar o pagamento de ao menos parte da dívida com o encerramento das restrições decorrentes do inadimplemento.

BSM paga R\$ 1,25 mi em ressarcimento de 73 casos

Álvaro Campos
De São Paulo

O Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP) da BSM, autorreguladora do mercado de capitais brasileiro, realizou 73 ressarcimentos que somaram R\$ 1,249 milhão em 2021, segundo o relatório anual da entidade. Os dados diferem de números divulgados pela BSM no início deste ano porque incluem também os pagamentos de casos que estavam em julgamento com a CVM, mesmo antes de 2023.

Segundo a BSM, a implementação de melhorias resultou no menor número de estoque de casos da história recente do MRP (67 casos). No ano passado, o mecanismo recebeu 334 solicitações e concluiu 469. Das solicitações recebidas, 28,2% foram sobre falha de plataforma, 25,4% sobre problemas com ordens, 23,9% sobre liquidação compulsória, 0,6% sobre liquidação extrajudicial e 21,9% sobre demais temas.

“Temos o compromisso de acompanhar as mudanças do mercado em tempo real, entender quais são as suas implicações sobre a segurança e a eficiência dos mercados em que atuamos e ajustar com celeridade o arcabouço e os processos de autorregulação”, explica André Demarco, diretor de autorregulação da BSM.

A atividade de “enforcement”, que tem como objetivo aprimorar os padrões de conduta dos supervisionados, evitar a repetição de irregularidades e estimular a adoção de controles internos adequados, resultou no envio de 159 cartas de alerta, 39 cartas de recomendação e na instauração de 17 PADs (Processos Administrativos Disciplinares).

A EY parabeniza a BNDESPar e a Novonor pela venda das ações da Ocyan. A transação teve a EY como assessora financeira exclusiva da BNDESPar.

A transação foi concluída por US\$ 390 milhões, sendo US\$ 283 milhões destinados à participação da Novonor na Ocyan e o restante ao resgate de títulos previamente emitidos pela Ocyan.

Os recursos da transação relacionados à participação acionária da Novonor serão pagos à BNDESPar, conforme obrigações estabelecidas no plano de reestruturação do Grupo Novonor.

Acesse o QR Code para saber mais

#BetterWorkingWorld

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
CNPJ/MF nº 00.001.180/0001-26
NIRE 33.3.0034676-7

EDITAL DE ADIAMENTO E CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

Por este edital, ficam informados os senhores titulares das debêntures da segunda série em circulação (em conjunto, “**Debenturistas da Segunda Série**”) da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“**Emissão**”, “**Debêntures**” e “**Emissora**”, respectivamente), emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras”, originalmente celebrado em 14 de abril de 2021, entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“**Agente Fiduciário**”), conforme aditado (“**Escritura de Emissão**”), sobre o adiamento da assembleia geral de Debenturistas, originalmente convocada para 12 de abril de 2024, às 11:00, ficando os Debenturistas convocados para se reunirem, em segunda convocação, no dia 19 de abril de 2024, às 16:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas (“**AGD Segunda Série**”), a serem realizadas de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD Segunda Série, através da plataforma “Microsoft Teams” nos termos do artigo 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), para analisar e deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**:

(1) autorização para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (1) para as Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Escritura de Emissão), o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2025; (2) para as Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Escritura de Emissão), o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2030, os efeitos do disposto no item (g) da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que eventual alteração do controle acionário, direto ou indireto, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações conforme definido na Escritura de Emissão), de quaisquer das Subsidiárias Relevantes (conforme definido na Escritura de Emissão) não seja considerado um Evento de Inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático (conforme definido na Escritura de Emissão);

(2) autorização prévia para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (1) para as Debêntures da Primeira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2025; (2) para as Debêntures da Segunda Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2030, as seguintes operações possam ser realizadas e não configurem Evento de Inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático nos termos do item (h) da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período);

(i) quaisquer operações de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo quaisquer das Subsidiárias Relevantes;

(ii) operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária ocorridas entre sociedades do grupo econômico da Emissora, o qual inclui a Emissora, as Controladas (conforme definição de controle previsto no artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada) diretas e indiretas da Emissora e todas e quaisquer sociedades nas quais a Emissora possua participação societária, direta ou indiretamente, independente de deter Controle (“**Grupo Econômico**”), incluindo incorporação pela Emissora de qualquer Subsidiária Relevante ou outras controladas ou investidas da Emissora;

(iii) operações fora do Grupo Econômico da Emissora: (1) que tenham o seguinte resultado (x) a sociedade decorrente da referida reorganização societária, ou envolvida na referida reorganização societária, seja ou venha a ser controlada ou investida direta ou indiretamente pela Emissora, ou a companhia resultante da referida operação venha a ser a própria Emissora, sendo, inclusive, permitido o investimento via aporte de ativos pela Emissora no âmbito da constituição de uma joint venture; e, cumulativamente, e (y) as demais partes envolvidas na referida operação não sejam Pessoas Sancionadas (conforme definido na Escritura de Emissão); ou (2) que sejam operações de incorporação, fusão, cisão ou outra forma de reorganização societária que não resultem na perda pela Emissora de participações societárias ou ativos que representem um valor individual ou agregado, em montante superior a 20% (vinte por cento) do ativo total consolidado da Emissora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas pela Emissora à época da respectiva operação (observado que as operações celebradas nos termos do item (i) acima, ou outras que venham a ser autorizadas previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, não serão computados para fins de verificação do montante autorizado neste item (2));

(3) autorização, nos termos da cláusula 5.2, alínea (j), item (iii), para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (1) para as Debêntures da Primeira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2025; (2) para as Debêntures da Segunda Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2030, as seguintes operações de venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, detidos pela Emissora e/ou por Subsidiárias Relevantes, possam ser realizadas e não configurem Evento de Inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período);

(i) operações em que o referido bem e/ou ativo (inclusive participações societárias) seja vendido, cedido, locado ou alienado para uma sociedade controlada ou investida direta ou indiretamente pela Emissora (inclusive aportes de ativos no âmbito de constituição de uma joint venture pela Emissora ou por Subsidiárias Relevantes);

(ii) operações de venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, detidos por Subsidiárias Relevantes que representem menos de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Emissora, conforme última demonstração financeira consolidada da Emissora;

(iii) operações com as seguintes características: (a) que 75% (setenta e cinco por cento) ou mais dos recursos líquidos originários da referida operação forem empregados na amortização e/ou quitação (incluindo por meio de dação em pagamento), de dívidas da Emissora e/ou das Subsidiárias Relevantes, desde que o pagamento antecipado já seja autorizado pelos respectivos instrumentos das dívidas, ou de outros passivos em aberto, inclusive aqueles decorrentes de decisões administrativas, arbitrais ou judiciais (ou acordos ou transações), ou depositados em conta vinculada destinada ao pagamento de tais obrigações, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do efetivo recebimento dos recursos financeiros pela respectiva entidade, ou no reembolso ou ressarcimento de dívidas que tenham sido pagas com recursos próprios da Emissora e/ou das Subsidiárias Relevantes, ou (b) que a referida operação resulte em desoneração de garantias prestadas pela Emissora e/ou por Subsidiárias Relevantes, no âmbito de obrigações contraídas pelas sociedades objeto da venda, cessão, locação ou alienação, em valor equivalente a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos recursos líquidos originários da referida operação;

(iv) operações nas quais os recursos da venda forem destinados para aquisição de, ou investimento em, novos ativos que tenham, no mínimo, a mesma representatividade dos ativos vendidos, cedidos, locados ou alienados no momento da compra;

(v) operações em que o referido bem e/ou ativo (inclusive participações societárias) seja locado ou arrendado para terceiros no curso ordinário dos negócios da Emissora e/ou das Subsidiárias Relevantes, incluindo operações de arrendamento de plantas;

(vi) nas demais hipóteses que não aquelas previstas em qualquer dos itens “(i)” a “(v)” retro, desde que, em conjunto ou isoladamente, tais operações representem um valor, individual ou agregado, em montante equivalente ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total consolidado da Emissora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas pela Emissora à época da respectiva operação;

(4) autorização para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (1) para as Debêntures da Primeira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2025; (2) para as Debêntures da Segunda Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2030, os efeitos do disposto no item (p) da Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão sejam suspensos, de modo que a Emissora possa honrar quaisquer garantias fidejussórias prestadas e aportar capital em subsidiárias, sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas) e/ou sociedades sob controle comum pela Emissora no contexto de solicitações de aporte de capital exigidas por credores das referidas sociedades, nas circunstâncias descritas na referida cláusula, sem que tais hipóteses sejam consideradas Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão);

(5) autorização, nos termos da cláusula 5.3, alínea (d), item (i), para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (1) para as Debêntures da Primeira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2025; (2) para as Debêntures da Segunda Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2030, as seguintes operações possam ser prestadas e/ou constituídas, e não configurem Evento de Inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático (o período mencionado neste item se refere à data de celebração dos contratos das operações previstas neste item, ainda que o fechamento seja consumado após tal período):

(i) constituição, pelas Subsidiárias Relevantes da Emissora, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, ainda que sob condição suspensiva e independente do valor;

(ii) outorga, pela Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias fidejussórias em favor de terceiros sobre quaisquer ativos em valor, individual ou agregado, inferior a 10% (dez por cento) do EBITDA Ajustado da Emissora tomando como base as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e disponibilizadas pela Emissora, ou seu equivalente em outras moedas, bem como:

(A) as garantias atualmente existentes e suas eventuais renovações e/ou prorrogações;

(B) garantias constituídas no âmbito de processos judiciais ou administrativos;

(C) as garantias prestadas pela Emissora em favor (1) de suas controladas ou outras investidas; ou (2) da Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR (“**Eletronuclear**”) (em ambos os casos deste item “(c)”, na proporção do capital votante detido pela Emissora na referida controlada ou investida ou na Eletronuclear, conforme o caso);

(iii) constituição, pela Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias reais ou ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos em valor, individual ou agregado, inferior a 10% (dez por cento) do EBITDA Ajustado da Emissora, tomando como base as últimas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e disponibilizadas pela Emissora, ou seu equivalente em outras moedas, bem como:

(A) as garantias atualmente existentes e suas eventuais renovações e/ou prorrogações, ou as garantias reais existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade quando tal sociedade se tornar uma controlada ou investida, direta ou indireta, da Emissora;

(B) ônus ou gravames constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos, ou em decorrência de exigência do licitante em concorrências públicas ou privadas (performance bond), até o limite e prazo determinados nos documentos relativos à respectiva concorrência;

(C) as garantias reais prestadas pela Emissora (1) em favor de suas controladas ou outras investidas ou (2) em favor Eletronuclear (em ambos os casos deste item “(c)”, na proporção do capital votante detido pela Emissora na referida controlada ou investida ou na Eletronuclear, conforme o caso); ou (3) aquelas constituídas pela Emissora para financiar todo ou parte do preço (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação) de aquisição, construção ou reforma, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer ativo (incluindo capital social de sociedades), e constituídas exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; ou (4) em garantia de dívidas financeiras com recursos provenientes, direta ou indiretamente, de entidades multilaterais de crédito ou bancos de desenvolvimento, locais ou internacionais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, BNDES Participações S.A. – BNDES-PAR, FINAME, FINEM, SUDAM, SUDENE, ou entidades assemelhadas), ou de bancos comerciais privados atuando como credores, em conjunto com, ou como agentes de repasse de entidades multilaterais de crédito ou bancos de desenvolvimento, no âmbito de tais dívidas financeiras, ou dívidas financeiras com bancos cujo capital seja detido pelo governo (tais como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil); ou (5) no âmbito de contratos de derivativos sem propósito especulativo; ou (6) sobre ativos vinculados a projetos de geração e/ou transmissão de energia

elétrica da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas ou investidas diretas e/ou indiretas, para fins de garantir financiamentos tomados para implantação e desenvolvimento dos respectivos projetos, inclusive a aquisição de equipamentos em substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade ou eliminação de ativos operacionais obsoletos; ou (7) sobre recebíveis da Emissora, em garantia a obrigações financeiras incorridas pela Emissora e/ou por suas investidas diretas ou indiretas, no curso ordinário de negócios;

(6) autorização para que, exclusivamente durante os seguintes períodos: (1) para as Debêntures da Primeira Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2025; (2) para as Debêntures da Segunda Série, o período entre a data de aprovação do presente pleito na respectiva assembleia geral de debenturistas e 15 de outubro de 2030, os efeitos do disposto nos itens (b), (d), e (i) da cláusula 5.2, e nos itens (a), (e), (f), (g) e (l) da Cláusula 5.3 da Escritura de Emissão sejam suspensos exclusivamente no que se refere a eventos relacionados a Subsidiárias Relevantes, de modo que não configurem Evento de Inadimplemento – Vencimento Antecipado Automático ou Eventos de Inadimplemento, conforme o caso, os eventos envolvendo subsidiárias ou controladas diretas ou indiretas que representem menos de 20% (vinte por cento) do ativo consolidado da Emissora, conforme últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; e

(7) caso sejam aprovadas as matérias dos itens (1) a (6) acima, aprovar a prática pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, em conjunto com a Emissora, de todos os demais atos eventualmente necessários para refletir o disposto nas referidas deliberações, desde que os referidos atos sejam atrelados, exclusivamente, às deliberações ora tomadas

Em contrapartida aos consentimentos prévios solicitados, a administração da Companhia propõe que seja pago aos Debenturistas da Segunda Série uma remuneração extraordinária a ser aprovada em conjunto pelos Debenturistas da Segunda Série reunidos na AGD Segunda Série e pela Companhia da seguinte forma:

(i) para as Debêntures da Segunda Série percentual flat equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o saldo devedor das respectivas Debêntures da Segunda Série na data da respectiva assembleia geral de debenturistas que aprovou a integralidade das deliberações (“**Montante do Waiver Segunda Série**”).

O Montante do Waiver Segunda Série será pago em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da última assembleia geral de debenturistas que ocorra dentre aquelas objeto dos seguintes editais de convocação (incluindo eventuais suspensões, reaberturas, adiamentos e novas convocações de assembleia que tenham a mesma ordem do dia como objeto):

• Edital de convocação da assembleia geral de debenturistas da 3ª (terceira) e 4ª (quarta) séries da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quatro) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, datado de 4 de março de 2024;

• Edital de convocação da assembleia geral de debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, datado de 4 de março de 2024; e

• Edital de convocação da assembleia geral de debenturistas da segunda série da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Furnas – Centrais Elétricas S.A., datado de 4 de março de 2024.

Informações Gerais:

Os Debenturistas da Segunda Série interessados em participar da AGD Segunda Série por meio da plataforma “Microsoft Teams” deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.algre@eletrobras.com, com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br, imprimeiramente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD Segunda Série, manifestando seu interesse em participar da AGD Segunda Série e solicitando o link de acesso ao sistema (“**Cadastro**”). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD Segunda Série, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD Segunda Série, conforme detalhado abaixo.

Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD Segunda Série, por meio da plataforma “Microsoft Teams”, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelos disponibilizados pela Emissora no seu website (ri.eletrobras.com) e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para o endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br, imprimeiramente, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da AGD Segunda Série. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e/ou de representação, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista e as demais partes da operação ou as matérias da Ordem do Dia. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.

Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD Segunda Série ou enviar instrução de voto, os Debenturistas da Segunda Série deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário (i) quando pessoa física: cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) ou, caso seja representado por procurador nos termos do item (ii) abaixo, declaração emitida por instituição financeira de primeira linha que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista; e (ii) caso o debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD Segunda Série ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital.

O representante do debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD Segunda Série como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o debenturista pessoa jurídica,

sendo admitida a assinatura digital; e (c) se instituição financeira de primeira linha, declaração que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista.

Com relação aos fundos de investimento, a representação destes na AGD Segunda Série caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma.

As pessoas naturais Debenturistas da Segunda Série da Emissora somente poderão ser representadas na AGD Segunda Série por procurador que seja acionista, administrador da Emissora, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Segunda Série da Emissora poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Emissora, acionista ou advogado.

Os Debenturistas da Segunda Série que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGD Segunda Série via sistema eletrônico de votação a distância.

Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, os Debenturistas da Segunda Série receberão, até 1 (um) Dia Útil antes da AGD Segunda Série, as instruções para acesso à plataforma “Microsoft Teams”.

Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 1 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD Segunda Série, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.algre@eletrobras.com, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD Segunda Série, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas da Segunda Série poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail pedro.motta@eletrobras.com // acatao@eletrobras.com // david.algre@eletrobras.com, ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br.

A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas da Segunda Série que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD Segunda Série, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital.

Na data da AGD Segunda Série, o link de acesso à plataforma “Microsoft Teams” estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD Segunda Série, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD Segunda Série, não será possível o ingresso do debenturista na AGD Segunda Série, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas da Segunda Série acessem a plataforma digital para participação da AGD Segunda Série com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD Segunda Série a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas da Segunda Série Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma “Microsoft Teams” para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD Segunda Série.

Eventuais manifestações de voto na AGD Segunda Série deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD Segunda Série. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD Segunda Série, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD Segunda Série, sem a possibilidade de manifestação.

A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações relacionadas ao acesso digital à AGD Segunda Série que não estejam sob controle da Emissora.

Os Debenturistas da Segunda Série que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD Segunda Série, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD Segunda Série através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD Segunda Série, será considerada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81.


Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das AGD Segunda Série, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD Segunda Série se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD Segunda Série.

Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.pentagonotrustee.com.br), da Emissora (ri.eletrobras.com) e da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).


Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas, estejam no plural ou no singular, e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Distrito Federal, 10 de abril de 2024.

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores




GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL




PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Protocolos: 20.894.087-2; Edital: 01/2024
Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural/PR
Objeto: As empresas Eссор Seguros S.A., Newe Seguros S.A., Sancor Seguros do Brasil S.A., Sombrero Seguros S.A. e Too Seguros S.A., estão aptas e qualificadas à implementação de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural SEPSR/PR ao produtor com propriedade no Estado do Paraná.
A Comissão de Credenciamento; Curitiba, 09 de abril de 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº03/2024-PROFISCO II/SEFAZ-MA
Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA
Sector: O Estado do Maranhão recebeu um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se propõe à utilizar parte destes fundos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis em virtude do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFISCO II para “Contratação de consultor individual especializado em plataformas de infraestrutura para atuar nas atividades de concepção, análise, projeto, implementação, implantação, documentação e otimização de ambientes de hardware e software voltados para a sustentação das aplicações constantes no portfólio de sistemas da SEFAZ-MA, bem como quaisquer novos projetos, proporcionando um ganho de eficiência aos serviços prestados pelo Corpo Técnico de Tecnologia da Informação (COTEC)”.
A Secretaria de Estado da Fazenda convida Consultores elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. **Para acesso ao Convite completo, acesse o link:** <https://encurtador.com.br/qRWXX>



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Estratégia Manutenção de juros altos nos EUA é barreira para vinda de recursos, mas questões locais também atrapalham, diz vice-presidente

Santander vê ‘teses’ de investimento no Brasil à espera de gatilho

Fernanda Guimarães e Talita Moreira
De São Paulo

A combinação de amplo mercado consumidor, economia diversificada e considerada “amigável” geopoliticamente eleva o potencial do Brasil de atrair o capital estrangeiro, mas o país ainda enfrenta uma ausência de gatilhos para a entrada desse fluxo, afirma o vice-presidente de atacado do Santander Brasil, Renato Ejnisman. O mais evidente deles é a queda de juros nos Estados Unidos, que tem sido postergada diante da persistência de sinais inflacionários no país, o que tem mantido os investidores financeiros mais distantes dos ativos de risco. Por outro lado, ressalta, a falta de clareza sobre o Brasil também tem pesado contra os investimentos vindos de fora. Isso não quer dizer, contudo, que o país não possa atrair o capital estrangeiro. “Não faltam teses para se investir no Brasil”, diz Ejnisman em entrevista ao **Valor**. O executivo completou recentemente seu primeiro ano à frente da área de atacado do Santander, depois de cerca de 15 anos no banco de investimento do Bradesco e no Next, banco digital da Cidade de Deus. Por enquanto, segundo o exe-

cutivo, o país não tem conseguido aproveitar um momento que é propício para a entrada de dinheiro de fora. Ao contrário, apenas neste início de ano, o Brasil viu mais de R\$ 20 bilhões em capital estrangeiro escoarem da bolsa local. É o oposto do que acontece em outros países emergentes. A Índia, por exemplo, tem atraído dinheiro como novo polo de crescimento econômico, depois da perda do brilho da China. O México tem recebido investimentos fortemente ancorado na tese do “nearshoring”, tendência de aproximação da produção ao público consumidor. Isso significa, na visão de Ejnisman, que as vantagens competitivas brasileiras precisam ser mais bem exploradas. O país é relevante no agronegócio e tem uma matriz energética grande e limpa, um foco de atenção dos investidores estrangeiros. Há também potencial em projetos de infraestrutura. E o Brasil poderia ainda se beneficiar do “friendshoring”, a destinação dos centros de produção a países mais “amigáveis”, diante das tensões geopolíticas no mundo. No entanto, questões domésticas também voltaram a ganhar destaque nas últimas semanas, especialmente a ingerência em grandes empresas com participação do Estado — sobretudo

Vale e Petrobras, ações muito procuradas por estrangeiros. “Ambas têm um peso muito grande no índice [Ibovespa]. Com o índice caindo, investidores ajustam posições”, diz. Se na bolsa o capital estrangeiro tem se distanciado neste ano, o capital que vem ao país por meio das fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês) está aumentando, com o peso de operações “crossborder” (sobretudo, estrangeiros comprando empresas brasileiras) ganhando corpo. Ao longo das últimas semanas, o “pipeline” de mandatos (operações em fase de preparação) com esse perfil tem crescido dentro do banco, o que sinaliza o interesse dos investidores de mais longo prazo no país. Ejnisman pretende que o Santander amplie sua posição nesse mercado, ganhando espaço dos concorrentes. Desde a chegada do executivo ao comando da área de atacado do banco, a equipe mudou de perfil e aumentou cerca de 10%. Para ficar à frente de mercado de capitais, com foco em renda variável e M&A, trouxe no ano passado Leonardo Cabral, que estava no Credit Suisse. Outros executivos do banco suíço, vendido ao UBS no ano passado, também foram contratados. As operações de renda fixa são coman-



“Não queremos nos alavancar apenas na relação comercial. Temos que ser uma usina de ideias”
Renato Ejnisman

dadas por Sandro Marcondes, que está no Santander desde 2018 e, antes disso, foi diretor financeiro da Neoenergia e já trabalhou no Banco do Brasil. Ejnisman afirma que tem procurado fazer com que o banco de atacado do Santander adote uma postura mais ativa frente aos clientes, de forma que os mandatos de operações no mercado de capitais não sejam apenas consequência do balanço que a instituição financeira tem. Não que esse fator seja ruim, ao

contrário. O executivo frisa que a capacidade do banco de oferecer crédito é uma vantagem competitiva em relação aos demais bancos estrangeiros no Brasil, que não têm a mesma força local. Porém, não pode ser o único fator de atratividade. Segundo Ejnisman, o banco vem tentando mostrar aos clientes que tem o conhecimento local e também a experiência setorial ao redor do mundo, e pode combinar ambos. “Não queremos nos alavancar apenas na relação comercial. Temos que ser uma usina de ideias”, afirma. “Tem um lado mais estratégico que já existia, mas a gente deu um novo foco a ele e a resposta [dos clientes] foi rápida.” Outra frente que tem sido reforçada, segundo o executivo, é a área de médias empresas — o chamado “middle market”. O banco passou a usar mais intensamente dados que já tem sobre esses clientes para fomentar transações. Com essas informa-

ções é possível identificar, por exemplo, companhias que buscam uma capitalização, ou identificar empresas que não têm sucessores e podem se interessar por uma operação de M&A. Hoje, em número de transações, aquelas que envolvem companhias de médio porte já chegam a representar metade do “pipeline” do banco, segundo Ejnisman. Na renda variável, a expectativa do banco é que possa haver alguma retomada de IPOs (ofertas iniciais de ações, na sigla em inglês) ainda em 2024, após uma seca de mais de dois anos. Porém, segundo Cabral, a volta deve ser concentrada em operações de grande porte. “Liquidez é um fator muito importante hoje”, diz. Enquanto isso, as operações de renda fixa vivem um momento aquecido, com forte redução de taxas após as mudanças nas regras para títulos incentivados. “Os spreads estão no patamar mais baixo em cinco anos”, afirma Marcondes.

Cotistas de fundos da Infinity mantêm gestor e RJI renuncia

Juliana Schincariol
Do Rio

Os cotistas dos fundos Infinity votaram pela manutenção da gestora Vanquish, na assembleia que ocorreu em 22 de março. O resultado se deu apesar do baixo quórum e do impedimento da Unimed Vitória, um dos cotistas mais relevantes, determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com o resultado, a administradora RJI decidiu renunciar ao posto. Havia duas gestoras candidatas a substituir a Vanquish: Veritas e Águila Capital. Conforme o **Valor** publicou em meados de março, os cotistas dos fundos se-

guiam divididos sobre o tema. A família dos fundos Infinity contempla quatro veículos: Pipa, Coral, Safira e Forte, que totalizam cerca de 10 mil cotistas. O principal deles é a Unimed Vitória, com mais de R\$ 100 milhões aplicados. A CVM entendeu que o cotista estava em posição de conflito e não poderia votar na assembleia. O regulador chegou a essa conclusão depois de uma entrevista concedida à imprensa capixaba, em que foi informado que a cooperativa de médicos tinha um acordo em separado com o grupo Infinity. Outro ponto considerado pelo regulador foi o pedido da Unimed Vitória para que a as-

sembleia fosse cancelada, em apoio à Vanquish Capital. Na assembleia realizada no dia 22 de março, o menor quórum foi o do fundo Pipa, de 33,39%. Em nenhum dos fundos houve aprovação para troca do gestor. Essa foi a segunda vez que houve tentativa de trocar o gestor, sem sucesso. Com o resultado, a RJI renunciou ao cargo de administrador. “Em função do resultado da assembleia geral de cotistas (...) por discordar da forma como vem sendo conduzida a gestão, a RJI manifesta sua renúncia à administração e às demais funções que exerce”, disse, em fato relevante. Há tempos a relação entre gestor e administrador está contur-

bada. A Vanquish acusa a RJI de mentir para os cotistas e diz que a administradora não tem pudor em “induzi-los” a erro. A RJI foi à CVM para falar das questões envolvendo a Vanquish, citando controvérsias entre o gestor e o administrador em relação às providências que deveriam ser tomadas com relação aos fundos. A área técnica da autarquia decidiu verificar a “incidência, ou não, de hipótese de cancelamento do registro da referida gestora”. Apesar da renúncia, a RJI não vai deixar o posto imediatamente, e exercerá suas funções até a eleição de um substituto, pelo prazo máximo de 90 dias. Pelo histórico turbulento, pessoas

que acompanham o caso acreditam que será difícil encontrar uma empresa que esteja disposta a exercer essa função. Sem um substituto, os fundos seriam liquidados, com a entrega, aos cotistas, de seus ativos e passivos, proporcionalmente à quantidade de cotas que possuírem. Em paralelo, a RJI divulgou na semana passada que o pagamento das garantias aos fundos Vanquish pela ICP Ventures não foi realizado. As dívidas de R\$ 400 milhões referem-se a operações com derivativos realizadas nos fundos, que deveriam ser de renda fixa. Sem o pagamento da obrigação da ICP — parte relacionada que inclui o dono da antiga ges-

tora —, previsto inicialmente para maio de 2023, o prejuízo dos fundos chegou a quase 90%. Naquela ocasião, o pagamento foi adiado por nove meses. A última posição sobre a possibilidade de pagamento foi de que seria realizado até março. Em fato relevante publicado na semana passada, a RJI diz ter notificado a gestora, que em 22 de março “indicou não possuir qualquer informação concreta que indique que o pagamento será realizado de forma voluntária pela contraparte e em que data ele ocorrerá”. A administradora também informou que estava “tomando todas as medidas cabíveis”, sem detalhar.

A retomada dos ‘fundos de tijolo’

Palavra do gestor



Cassiano Jardim

A indústria de fundos de investimentos imobiliários (FIIs) começa a dar sinais de possível retomada em 2024. No pós-covid, sustentada pelos fundos de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), a indústria de FIIs começa a observar movimentos de melhora no mercado secundário dos fundos de ativos reais (“fundos de tijolo”), recuperando valor de mercado frente aos valores patrimoniais. Reflexo da queda da taxa de juros, que saiu de 13,75% no final de 2022 para 11,25% no fim de janeiro de 2024, com expectativas de atingir 9% a 9,5% até o final do ano. Somado a isso, as recentes alterações propostas pelo Ministério da Fazenda, mudando o regimento de fundos exclusivos (Lei nº 14.754), alterando o regime de emissões de produtos tradicionais isentos (LCI/LCA pela Resolução CMN 5.118 e CRI/CRA pela Resolução 5.119), devem trazer ainda mais força para esse movimento de migração de capital para os fundos de tijolo. As novas captações mostram a evolução da indústria de FIIs pela criatividade em estruturas

que buscam antecipar a vinda de investidores para as novas ofertas. Nas condições de mercado atuais, mesmo com as taxas de juros em queda, as aplicações pós-fixadas em CDI ainda apresentam uma melhor alternativa de curto prazo para os investidores, quando comparadas ao “dividend yield” corrente dos principais FIIs. As novas ofertas buscam replicar a curva descendente da taxa de juros, proporcionando yields superiores no curto prazo e estabilizando em patamares inferiores no futuro. Na maioria dos casos, isso é alcançado por meio de aquisições imobiliárias parceladas. Assim, o fundo passa a receber 100% da renda do ativo enquanto paga somente uma parcela do preço, resultando em um dividend yield muito superior no período entre a assinatura da compra e o desembolso total do preço. Ao mesmo tempo em que a indústria mostra evolução, evidenciada pela criatividade nas estruturas complexas que contornam situações que no passado travaram a indústria, por outro lado, continuamos a ver o quanto a discussão gira muito mais em torno do

dividend yield imediato do que na qualidade do portfólio. Claro que olhar para o yield, avaliando as demais alternativas de investimento disponíveis, não é algo errado. O produto fundo imobiliário, com sua característica de isenção a dividendos, foi criado pensando nisso. Mas claramente ainda há muito chão no processo de sofisticação do investidor nesse mercado. A pergunta que fica é: quanto os investidores aprenderam com os erros do passado e o quanto a decisão nas ofertas atuais é fundamentada? Já vimos o mercado sofrendo no passado, na classe de fundos de lajes corporativas, com ofertas sustentadas em estruturas de renda garantida — ofertas que, ao término do prazo da garantia, mostravam o quão mal precificadas foram, com ativos ruins, em localidades não óbvias, com alto nível de vacância e aluguéis fora de mercado, resultando em quedas abruptas dos rendimentos e, consequentemente, do valor das cotas. A isenção nos dividendos, que é o grande chamariz, acaba por gerar a distorção que faz

com que investidores avaliem um produto de renda variável como um produto de renda fixa, pouco se preocupando com o que está por trás. Isso é potencializado pelo processo de distribuição, que acaba focando muito mais na curva de dividendos estimados no curto prazo do que na estratégia de gestão, descrição dos ativos, suas localizações, nível de locação, percentual de vacância — pontos que, no médio a longo prazo, vão determinar o quão resiliente o fundo será na geração de renda. Essa evolução do investidor é o grande desafio da indústria. Gestores, distribuidores, administradores precisam tratar esse problema com seriedade para que a indústria como um todo possa subir de patamar. Negligenciar isso, tratando o assunto como um problema de quem está do outro lado da mesa, é uma visão míope, pois, a longo prazo, todos irão pagar a conta. O mercado de FIIs de tijolo tem muito espaço para crescer, mas o mercado de ativos de qualidade é relativamente pequeno e a indústria já mostra claros sinais de consolidação,

com grandes investidores internacionais adquirindo grandes portfólios no Brasil. Tudo isso faz com que margem de erro daqui para frente seja muito pequena. Portanto, para manter o crescimento exponencial que esse mercado vem apresentando, a indústria precisa investir na qualidade da distribuição da informação sobre os ativos e na visão de longo prazo na montagem de seus portfólios. Pois os investidores de FIIs não são compostos de agentes capazes de operar o ciclo do mercado, entrando e saindo na hora certa — e, para muitos, uma primeira experiência ruim vai distanciar-los de considerar entrar em uma oferta no futuro, limitando, assim, o crescimento como um todo da indústria.

Cassiano Jardim é diretor financeiro da Barzel Properties
E-mail cassiano.jardim@barzelproperties.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.



Valor E
Quarta-feira, 10 de abril de 2024

Legislação & Tributos SP

Tributário Decisão é da 2ª Turma e foi dada em caso envolvendo herdeiros do Rio Grande do Sul

STJ afasta cobrança de multa e juros sobre ITCMD progressivo

Marcela Villar
De São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem autorizado contribuintes a pagar diferença de ITCMD, gerada com a aplicação da tabela de alíquotas progressivas, sem multa. Ontem, além dessa penalidade, a 2ª Turma decidiu, por unanimidade, também afastar o pagamento de juros de mora, por conta, no caso, da falta de notificação prévia da Fazenda do Rio Grande do Sul.

A decisão, apesar de não ser em recurso repetitivo, pode abrir brecha para que contribuintes pleiteiem o mesmo direito. Ainda mais quando a progressividade da alíquota do imposto sobre heranças e doações deve ser adotada em todo o Brasil com a reforma tributária. Estados como São Paulo, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Roraima, que têm alíquota fixa, passarão a adotar novas leis para a aplicar a progressão — quanto maior o patrimônio, mais alta a alíquota.

A discussão analisada no STJ deriva de uma outra tese, que já havia sido perdida pelos contribuintes, sobre a validade da aplicação da tabela progressiva do ITCMD — chancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013. O caso julgado pelos ministros (RE 562045) é do Rio Grande do Sul, que passou a adotar a prática em 1989, com base na Lei nº 8.821.

Em agosto de 2014, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que tinha jurisprudência contrária, internalizou a decisão em repercussão geral e passou a entender pela validade da progressão. Mas surgiu

o debate sobre a partir de quando deveria ser contado o prazo de prescrição para a cobrança da diferença entre a alíquota mínima e as demais, assim como multa e juros.

No caso julgado ontem pelo STJ, os contribuintes pagaram o imposto com alíquota de 1% em 2011, antes da decisão do STF de 2013. Em outubro de 2019, o Fisco gaúcho enviou a cobrança para o contribuinte, com o valor a ser pago com a aplicação da alíquota máxima, de 6%. Essa diferença, com multa e juros, fez os herdeiros pagarem R\$ 60 mil a mais de impostos. O caso envolve a transferência de patrimônio de um pai morto para três filhos.

No STJ, dois recursos foram analisados — um da Fazenda estadual e outro dos contribuintes. Enquanto o Estado do Rio Grande do Sul pedia a aplicação de juros, os herdeiros defendiam que a cobrança da diferença do tributo havia prescrito. Ambos recorreram de decisão do TJRS que reconheceu a ausência de decadência e afastou multa e juros.

Na sustentação oral, a procuradora do Estado Fernanda Figueira Tonetto Braga argumentou que a não aplicação dos juros fere o artigo 161 do Código Tributário Nacional (CTN). “A incidência dos juros de mora não depende da má-fé do contribuinte, mas sim do mero inadimplemento”, afirmou, na sessão de julgamento.

O relator do processo, o ministro Herman Benjamin, no entanto, entendeu que, como a Fazenda não discutiu essa questão nos autos no momento oportuno, não seria possível conhecer o recurso. Benjamin foi acompanhado pelos outros mi-

nistros da 2ª Turma — Mauro Campbell Marques, Teodoro Silva Santos, Francisco Falcão e Afrânio Vilela, presidente da turma.

“O acórdão se fundamentou em argumento autônomo insuficiente de que a mora apenas pode ser contada a partir do vencimento da dívida. E, no caso, sequer houve notificação do contribuinte estabelecendo prazo para pagamento do tributo, nem foi definido o quanto era devido. O que, porém, não foi objeto de impugnação no recurso especial. Por isso, não podemos chegar ao ponto principal. Temos jurisprudência, mas não houve impugnação desse fundamento”, disse o relator (REsp 2007872).

Na prática, os ministros do STJ mantiveram o acórdão do TJRS. O tributarista Vinícius da Silva Zanuzzi, do escritório Pimentel & Rohenkohl Advogados Associados, que atuou no caso defendendo os contribuintes, afirma que foi pago o imposto com a alíquota mínima, pois o tema era controvertido. E que partir da decisão do STF em 2013, com a internalização pelo TJRS em 2014, entraram com um mandado de segurança alegando que o direito do Estado de cobrar o débito se extinguiu.

Na visão de Zanuzzi, o prazo de cinco anos para a cobrança se inicia a partir do trânsito em julgado da decisão que homologou o inventário. Subsidiariamente, a partir de 2013, quando o STF declarou constitucional a progressividade.

Para o tribunal estadual e o STJ, a contagem deve ser iniciada no primeiro dia útil do exercício fiscal seguinte à decisão que validou a pro-



Advogado Vinícius da Silva Zanuzzi: tema era controvertido e foi pago o imposto com a alíquota mínima

gressão (no caso do TJRS, através do juízo de retratação), ou seja, em janeiro de 2015. “O prazo para o Fisco acabaria no fim de 2020, mas, na nossa visão, seria em 2019”, afirma o advogado.

A jurisprudência do STJ em relação à decadência é desfavorável aos contribuintes, por isso, não há intenção de recorrer da decisão, diz Zanuzzi. “Desde que houve a uniformização da jurisprudência do STJ, avisamos aos clientes que não tinha mais discussão, mas eles aguardam o trânsito em julgado”, acrescenta ele, citando o EAREsp 1621841. “Acho difícil ter espaço para uma discussão constitucional”.

Para João Vitor Kanufre Xavier, sócio de Galvão Villani, Navarro, Zanjácomo e Bardella Advogados, apesar do caso ser específico, há uma

brecha em favor dos contribuintes. “É uma porta de entrada para novas medidas, uma brecha interessante. Porque se a jurisprudência fosse aplicada em análise mais detida, pelo menos se manteria o juros”.

Segundo ele, muitas receitas estaduais lançam o auto de infração mesmo pendente de critérios de constitucionalidade para prevenir a decadência. “Nesse caso, o Estado do Rio Grande do Sul preferiu esperar.” O “erro”, acrescenta, foi não ter oportunizado para os herdeiros o pagamento do imposto sem multa e juros nos 30 dias antes de lavrar o auto de infração. “É preciso que o contribuinte saiba o valor do tributo e como se aplica a alíquota progressiva. E que o Fisco desse a oportunidade de ele se regularizar.”

Já Carlos Eduardo Amorim, sócio

do Martinelli Advogados, a controvérsia maior sobre a progressividade da alíquota já foi encerrada e a jurisprudência está consolidada em relação à decadência. “Hoje se discute apenas as cobranças que remaneceram. São casos particulares que não devem ter repercussão para outros contribuintes”, diz.

Da decisão, ainda cabe recurso (embargos de declaração). A Procuradoria Geral do Rio Grande do Sul disse que não deve recorrer por ora porque foi mantida a cobrança do tributo. Afirmou ainda que possui ações sobre essa matéria do período entre 2020 e 2022, após a decisão do STF da constitucionalidade da alíquota progressiva. “O processo julgado, nesta terça-feira (09/04), é um dos poucos que ainda remanesçam.”

Corte mantém taxa de retirada de ingresso

Adriana Aguiar
De São Paulo

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu ser lícita a cobrança da taxa de retirada de ingressos — conhecida como “will call”. Vale mesmo quando o consumidor vai até a bilheteria imprimir seus bilhetes para shows ou espetáculos.

Por maioria, os ministros derubaram condenação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) contra a Tickets for Fun, que tinha determinado a devolução em dobro da taxa de retirada dos ingressos para os consumidores que compraram na bilheteria.

O entendimento que prevaleceu no julgamento é o de que há contraprestação de serviço, ao dispor de bilheteria e estrutura para imprimir o bilhete, o que justificaria a cobrança da taxa. A discussão ocorre em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

A Tickets for Fun recorreu da decisão alegando que o TJRJ foi além do que foi pedido no processo pelo Ministério Público, pois teria declarado a abusividade da taxa de retirada, diversa da taxa de conveniência, que ti-



“É preciso distinguir a taxa de conveniência da taxa de retirada”
Isabel Gallotti

nha sido o alvo da ação.

O caso começou a ser julgado em dezembro. O relator, ministro Marco Buzzi, tinha mantido a con-

denação imposta pelo TJRJ por entender que a discussão sobre a taxa de retirada apareceu em diversos momentos na petição inicial e no julgamento. E que o entendimento do tribunal estadual estaria correto, uma vez que não se pode cobrar uma taxa de retirada do consumidor que foi imprimir seu bilhete na bilheteria, por não haver a contraprestação de serviço.

Em seguida, a ministra Maria Isabel Gallotti enfatizou que o acórdão de origem erroneamente tratou como sinônimos os termos taxa de conveniência, taxa de entrega, taxa de retirada e “will call”. Para ela, o pedido do Ministério Público não abrange a taxa de entrega ou retirada, mas a taxa de conveniência, que pode ser exigida desde que exista um destaque de que haverá a cobrança (REsp 1632928). Diante disso, Buzzi resolveu pedir vista.

Ontem, o relator confirmou seu voto. Ele leu alguns trechos que apontam que o Ministério Público também tratou da taxa de retirada. Na sua opinião, seriam abusivas as cobranças tanto da taxa de conveniência quanto da taxa de retirada na bilheteria. Para ele, não se poderia exigir a “will call” porque nenhum servi-

ço foi prestado e “não há facilidade ou conforto nenhum que justifique a cobrança”.

De acordo com o ministro, assim como acontece no mundo inteiro, essas taxas podem ser cobradas, mas para isso deve haver contraprestação, o que nesse caso não teria ocorrido. “Os gastos com bilheteria, banheiro e impressora são inerentes do negócio, sem isso não teria como viabilizar o show. Não se pode cobrar taxa extra por um serviço básico elementar que deve ser disponibilizado ao consumidor”, disse.

Isabel Gallotti, contudo, em seguida, manteve seu voto divergente. Para ela, é preciso distinguir a taxa de conveniência (que cobre os custos de intermediação dos ingressos), da taxa de retirada ou “will call” (cobrada quando o consumidor compra o ingresso por site ou telefone e depois vai retirar na bilheteria) e a taxa de entrega em domicílio (feita pelos correios ou courier).

Para ela, nos dias de hoje, para o bem ou para o mal, nem sempre existe bilheteria no show. “Existe a possibilidade de mandar por e-mail ou aplicativo. Não há dúvida de que a bilheteria atualmente os custos, que justifiquem

a cobrança da taxa para imprimir fisicamente o ingresso”, afirmou.

Os ministros Raul Araújo e Antonio Carlos Ferreira acompanharam a ministra. “Hoje em dia você faz a compra pelo aplicativo e já recebe o QR Code, então isso já está praticamente superado”, disse Ferreira.

De acordo com o promotor de Justiça do Rio que atua no caso, Rodrigo Terra, a decisão contraria os preceitos do Código de Defesa do Consumidor. “A desvantagem em que o consumidor se encontra é evidente porque ele não tem possibilidade de escolha e vai ter que pagar essa taxa extra mesmo na bilheteria”, diz. Ele acrescenta que deve recorrer no STJ e que o tema pode ser levado até o Supremo Tribunal Federal, já que a Constituição diz que é dever do Estado a defesa do consumidor.

De acordo com o advogado Vinícius Zwarg, do Emerenciano, Baggio & Associados, o julgamento reforça que as taxas só podem ser cobradas se houver uma contraprestação. “Porém, faz um aceno ao mercado de que esse tipo de situação não caberia ao Judiciário intervir. Seria mais o caso do mercado se regular. O consumidor passar a avaliar se paga ou não o ingresso por esse valor.”

Destaques

Lucros cessantes

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria de votos, que o dano que poderia justificar a indenização por lucros cessantes decorrentes do atraso na entrega de imóvel não é presumível, caso o comprador, em razão da demora, tenha pedido a rescisão contratual. Ao dar provimento ao recurso de uma construtora, o colegiado estabeleceu uma distinção entre o caso sob análise e a jurisprudência da Corte, que admite a presunção de lucros cessantes em razão do descumprimento do prazo para entrega de imóvel, nos casos em que o comprador deseja manter o vínculo contratual — circunstância em que ele não precisa provar os lucros cessantes, pois estes são presumidos. “Como o autor escolheu a rescisão do contrato, nunca terá o bem em seu patrimônio, de forma que sua pretensão resolutória é incompatível com o postulado ganho relacionado à renda mensal que seria gerada pelo imóvel”, afirmou a ministra Isabel Gallotti, autora do voto que foi acompanhado pela maioria da turma julgadora. Na origem do caso, os sucessores do comprador acionaram a Justiça buscando a rescisão do contrato, além de perdas e danos, em função do atraso na entrega do imóvel vendido na planta pela construtora (REsp 1881482).

Desafios com o PL do Combustível do Futuro

Opinião Jurídica

Luciana Gil, Patricia Mendanha e Luciana Maciel

Após dois anos de tramitação, o Projeto de Lei nº 528/2020, conhecido por “PL do Combustível do Futuro”, está mais próximo de se tornar realidade. A proposição, iniciada na Câmara dos Deputados em 2020 pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), foi aprovada pelo Plenário no dia 15 de março, mediante relatoria e texto substitutivo do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). O projeto, que agora vai para o Senado, foi comemorado por grupos ambientalistas e apoiadores da transição energética. De todo modo, a despeito dos avanços para a vanguarda brasileira no tema, ainda há desafios a serem enfrentados no Senado, na futura regulamentação — especialmente pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPJ) e Agência Nacional de Petróleo (ANP) —, e para a operacionalização. Dentre essas frentes tratadas no projeto, chamam atenção as inovações estruturais nos setores de aviação civil, gás natural, diesel verde e nas atividades de captura e armazenamento de carbono (CCS). Para a aviação civil, a novidade está na imposição de uma meta de utilização de combustível sustentável com menor emissão

de carbono (o chamado SAF), exigível a partir de 2027. Para algumas companhias aéreas, que já possuem metas voluntárias de aumento do SAF até 2030, o cumprimento se tornará cogente, implicando multas em caso de descumprimento. Nesse interim de três anos até a utilização do SAF se tornar obrigatória, um importante entrave a ser superado será a própria disponibilidade de combustível no mercado. Sabe-se que, no Brasil, apesar dos projetos de plantas piloto, ainda não existe produção em escala comercial para atender a demanda criada pela nova normativa. Já para o setor de gás natural, a mudança acende um alerta relevante. No PL propõe-se a criação do nominado “Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano”. O programa, que depende de regulamentação pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), implicará definição das metas anuais de redução das emissões de GEE no mercado de gás natural, por meio da utilização de biometano, e abrangerá produtores e importadores. Pelo texto aprovado na Câmara, essa obrigação entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, com valor inicial de 1%, não podendo exceder 10%.

O grande desafio dessa frente, entretanto, está na própria execução e fiscalização do programa. Isso porque, dentre as formas de cumprimento da obrigação de introdução do biogás, está prevista a aquisição do respectivo volume percentual de biometano ou de Certificados de Garantia de Origem do Biometano (CJOB). Ocorre que nessa segunda alternativa, há previsão de que o referido CJOB poderá ser comercializado livremente até sua aposentadoria, mas que apenas deverá ser utilizado uma única vez, o que se assemelha às preocupações de “dupla contagem” próprias do mercado de créditos de carbono. No próprio artigo 19 do PL é estabelecido que a regulamentação do CJOB deverá garantir rastreabilidade, transparência, credibilidade e fungibilidade com outros certificados, quando couber, garantia a não ocorrência de dupla contagem do atributo ambiental. Ou seja, a forma de rastreio de tais certificados, o lastro de origem e a citada “fungibilidade com outros certificados”, exigirá a instituição de um sistema robusto de validação, credenciamento e controle, o que ainda será regulamentado e implementado no âmbito do CNPE e ANP. Passando para o setor de produção de diesel verde, o grande impulso foi garantido

pela determinação, ao CNPE, que estabeleça, a cada ano, até 2037, a participação volumétrica mínima obrigatória de diesel verde, produzido a partir de matérias-primas exclusivamente derivadas de biomassa renovável, em relação ao diesel comercializado ao consumidor final. Lembrando que a especificação desse combustível foi regulamentada pela ANP em 2021, por meio da Resolução nº 842, e já é anunciada por diversas empresas como uma estratégia para descarbonização. Essa transição no caso dos combustíveis também será garantida pelo aumento percentual da mistura de etanol à gasolina (22 a 27%, podendo chegar a 35%) e do biodiesel ao diesel de origem fóssil — atingindo 20% em março de 2030. Por fim, importante citar o avanço com a aprovação dos dispositivos sobre CCS, ainda que de forma não exaustiva e sem o detalhamento do PL 1425/2022, do senador Jean-paul Prates, específico sobre o tema e aprovado no Senado no ano passado. De qualquer forma, essa ausência de conceitos e procedimentos no PL do Combustível do Futuro, não impedirá a aprovação daquela proposição específica, tampouco da especificação via regulamento, o que será a maior dificuldade diante da complexidade do setor. Nota-se, portanto, que a

transição energética nacional tem se aproximado e estruturado de forma célere, o que poderá colocar o Brasil em uma posição de ainda mais destaque na descarbonização do setor energético. Resta, então, que a aprovação do Senado ocorra para que, em ajustes finais, sejam endereçadas as sensibilidades e desafios de cada setor, mediante a construção de um texto legal que contribua com a regulamentação futura e garanta os incentivos e segurança jurídica necessários para a efetivação da política. Aos setores afetados cabe a avaliação das exigências e entraves para a implementação, especialmente para que, no momento da regulamentação, possam ser apresentadas contribuições às avaliações de impacto regulatório, nas consultas públicas e em outras formas de participação setorial, garantindo que a operacionalização do sistema seja exequível e sustentável.

Luciana Gil, Patricia Mendanha e Luciana Maciel são sócias do Bichara Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE MATO GROSSO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024/IPEM/MT
PROCESSO Nº 100057/2023 - SIGADO: IPEM-PP-PRO-2023/00057

O Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso - IPEM/MT, por meio da pregoeira oficial, designado pela Portaria Conjunta no 013/2023/SEPLAG, torna público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que realizará Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO do Rito de Pregão para contratação e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de terceirização de mão de obra de Auxiliar Metrologia/Qualidade/Motorizado, LANCAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 10/04/2024 a 22/04/2024 período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min. ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 22/04/2024 às 9h00min. INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br>. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 10/04/2024 no endereço: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br>, no menu "Edital". TELEFONES: Informações sobre o pregão: (65) 3624-8785; Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303-2702. SITE DA REALIZAÇÃO: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>. Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília). Cuiabá-MT, 09 de abril de 2024.

Alessandra Xavier da Costa - Pregoeira

Lupatech S.A.
CNPJ nº 89.463.822/0001-12 - NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizada - B3 Novo Mercado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da Lupatech S.A. ("Companhia"), para se reunirem no dia 30 de abril de 2024, às 11 horas, em sua sede social, na Cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauereberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, b) Destinação do resultado do exercício. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Aprovar a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; b) Aprovar a Proposta de Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano Incentivado 2024"), cujo objetivo é permitir que a Companhia possa manter os serviços de seus executivos, membros do conselho de administração, diretores-chaves e prestadores de serviço estratégicos, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia. Por meio do Plano Incentivado 2024, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra de ações até o limite de 2.000.000 (dois milhões) ações de emissão da Companhia; c) Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia para: (1) Refletir a homologação dos aumentos ao capital social da Companhia; (2) Refletir o encerramento da filial do Rio de Janeiro; (3) Atualizar o código de endereçamento postal da Companhia; d) Aprovar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações anteriormente mencionadas; e, e) Ratificar a Outorga de um total de 180.000 (cento e oitenta mil) Opções de Compra de ações ordinárias da Companhia, no âmbito do Plano Incentivado 2023, datada de 09 de junho de 2023, para os seguintes Conselheiros da Administração: Sra. Simone Anhaia Melo, Sr. Carlos Mario Calad Serrano e Sr. Célio Fernando Lucchesi, sendo 60.000 (sessenta mil) Opções de Compra para cada Conselheiro. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar, na sede social da Companhia, na cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 119, sentido interior/capital prédio C, esquina com a Rua Arnaldo J. Mauereberg - Bairro Distrito Industrial - CEP 13.388-220, com 1 (uma) hora de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso, comprovante da respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora, ou, relativamente aos acionistas participantes de custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente e, se for o caso, instrumento de mandato, com firma reconhecida; devendo, todavia, o comprovante de participação acionária ser antecedido à Companhia nos termos constantes do Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral. A Companhia, com fundamento na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, comunica aos seus acionistas que a Administração da Companhia aproveitará o ensejo para fazer um Pedido Público de Procuração na forma do normativo citado. A Administração da Companhia vem solicitar a outorga de procurações para que seus acionistas assegurem sua participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2024, podendo, caso queiram, votar favoravelmente, desfavoravelmente ou se abster em relação às matérias constantes na ordem do dia desta Edital de Convocação. O Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais contém as instruções para a outorga de procurações à Companhia. Os acionistas poderão optar por outorgar procurações físicas para que advogado indicado pela Companhia os representem no dia da Assembleia, conforme modelo de procuração disponível no Manual para participação de Acionistas nas Assembleias Gerais. Será possível outorgar procurações físicas e indicar o seu voto a partir de 28 de março e até 23 de abril de 2024. Sem prejuízo de se fazer representar por outorga de procuração física na referida Assembleia Geral, a Companhia informa que, nos termos do Anexo M da Resolução CVM nº 81, o boletim de voto a distância será disponibilizado. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Ficando o percentual previsto no caput do art. 141 da Lei 6.404/76, reduzido em função do valor do capital da companhia aberta à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.lupatech.com.br) - link "Relações com Investidores", bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br): (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras; (iii) o Parecer dos Auditores Independentes; (iv) a Proposta de Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM 81); (v) formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; bem como (vi) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 2 do Formulário de Referência - Resolução CVM 80); (vii) as informações referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (Item 8 do Formulário de Referência, Resolução 80, Anexo C); (viii) o Anexo U (Resolução 81 CVM), referente ao Pedido de Procuração; e (ix) o Manual para Participação nas Assembleias, que contém todas as demais informações requeridas pelas Instruções CVM nº 80/22 e 81/22, nos termos do parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e dos artigos 7º e 10º da Resolução CVM nº 81/22. Nova Odessa, 28 de março de 2024. João Marcos Cavichiolli Feltz - Presidente do Conselho de Administração.

SPE Costa Branca Energia S.A.
CNPJ nº 09.665.392/0001-82 - NIRE 35.300.357.281

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa Branca Energia S.A.** ("Companhia"), para se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 14h50h**, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para **10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais:** 1. Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com (quarenta e oito) horas de antecedência apanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos (s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. 4. As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. 5. Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas a acionistas participantes. 6. Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

COMUNICADO

PG 10.48.060 – Licitação nº 060/2023 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para realização de empreendimento composto de 28 unidades habitacionais e demais serviços, denominado Jaboticabal "F", no município de Jaboticabal/SP. Em face da substituição da planilha orçamentária – Anexo 8 do Edital da presente licitação, fica adiada a entrega e abertura dos envelopes para o dia 03/05/2024 às 10 horas - Esclarecimentos até 25/04/2024. Os demais termos do Edital permanecem os mesmos.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCACAO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS IMOBILIARIOS DA 422ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (DE 2025) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 09 de dezembro de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **30 de abril de 2024, às 11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Aceleração de Pagamento Não-Automático previsto na Cláusula 3.2, item (viii) do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento do Índice LTV referente ao ano de 2024, sem a realização da tempestiva da Amortização Extraordinária LTV, conforme definido e nos termos dos contratos de Alienação Fiduciária de Imóvel. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fs@vortex.com.br e agente@fiduciario@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação "CRI 422ª Série da 1ª Emissão - IF 2110666509", a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador:** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário, a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fs@vortex.com.br e agente@fiduciario@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Adicionalmente, o Titular dos CRI ou seu procurador deverá informar à Emissora e ao Agente Fiduciário, previamente à realização da assembleia, a respeito da existência de eventual conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os seguintes requisitos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso presente, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SPE Pedra Preta Energia S.A.
CNPJ nº 09.665.342/0001-03 - NIRE 35.300.357.299

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Pedra Preta Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleia Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 15h50h**, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (ii) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais:** 1. Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência apanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos (s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. 4. As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. 5. Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. 6. Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Eurofarma Laboratórios S.A.
CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Março de 2024
Data, Hora e Local: Em 26/03/2024 às 10h00 na Rodovia Presidente Castelo Branco, nº 3.565 - Quadra GL lote A, Ingahi, Itapevi, São Paulo/SP, CEP 06696-000. **Convocação:** dispensada a convocação. **Mesa:** Presidente Sr. Maurício Billi e Secretário Sr. Alexandre Mendes Palhares. **Ordem do Dia e Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração aprovaram os itens: (i); (ii - a, b); (iii) e (iv). Registrada na JUCESP sob o nº 139.149/24-7 em 03/04/2024 e sua versão na internet encontra-se disponível no website: <https://valor.globo.com/valor/ri/atas-e-comunicados/>.

IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ nº 61.156.113/0001-75 - NIRE 35.300.014.022

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de março de 2024

1. **Data, Hora e Local:** Dia 06 de março de 2024, às 16:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar. 2. **Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do estatuto social da Companhia, estando presentes os Conselheiros suficientes para instalação da reunião e deliberações abaixo, na forma facultada no § 3º do Artigo 23 do estatuto social. Participaram também da reunião o Sr. Edward Ruiz, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia ("CAE"), e o Sr. Marcio Donizeti Berstecher, representante dos auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes) ("Auditores Independentes"). Participaram, ainda, da reunião, como convidados, os Srs. Marcos Sergio de Oliveira, Renato Jorge Salum Junior e Flávia Senna Handel, diretores estatutários, Adriano Ricardo dos Santos, diretor de controladoria corporativa, e Bruno Zarella, gerente de contabilidade da Companhia. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Ioschpe, Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. 4. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o seguinte: 4.1. O Sr. Edward Ruiz apresentou ao Conselho o relatório anual do CAE, comentando o resultado da análise e revisão feitas por esse comitê de relatório da administração e das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como de suas notas explicativas. Em seguida, o Sr. Marcio Berstecher, representante dos Auditores Independentes, discorreu sobre o referido assunto. Após exame e discussão da matéria, os Conselheiros aprovaram o relatório anual da administração, incluindo as contas da Diretoria, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, recomendando a sua aprovação pela assembleia geral ordinária. 4.2. Nos termos do Artigo 24, alínea 7º, do estatuto social da Companhia, o Conselho deliberou ainda aprovar a proposta da Diretoria para a destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 indicada no relatório da administração antes mencionado, a ser submetida à assembleia geral ordinária, incluindo o pagamento do dividendo obrigatório previsto no estatuto social, no montante total de R\$ 13.134.139,11, equivalente a R\$ 0,0874037 por ação. 4.2.1. A data de corte que identificará os acionistas que farão jus ao recebimento dos dividendos a que se refere o item 4.2 acima será 11 de março de 2024, passando as ações de emissão da Companhia a ser negociadas na condição de "ex-dividendos" a partir de 12 de março de 2024, inclusive. 4.2.2. O pagamento dos dividendos ora declarados será realizado em 02 de abril de 2024. 4.3. Após debate sobre o tema e manifestação favorável dos membros do Comitê de Nomeação e Remuneração, presentes à reunião, o Conselho aprovou que seja submetida à deliberação da assembleia geral ordinária, nos termos do parágrafo quarto do Artigo 17 do estatuto social da Companhia, a proposta de fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 no valor de até R\$ 29.500.000,00 (vinte e nove milhões e quinhentos mil reais); esclarecendo-se que tal montante não engloba os encargos sociais de ónus da Companhia. 4.4. A Diretoria da Companhia fica autorizada a divulgar e publicar, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, os documentos a que se referem as deliberações anteriores, bem como encaminhar-lhes à apreciação da assembleia geral ordinária. 4.5. Autoriza-se também que seja convocada a assembleia geral ordinária dos acionistas da Companhia com o fim de deliberar sobre o disposto nos itens anteriores, no que for aplicável, mediante a publicação dos anúncios correspondentes, bem como que sejam divulgados os documentos necessários ao exercício do direito de voto na referida assembleia, nos termos e prazos previstos no estatuto social da Companhia e na legislação e regulamentação vigentes, particularmente conforme os termos dos artigos 132 e 133 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81/22, bem como os termos do Regulamento da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos Sites. (2) Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista que desejar participar da AGOE deverá depositar na sede social da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE, cópia do documento de identidade com foto e/ou atos societários que comprove a representação legal (incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas, cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais e, no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais). Em adição, o acionista deverá depositar: (i) comprovante de sua condição de acionista expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGOE; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. (3) O acionista representado por procurador deverá, também, depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas reconhecidas e o comprovante de identidade do mandatário, no endereço e no prazo acima mencionados. As procurações outorgadas pelos acionistas também poderão ser firmadas por assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. (4) Em razão das regras da Resolução CVM 81, os acionistas podem optar pela adoção do voto à distância, devendo transmitir o respectivo Boletim de Voto à Distância ("Boletim") até o dia 23 de abril de 2024 (inclusive). O Boletim poderá ser enviado: a) ao escriturador das ações da Companhia, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM; ou b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em central depositária; ou c) diretamente à Companhia, observadas as regras dispostas no Manual de Participação em Assembleias, disponibilizado pela Companhia nos Sites. Adicionalmente, os acionistas deverão se atentar às regras previstas na Resolução CVM 81 e aos procedimentos descritos no Boletim disponibilizado pela Companhia.

São Paulo, 9 de abril de 2024. - Roberto Sallouti - Presidente do Conselho de Administração

BANCO PAN S.A.
CNPJ: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convindamos os acionistas do Banco PAN S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas em 30 de abril de 2024, às 10h30min, na Av. Paulista, nº 1.374, 16º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-916, a fim de deliberar sobre: **Em Assembleia Ordinária:** (i) Exame, discussão e votação das contas dos Administradores, bem como exame da prestação de contas dos Administradores Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o relatório dos auditores independentes; (ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Eleição dos Membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Proposta da Administração; **Em Assembleia Extraordinária:** (iv) Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (v) Alterações nos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia: (a) 5º; (b) 32; (c) 40; (d) 41; (e) 42; e (f) 43; sendo que o detalhamento das alterações podem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, publicadas no site da Companhia, na área destinada ao Relacionamento com Investidores (www.ri.bancompan.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Balcão (www.b3.com.br) da Comissão de Valores Mobiliários (os três, em conjunto, denominados "Sites"); (vi) Consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a incorporar as alterações decorrentes do item (v) acima; e (vii) Autorização à Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGOE. (1) A cópia dos documentos pertinentes às matérias descritas na ordem do dia, notadamente aquelas previstas nos artigos 10, 11, 12 e 13 da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos Sites. (2) Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista que desejar participar da AGOE deverá depositar na sede social da Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE, cópia do documento de identidade com foto e/ou atos societários que comprove a representação legal (incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas, cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais e, no caso de fundos de investimento, cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais). Em adição, o acionista deverá depositar: (i) comprovante de sua condição de acionista expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGOE; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. (3) O acionista representado por procurador deverá, também, depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas reconhecidas e o comprovante de identidade do mandatário, no endereço e no prazo acima mencionados. As procurações outorgadas pelos acionistas também poderão ser firmadas por assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica. (4) Em razão das regras da Resolução CVM 81, os acionistas podem optar pela adoção do voto à distância, devendo transmitir o respectivo Boletim de Voto à Distância ("Boletim") até o dia 23 de abril de 2024 (inclusive). O Boletim poderá ser enviado: a) ao escriturador das ações da Companhia, a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM; ou b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em central depositária; ou c) diretamente à Companhia, observadas as regras dispostas no Manual de Participação em Assembleias, disponibilizado pela Companhia nos Sites. Adicionalmente, os acionistas deverão se atentar às regras previstas na Resolução CVM 81 e aos procedimentos descritos no Boletim disponibilizado pela Companhia.

São Paulo, 9 de abril de 2024. - Roberto Sallouti - Presidente do Conselho de Administração

CNPJ: 11.399.666/0001-80

(*) Fonte dos dados – Banco Central do Brasil - BACEN (CET e TR acumulados em 31 de dezembro de 2023). Risco de crédito é o risco de não receber o valor justo das operações de caixa de futura liquidação. O risco de crédito da Companhia refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia no risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia) e ao risco de variações nas taxas de juros. O risco de crédito operacional refere-se a caixa desastres transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. **Risco de crédito**: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em contrato com a Companhia ou contrato com cliente, o que pode resultar em perdas para a Companhia. A Companhia está exposta a esse risco em suas atividades operacionais (principalmente com relação aos custos a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é estabelecido pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é realizada periodicamente para avaliar se os valores contábeis representam o custo de crédito esperado. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis ​​que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos de caixa e equivalentes de caixa refere-se à possibilidade de perda devido a falhas de liquidez com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez**: A Companhia mantém a liquidez e o acesso aos recursos. Para administrar a liquidez da caixa em conformidade com a política, a Companhia possui procedimentos para garantir a disponibilidade de caixa e equivalente imediatamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de emissão de títulos de dívida. Os dados foram agrupados em categorias de instrumentos financeiros. A Companhia classificados da seguinte forma:

Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	41.341	162	(3)	-	41.470
Móveis e utensílios	238	31	(3)	60	326
Instalações	149.613	4.383	-	207	154.203
Veículos	205	3	(94)	-	114
Equipamentos de informática	502	63	(2)	-	563
Edificações e benfeitorias	1.275	-	-	-	1.275
Redes e tubulações	217.269	-	-	-	217.269
Direito de uso de arrendamento	548	9	-	-	621
Obras em andamento	6.106	5.273	-	(267)	11.112
	417.097	9.998	(132)		426.963
Depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	(34.111)	(2.754)	32	-	(36.833)
Móveis e utensílios	(197)	(11)	2	(206)	(312)
Instalações	(35.968)	(3.799)	-	-	(39.767)
Veículos	(205)	(3)	90	-	(118)
Equipamentos de informática	(253)	(82)	-	-	(335)
Edificações e benfeitorias	(146)	(51)	-	-	(197)
Redes e tubulações	(52.544)	(5.335)	-	-	(57.879)
Direito de uso de arrendamento	(365)	(132)	-	-	(497)
	(123.783)	(12.167)	124		(135.826)
Saldo líquido	31/12/2021				31/12/2022
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas				4.637	7.230
Móveis e utensílios				120	41
Instalações				114.436	113.645
Veículos				228	2
Equipamentos de informática				228	249
Edificações e benfeitorias				1.078	1.128
Redes e tubulações				159.390	164.725
Direito de uso de arrendamento				124	183
Obras em andamento				11.112	6.106
				291.127	293.314

[illegible]

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ nº 11.421.994/0001-36 / NIRE 35.300.592.328

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada às 11h00 horas do dia 25 de abril de 2024, exclusivamente de modo digital, por meio da plataforma digital TEN (plataforma Digital), possibilitando a participação de Acionistas por meio de Boletim de Voto a Distância, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) Aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal; (ii) Consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para absorção dos prejuízos acumulados; (iii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição de seus membros; e (iv) Aprovação da remuneração global anual da administração para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) Aprovação da atualização da expressão do capital social da Companhia, disposto no caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do último aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito de seu capital autorizado; (ii) Alteração dos artigos 10, inciso "vii" e 18, inciso "i", do Estatuto Social da Companhia, objetivando aprimorar a redação da competência da Assembleia Geral para aprovação do orçamento de capital previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do orçamento anual (budget); (iii) Exclusão do inciso "xxixii" do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, objetivando excluir tal competência do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações previstas nos itens "i" a "iii" acima. **1. Documentos à disposição dos Acionistas:** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<https://ri.orizonvr.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<https://www.b3.com.br/pt-br>), nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos Acionistas na AGOE:** Poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam da Proposta da Administração, divulgada no website da Companhia (<https://ri.orizonvr.com.br>) e no website da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>). Os Acionistas que desejarem participar da AGOE via Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/570617738> e preencher o seu cadastro com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, **até o dia 24 de abril de 2024**, com cópia das seguintes documentos: (i) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; e (ii) se pessoa física, documento de identificação e se for o caso, instrumento de procuração; (iii) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social vigente e consolidado e documentos comprobatórios da regularidade da representação legal, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; (iv) se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social vigente do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. O acesso via Plataforma Digital estará restrito aos Acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima. Os Acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem a documentação obrigatória para sua participação virtual na AGOE dentro deste prazo não poderão participar da AGOE. Considerando a realização da AGOE de forma virtual e a disponibilização da Plataforma Digital para participação virtual dos Acionistas, a Companhia informa que decidiu adotar: (i) dispensa da necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia; (ii) dispensa do cumprimento das formalidades de reconhecimento de firma, autenticação, notificação, consularização e apostilamento dos documentos listados no edital de convocação referentes à participação na AGOE; e (iii) permissão da apresentação de procurações assinadas por meio eletrônico por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, em caso de constituição de procuradores para participação na AGOE, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Após a realização inicial do cadastro na Plataforma Digital, conforme instruções acima, o Acionista (ou procurador) receberá uma confirmação de que o cadastro foi recebido e está em análise pela Companhia. Uma vez que a Companhia valide as informações e aprove o cadastro, o Acionista (ou procurador) receberá uma confirmação via e-mail de que foi aprovado, já indicando o endereço eletrônico para acessar a Plataforma Digital no dia da AGOE, através de login e senha previamente cadastrado. Caso o cadastro seja reprovado, o Acionista (ou procurador) também receberá um e-mail explicando o motivo da reprovação e forma como o mesmo deve regularizar o cadastro, sendo que eventual regularização deverá ocorrer, imprerivelmente, até o prazo indicado acima (i.e., até o dia **24 de abril de 2024**). **A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGOE são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do Acionista.** O Acionista que participar da AGOE por meio da Plataforma Digital será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e, assinante da respectiva ata da AGOE, nos termos do artigo 47, §1º da Resolução CVM 81. Caso o Acionista que tenha solicitado validamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso à Plataforma Digital e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até às 11h00 horas do dia 25 de abril de 2024), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 5103-5300 (Ramal: 5409) - em qualquer horário, antes das 18h00 horas do dia 25 de abril de 2024 - a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso. A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem quaisquer problemas para participar da AGOE via Plataforma Digital. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na AGOE. A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). A Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGOE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para início da AGOE a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem. Em cumprimento ao artigo 26, §1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a AGOE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas participante que acessem a Plataforma Digital para participar e conforme o caso, votar na AGOE. A AGOE será integralmente gravada e, dessa forma, o Acionista, ao acessar a Plataforma Digital e participar da AGOE, está ciente, bem como autoriza a Companhia a gravar e fazer uso das informações da AGOE, inclusive do Acionista como participante da AGOE, consentindo com a realização pela Companhia, assim como por terceiros autorizados pela Companhia, respeitadas as limitações legais e regulamentares aplicáveis, de coleta, classificação, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, avaliação, controle, transferência, difusão, extração, gravação, organização, estruturação, armazenamento, compartilhamento, adaptação, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, disseminação ou outra forma de disponibilização, correlação ou combinação ou restrição das informações constantes da AGOE e, inclusive, do Acionista como participante da AGOE, desde que observada a legislação e regulamentação aplicáveis. As finalidades das tratadas informações serão utilizadas para: (i) registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGOE; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGOE; (iii) registro de presença dos Acionistas na AGOE; (iv) registro dos votos proferidos pelos Acionistas na AGOE; (v) atendimento de determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autogerregulatória; e (vi) caso a informação seja necessária, para defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores nas esferas judiciais, arbitrais, administrativas, regulatórias e/ou autogerregulatórias. O Acionista, ao participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, se declara ciente de que as gravações e as suas informações serão utilizadas e tratadas pela Companhia pelo prazo de 5 (cinco) anos e, após, poderão ser deletadas (salvo se por determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autogerregulatória ou no contexto de determinada defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores no âmbito de um processo judicial, arbitral, administrativo ou autogerregulatório). Cada Acionista se declara ciente da realização de diversos tratamentos das suas informações em razão de obrigação legal, regulatória, a qual a respectiva parte controladora dos dados seja integrante, o que é do interesse do Acionista, segundo as suas legítimas expectativas, fundamentadas no apoio e na promoção da atividade da Companhia. Os direitos do Acionista sobre os seus dados pessoais poderão ser exercidos, apenas na forma eventualmente permitida pela legislação e regulamentação aplicáveis, mediante comunicação expressa à Companhia. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem Boletins de Voto a Distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no BVD e na Proposta da Administração disponibilizados pela Companhia. Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A facilidade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. São Paulo - SP, 27 de março de 2024. ISMAR MACHADO ASSALY - Presidente do Conselho de Administração.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 200ª E 201ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1368412/18L1368427) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 200ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 23 de janeiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 29 de abril de 2024, às 14:15 horas, em 2ª (segunda) convocação no dia 10 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora e destinado aos Titulares dos CRI deviantes das habilitações, nos termos do Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleia@pentagontrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão - (IF 18L1368412/18L1368427), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identificação do Titular dos CRI, caso represente por si mesmo; b) participante pessoa jurídica: cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) demais participantes: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhando de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleia@pentagontrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 08 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BRASILESG COMPANHIA DE SEGUROS

(Subsidiária Integral)

CNPJ/MF 28.196.889/0001-43 - NIRE 3530018222-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2023
DATA, HORA E LOCAL: Em 12 de julho de 2023, às 14h00, na sede da **BRASILESG COMPANHIA DE SEGUROS** ("Companhia" ou "BRASILESG"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESEÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla, que convidou a Sra. Raquel Gaudêncio para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre condições de saída de executivo; (ii) deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria da Companhia; (iii) deliberar sobre a reeleição de membros da Diretoria da Companhia; (iv) deliberar sobre a readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"); (v) deliberar sobre autorização para a sociedade BROTO S.A. eleger Diretor Presidente; e (vi) deliberar sobre autorização para a sociedade BROTO S.A. alterar a remuneração mensal do Diretor Presidente. **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Aprovar as condições de saída do executivo Sr. Rogério Aparecido Idino, cujo prazo de gestão se encerrou nesta data e que englobam: a) a antecipação de 50% (cinquenta por cento) dos valores correspondentes à apuração parcial da RVA (remuneração variável de administradores), a ser complementada quando da apuração definitiva em março/2024; b) pagamento de dias trabalhados; c) 13" pró-labore proporcional; d) doação de equipamentos (aparelho celular e notebook); e) extensão do plano de saúde por 06 (seis) meses; e f) a liberação da parte patronal do plano de previdência privada. A descriminação de valores e condições constam em termo apartado, denominado "Termo de saída e quitação parcial", cujo documento original assinado ficará arquivado na Sede da Companhia. (ii) Eleger, a partir desta data, com base na (i) dispensa de Consulta Prévia na Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), nos termos do parágrafo 2º do art. 43 da res. 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"); e (ii) na orientação de voto proferida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de julho de 2023 às 10h00, a eleição do Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, brasileiro, bancário, casado, portador da cédula de identidade 722852-84 SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 241.975.483-20, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP - CEP: 04794-000, ao cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, designado pela acionista BB Seguros Participações S.A., para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, em substituição ao Sr. Rogério Aparecido Idino, cujo prazo de gestão se encerrou nesta data. O Diretor ora eleito, torna posse nesta data mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio arquivado na sede da Companhia, aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021; e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cliente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. (iii) Reeleger, a partir desta data, com base na (i) dispensa de Consulta Prévia na Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), nos termos do parágrafo 2º do art. 43 da res. 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"); e (ii) na orientação de voto proferida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de julho de 2023 às 10h00, os seguintes diretores, indicados pela BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026: a) **Pablo da Silva Ricoldy**, brasileiro, bancário, casado, portador do RG nº 75371764 - SESP PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.764.359-30, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, ao cargo de **Diretor de Negócios**; e b) **Glauco Nery Henrique**, brasileiro, bancário, casado, portador do RG nº 02813325550 DETRAN/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 994.868.817-15, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, ao cargo de **Diretor de Riscos e Controles Internos**. Em virtude das alterações ora aprovadas, a Diretoria da Companhia fica, a partir desta data, assim composta:

Membros	Cargos	Início	Término
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Diretor Presidente	12/07/2023	AGO DE 2026
Glauco Nery Henrique	Diretor de Riscos e Controles Internos	12/07/2023	AGO DE 2026
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor de Negócios	12/07/2023	AGO DE 2026
Julien Clausse	Diretor Financeiro	31/03/2023	AGO DE 2026
Tiago de Freitas Vieira	Diretor de Operações	31/03/2023	AGO DE 2026
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor Vice-Presidente e Diretor Técnico	31/03/2023	AGO DE 2026

(iv) Readequar e ratificar, a partir desta data, as designações específicas dos Diretores, nos termos da Resolução CNSP nº 422/2021, a saber:

Funções de Caráter Executivo/Operacional	Designações Específicas
Diretor Responsável	Designações Específicas
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Diretor responsável pela política institucional de conduta de acordo com a Resolução CNSP nº 382/2020.
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, de acordo com o art. 22 da Resolução CNSP nº 431/2021;
Julien Clausse	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP, de acordo com o art. 1, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/2003;
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor responsável administrativo-financeiro, de acordo com o art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234/2003; e
	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, de acordo com o art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021.
	Diretor responsável pelo Sistema de Registro de Operações de acordo com o art. 13 da Resolução CNSP nº 383/2020;
	Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 (Registro de apólice, endosso e cosseguro aceitos);
	Diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, de acordo com o art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021; e
	Diretor responsável técnico pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos, de acordo com o art. 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234/2003.
	Diretor responsável pelo Compartilhamento de acordo com o art. 31 da Resolução CNSP nº 415/2021.

Funções de caráter de fiscalização ou controle	Designações Específicas
Diretor Responsável	Designações Específicas
Glauco Nery Henrique	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/1998, conforme art. 1º, inciso IV, da Circular SUSEP nº 234/2003 e art. 12 da Circular SUSEP nº 612/2020; e
	Diretor responsável pelos controles internos, de acordo com o art. 9º da Resolução CNSP nº 432/2021.

(v) Autorizar que a BROTO S.A., companhia controlada pela BRASILESG, eleja, a partir de 17 de julho de 2023, o Sr. Michel Jorge Samaha, brasileiro, casado, professor universitário, portador da cédula de identidade nº 3.472.077-0 emitida pelo SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 616.989.380-04, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, para compor a Diretoria da BROTO S.A., e ocupar o cargo de Diretor Presidente, com mandato complementar até 04.01.2025, em substituição ao Sr. Rogério Pio Teixeira que apresentou renúncia em 11 de julho de 2023. Em virtude de tais alterações, a partir de 17 de julho de 2023, a Diretoria da BROTO S.A. ficará assim composta:

MEMBROS	CARGOS	INÍCIO	MANDATO
Michel Jorge Samaha	Diretor Presidente	17/07/2023	04/01/2025
Francisco Roder Martinez	Diretor	04/01/2023	04/01/2025

(vi) Autorizar que a BROTO S.A., companhia controlada pela BRASILESG, realize alteração na remuneração mensal do Diretor Presidente, a partir de 01/07/2023, que passa a ser de R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cento e seis reais). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA: Juan Carlos Lanau Arilla** - Presidente; **Raquel Gaudêncio** - Secretária. **ACIONISTA: BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. - Amauri Aguiar de Vasconcelos** - Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla** - Diretor Vice-Presidente. **JUCESP** nº 456.896/23-5 em 30/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Metaffrio Solutions S.A.

CNPJ nº 04.821.041/0001-08 - NIRE 35.300.339.436 - (Companhia Aberta)

Editais de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Metaffrio Solutions S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Abraão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, Vila Lívoro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Apreciação da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; (iv) Ratificar a proposta da Administração. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para consignar o novo valor do capital social e confirmação do limite de capital autorizado disponível, conforme artigo 6º do Estatuto Social; (ii) Consolidar o Estatuto Social, caso aprovadas as alterações. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. Os acionistas que desejarem poder optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da mencionada instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual para Participação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Proposta da Administração. Os acionistas que não desejarem utilizar o processo de voto à distância poderão participar pessoalmente nas assembleias ou ser representados, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, portando, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Para melhor organização das assembleias, a Companhia solicita aos acionistas que forem participar, via representação ou pessoalmente, que entreguem os documentos necessários com até 48 horas antes da realização da Assembleia. **Endereço:** Avenida Cedro Reis, Avenida Abraão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, Vila Lívoro, CEP 04186-220, na Cidade e Estado de São Paulo. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.metaffrio.com.br), assim como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relativos às matérias a serem discutidas nas assembleias aqui convocadas, nos termos da regulamentação aplicável. São Paulo, 09 de abril de 2024.

Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração

ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 01.378.407/0001-10 - NIRE 3530038149-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária - Realizada em 12 de Julho de 2023
DATA, HORA E LOCAL: Em 12 de julho de 2023, às 15h00, na sede da **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A.** ("Companhia" ou "ABS"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000. **PRESEÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla, que convidou a Sra. Raquel Gaudêncio para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre a eleição de membro da Diretoria da Companhia; (ii) deliberar sobre a reeleição de membros da Diretoria da Companhia; e (iii) deliberar sobre a readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) Eleger, a partir desta data, com base na (i) dispensa de Consulta Prévia na Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), nos termos do parágrafo 2º do art. 43 da res. 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"); e (ii) na orientação de voto proferida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de julho de 2023 às 10h00, a eleição do Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, brasileiro, bancário, casado, portador da cédula de identidade 722852-84 SSP/CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 241.975.483-20, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP - CEP: 04794-000, ao cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, designado pela acionista BB Seguros Participações S.A., para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, em substituição ao Sr. Rogério Aparecido Idino, cujo prazo de gestão se encerrou nesta data. O Diretor ora eleito, torna posse nesta data mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio arquivado na sede da Companhia, aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº. 422/2021; e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cliente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. (iii) Reeleger, a partir desta data, com base na (i) dispensa de Consulta Prévia na Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), nos termos do parágrafo 2º do art. 43 da res. 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"); e (ii) na orientação de voto proferida pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de julho de 2023 às 10h00, os seguintes diretores, indicados pela BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026: a) **Pablo da Silva Ricoldy**, brasileiro, bancário, casado, portador do RG nº 75371764 - SESP PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.764.359-30, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, ao cargo de **Diretor de Negócios**; e b) **Glauco Nery Henrique**, brasileiro, bancário, casado, portador do RG nº 02813325550 DETRAN/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 994.868.817-15, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes - São Paulo/SP - CEP: 04794-000, ao cargo de **Diretor de Riscos e Controles Internos**. Em virtude das alterações ora aprovadas, a Diretoria da Companhia fica, a partir desta data, assim composta:

Membros	Cargos	Início	Término
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Diretor Presidente	12/07/2023	AGO DE 2026
Glauco Nery Henrique	Diretor de Riscos e Controles Internos	12/07/2023	AGO DE 2026
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor de Negócios	12/07/2023	AGO DE 2026
Julien Clausse	Diretor Financeiro	31/03/2023	AGO DE 2026
Tiago de Freitas Vieira	Diretor de Operações	31/03/2023	AGO DE 2026
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor Vice-Presidente e Diretor Técnico	31/03/2023	AGO DE 2026

(iii) Readequar e ratificar, a partir desta data, as designações específicas dos Diretores, nos termos da Resolução CNSP nº 422/2021, a saber:

Funções de Caráter Executivo/Operacional	Designações Específicas
Diretor Responsável	Designações Específicas
Amauri Aguiar de Vasconcelos	Diretor responsável pela política institucional de conduta de acordo com a Resolução CNSP nº 382/2020.
Pablo da Silva Ricoldy	Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, de acordo com o art. 22 da Resolução CNSP nº 431/2021;
Julien Clausse	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP, de acordo com o art. 1, inciso I, da Circular SUSEP nº 234/2003;
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor responsável administrativo-financeiro, de acordo com o art. 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234/2003; e
	Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, de acordo com o art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/2021.
	Diretor responsável pelo Sistema de Registro de Operações de acordo com o art. 13 da Resolução CNSP nº 383/2020;
	Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 (Registro de apólice, endosso e

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

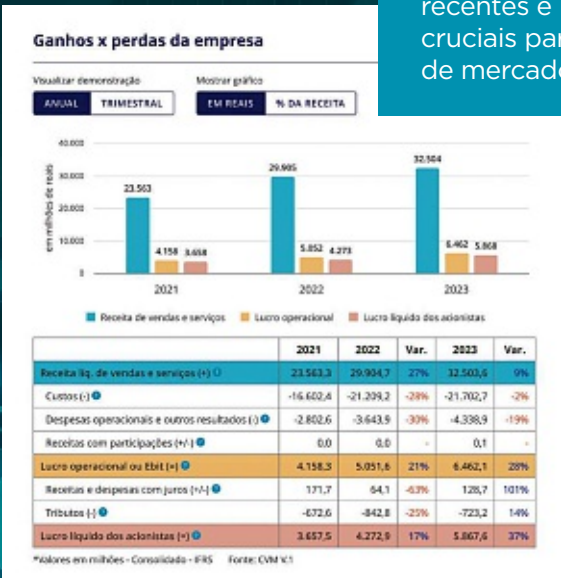
Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes:

Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.



Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R\$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R\$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

Indicadores de mercado e concorrentes:
Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.



Valor das ações e recomendações:

Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360
Para quem investe sabendo
valor.globo.com/empresas360

Valor ECONÔMICO | **Valor** EMPRESAS360

Concentre todas as informações da sua empresa no **VALOR EMPRESAS 360** e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: franci.pacheco@valor.com.br